

Reúnem-se neste volume as comunicações apresentadas no colóquio *Estudos mirandeses: balanço e perspectiva (Homenagem a António Maria Mourinho)* que decorreu na Faculdade de Letras da Universidade do Porto a 26 e 27 de Março de 1999. O colóquio tinha um duplo objectivo: fazer o ponto da situação sobre os estudos realizados, em curso e a fazer sobre a língua mirandesa e os múltiplos aspectos da cultura relativa a todo o espaço do planalto mirandês e, em simultâneo, homenagear a memória de António Maria Mourinho (1917-1996), o mais importante estudioso e divulgador da cultura mirandesa na segunda metade do século XX. Os dois primeiros contributos retratam a íntima ligação da vida e obra do homenageado à cultura mirandesa. Em outros quinze estudos são tratados temas como a língua e literatura mirandesas, o ensino do mirandês, a história e o património, a etnologia e a arte tradicional, a música, o teatro popular, a paisagem, as edições discográficas.

Patrocínios:



Apoios:

Câmara Municipal de Miranda do Douro
Governo Civil de Bragança
Direcção Regional da Cultura do Norte - M.C.
Comissão Regional de Turismo do Nordeste
Transmontano
Frauga - Associação para o Desenvolvimento
Integração de Picote

Estudos mirandeses



ESTUDOS MIRANDESES

Balanço e orientações



José Francisco Meirinhos
(Coord.).



**Estudos mirandeses: balanço e orientações.
Homenagem a António Maria Mourinho**



Granito
Editores e Livreiros

FICHA TÉCNICA

Título

Estudos mirandeses: balanço e orientações. Homenagem a António Maria Mourinho (Actas do Colóquio internacional: Porto, 26 e 27 de Março de 1999)

Coordenação

José Francisco Meirinhos

© Autores e Centro de estudos mirandeses da Universidade do Porto.

Foto da Capa

Largo do Toural, Picote c. 1990 (foto Pedro Julião)

Colecção

Textos e estudos mirandeses (série Estudos,1). Dirigida por J. F. Meirinhos

Editor

Granito, Editores e Livreiros – Lda - Porto

Composição e Grafismo

Barros, Fotomecânica, Lda. - V. N. Gaia

Impressão

Riagráfica, Lda. - Estarreja

Depósito Legal nº 177712/02

ISBN: 972-8594-21-6

Dezembro de 2000

Estudos mirandeses: balanço e orientações. Homenagem a António Maria Mourinho

(Actas do Colóquio internacional: Porto, 26 e 27 de Março de 1999)

Coordenação

José Francisco Meirinhos



**Granito
Editores e Livreiros
Porto 2000**

Sumário

Agradecimentos.....	11
J. F. MEIRINHOS - J. VELOSO <i>Para um balanço dos estudos mirandeses.</i>	
<i>Introdução e algumas conclusões.....</i>	13
I. Homenagem	
BELARMINO AFONSO <i>Evocação de António Maria Mourinho.....</i>	23
J.F. MEIRINHOS <i>Obra e Bibliografia de António Maria</i>	
<i>Mourinho (1917-1996).....</i>	31
II. Comunicações	
<i>Língua e literatura mirandesas</i>	
MANUELA BARROS FERREIRA <i>Em torno da Convenção</i>	
<i>ortográfica da língua mirandesa.....</i>	55
XOSÉ LLUIS GARCÍA ARIAS <i>El mirandés nel conxuntu</i>	
<i>del dominiu llingüísticu asturiano-lleonés.....</i>	69
SECUNDINO VIGÓN <i>El mirandés nel ámbitu</i>	
<i>de les llingües peninsulares.....</i>	77
ANTÓNIO BARBOLO ALVES <i>Literatura oral mirandesa.....</i>	85
<i>Ensino do mirandês</i>	
DOMINGOS ABÍLIO RAPOSO <i>L'ensino de l' mirandês.....</i>	99
CRISTINA MARTINS <i>Ensino do mirandês e bilinguismo.....</i>	109
JOÃO VELOSO <i>O mirandês visto por futuros professores de português.....</i>	127
<i>Etnologia e arte tradicional</i>	
ANNE CAUFRIEZ <i>Quelques aspects de la musique vocale mirandaise.....</i>	141
VALDEMAR A. GONÇALVES <i>Teatro popular mirandês.....</i>	151
<i>O passado e o património</i>	
MARIA DE JESUS SANCHES <i>A Pré-história da região</i>	
<i>mirandesa. Algumas notas.....</i>	179
HERMÍNIO BERNARDO <i>Para a Carta Arqueológica do</i>	
<i>concelho de Miranda do Douro.....</i>	187
ANTÓNIO RODRIGUES MOURINHO <i>Cultura e museologia</i>	
<i>na Terra de Miranda.....</i>	223
JOÃO MANUEL NETO JACOB <i>Miranda do Douro: uma visão diacrónica.....</i>	237
<i>Espaço natural, espaço vivido</i>	
LUÍSA GENÉSIO <i>A paisagem mirandesa: uma leitura.....</i>	241
III. Materiais	
PAULO GUSMÃO GUEDES <i>Sonografia da música mirandesa.....</i>	257
Índices	
Toponímico.....	271
Onomástico.....	275

Mappa geographico do idioma mirandês.



Legenda

- Localidades onde já não se falla mirandês, mas onde se fallou outr'ora.
- Localidades onde actualmente se falla mirandês: o ponto maior denota sede de freguesia, o menor denota simplex aldeia.
- Localidades onde é duvidoso se se falla mirandês.

Escala 1: 250000.

Em: José L. Vasconcellos, *Estudos de philologia mirandesa*, vol. I, Lisboa 1900.

Agradecimentos

Apraz à Comissão organizadora testemunhar o seu reconhecimento a todas as instituições que das mais diversas formas contribuíram para a realização do Colóquio e das diversas actividades paralelas que o complementaram.

Desde logo, cabe um especial agradecimento ao Conselho Directivo da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que desde a apresentação do projecto deu o apoio que tornou viável seguir com esta iniciativa. As seguintes entidades patrocinaram o Colóquio através da atribuição de um subsídio monetário: Reitoria da Universidade do Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Câmara Municipal de Miranda do Douro, Câmara Municipal de Vimioso, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Governo Civil do Porto, Instituto de Inovação Educacional, Delegação Regional do Norte do Ministério da Cultura. Para a ligação com as entidades da região, a organização contou ainda com a colaboração da Frauga - Associação para o Desenvolvimento integrado de Picote.

O espectáculo de música do planalto mirandês, seguido de prova de gastronomia local, e que decorreu no Teatro do Campo Alegre, foi organizado com a colaboração da Câmara Municipal de Miranda do Douro, da Câmara Municipal de Vimioso, da Comissão Regional de Turismo do Nordeste Transmontano, da Frauga - Associação para o Desenvolvimento Integrado de Picote, da Editora Sons da Terra e da Adega Cooperativa Riba-Douro.

As iniciativas paralelas ao Colóquio contaram ainda com a colaboração da Biblioteca da Faculdade de Letras (Exposição bibliográfica), da Academia de la Llingua Asturiana (doação do seu fundo bibliográfico), da Livraria da Associação de Estudantes (Feira do livro mirandês), da Discoteca 28.5-FC (Feira do disco e da música mirandesa), da Fundação Universidade do Porto — Teatro do Campo Alegre (Espectáculo de música do planalto mirandês), da Oficina Gráfica da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (impressão do catálogo da exposição, da brochura de resumos e outros folhetos). O secretariado do Colóquio e em especial a recepção aos participantes,

coube ao Centro Leonardo Coimbra de investigação científica e serviços da Faculdade de Letras.

Por fim, agradecemos ao Prof. Doutor Luís Paulo Saldanha Martins a cuidadosa elaboração dos mapas que acompanham o contributo de Hermínio A. Bernardo.

Os diversos apoios recebidos são um sinal do apreço científico e cultural que a iniciativa mereceu, por isso a Comissão organizadora reitera e regista o seu mais vivo agradecimento a todas as instituições e pessoas, muitas delas não mencionadas neste breve liminar, que tornaram possível a realização destas jornadas académicas e culturais e a publicação das respectivas Actas.

A Comissão organizadora
(José Meirinhos, João Veloso, Isabel Galhano,
Paulo Gusmão, Domingos Raposo)

José Francisco Meirinhos — João Veloso
(Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Para um balanço dos estudos mirandeses. Introdução e algumas conclusões

O mirandês e a cultura mirandesa têm merecido uma continuada mas nunca suficiente atenção desde há algumas décadas. Em sua defesa têm-se multiplicado as iniciativas, desde a realização de investigações científicas em diversos campos, passando por múltiplas publicações, acções de preservação patrimonial, novas oportunidades de uso da língua, até à instituição do ensino do mirandês e mesmo uma iniciativa legislativa recente que reconhece os direitos linguísticos dos falantes de mirandês. O colóquio *Estudos mirandeses: balanço e prospectiva (Homenagem a António Maria Mourinho)*, que decorreu na Faculdade de Letras da Universidade do Porto a 26 e 27 de Março de 1999, foi planeado com o objectivo geral de fazer o ponto da situação sobre os estudos realizados, em curso e a fazer sobre a língua mirandesa e os múltiplos aspectos da cultura relativa a todo o espaço do planalto mirandês e mesmo regiões adjacentes, onde a sua influência é sensível, mas de onde recebe ou recebeu também certas influências. Desta forma pretendia-se, ainda, homenagear a memória do padre e doutor António Maria Mourinho (1917-1996), o mais importante estudioso e divulgador da cultura mirandesa e que se conta também entre os antigos alunos e licenciados por esta Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

O colóquio, enriquecido com algumas actividades paralelas, decorreu em torno de comunicações, com duração aproximada de 20 minutos, apresentadas pelos mais importantes especialistas, directamente convidados para tratarem um tema específico e previamente determinado pela comissão organizadora. Do ponto de vista dos organizadores, o colóquio correspondeu plenamente aos objectivos a que o Centro de Estudos Mirandeses (CEM) se propôs. Entre palestrantes, convidados oficiais, organizadores

e inscritos, um pouco mais de 100 pessoas participaram no colóquio, o que constitui um número de participantes que excedeu as melhores expectativas da organização.

O colóquio e as actividades paralelas

Apesar de se centrar num tema de contornos pouco delimitados, a “cultura mirandesa”, o colóquio visava desde logo ultrapassar a mera curiosidade folclórica com que a língua e cultura mirandesas têm sido olhadas. Tomando-as como fenómenos sociais e culturais e integrando-as num *continuum* histórico e vivencial. É possível estabelecer perspectivas de análise e de investigação que façam emergir o que nelas há de singular e regular e lhes permite funcionar como um factor difuso, mas forte, de identificação individual e colectiva. Eram esses elementos metodológicos e de conteúdo, entre outros, que o colóquio e as diversas actividades paralelas pretendiam trazer à discussão.

O colóquio propunha-se, pois, oferecer uma oportunidade para o levantamento do estado da investigação sobre os diversos aspectos da cultura do espaço geográfico-linguístico do mirandês e do planalto mirandês em geral. Das discussões encetadas resultariam a identificação de algumas prioridades de estudo e a constituição de programas de investigação comuns, bem como a elaboração de propostas de acção nas áreas da recuperação, conservação e usos da cultura mirandesa.

A riqueza temática e científica das comunicações ficou desde logo testemunhada nos resumos que foram publicado no pequeno opúsculo *Estudos mirandeses: balanço e prospectiva (Homenagem a António Maria Mourinho). Programa, Resumos* (26 pp.), que este volume de Actas expande, apesar de três autores terem decidido não enviar para publicação o seu contributo, a saber: Telmo Verdelho, que falou sobre *Linguística e lexicologia do mirandês*; Brian Head, que discutiu a *Inversão do perfil sociológico numa língua minoritária* e Manuel Diogo, que fez uma exposição sobre *Arquitectura rural mirandesa*. Foi decidido que os textos seriam editados nas línguas em que foram apresentados (mirandês, português, asturiano, francês), realçando assim o carácter internacional do Colóquio.

Os trabalhos decorreram em sessões temáticas, tal como aqui são organizadas no índice, sob a coordenação dos seguintes docentes da Faculdade de Letras: Prof.^a Doutora Ana Maria Brito: sessão *Língua mirandesa*; Prof.^a Doutora Maria da Graça Pinto: sessão *Ensino do mirandês*; Prof. Doutor Luís Miguel Duarte: sessão *Etnologia e arte tradicional*; Prof.^a Doutora Maria de Jesus Sanches: sessão *O passado e o espaço*; Prof.^a

Doutora Rosa Fernanda Moreira da Silva: sessão *Espaço natural, espaço vivido*. Cabe ainda mencionar que o Prof. Doutor Rui Sobral Centeno (Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Letras da Universidade do Porto) presidiu à Sessão de Abertura, e que a Prof.^a Doutora Maria da Graça Pinto (Vice-Reitora da Universidade do Porto) presidiu à Sessão de Encerramento, que contou também com a presença do Eng. Rodrigo Martins e do Dr. António Carção (respectivamente Presidente e Vereador da Cultura da Câmara Municipal de Miranda do Douro).

Em paralelo com o colóquio, decorreram actividades de natureza cultural e social que permitiram alargá-lo e prolongá-lo no tempo:

- Exposição bibliográfica “*O mirandês e os seus (con)textos*”, sobre cultura mirandesa e de António Maria Mourinho (com uma selecção do fundo editorial da Academia de la Lléngua Asturiana, de 26 de Março a 10 de Abril, na Biblioteca da Faculdade de Letras.
- *Feira do livro mirandês*, em 26 e 27 de Março, nos locais do colóquio.
- *Feira da discografia mirandesa*, em 26 e 27 de Março, nos locais do colóquio.
- *Espectáculo: Música tradicional do planalto mirandês e leitura de textos mirandeses* no dia 26 de Março às 21,30 horas, no Teatro do Campo Alegre, onde se apresentaram o trio de cantadores de Caçarelhos (Vimioso), que apresentaram o seu CD *Cantigas de la segada*, os Tamborileiros de Constantim (Miranda do Douro) e o grupo Galandum Galundaina de forte aldeia (Miranda do Douro). O espectáculo foi seguido por uma prova de produtos da gastronomia mirandesa.
- *Página internet*, instalada no servidor da FLUP, e que será mantida activa e com actualizações sempre que os projectos o justifiquem.

Ao proporcionar uma oportunidade de contacto entre os investigadores da cultura mirandesa, o colóquio visava também potenciar a partilha de meios de pesquisa e a articulação activa entre diferentes áreas de estudo, realçando as suas interconexões. Nesse sentido, foi organizada na Biblioteca da Faculdade e em paralelo com o colóquio, uma exposição bibliográfica intitulada *Estudos mirandeses e os seus (con)textos*, cujo catálogo foi publicado num opúsculo (18 pp.). A exposição esteve patente ao público entre 26 de Março e 10 de Abril, e nela foi mostrado também um busto do homenageado, Dr. António Maria Mourinho, da autoria do seu amigo e escultor José António Nobre.

A publicação deste volume de Actas constituiu o elo final do encontro que decorreu em Março de 1999, mas com os materiais aqui reunidos, que incluem alguns instrumentos bibliográficos desenvolvidos após o colóquio, espera-se que este o volume final possa ser um provisório *Manual dos estudos mirandeses*.

Conclusões, sugestões e alguns projectos a desenvolver

As comunicações apresentadas tinham, em geral e como solicitado, a forma de relatório (e não de ensaio) sobre uma área temática, partindo preferencialmente da experiência e da actividade investigacional do autor, e apresentado alguns *desiderata* em cada área. As sugestões apresentadas comprometem sobretudo os seus autores que, ao formulá-las, estão certamente a pensar em contribuir para a sua realização, mas, por efeito desta abertura à comunidade de estudiosos, ficam também à espera do contributo de todos os interessados.

Como não podia deixar de ser, foi dada especial atenção à questão da língua mirandesa, com especial destaque para as questões do ensino e aprendizagem, didáctica, sobrevivência e preservação, confronto com outras línguas minoritárias, potenciando assim a reflexão sobre a experiência adquirida, bem como a participação e enriquecimento dos professores da área geográfica onde se fala mirandês (concelho de Miranda do Douro e parte do concelho de Vimioso). A propósito do ensino da língua emergiram das discussões diversas observações e propostas: elaboração de manuais para o ensino, adequada formação de professores (mesmo dos que ensinam a língua portuguesa na região, devido ao bi- ou trilinguismo dos estudantes), alargamento progressivo do ensino do mirandês a outros graus de ensino e níveis etários, necessidade de um maior interesse das universidades pela língua mirandesa e a sua didáctica.

Continua a fazer-se sentir a falta de instrumentos de fixação e estudo da língua mirandesa, nomeadamente uma história, uma gramática e um dicionário do mirandês. Trata-se de obras de grande fôlego, talvez só possíveis de realizar em prazos razoáveis com a constituição de equipas de investigação. Algo poderia ser feito pelas entidades que apoiam a investigação científica no país, mas é desde já necessário incentivar o trabalho de jovens investigadores. Foi mesmo sugerido que a Câmara Municipal de Miranda do Douro instituisse uma bolsa de estudos para jovens investigadores que em cada ano pudesse contribuir para a realização e publicação de trabalhos consistentes e fundamentados sobre esta área de estudos.

Foi também solicitado o empreendimento de medidas mais enérgicas e pontuais com vista à preservação e, se possível, expansão de prática e uso da língua mirandesa. O colóquio aprovou mesmo uma resolução, a dirigir ao Governo, solicitando a assinatura por parte de Portugal da «Carta europeia das línguas regionais ou minoritárias», aprovada pelo Conselho da Europa em 5 de Novembro de 1992, mas que o nosso país ainda não ratificou.

Muitas das vivências culturais aqui referidas desapareceram e se hoje ainda as presenciamos é porque são repetidas com uma intenção folclorista mas exterior ao seu contexto tradicional. Talvez fosse necessário pensar em formas de revitalizar certas práticas agrícolas e de convivalidade que de outra forma se perderão para sempre.

Fez-se sentir também a necessidade de uma atenção continuada à preservação do património paisagístico, arqueológico ou construído, que permita estudá-lo mas também salvaguardá-lo da pressão a que é submetido quer pelo desuso, quer pelo afluxo de visitantes e de furtivos caçadores de “tesouros”. Esta medidas fariam até todo o sentido no quadro de uma intervenção num âmbito geográfico mais vasto que o da terra de Miranda.

O Centro de Estudos Mirandeses (CEM), que é uma estrutura informal que agrega alguns docentes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto que se interessam pela cultura mirandesa, pretendeu também sugerir algumas pistas de acção que apresentou no final do colóquio. Não tendo um programa próprio de investigações, e desenvolvendo as suas actividades totalmente à margem das ocupações normais dos seus membros, o CEM apenas se compromete a dinamizar actividades que aglutinem outros interessados, sugerindo que elas se desdobrem em cinco campos, nos quais poderá dar o seu contributo:

- dinamização do contacto entre os estudiosos da cultura mirandesa. O CEM fica disponível para funcionar como “caixa do correio” que facilite quer esse contacto permanente, quer a concretização de projectos de investigação/divulgação colectivos. Seria desejável que um maior número de núcleos de estudos, sediados em outras instituições, tomassem iniciativas no âmbito dos estudos mirandeses, podendo então estabelecer-se uma rede de cooperação e informação inter-centros;
- elaboração de um *corpus* electrónico de textos mirandeses, de modo a tornar acessível uma massa de textos que, apesar de editados, permanecem pouco conhecidos. Esse

projecto de médio prazo apenas será viável com o contributo de diversos voluntários para: a) fazer o levantamento de todos os textos publicados em mirandês; b) digitalizar os textos; c) preparar a sua difusão na *internet* sob várias formas (texto puro, lematizações, frequências lexicais, bases de dados lexicais, etc.). Espera-se que, na medida da disponibilidade de tempo dos membros do CEM, em breve a página internet venha a ter elementos sobre o projecto (endereço URL em Setembro de 2000: <http://www.letas.up.pt/cem>);

- disponibilização (na página WWW) de bibliografias comentadas sobre os diferentes temas da cultura mirandesa e cuja necessidade é particularmente sentida pelos investigadores, nomeadamente sobre a música, a etnologia e a história local, a língua e a cultura. Este volume de Actas oferece já alguns materiais que, em princípio, ficarão depois disponíveis neste *sítio*;
- constituição de um núcleo bibliográfico, sediado na Biblioteca da Faculdade de Letras, onde se reunirão todas as publicações em e sobre o mirandês, mesmo que em fotocópia, as quais ficarão à disposição de todos os leitores interessados. A respectiva base de dados pode ser consultada no ficheiro on-line da Biblioteca Central da Faculdade em <http://sdcit.letas.up.pt:4505/ALEPH> (endereço URL em Setembro de 2000);
- dinamização da actividade editorial. Esta é uma área onde muito está por fazer e onde, por vezes, não há coragem e meios suficientes para editar os trabalhos de maior fôlego, nomeadamente teses académicas. Há também livros, textos e estudos clássicos que conviria reeditar, aproveitando até as facilidade de reimpressão em *fac-simile*. Falta também um editor que de alguma forma assuma de modo regular a edição em e sobre o mirandês. O plano editorial da Academia de la Lléngua Asturiana é um exemplo a seguir, adaptando-o à menor dimensão do património editado em mirandês. No âmbito da colecção “Textos e estudos mirandeses”, publicada com a chancela da *Granito editores e librerios*, do Porto, o CEM está aberto a procurar apoios para editar as obras que lhe sejam submetidas ou sugeridas.

A realização do colóquio tornou possível o arranque de um dos projectos do Centro de Estudos: a constituição de um núcleo bibliográfico e documental sobre o mirandês e a cultura mirandesa.

De facto, alguns dos autores das comunicações ofereceram cópias das suas publicações e a Academia de la Lléngua Asturiana, por iniciativa do seu presidente, Prof. Doutor García Arias, ofereceu ao CEM todo o seu fundo editorial, que ascende a cerca de 360 volumes e do qual se fez uma selecção que esteve em exposição durante o colóquio. Todas estas publicações foram depositadas na Biblioteca Central da Faculdade de Letras, que procedeu ao seu tratamento catalográfico, estando agora à disposição dos investigadores e estudiosos para leitura e consulta. É bem-vinda a oferta a esta Biblioteca de todas as publicações que possam integrar o núcleo documental e bibliográfico relativo aos estudos mirandeses.

*

Este colóquio marcou o início das actividades do CEM. Com ele, pretendemos aglutinar os esforços de um número felizmente crescente de investigadores e estudiosos interessados na preservação, no estudo, na promoção e na divulgação da língua e da cultura de Miranda. Portugal costuma ser apontado, no conjunto dos países europeus, como um caso raro em que a fronteira política coincide (quase) exactamente com a fronteira linguística. A pequena “ilha” linguística onde o mirandês convive pacificamente com outras línguas (o português e o castelhano) apresenta uma das raras excepções a este unanimismo. Por esse motivo, (e porque o mirandês está associado a uma cultura e a uma paisagem específicas e porque representa uma das raras sobrevivências, em território português, dos antigos falares leoneses) justifica-se plenamente este imperativo, académico mas sobretudo *cultural*, que nos impele a chamar a atenção para a sua existência e a contribuir para a sua divulgação e promoção.

A figura do Dr. António Maria Mourinho é, nesse campo, única e exemplar. A este antigo aluno desta mesma Faculdade devemos não só trabalhos importantíssimos de recolha e descrição de materiais linguísticos do mirandês, como ficamos a dever o exemplo do profundo empenho cultural e cívico na defesa de um património tão rico e peculiar como é o património cultural mirandês. Não é, por conseguinte, casual que o Centro tenha decidido homenageá-lo nesta primeira iniciativa pública. É bem conhecido o entusiasmo e generosidade com que o Dr. António Mourinho partilhava o seu saber quando percebia nos seus interlocutores genuíno interesse pela cultura a que dedicou toda a sua vida. Esta sua enorme vontade de partilhar um saber tão grande e tão rico, que muitos de nós pudemos ainda testemunhar, merece bem que se dê aqui em texto quanto foi dito e exposto neste colóquio.

Homenagem

Belarmino Afonso
(Director do Arquivo Distrital de Bragança)

Evocação de António Maria Mourinho

Muito jovem, encontrei no meu caminho de seminarista a figura sacerdotal do Padre António Maria Mourinho. Foi a 10 de Julho de 1945. Os seminaristas do Seminário de Vinhais deslocámo-nos também a Miranda do Douro para tomar parte nas comemorações da criação da diocese e também na elevação da vila dionisina a cidade. Eufórico, o jovem sacerdote de Duas Igrejas entrava pela porta principal da cidade, à frente dos habitantes da sua freguesia. Levava ao pescoço a condecoração de Oficial da Ordem Militar de Cristo com que o Presidente da República o agraciara em 18 de Janeiro de 1942. Tinha-se então deslocado a Lisboa para pronunciar na sala de Portugal da Sociedade de Geografia dois poemas em mirandês, “*Nossa Alma e Nossa Tiêrra*” e “*Las Siête Armanas*”.

Esta figura de homem da terra gravou-se profundamente no meu espírito de uma forma indelével. Outras ocasiões surgiram para conhecer o prestígio moral e intelectual do sacerdote mirandês. Tinha eu então 16 anos. Frequentava o 5º ou 6º ano. Havia então o hábito de guardar silêncio durante as refeições. Um aluno teólogo, de uma espécie de púlpito de madeira, transmitia a mais de cem jovens o conteúdo intelectual e moral de obras para tal escolhidas. Era assim que saboreávamos as parcas refeições. Objecto de leitura frequente era a revista *Mensário das Casas do Povo*. Colaborador assíduo era o jovem Padre Mourinho. As tradições e referências antropológicas por ele descritas despertavam em nós curiosidade. Estou certo de que essa abordagem etnográfica feita no alvorecer da juventude me abriu pistas que me auxiliaram na leitura plurifacetada da cultura trasmontana.

Outras ocasiões se multiplicaram de enriquecer as nossas relações de amizade. A cultura vastíssima do P. Mourinho levava a Duas Igrejas visitantes que ali chegavam atraídas pelas razões mais diversas. A casa paroquial, antiga abadia, era um edifício quase grandioso. Entrar nesta casa era como entrar no espaço de um santuário. Sentia-se o fascínio da simplicidade e da fácil comunicação. Essas visitas, alimentadas pela

hospitalidade mirandesa, eram sempre repetidas. Onde encontraríamos ambiente tão acolhedor para nos locupletarmos com a originalidade multímoda da ruralidade mirandesa? Logo à entrada da casa, damos de frente com a austeridade de uma residência que tinha sido habitáculo de muitos e prestigiados sacerdotes. No poço e na varanda, nas escadas de pedra e nos grandes aposentos, deparamos com artísticas motivações dignas de algum pintor que desejasse mergulhar na alma de algum pároco da aldeia. Incompleto seria o quadro se eu me esquecesse de referir a figura simpática de uma velhinha que ainda conheci. Além dos traços e laços maternos que adornavam o rosto redondo da *Ti Rosa*, a sua espontaneidade desconcertava o visitante mais desprecaído. “*Então vós que quereis ao meu filbo*” - perguntava a *Ti Rosa*, mãe do P. Mourinho. É um lugar comum dizer que atrás de um homem notável está sempre a figura de uma mulher.

De estatura física mediana, o P. Mourinho, para onde quer que fosse levava consigo a originalidade cultural de um povo e de uma região. A *capa de honras* que envergava nos momentos solenes e aquele claudicar que o acompanhava desde criança, realçavam nele a ancestralidade do povo mirandês. O P. Mourinho foi o melhor embaixador das Terras de Miranda. Do seu lar materno recebeu as credenciais que o acreditavam como tal nos quatro cantos do mundo. Embaixada luzida foi o Grupo Folclórico Mirandês de Duas Igrejas que ele fundou em 1945, aniversário da elevação de Miranda do Douro a cidade. Este Grupo Etnográfico terminou a sua actuação em 1 de Dez. (1991). Miranda do Douro e Trás-os-Montes nunca hão-de saldar na totalidade a dívida que moralmente contraíram com este homem que nunca deixou de se identificar com a terra que lavrou.

O P. Mourinho nasceu em Sendim de Miranda, a 14.02.1917. Terminou o curso teológico no seminário de Bragança, a 29.06.1941. De 1970 a 1975 frequentou a faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Atento ao palpitante da alma mirandesa, participou em diversas acções culturais que o projectaram nos diversos meios: antropológico, linguístico e filológico. Ele mesmo qualificou os pauliteiros de Miranda de *escola paroquial de conservação, investigação e divulgação do riquíssimo património mirandês*. Angola, Espanha, França, Alemanha, Estados Unidos, Canadá, Hong Kong, onde foi galardoado com valiosos prémios, foram visitados por estes bandeirantes da cultura tradicional trasmontana. Esta súpula de conhecimentos da região mirandesa recebia uma consagração. A nível europeu, é-lhe concedida a 12 de Janeiro de 1981 na Casa Paroquial de Duas Igrejas, com o título de *Diploma do Prémio*

Europeu de Arte Popular. Graças a esta prospecção científica do planalto mirandês, e tendo o P. Mourinho por mestre, diversos estudiosos têm feito desta região campo de investigação.

O convívio com o P. Mourinho facilitou-me um conhecimento bastante completo da sua personalidade. A quem se tenha escandalizado com a sua pastoral da Cultura, recomendamos a leitura dos textos do Concílio do Vaticano II, nas citações de Paulo VI e João Paulo II. A evangelização dos povos não dispensa o concurso da cultura que eles geraram. É também uma condição de identificação desses povos com a sua cultura. Em toda a actividade cultural e pastoral, nunca dispensou o auxílio da sua fé baptismal. Na pregação e anúncio vivencial da mesma fé, mergulhou profundamente para haurir no banho lustral da graça as “sementes de contemplação” que lhe enriqueceram o espírito. Alimentava-o com a leitura do Evangelho e dos Santos Padres. O P. Mourinho foi um modelador de almas na sua vida pastoral. Dotado de óptima formação humanística, também não lhe faltava a teológica. O convívio diurno com formas populares de expressões religiosas, delas se serviu para a compreensão total da alma mirandesa. Não só como pregador, mas também como ensaiador, recuperou muitos cascos de autos, então vulgares na região mirandesa. Acontecimento notável foi a apresentação do “*Auto da Mui Dolorosa Paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo*”, a partir do texto do Padre Francisco Vaz de Guimarães, do séc. XVI, em Duas Igrejas (1948). Assistiram cerca de 22 000 pessoas.

A dispensa das obrigações sacerdotais não é novidade para ninguém. Aconteceu num período de grande sofrimento moral. Ao abordar estas circunstâncias não pretendo beliscar a intimidade que comigo manteve neste tempo crítico. Sou testemunha do sofrimento que a dispensa do exercício de ordens, (25.03.1993), difícil de obter, lhe provocou. Nesses momentos críticos e muito dolorosos, visitei-o na sua casa da Terronha, quase debruçada sobre o rio Douro. *Eu tenho fé*, confessava-me ele, agitando uma obra de S. Jerónimo, que tinha como livro de cabeceira. Muitas vezes me confidenciou pelo telefone as agruras de tais momentos, incapazes de deixar de lado a sua fé de cristão e sacerdote. Neste contexto espiritual se situa o seguinte excerto de uma entrevista dada a um quinzenário de Bragança (15.07.1996):

Há dias desloquei-me a Espanha e entrei na Catedral de Saragoça. Fiquei extasiado pelo ambiente cheio pelos acordes do órgão que então tocava. Senti, então, então uma ânsia desmedida e incontrolada de celebrar a missa.

Não resisti. Dirigi-me à sacristia, apresentei-me ao clérigo responsável como colega português dizendo-lhe que pretendia celebrar. Acedeu de imediato... e como me senti feliz!... Decerto que não pequei... mas se o fiz, Deus perdoou-me, porque o fiz com fé, com vontade, com saudade do altar! "Tenho saudades do altar, mas não me sinto represo dos anos que servi a igreja e tenho para mim a consciência daquilo que sou e do meu pensamento cristão, da minha fé e do meu sacerdócio, de que não abdicó..."

Avanços e recuos, dúvidas dilacerantes, eram pontas de fogo que penetravam fundo no caminho da sua via-sacra.

A devoção profunda a Nossa Senhora amenizou o caminho de um calvário que nunca pensou percorrer. Foi num destes momentos mais difíceis que a sua alma de poeta vibrou mais sensivelmente num poema que me enviou para publicação na revista *Brigantia*. "*Oração da última*", assim se chamava (1991). A acompanhar o texto vinham três fotografias de uma imagem de Nossa Senhora aos Pés da Cruz, do séc. XVI, que se venera na igreja de Santa Cruz de Miranda do Douro. Permitam-me que vos leia alguns excertos deste poema:

*Avé-Maria, cheia de graça
Mãe do senhor! Mãe e Rainha
Senhora Nossa, Senhora minha
Do mundo inteiro, Fonte de amor*

*De terra em terra... Pelas cidades
Pelas aldeias e lugarejos.
Pelas ermidas pelas veredas
E pelos brejos fui teu romeiro.*

*Fui pelos montes
Pelas igrejas
pelas campinas
Fui pelos vales
Pelas colinas
Fui sobre as ondas
Por sobre os mares...
E sobre as nuvens
Fui pelos ares.*

*Sempre em teu nome
Por ti, Senhora
Dobrei meu canto
Chorei teu pranto
Com teu alívio
Com teu amor.*

*Cego e sem norte,
Achei-me perto
Do fim do mundo,
Do vale da morte
Num fundo escuro
De treva densa,
mar d' amargura,
A noite imensa.*

*Mãe do Senhor!...
Santa Maria!
Guia de errados,
Luz dos aflitos
E deserdador
Fonte do amor.*

Terra de Miranda. Ano bissexto. Ano Mariano, 1988.

"*Oração da última Hora*"? — Sem contestar as motivações que levaram o autor a escolher este título para o seu poema, eu preferia chamar-lhe "*Oração de Todas as Horas*".

António Maria Mourinho oferece-nos no escrínio de ouro as pérolas mais belas que a sua inspiração encontrou para ofertar à mãe de Deus. Foram buriladas pela fé de um homem que traz consigo a ancestralidade da alma mirandesa. Fé profunda e transparente. Enriquece-se na poeira dos caminhos da vida, feitos de certezas e dúvidas, de angústias e esperanças. Humilde como S. Francisco, mostra-nos a beleza da sua alma penitente que confia e espera. Peregrino do infinito, caminha qual romeiro medieval, encostado à fé do seu baptismo e do seu compromisso sacerdotal.

É uma página do seu diário, escrita com autenticidade, de joelhos, perante a mãe de Deus. É uma súplica, onde não falta, logo de início, a cadência do lirismo trasmontano de Guerra Junqueiro. É um hino

repassado do misticismo de S. João da Cruz. Que mais dizer nestas palavras introdutórias, caro amigo e mestre? - Que a verdade redime e salva. Deus não se esconde a quem o procura. A súplica que dirige à Mãe das Dores, de quem é “*mendigo e prisioneiro*”, também é minha. Continue a rezar. E o amanhã do grande encontro abrir-se-á num arrebol de esperança.

Este poema foi gerado no ambiente contemplativo da planura mirandesa. A inspiração mais profunda e amadurecida, é a mesma que 50 anos atrás, produziu outro poema que lhe abriu os caminhos de grandes voos: a “*Nossa Alma e Nossa Tierra*”.

*Ai! Alma, em retalhos dividida!
Que andou comigo em montes e carreiros,
Semeando amor e paz sem descansar,
Deixando leais amigos verdadeiros,
Na terra fria em que aprendi a andar!*

*Novos e velhos pelo mundo acompanhei,
E comigo viveram e estiveram,
Por mares e ares que não mais verei,
Nem eles porque muitos já morreram.*

*E eu ainda aqui 'stou....e trabalhando
Nos papéis enfeitados que apareceram,
Me conquistaram e me aprisionaram
E aqui me prendem e emparedaram.*

*A vida assim vivida em dor e glória
“Pelo mundo em pedaços repartida”
Sobeja-me em saudações, dessa terra
Que mostrei com sua língua e sua história*

*..... E agora?.....
Pensando ao fim do dia,
Que vai chegando a hora?!...
- De que hei-de arrepender-me
Neste cabo de saudades e tormentas?!...
Mas do bem que não obrei, sim, me arrependo.*

*E mais!... Porque hei-de eu aspirar,,
Por mais viver?...
- A vida não é minha...
E se estou vivo é p'ra fazer render!...
E quem ma deu e em mim a quer
Enquanto for servindo.... e Deus quiser,
Que venham anos mais, para viver.*

Loures, 14 de Fevereiro de 1996
(Aniversário dos 79 Anos).

Os últimos anos de António Maria Mourinho são atribulados. Nos contactos telefónicos pressente-se a falta de memória. Sente-se a nostalgia das terras onde pela graça de Deus se tornou cristão e mirandês. Insensível a descansos que a falta de saúde lhe proporciona, vai gastando a lucidez da sua mente privilegiada entre o hospital, a Academia de História e o Arquivo Nacional Torre do Tombo. O gigante aceita a batalha desigual. Os livros vão ficando de lado. A formação e vivência sacerdotal regressa ao seu quotidiano. Expressa-se em poemas de inspiração transparente e tranquila. Aproveita o aniversário dos seus 79 anos para redigir a última mensagem.

Anos vão e Anos vêm... Setenta e Nove!...
(14.02.1996)

*Anos!... hoje eu os faço, ainda vivo!...
E tantos já!... Setenta e Nove!...
Oitenta menos um!... e não mais tornam,
Na onda irreversível que nos move!*

A vida e o tempo

*São como o vento...
Como se fora um remoinho à solta!
Assim eu vou correndo, sem parar,
Em selenidade cônica e saudosa
De tantas coisas gastas, dia a dia
Em mágoas e tormentos... (e alegria).
Que assim a vida é feita até findar.*

*Ai mocidade em flor...Ai!... Plena de vida!...
De esforços e canseiras... a sonhar...
Que já lá vai, mal gasta e mal perdida!*

Desprendido e arrependido, finou-se o P. António Mourinho a 13 de Agosto de 1996, no hospital de Santa Maria (Lisboa). Por vontade própria quis regressar à casa paterna para dormir na sua aldeia natal, junto de seus pais, o sono eterno. Tarda já a homenagem vibrante de Miranda do Douro ao arauto da sua cultura e tradições. A nós, trasmontanos, é-nos muito gratificante que o Centro de Estudos Mirandeses da Faculdade de Letras do Porto tenha assumido esta acção cultural nesta casa onde ele tirou a sua licenciatura.

Numa das primeiras páginas do seu “*Cancioneiro Tradicional e Danças Populares Mirandesas*” traz uma dedicatória que reza assim:

“À memória dos grandes pioneiros colectores do Cancioneiro e do Romanceiro do Nordeste Trasmontano”.

Doutor José Leite de Vasconcelos

P. Francisco Manuel Alves

P. Firmino Martins (Tuizelo) - Vinhais

P. José Manuel Miranda Lopes - Vimioso

Abade José Augusto Tavares (Carviçais) - Moncorvo

Entre os grandes cancioneristas podemos acrescentar também

P. António Maria Mourinho

Para todos S.V.T.L. Valeta I. D.

Agradeço ao Dr. José Francisco Meirinhos a oportunidade que me proporcionou de lembrar um amigo fraterno que então não pude acompanhar à penúltima morada. Para não desmerecer o tom espiritual que quis imprimir à minha comunicação, seja-me lícito terminar com uma citação de S. Paulo, que o nosso P. António Maria Mourinho gostaria de proferir:

Combati o bom combate, terminei a minha carreira e guardei a fê. Já nada me resta senão receber a coroa da justiça que o senhor, justo juiz me dará naquele dia, e não só a mim, mas também àqueles que desejam a sua vinda (2ª Tim., 4, 7).

José Francisco Meirinhos
(Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Obra e bibliografia de António Maria Mourinho (1917-1996)

A vitalidade actual dos estudos mirandeses é o mais visível resultado das iniciativas de António Maria Mourinho, que em mais de 50 anos de canseiras nunca esmoreceu no desejo de manter viva e de divulgar a cultura mirandesa pelas sete partidas do mundo. Por isso, a realização de um colóquio sobre o estado e o futuro dos estudos mirandeses não poderia deixar de ser uma homenagem à sua memória. Como a acção do homem é mais importante que a homenagem, esboça-se aqui um breve perfil biográfico que pretende realçar os traços mais marcantes da sua acção cultural e enquadrar a sua bibliografia, que se apresenta no final.

A verdadeira homenagem está ainda por fazer e essa consiste na concretização de uma das suas últimas vontades. Quando legou o seu espólio à Câmara Municipal de Miranda do Douro, António Maria Mourinho pretendia que, depois de tratado e depositado numa Biblioteca condigna, estivesse à disposição dos estudiosos e das gentes da Terra de Miranda. Para lá dos cerca de 4.000 volumes e dos seus trabalhos publicados, fazem parte deste legado os resultados de diversas investigações e recolhas, bem como um importante acervo fotográfico. É, por isso, urgente a inventariação deste fundo, o que aliás se anuncia para breve, porque nele certamente se encontrarão materiais inéditos a merecer publicação, ampliando-se assim a substancial bibliografia abaixo coligida.

A cultura mirandesa ao longo de uma vida

Etnógrafo por paixão e por identificação com as expressões e circunstâncias da cultura e língua mirandesas, António Maria Mourinho, que a si mesmo se considerava «um mirandês rural»¹, foi talvez dos

¹ No livro *Nôssa alma i nôssa tiêrra*, Imprensa Nacional, Lisboa 1961, p. 139.

últimos a presenciar em contexto e a viver enquanto participante todos os aspectos das tradições e práticas desta cultura. Uma cultura de artesãos, pastores, boieiros, cavadores e aradores que a partir da década de 40, sob a pressão de múltiplos processos de aculturação dos hábitos, das práticas agrícolas, da alfabetização e das burocracias, experimenta um processo de desagregação e abertura sem possuir capacidade para se revitalizar. António Maria Mourinho tinha aguda consciência deste processo, que sentia inexorável (vejam-se os parágrafos iniciais da introdução a *Nôssa alma i nôssa tiêrra*), mas como nunca encarou com passividade a sua relação com a cultura em que nasceu e cresceu, empreendeu iniciativas que, na segunda metade do século XX, deram visibilidade e permitiram a sobrevivência e preservação da língua, da cultura e do património histórico das Terras de Miranda. No seu trabalho de múltiplas orientações, disperso e variado nos resultados, procurou dar sentido de presente à tradição, ou ao que dela restava.

Para muitas das tradições e práticas da cultura espiritual ou material mirandesas já só nos resta uma certa e esporádica encenação evocativa mas inexoravelmente descontextualizada, por isso os textos e recolhas do Dr. Mourinho adquirem agora um precioso valor de documento e de testemunho de um tipo de vivências e de acções a cujas raízes já não conseguimos aceder directamente. Nos textos que escreveu ao longo de cinco décadas vemos como se tornava sempre mais consciente da rapidez com que os modos de vida estavam a mudar o fundo de necessidade que dava coesão e sentido a toda uma cultura. Daí também a sua luta, tantas vezes solitária, contra o desinteresse generalizado a que aquela era votada. Mas, é também certo que a sua perseverança deu frutos, bem espelhados na projecção nacional e internacional que conseguiu dar ao mirandês e às danças dos pauliteiros, por exemplo.

Trilhando caminhos que figuras maiores da etnografia portuguesa já haviam começado a abrir, como José Leite de Vasconcelos e Francisco Manuel Alves (Abade de Baçal), pode dizer-se que foi o primeiro mirandês a fazer através do estudo a defesa persistente e orgulhosa da sua cultura. Em carta de 20 de Março de 1945 diz-lhe o Abade de Baçal: «espero que tu sejas o meu continuador na carolice pela nossa Terra», testemunho que comentará quarenta anos mais tarde com humildade e admiração: «eu nunca passei, nem passarei de um simples pigmeu, junto dele, que era gigante em tudo»².

² Ver, respectivamente, as pp. 155 e 158 do artigo onde edita esta carta do Abade: «Bio-bibliografia do Abade de Baçal, evocando os 120 anos do seu nascimento», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 25, fasc. 1 (1985) pp. 141-159.

Profundamente dedicado à causa da cultura mirandesas, que conhecia como ninguém e à qual quase sempre restringiu as suas iniciativas, António Maria Mourinho teve o mérito de escrever continuamente sobre os seus achados, faceta que aliava à capacidade de dinamização cultural e de organizador de eventos e instituições. Para além de estudos eruditos ou de divulgação, publicou recolhas de narrativas orais em mirandês, bem como os seus próprios textos literários e poéticos, muitos deles também em mirandês. Nestes seus escritos literários, de variado âmbito estilístico, procurou recolher um pouco do corpo vocabular e semântico do mirandês, usando um sistema de notação que procurava plasmar a sonoridade própria da língua (ver por exemplo o que sobre o assunto escreveu em *Nôssa alma i nôssa tiêrra*).

Calcorreou vezes sem conta as Terras de Miranda e era vê-lo entusiasmado a acorrer a qualquer local, por mais ermo que fosse, aonde lhe tivessem assinalado algum novo achado. Era famoso o seu carinho e interesse por todo o tipo de testemunhos arqueológicos, que ao longo de décadas foi enviando para o Museu Abade de Baçal em Bragança ou que foi juntando aos que estavam reunidos na antiga igreja dos frades Trinos de Miranda, pelo Dr. João Veiga Leitão e o movimento «Ressurgimento mirandês», e que viriam a constituir o fundo inicial do Museu da Terra de Miranda (cfr. os textos escritos ao longo de anos, alguns dos quais estão reeditados em *Terra de Miranda. Coisas e Factos da Nossa Vida e da nossa Alma Popular*, de 1991, especialmente a pp. 93-112). Esta constante busca de peças não deixava de suscitar animosidade e desconfiança em alguma da população local. Mas, hoje, a sua coragem clarividente deve ser elogiada, porque assim garantiu a sobrevivência de peças que de outro modo se teriam perdido ou estariam dispersas por múltiplas instituições, ou mesmo destruídas. A sua preocupação com a preservação patrimonial e arqueológica levaram-no a iniciar ou reservar para si estudos de documentos e explorações arqueológicas que reputava imprescindíveis e cujos levantamentos ou resultados aqui e ali anunciou como prontos, mas que nem sempre chegaram à forma de publicação. É certo que, por vezes, mostrava distância e oposição a trabalhos de jovens investigadores que o procuravam, mas deve salientar-se que alguns dos seus estudos foram publicados em colaboração com diferentes autores, nomeadamente com Bento Bessa, Afonso Valentim, Carlos Alberto Ferreira de Almeida e, sobretudo, com J. Santos Júnior. São raros os trabalhos realizados nas últimas décadas sobre Miranda e a sua cultura que não contenham em lugar de destaque um agradecimento à colaboração ou disponibilidade do Dr. Mourinho,

que não só abria portas, como acolhia estudiosos ou os acompanhava nas suas pesquisas no terreno.

Também a música, a dança e o teatro mereceram a sua atenção, quer como estudioso, quer como organizador, quer como ensaiador/encenador. É unanimemente reconhecido que para a sobrevivência da dança dos pauliteiros e da música da gaita de foles, contribuiu indelevelmente a sua iniciativa de refundar em 1945 o Grupo de pauliteiros de Miranda (Duas Igrejas-Cércio). Esta recuperação do folclore musical e dançado revelou-se da maior importância e de um alcance que ultrapassa estas formas de expressão, porque serviu de veículo para a própria língua mirandesa que, pelo menos até recentemente, nunca gozou do mesmo reconhecimento público e mediático concedido às danças dos pauliteiros, mas às quais era por arrastamento associada.

A contínua e multi-facetada actividade de António Maria Mourinho tornou-o bem conhecido da comunidade de etnólogos e historiadores, trazendo-lhe ao mesmo tempo prestígio e projecção mediática. Era habitual vê-lo pelas terras de Miranda acompanhando equipas de filmagens, estudiosos, jornalistas, ou mesmo simples curiosos com afeição de ruralismo. Em geral aproveitava também estas rondas para, com sentido de oportunidade, incentivar sobretudo os artesãos a conservar a arte e técnicas de fabrico de gaitas de fole e de flautas, de olaria, de cestaria, de ferraria, de tecelagem e outras, cujo risco de desaparecimento sentia como iminente, mas capaz de sobreviver se conseguisse corresponder a este surto de procura que motivava pelo menos a sua reanimação económica. Produzir artefactos para venda sempre era melhor que perder definitivamente a arte de fabricá-los.

Após a democratização do país em 1974 o interesse dos mirandeses pela sua própria cultura cresceu, deixou de estar envolto na antiga vergonha de quem se sentia inferiorizado e temia ser ridicularizado por não falar “grave”. Hoje já quase não há nenhuma aldeia de Miranda que não tenha fundado o seu próprio grupo de pauliteiros e que não cultive e mostre com orgulho o prazer de falar mirandês. António Maria Mourinho está também, sem dúvida, na origem deste reencontro dos mirandeses com a sua cultura.

Para os vindouros a marca mais perene de António Maria Mourinho será talvez o Museu das Terras de Miranda, fundado em 1982, por cuja criação lutou persistentemente e do qual viria a ser o primeiro Director (até 1995).

Percurso académico e actividade ³

António Maria Mourinho nasceu em Sendim, no extremo sul do Concelho de Miranda do Douro, em 14 de Fevereiro de 1917. Em 1941 conclui o Seminário Maior em Bragança, onde começou por leccionar História de Portugal. Em 1942 é nomeado pároco da freguesia de Duas Igrejas em Miranda do Douro e nesse mesmo ano apresenta em Lisboa alguns poemas em mirandês, começando assim um longo percurso de criação literária e de divulgação da língua e cultura mirandesas.

Desde 1945 envolve-se em acções de preservação patrimonial, ano em que funda o Grupo de pauliteiros de Miranda (Duas Igrejas-Cércio) que dirigirá até 1991, tornando-se no grande embaixador desta dança mirandesa, de origens ainda hoje muito debatidas. Este “retorno à tradição”, que entendia também como prolongamento da sua acção pastoral, não deixou de suscitar maledicências e acusações anónimas que feriram o seu orgulho, mas às quais respondeu com frontalidade (ver a carta ao bispo de Bragança em Julho de 1947, reeditada em *Terra de Miranda. Coisas e factos...*, de 1991, pp. 149-159). Simultaneamente, foi durante alguns anos encenador e apresentador de Autos e peças teatrais (*colóquios*) em mirandês, para os quais chegou a escrever as “profecias”⁴. Nos anos sucessivos desenvolveria actividades de investigador enquanto bolseiro de instituições científicas nacionais, trabalhando e publicando sobre os mais diversos tipos de documentos arqueológicos, etnológicos, arquitectónicos e arquivísticos.

A fotografia ocupa um lugar muito importante, mas pouco valorizado, das suas recolhas etnográficas, porquanto habitualmente faz acompanhar de registos fotográficos uma boa parte dos seus estudos, por onde está dispersa um importante acervo não sistemático de imagens de objectos e situações das quais temos aí importante testemunho (ver, por exemplo, as pp. 433-506 de *Terra de Miranda. Coisas e factos...*, de 1991).

³ Uma quase autobiografia encontra-se em António Maria Mourinho, *Curriculum vitae. Notas culturais*, Câmara Municipal de Miranda do Douro, Miranda do Douro 1995. Ver também a breve nota “In memoriam do Dr. António Maria Mourinho”, *Brigantia* 17, fasc. 1-2 (1977) pp. 127-128 e sobretudo o testemunho do seu amigo Padre Dr. Belarmino Afonso, publicado neste mesmo volume de Actas.

⁴ Sobre este assunto, ver o texto de Valdemar Gonçalves publicado neste volume e também o artigo de A.M.M. “Teatro para o povo — Nem tudo se perdeu”, *Mensário das Casas do Povo*, 6, nº 71 (1952) pp. 12-13 e 15 (reeditado em *Terra de Miranda. Coisas e factos...*, de 1991, pp. 387-393), onde já no final refere que, em 1952, tinha pronta para imprimir uma série de Autos representados nas terras de Miranda, mas cuja edição nunca chegou a ser feita.

Em busca das raízes da cultura mirandesa realizou diversos períodos de investigação em Espanha entre 1960 e 1970, como bolsheiro do Instituto de Alta Cultura de Lisboa e do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas de Madrid, ou da Direcção-Geral do Património Cultural, não tendo chegado a publicar toda a documentação que descobriu mas de cuja existência foi dando conta em diversas publicações. Ao longo destes anos não deixou de corresponder a múltiplos convites para participar em congressos e colóquio, apresentando comunicações sobre os mais variados aspectos da cultura mirandesa: língua, literatura popular, etnologia, musicologia e dança, arqueologia, arte, arquitectura, fontes monumentais e documentais, etc. Enquanto presidiu ao “Grupo Folclórico Mirandês de Duas Igrejas - Pauliteiros de Miranda” viajou um pouco por todo o mundo apresentando a cultura mirandesa.

Entre 1962 e 1977 foi professor de diferentes disciplinas do ensino básico (antigo Ciclo Preparatório) e do ensino liceal, tendo dirigido durante alguns anos a Secção Liceal de Miranda do Douro, lugar que ocupava em Abril de 1974. Já historiador feito por experiência de várias décadas, frequentou e concluiu a licenciatura em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto entre 1970 e 1975.

Aos 67 anos, e após ter sido nomeado primeiro director do Museu das Terras de Miranda, por cuja criação lutara toda a vida, ainda teve entusiasmo para frequentar em 1984-1985 uma pós-graduação em Museologia na Universidade de Valladolid. Toda esta actividade de índole educativa e cultural foi conciliada com a acção pastoral de pároco de Duas Igrejas, até que, a seu pedido, foi dispensado dos votos sacerdotais em 25 de Março de 1993, tendo pouco depois casado em Lisboa. Mas, para os que o conheciam, continuou (e continua) a ser o “Padre Mourinho”. Em 1995 participou nas primeiras reuniões do grupo de académicos e falantes do mirandês que tomou a seu cargo a elaboração da *Convenção ortográfica da língua mirandesa* (definitivamente publicada em 2000).

Refira-se ainda que a sua actividade não deixou de ser reconhecida, tendo sido condecorado e premiado ao longo da vida por diversas vezes: Oficial da Ordem Militar de Cristo (1943), Medalha de mérito turístico – grau prata (1979), Prémio Europeu de Arte popular (1982), Cidadão honorário e Medalha de Honra da Cidade de Miranda do Douro – grau ouro (1991). Membro de inúmeras sociedades históricas e científicas, em cujas iniciativas participava com regularidade, entre as quais o Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia (de Lisboa), a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (do

Porto), a Associação dos Arqueólogos Portugueses (de Lisboa), a Asociación Española de Etnología y Folklore (de Madrid), a Sociedade de Geografia (de Lisboa) e foi académico correspondente da Academia Portuguesa de História (de Lisboa).

A muita actividade também provoca o seu desgaste e leva-o a escrever um lamento em 1984: «uma vida atribulada de trabalhos, preocupações e cansaças e a conseqüente falta de presença de espírito e de concentração têm-me roubado o tempo necessário para redigir estas linhas» (tratava-se de escrever as próprias palavras de introdução ao livro *Cancioneiro tradicional e danças populares mirandesas*, cfr. p. XXI). A falta de tempo para a imensidão do trabalho que sentia que ainda era necessário realizar e para o qual acumulava materiais ao longo da vida, provoca essa acumulação de projectos, tantas vezes adiados e anunciados, mas cuja passagem a texto definitivo acabou por deixar apenas em esboço.

Para além do testemunho do seu persistente trabalho em torno da cultura mirandesa, António Maria Mourinho legou-nos uma extensa produção académica e literária, dispersa em livros, colaborações na imprensa periódica, em comunicações a Congressos, em artigos de revistas científicas, muitos dos quais são hoje de difícil acesso. Por essa razão se procurou reunir aqui uma bibliografia completa, não só para uso do estudioso, mas sobretudo para render homenagem a uma vida que o próprio quis e interpretava como guiada pela entrega à cultura mirandesa: «Foi a Terra de Miranda em sua gente e seu caminhar nos séculos e no Mundo que sempre assim nos inspirou e conduziu...»⁵.

António Maria Mourinho faleceu em 13 de Julho de 1996, pouco antes de completar os 80 anos de uma vida de intensa acumulação de saber, assim se extinguindo uma impressionante biblioteca viva da cultura e da língua mirandesas, que só em parte nos transmitiu nas muitas dezenas de escritos que abaixo se enumeram.

Bibliografia de António Maria Mourinho

Para esta compilação foram usadas algumas bibliografias que referem os trabalhos de António Maria Mourinho. Comece-se pela apresentação que o próprio Autor faz da sua actividade em *Curriculum vitae. Notas culturais*, (ed. da Câmara Municipal de Miranda do Douro, Miranda do Douro, 1995). Nuno Canavez, em *Subsídios para uma bibliografia sobre Trás-os-Montes e Alto-Douro* (ed. da Livraria Académica, Porto 1994, pp. 145-148) e nos *Novos subsídios*

⁵ Estas são as palavras com que encerra a nota final à obra *Terra de Miranda...*, edição cit., p. 431.

para uma bibliografia sobre Trás-os-Montes e Alto-Douro (ed. da Livraria Académica, Porto 1998, pp. 98-100), reúne as referências bibliográficas de várias dezenas de trabalhos publicados, o mesmo fazendo o etnógrafo Benjamin Enes Pereira em *Bibliografia analítica da etnografia portuguesa* (ed. do Instituto de Alta Cultura, Lisboa 1965, passim⁶). Em 4 volumes do *Boletim da Academia Portuguesa de História* surgem listas de bibliografia de A.M.M., sendo a última a mais extensa, cfr. vol. 46 (1982) p. 35, 49 (1985) p. 31-32, 50 (1986) p. 29, 54 (1993-94) pp. 28-31.

Nem sempre foi possível verificar as informações colhidas por via indirecta, mas foi realizada alguma pesquisa em ficheiros de diversas bibliotecas e nas mais importantes publicações que receberam colaboração de A.M.M., mas certamente uma pesquisa exaustiva que incluía o seu próprio arquivo pessoal, permitirá encontrar textos que mesmo assim escaparam a esta busca. Salvo raras excepções, justificadas pelo seu conteúdo, não foram incluídas as simples notícias que, como correspondente ou colaborador, o Autor enviava para diferentes órgãos de comunicação social com os quais colaborava com regularidade, nomeadamente o *Mensageiro de Bragança*, e o *Planalto mirandês* (do qual não foram verificados os 4 primeiros números).

Embora se tivesse presente que poderia ser mais interessante e até mais útil para o leitor organizar por temas as publicações registadas, optou-se, por uma questão de método, por as apresentar em ordenação cronológica, o que permite também refazer um certo percurso de interesses do autor. Em geral, os títulos permitem distinguir se se trata de um texto literário ou de um estudo, mas quando tal não acontece dá-se essa ou outras informações entre [].

Quando se trata de artigos em revistas ou miscelâneas o título vai entre aspas, quando se trata de livro ou opúsculo o título vai em itálico.

Os textos cujo local de publicação não foi identificado vão seguidos de [*].

a) Textos publicados

«Amiyos del Sou Amiyos», in *Livro do II Congresso Transmontano*, Lisboa 1942, pp. 448-449. [cfr. *Nôssa Alma y Nôssa Tiêrra*, de 1961, pp. 51-52]

«Las Siete Armanas» - lenda mirandesa em verso mirandês, in *Livro do II Congresso Transmontano*, Lisboa 1942, p. 497. [cfr. *Nôssa Alma y Nôssa Tiêrra*, de 1961, pp. 14-18]

⁶ B.E. Pereira atribui a A.M.M. o texto anónimo «Esterlóquios» (in *Boletim dos "Amigos de Bragança"*, 17, 1958, pp. 25-26) que parece extracto de um texto mais longo, mas que pelo estilo e pelo conteúdo não parece ser do nosso autor.

«Nôssa Alma i Nôssa Tiêrra», poema em mirandês, in *Livro do II Congresso Transmontano*, Lisboa 1942, pp. 471-475.

«Subsídios para um tratado de dialectologia portuguesa. O dialecto mirandês», *Revista de Portugal*, Série A: Língua Portuguesa, 4 (1944) pp. 270-271.

«Expansão e vitalidade do Mirandês», *Revista de Portugal*, Série A: Língua Portuguesa – 4 (1944) pp. 316-320.

«Expansão literária do mirandês», *Revista de Portugal*, série A: Língua Portuguesa, 5 (1944) pp. 58-62.

«Gramática mirandesa. Fonética», *Revista de Portugal*, série A: Língua Portuguesa, 5 (1944) pp. 277-282; 6 (1944) pp. 91-96.

«Antiguidade do nordeste de Portugal», *Ocidente*, vol. 26, nº 85 (1945) pp. 7-12 [entrevista ao Abade de Baçal].

«Canções encadeadas populares em Trás-os-Montes», *Ocidente*, 27, nº 92 (1945) pp. 222-229. [Ver o artigo citado abaixo e publicado no semanário *Acção* de 7.3.1946, e retomado em *Cancioneiro popular e danças populares mirandesas* de 1984, pp. 53-73]

«Subsídios para um Tratado de dialectologia portuguesa. Origens do Mirandês [I]», *Revista de Portugal*, Série A, Língua Portuguesa, 6 (1945) pp. 328-334. [continuação na mesma revista, vol. 7, 1945]

«Subsídios para um Tratado de dialectologia portuguesa. Origens do Mirandês [II]», *Revista de Portugal*, Série A, Língua Portuguesa, 7 (1945) pp. 136-141. [continuação na mesma revista, vol. 9, 1946]

«Donde provém o nome de Miranda do Douro?», *Revista de Portugal*, série A: Língua Portuguesa, 7 (1945) pp. 246-251.

«Etnografia mirandesa. O ineditismo de um grande cortejo folclórico», in *Mensário das Casas do Povo*, 4 (1946) pp. 10-11.

«Subsídios para um Tratado de dialectologia portuguesa. Origens do Mirandês [III]», *Revista de Portugal*, Série A, Língua Portuguesa, 9 (1946), pp. 89-93, 254-257. [continuação na mesma revista, vol. 10, 1946]

«Subsídios para um Tratado de dialectologia portuguesa. Origens do Mirandês [IV]», *Revista de Portugal*, Série A, Língua Portuguesa, 10 (1946) pp. 21-25 [continuação na mesma revista, vol. 11, 1947]

«Subsídios para um Tratado de dialectologia portuguesa. Origens do Mirandês [V]», *Revista de Portugal*, Série A, Língua Portuguesa, 11 (1947), pp. 97-101. [continuação na mesma revista, vol. especial, 1979]

- «Há canções encadeadas em Trás-os-Montes», *Acção. Semanário da vida portuguesa*, 255 (de 7.3.1946) pp. 4-5. [Ver o artigo publicado na revista *Ocidente*, 27, nº 92 (1945) pp. 222-229, também incluído em *Cancioneiro popular e danças populares mirandesas* de 1984, pp. 53-73]
- «Santa Maria e a nossa terra. O culto de Nossa Senhora, na diocese de Bragança e Miranda através dos séculos», *Ocidente* 29, nº 100 (1946) pp. 221-232. [reeditado em *Terra de Miranda. Coisas e Factos...*, de 1991, pp. 225-236]
- «O culto dos mortos no nordeste português», *Ocidente*, 32, nº 112 (1947) pp. 176-185. [reeditado em *Terra de Miranda. Coisas e Factos...*, de 1991, pp. 361-370]
- «Natal em Terras de Miranda. Texto fiel da embaixada», *Mensário das Casas do Povo*, 17 (1947) pp. 8-9. [cfr. o texto «Embaixada do Natal, oferta do ramo» reeditado em *Terra de Miranda. Coisas e Factos...*, de 1991, pp. 207-216]
- «Oberammergau em Portugal. Notas sobre o teatro tradicional popular», *Mensário das Casas do Povo*, 12 (1947), pp. 13 e 16; 13 (1947), pp. 15 e 17; 14 (1948) pp. 8-10, (com fotografias). [reeditado em *Terra de Miranda. Coisas e Factos...*, de 1991, pp. 395-402]
- «Etnografia histórica», *Mensário das Casas do Povo*, 17 (1948) p. 7. [reeditado em *Terra de Miranda. Coisas e Factos...*, de 1991, pp. 69-71]
- «O “Grupo folclórico mirandês de Duas Igrejas” e a sua viagem a Angola. Loas e ramos», *Mensário das Casas do Povo*, 32 (1949) pp. 12-13. [inclui loas do A. à Virgem, em português; reeditado em *Terra de Miranda. Coisas e Factos...*, de 1991, pp. 277-283]
- «As corporações e a educação profissional na Idade Média. Meditação para as Casas do Povo» *Mensário das Casas do Povo*, 37 (1949) pp. 6-7. [reeditado em *Terra de Miranda. Coisas e Factos...*, de 1991, pp. 325-329]
- «Trajos e adornos no Concurso Internacional de Canções e Danças Populares de Madrid» *Mensário das Casas do Povo*, 41 (1949) pp. 12-13.
- «Lápides funerárias luso-romanas na capela do Santo Cristo de Picote», *Ocidente*, 36, nº 132 (1949) pp. 172-175.
- «Temas de folclore mirandês. O canto das “solfas” em Terra de Miranda», *Trás-os-Montes e Alto Douro*, 12-13 (Março-Abril 1949) pp. 83-85. [reeditado em *Terra de Miranda. Coisas e Factos...*, de 1991, pp. 47-49]

- «Vida e arte do povo mirandês», *Mensário das Casas do Povo*, 45 (1950) pp. 12-13. [reeditado em *Terra de Miranda. Coisas e Factos...*, de 1991, pp. 55-60]
- «O mistério da Paixão de Oberammergau. Outras representações da Paixão e “Auto da Paixão” de Duas Igrejas» *Mensário das Casas do Povo*, 57 (1951) pp. 11-13.
- «A língua portuguesa nos meios rurais» *Mensário das Casas do Povo*, 61 (1951) pp. 3-4. [reeditado em *Terra de Miranda. Coisas e Factos...*, de 1991, pp. 355-359]
- «Meditação para as Casas do Povo (I). A casa de família na Idade Média» *Mensário das Casas do Povo*, 64 (1951) pp. 12-13. [reeditado em *Terra de Miranda. Coisas e Factos...*, de 1991, pp. 331-335]
- «Teatro para o povo. Nem tudo se perdeu», *Mensário das Casas do Povo*, 71 (1952) pp. 12-13 e 15. [reeditado em *Terra de Miranda. Coisas e Factos...*, de 1991, pp. 387-393]
- «A ascensão de Nossa Senhora e um poeta do povo», *Terra Lusa*, 2 (1952) pp. 41-43. [reeditado em *Terra de Miranda. Coisas e Factos...*, de 1991, pp. 241-247]
- «O Galandum — Coreografia Popular Transmontana, III», em colaboração com J. Santos Júnior e Afonso Valentim, *Douro Litoral*, 5.ª série, 7-8 (1953) pp. 3-18. [excertos também publicados em *Boletim dos “Amigos de Bragança”*, 27 (1960), pp. 4-8]
- «Em defesa da língua. Os nomes cristãos com que a língua portuguesa baptizou as terras e as pessoas», *Mensário das Casas do Povo*, 79 (1953) pp. 8-9. [reeditado em *Terra de Miranda. Coisas e Factos...*, de 1991, pp. 349-353]
- «A boa educação em Portugal», *Mensário das Casas do Povo*, 83 (1953) pp. 14-15. [reeditado em *Terra de Miranda. Coisas e Factos...*, de 1991, pp. 343-347]
- «Santo António guia filosófico e moralista do povo português», *Mensário das Casas do Povo*, 84 (1953) pp. 3-4. [reeditado em *Terra de Miranda. Coisas e Factos...*, de 1991, pp. 307-311]
- «O Concurso Internacional de Canções e Danças Populares na “Feria Internacional del Campo”, em Madrid», *Mensário das Casas do Povo*, 89 (1953) pp. 12-13.
- «Meditação para as Casas do Povo (II). Matrimônio e vida no lar na Idade Média» *Mensário das Casas do Povo*, 99 (1954) pp. 14-15

- e 22. [reeditado em *Terra de Miranda. Coisas e factos...*, de 1991, pp. 337-342]
- «Meditação para as Casas do Povo (III). Educação familiar na Idade Média» *Mensário das Casas do Povo*, 101 (1954) pp. 6-7.
- «Adágios e manifestações da poesia popular mirandesa no hagiológico através do ano», *Mensário das Casas do Povo*, 103 (1955) pp. 15-17. [cfr. as pp. 31-43 do *Cancioneiro popular e danças populares mirandesas* de 1984]
- «Malha do cereal na Cardenha e coro dos malhadores», com Afonso Valentim e J.R. Santos Júnior, *Douro Litoral*, 5.^a série, 7-8 (1955) pp. 3-26.
- «Essência do folclore. Algumas opiniões sobre o facto folclórico» *Mensário das Casas do Povo*, 119 (1956) pp. 14-15. [reeditado em *Terra de Miranda. Coisas e factos...*, de 1991, pp. 7-15]
- «O facto folclórico e a tradição» *Mensário das Casas do Povo*, 121 (1956) pp. 10-11. [cfr. o art. reeditado em *Terra de Miranda. Coisas e factos...*, de 1991, pp. 7-15]
- «O culto dos mortos. Usos e costumes portugueses e cristãos; para além da vida... esperança de resurreição» *Mensário das Casas do Povo*, 123 (1956) pp. 7-9. [cfr. o art. reeditado em *Terra de Miranda. Coisas e factos...*, de 1991, pp. 371-377]
- «Hossanápio. Expressão popular transmontana, remate corrupto da 1.^a estrofe do hino Gloria Laus — na liturgia do Domingo de Ramos e na representação popular do “Auto da Ressurreição”. Os desvirtuamentos e corruptelas de certas interpretações populares», *Ocidente*, 51 (1956) pp. 65-73. [também publicado em *Boletim dos “Amigos de Bragança”*, 36 (1962), pp. 13-16; comunicação apresentada no I Congresso Nacional de Etnografia e Folclore, secção D, Braga 1956]
- «Teatro Rural em Trás-os-Montes», *Revista Ocidente*, 51, n.º 224 (1956) pp. 181-191 [também publicado em *Boletim dos “Amigos de Bragança”*, 24, 1959, pp. 1-5; comunicação apresentada no I Congresso Nacional de Etnografia e Folclore, secção D, Braga 1956].
- «A dança dos paulitos», *Revista Ocidente*, 53, n.º 284 (1957) pp. 153-164. [também publicado em *Boletim dos “Amigos de Bragança”*, 23, 1959, pp. 6-7]
- «O P.e Firmino A. Martins: um etnógrafo e folclorista transmontano» *Mensário das Casas do Povo*, 235 (1958) pp. 14-15.

- «Coreografia Popular Transmontana IV — O pingacho», em colaboração com Bento Bessa e J. R. Santos Júnior, *Douro Litoral*, 8.^a série (1957) pp. 5-23 + II estampas. [excertos também publicados em *Boletim dos “Amigos de Bragança”*, 37 (1962), pp. 38-40]
- «Las siete armanas», *Boletim dos “Amigos de Bragança”*, 17 (1958), p. 23.
- «Uma obra imensa que define um grande homem» *Mensário das Casas do Povo*, 145 (1958) pp. 8-9. [sobre José Leite de Vasconcelos]
- Grupo folclórico mirandês de Duas Igrejas (Pauliteiros de Miranda) — Programa*, Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa 1959 (33 pp.).
- «Diversidades sub-dialectais do Mirandês», in *Actas do Colóquio de Estudos Etnográficos “Dr. José Leite de Vasconcelos”*, Vol. III (pp. 329-341), Junta de Província do Douro Litoral, Porto 1960 [também editado em Madrid no mesmo ano, em publicação não identificada].
- «O mosteiro cisterciense de Santa Maria de Moreruela», *Boletim dos “Amigos de Bragança”*, 25 (1960), p. 10.
- Nôssa alma i nôssa tiêrra*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1961 (XVI + 156 pp., XI estampas). [Obra poética em mirandês, com importante estudo desta língua]
- «Nossa alma i nossa tierra. Las siete armanas (tradições)», *Boletim dos “Amigos de Bragança”*, 36 (1962), pp. 16-17.
- «Apontamentos sobre o conto popular mirandês», in *Actas do Congresso Internacional de Etnografia promovido pela Câmara Municipal de Santo Tirso de 10 a 18 de Julho de 1963*, vol. VI: *Colóquio sobre o conto popular* (pp. 297-308), Junta de Investigação do Ultramar, Lisboa 1963 [inclui uma recolha de 7 contos; reeditado em *Terra de Miranda. Coisas e factos...*, de 1991, pp. 291-301].
- «Documentos medievais sobre Portugal existentes em alguns arquivos de Espanha», *Bracara Augusta*, 16-18 (1964) pp. 379-408 + VI.
- «O distrito de Bragança nos domínios da etnografia e do folclore», *Mensageiro de Bragança*, 22.8.1964, pp. 33 e 37.
- Vinte anos de acção cultural e artística — Grupo folclórico mirandês de Duas Igrejas (da F.N.A.T.)*, Bragança 1965.
- «A Guerra dos Sete Anos ou Guerra do Mirandum», *Ethnos*, 5 (1966) pp. 343-364 [também publicado como separata e com

- acrescentos: *A Guerra dos Sete Anos ou Guerra do Mirandum. Deste trabalho se fez o guião para o filme "A guerra dos sete anos"*, Tipografia Académica, Bragança, s/d, 52 pp.]
- «Contribuição para o rimanceiro mirandês», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 21, fasc. 1-4 (1969) pp. 243-266. [Os rimances aqui recolhidos foram retomados em *Cancioneiro tradicional e danças populares mirandesas*, de 1984, pp. 134-140 e outras].
- A guerra Fantástica de 1762* (Opúsculos II) Ed. do Autor, Bragança 1969 (7 pp.).
- A guerra dos Sete Anos, Invasão de Portugal pelos exércitos bourbónicos. Campanha das Beiras — de Penamacor a Vila Velha de Ródão — na correspondência oficial existente no Arquivo Geral de Simancas, em Espanha 16-9-1762 a 31-10-1762*, (Opúsculos III) Ed. do Autor, Bragança, 1970, 7 pp.
- A guerra dos Sete Anos, Invasão pelos exércitos bourbónicos. 1761-1763*, (Opúsculos IV) Ed. do Autor, Bragança, 1971, 11 pp.
- «O abrigo rupestre da "Solhapa" — em Duas Igrejas, Miranda do Douro», *O arqueólogo português*, Série III, 6 (1972) pp. 33-61 + XXVIII estampas [separata de 32 pp., 9 desenhos, uma carta corográfica, 28 estampas].
- «Coplas do Bandarra" em um manuscrito mirandês do século XVIII» [* texto datado de Maio de 1972, de publicação não localizada, mas que se encontra re-editado em *Cancioneiro tradicional e danças populares mirandesas*, de 1984, pp. 241-253]
- «Ara a Júpiter Depulsori, dedicada por um veterano da Legio VII Gemina», *Revista da Faculdade de Letras do Porto, Série História*, 3 (1973) pp. 4-9. [cfr. as pp. 123-126 de «Epigrafia latina aparecida entre Sabor e Douro desde o falecimento do Abade de Baçal — 1947», *Brigantia*, 7, fasc. 1-2 (1987) pp. 101-132]
- Fundação do Castelo de Algosó. Quem era D. Mendo Bofino, testemunha e confirmante da doação do Burgo do Porto, por D. Teresa em 1120?*, Escola Tipográfica, Bragança 1974 (37 + II pp.).
- «Dança, na Antiguidade e na Idade Média», *Revista de Dialectologia y Tradiciones populares*, [Madrid] 32, cuadernos 1-4 (1976) pp. 371-403. [retomado em *Cancioneiro popular e danças populares mirandesas* de 1984, pp. 351-431]
- «Árula Romana a Júpiter Conservator (Lagoaça — Freixo de Espada à Cinta)», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 23, fasc. 1 (1977) pp. 169-176. [cfr. as pp. 126-131 de «Epigrafia latina aparecida entre Sabor e Douro desde o falecimento do Abade de Baçal — 1947», *Brigantia*, 7, fasc. 1-2 (1987) pp. 101-132]
- «Expansão literária do mirandês», *Boletim da Sociedade de Língua Portuguesa*, 28 (Jan-Mar 1977) pp. 20-24.
- «Ponte romana sobre o rio Tuela em Torre Dona Chama e restos de antiga calçada e talvez de uma mansão», comunicação apresentada ao *Congresso internacional para a investigação e defesa do património — 8º centenário da fundação do Mosteiro cistercienses de Alcobaça*, 1978. [* publicação não localizada]
- «O Mosteiro cisterciense de Santa Maria de Moreuella em Zamora e os reis de Portugal, nos séculos XIII, XIV, XVI», comunicação apresentada ao *Congresso internacional para a investigação e defesa do património — 8º centenário da fundação do Mosteiro cistercienses de Alcobaça*, 1978. [* publicação não localizada]
- «Património cultural, seu estado actual e alguns problemas», comunicação apresentada ao *Congresso internacional para a investigação e defesa do património — 8º centenário da fundação do Mosteiro cistercienses de Alcobaça*, 1978. [* publicação não localizada]
- «Ponte romana no rio Tuela e síntese das vias e pontes romanas no nordeste transmontano», *Trabalhos de Antropologia e Etnografia*, 23, fasc. 2-3 (1978), pp. 279-288 + VI estampas.
- «Scôba frolida à Agosto...» *Lhiênda de Nossa Senhora del Monte de Dúes Igrejas (Em mirandês)*, Miranda do Douro, 1979, 27 pp. + 2 estampas, (2.ª edição, 1983).
- «Subsídios para um Tratado de dialectologia portuguesa. Origens do mirandês [VI]», *Revista de Portugal*, Série A- Língua Portuguesa, nº especial (1979) pp. 14-18. [continuação de artigos publicados na mesma revista entre 1945 e 1947]
- «Coreografia Popular Transmontana (Moncorvo e Terra de Miranda)», em colaboração com Santos JÚNIOR, in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 23, fasc. 4 (1980) pp. 439-587 + XXIV estampas [separata de 150 pp. + 68 estampas e desenhos, com capa do pintor Mestre Camarinha].
- «Roma na Terra de Miranda», in *Actas do seminário de Arqueologia do noroeste peninsular*, Sociedade Martins Sarmento, Guimarães 1980, pp.
- «A poesia popular mirandesa, cantada ou falada na linguagem quotidiana», in *Brigantia* 1, fasc. 1 (1981) pp. 5-15. [retomado

- em *Cancioneiro popular e danças populares mirandesas* de 1984, pp. 19-29]
- «Pinturas esquemáticas de Penas Róias, Terra de Miranda do Douro», com Carlos Alberto FERREIRA DE ALMEIDA, *Arqueologia*, 3 (1981) pp. 43-48.
- «Prémio europeu de arte folclórica concedido ao Grupo de Pauliteiros de Miranda do Douro», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 24, fasc. 2 (1982) pp. 381-392. [retomado em *Cancioneiro popular e danças populares mirandesas* de 1984, pp. 581-597]
- «O Museu Mirandês, ou Museu da Terra de Miranda (Razões da sua existência e do seu futuro)» *Brigantia*, 3, fasc. 1 (1983) pp. 33-42 [reeditado em *Terra de Miranda...*, 1991, pp. 101-112].
- Grupo folclórico mirandês de Duas Igrejas (Pauliteiros de Miranda). Prémio europeu de arte popular*, Ed. do Autor, Duas Igrejas, 1983 (96 + 22 pp.).
- Cancioneiro Tradicional e Danças Populares Mirandesas*, vol. I, Escola tipográfica, Bragança, 1984 (XXXIX + 597 pp. que incluem XXXII estampas). [embora a maior parte da obra seja a edição de recolhas inéditas realizadas por A.M.M. desde os seus 20 anos, incluem-se aqui alguns artigos previamente publicados, reproduzidos na íntegra ou com modificações]
- «A dança do “Mirandum”», *Planalto Mirandês*, 12 (Março 1984) p. 5 [extracto do livro anterior]
- A guerra dos sete anos ou guerra do Mirandum. Deste livro se fez o guião para o filme de larga metragem “A Guerra do Mirandum*, Bragança, 1984 [inclui o relato, em fac-símile, do Marquês de Sarriá, acerca da catástrofe que destruiu a Praça de Miranda do Douro].
- Nossa senhora do Naso. Rainha dos mirandeses*, Escola tipográfica de Bragança, Bragança, 1984 [ver «Loas populares mirandesas à senhora do Naso», incluído em *Terra de Miranda. Coisas e factos...*, de 1991, pp. 255-263; inclui quadras em mirandês, traduzindo em apêndice algumas orações para mirandês, notando-se que em Miranda «nunca se terá rezado em mirandês»].
- «Vida e obra do Abade de Baçal», *Amigos de Bragança. Boletim de informação e estudos regionalistas*, 7ª série, 9-10 (Junho-Julho 1985) pp. 10-27.
- «Bio-Bibliografia do Abade de Baçal, evocando os 120 anos do seu nascimento», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 25, fasc. 1

- (1985) pp. 141-159. [inclui fac-símile e edição de carta do Abade ao A., de 20.03.1945]
- «Um apontamento de vida rural para a história económica moderna. O preço do centeio numa aldeia mirandesa, desde 1621 a 1885», *Brigantia*, 5, fasc. 1 (1985) pp. 5-31.
- «O Abade de Baçal. O arqueólogo, o homem e o seu espírito crítico de mestre consumado», *Brigantia*, 5, fasc. 2-4 (1985) pp. 703-706 [inclui 2 cartas do Abade a A.M.M.].
- «Os cem anos de Mons. José de Castro», *Brigantia*, 5, fasc. 4 (1985) pp. 445-446.
- «1ª carta do Abade de Baçal ao Dr. António Maria Mourinho sobre bibliografia mirandesa», *Planalto Mirandês*, 17 (Out.-Nov. 1985) p. 4.
- «Invasão de Trás-os-Montes e das Beiras na Guerra dos sete anos pelos exércitos borbónicos, em 1762, através da correspondência oficial dos comandantes chefes Marquês de Sarriá e Conde de Aranda», *Anais da Academia Portuguesa de História*, 31 (1986) 3337-442 + VII estampas [Comunicação apresentada em sessão da A.P.H. de 22.04.1983]
- O grande mestre J. Leite de Vasconcelos e o mirandês*, 1986. [* publicação não localizada; cit. no *Boletim da A.P.H.*, 54, 1993-94, p. 29]
- «Epigrafia latina aparecida entre Sabor e Douro desde o falecimento do Abade de Baçal – 1947», *Brigantia*, 6, fasc. 1-3 (1986) pp. 3-36; 7, fasc. 1-2 (1987) pp. 101-132.
- «O mirandês cultivado, desde o princípio do século XX», *Mensageiro de Bragança*, 10.10.1986.
- «A cultura histórica e literária do mirandês», *Mensageiro de Bragança*, 17.10.1986.
- «A Língua Mirandesa em manuscritos do Séc. XVII e XVIII — Testamentos de Vila Chã de Barçosa e de Paradela», in *Mensageiro de Bragança*, 31.10.1986.
- «A lição dos testamentos do nordeste transmontano», *Mensageiro de Bragança*, 26.12.1986.
- «Os Evangelhos em Mirandês», *Planalto Mirandês*, 22 (Julho 1987) p. 4; também publicado em *Mensageiro de Bragança*, 7.8.1987.
- «A lição das 1.as Jornadas de Língua e Cultura Mirandesa», *Voz do Planalto*, Março de 1987; também publicado em *Mensageiro de Bragança*, 14.8.1987.

- «Remanse del juramento — Malhadas ganhada yê!...». Poema em mirandês», *Planalto Mirandês*, 21 (Março 1987) p. 2.
- «Três eremitérios no Douro, em Terra de Miranda», *Gaya — Revista do Gabinete de História e Arqueologia de Vila Nova de Gaia*, 5 (1987) pp. 195-198.
- Cancioneiro Tradicional Mirandês*, de Serrano Baptista, Apresentação e notas de António Maria Mourinho, Miranda do Douro, 1987, 100 pp.
- «O ensino oficial da língua mirandesa nas escolas locais», *Planalto Mirandês*, 20 (Dezembro 1987) p. 1.
- «Prólogo do Evangelho de S. João, traduzido em língua mirandesa, precedido de um pequeno comentário em Português para 3.^a Missa do Natal», *Mensageiro de Bragança* de 19.12.1987.
- «Os Evangelhos da Páscoa em mirandês, com um pequeno preâmbulo em português», *Mensageiro de Bragança* de 31.3.1988.
- «O romanceiro cantado em Terra de Miranda», Comunicação apresentada no *Seminário sobre literatura oral da Fundação Calouste Gulbenkian, 21 a 26 de Novembro de 1987* [* publicação não localizada]
- «A população das terras da antiga diocese de Miranda, em 1732», *Brigantia*, 8, fasc. 1-2 (1988) pp. 3-12.
- «A língua mirandesa como vector cultural do nordeste transmontano», em *Actas das 1as. Jornadas de língua e cultura mirandesa*, s/ed., Miranda do Douro, 1987, pp. 75-88. [também publicado em *Brigantia*, 8, fasc. 3-4 (1988) pp. 3-27: «O dialecto mirandês como vector cultural do nordeste transmontano»; inclui edição de textos em mirandês]
- «A língua mirandesa. Tempo e espaço», comunicação apresentada ao *Colóquio internacional de línguas minoritárias*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, Outubro de 1990. [* publicação não localizada; cit. no *Boletim da Academia Portuguesa de História*, 54, 1993-94, p. 30]
- «Os monges de Cister e Santa Maria de Moreruela e a colonização do Nordeste Transmontano nos séculos XII, XIII, XIV e XV», comunicação apresentada ao *Colóquio sobre a Morte de S. Bernardo, IX Centenário*, Academia Portuguesa de História, Lisboa 1990. [* publicação não localizada]
- «La bôila de Sendim», *A voz do Nordeste transmontano*, 19.9.1990

[poema em sendinês, proferido aquando da elevação desta aldeia a vila].

- «*Memórias de Torre de Moncorvo* e seu termo e *Descrição da villa de Freixo de Espada Sinta* (sic) e outras mais notáveis della e seu districto, 1721. Notícias para a Real Academia de História Portuguesa. Milagres atribuídos nesta zona a D. Frei Bartolomeu dos Mártires, no princípio do século XVIII», *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Congresso Internacional. Actas*, 3 vol., *A Catedral de Braga na História e na Arte (séculos XII-XIX)*, (Memorabilia Christiana 1), Faculdade de Teologia de Braga da Universidade Católica—Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, Braga 1990, vol. II/2: pp. 489-501.
- Oração da última hora. Ave Maria!... Santa Maria!...*, 1991, 16 pp. + IV gravuras. [poema] [* publicação não localizada; cit. no *Boletim da Academia Portuguesa de História*, 54, 1993-94, p. 30]
- Terra de Miranda. Coisas e Factos da Nossa Vida e da nossa Alma Popular*, Câmara Municipal de Miranda do Douro, Miranda do Douro 1991, XIV + 510 pp. (com mais de 100 gravuras) [colectânea de textos inéditos e outros já publicados entre as décadas de 40 e 60, sobre património, etnografia, museologia, arqueologia e etnografia, religiosidade, literatura popular, história local e regional, língua mirandesa, teatro. Incluem-se também textos, sobretudo notícias de imprensa, sobre actividades em que o Autor esteve envolvido. Os textos aqui reunidos apareceram em publicações como *O Século*, *Novidades*, *Letras e Artes*, *Mensageiro de Bragança*, *Mensário das Casas do Povo*, *Ocidente*, mas as fontes nunca são referidas].
- El-rei D. Dinis e a criação da vila fortificada de Miranda do Douro e o seu termo*. Comunicação apresentada na sessão de 2 de Outubro de 1992 da Academia Portuguesa de História. [* publicação não localizada; cfr. *Boletim da A.P.H.*, 53, 1991-92, p.]
- «A acção e influência dos monges de S. Bernardo no Nordeste Transmontano (séc. XII-XVI), partindo de Santa Maria de Moreruela em Leão», *Congreso internacional sobre S. Bernardo e o Cister en Galicia e Portugal*, 2 vol., Ed. del Monasterio de Osera, Ourense/Orense 1992, vol. I, pp. 635-648.
- «Breves notas sobre a língua mirandesa desde há cem anos», [Nota de abertura e apresentação da edição fac-similada dos Vol. I e II dos] *Estudos de Filologia Mirandesa* de José Leite de Vasconcelos

- [ed. original 1900 e 1901], Câmara Municipal de Miranda do Douro, Miranda do Douro, 1992 e 1993 [16 pp sem numeração].
- «A “Épico-lírica” rusticidade mirandesa, na mais bela expressão poética do P. Manuel José Preto em *Bersos mirandeses*, seu livro póstumo», *Brigantia*, 13 (1993) pp. 17-33.
- «A reconstrução da ponte da povoação de São Joanico no concelho de Vimioso», in *Brigantia*, 14, fasc. 3-4 (1994) pp. 15-36.
- Auto da sagrada Ressurreição de Nosso Senhor Jesus Cristo*. Comunicação apresentada na sessão de 16 de Agosto de 1994 da Academia Portuguesa de História. [* publicação não localizada; cfr. *Boletim da Academia Portuguesa de História*, 55, 1994-95, p. ; ver abaixo a secção sobre publicações em elaboração ou projecto]
- «Os dialectos leoneses em território português», in *Variação linguística no espaço, no tempo e na sociedade. Actas do encontro Regional da Associação Portuguesa de Linguística. Miranda do Douro (Setembro de 1993)*, Associação Portuguesa de Linguística - Edições Colibri, Lisboa, 1994, pp. 281-295.
- «Como era a vida entre a gente rústica no Norte e Nordeste transmontano vista através dos testamentos do século XVIII», in *Amar, sentir e viver a História. Estudos de homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão* (2 vol.), org. de Maria do Rosário Themudo Barata Azevedo Cunha — António Dias Farinha — Manuela Mendonça — Margarida Garcês Ventura, Ed. Colibri, Lisboa 1995, vol. I, pp. 129-146.
- Curriculum vitae. Notas culturais*, Câmara Municipal de Miranda do Douro, Miranda do Douro 1995
- «O ferro forjado no Nordeste transmontano», in *As idades do ferro*, Ed. do Instituto de emprego e formação profissional, s.l., 1995, pp. 36-39.
- «A cultura da pedra em Trás-os-Montes», in *As idades da pedra*, Ed. do Instituto de emprego e formação profissional, Lisboa 1996, pp. 22-25.
- «Acção e influência dos monges de S. Bernardo no Nordeste Transmontano (ss. XII-XVI). Santa Maria de Moreruella, em Leão», *Anais da Academia Portuguesa de História*, II série, 37 (1998) pp. 55-72. [Comunicação apresentada ao colóquio da Academia, comemorativo do IX centenário do nascimento de S. Bernardo, em Lisboa 18 de Outubro de 1990]

b) Publicações deixadas em elaboração ou projecto

Para além dos textos enviados para os editores, mas cujo local de publicação não foi localizado (já assinalados atrás com o sinal *), António Maria Mourinho regista em duas das suas últimas obras (*Terra de Miranda*, de 1991, p. 6 e *Curriculum vitae*, de 1995, pp. 41, 47, 49-50) os estudos que tinha em elaboração ou em projecto nos últimos anos de vida e dos quais se encontrarão traços entre o seu espólio, que pertence actualmente à Câmara Municipal de Miranda do Douro. Enquanto se aguarda o inventário desse rico espólio, registam-se aqui os títulos previstos para essas obras:

- Arquitectura popular do Nordeste (1 volume).
- Artesanato de Ferro Forjado em Terra de Miranda [um pequeno estudo sobre este tema foi publicado em 1995].
- Auto da Ressurreição de Nosso Senhor Jesus Cristo - Trabalho de teatro sacro quinhentista, em redondilha maior, com introdução e notas sobre o seu possível autor, fontes de que este se serviu para a sua elaboração e notas locais sobre a sua representação em Terra de Miranda, a que o autor assistiu muitas vezes, com notas sobre autenticidade do texto e sua possível alteração pelos regradores (1 volume de 200 páginas).
- As campanhas militares de Trás-os-Montes e da Beira, na Guerra dos Sete Anos, através da correspondência oficial do Marquês de Sarriá e do General Conde de Aranda, existentes no Arquivo General de Simancas (1 volume) [parece apontar para os títulos de pequenos opúsculos publicados em 1964, 1966, 1970 e 1985]
- Cancioneiro Tradicional Mirandês, Vol. III.
- Cartas do Abade de Baçal ao Padre António M. Mourinho (200 páginas dactilografadas, com prefácio e notas do destinatário).
- Contos e lendas populares mirandesas (1 volume).
- O dialecto mirandês e a sua constante histórica (1 volume).
- Ditos dezideiros, provérbios e refrãos mirandeses, coligidos entre o povo mirandês (1 volume em mirandês); obra outras vezes designada como Provérbios e adágios mirandeses, ou Adagiário tradicional mirandês. [Em 2000 anunciado pela Editora Campo das Letras como vindo a integrar a sua colecção “Letras mirandesas”]
- Etnografia e Folclore Mirandês.
- Língua e literatura mirandesa (1 volume).

A língua mirandesa - História e linguística - Textos impressos, antigos e actuais.

Relações Medievais entre o Nordeste Português e Leão, através de documentos existentes em arquivos de Espanha e Portugal (1 volume).

Restos da Arquitectura Popular Transmontana.

Sobrevivências de comunitarismo agro-pastoril e de natureza socio-religiosa, no Nordeste Português (1 volume).

Sobrevivências românicas de arquitectura religiosa entre Douro e Tua [também referido como Sobrevivência do românico entre Douro e Tua] (1 volume).

Teatro popular (2 volumes, com notas locais).

O teatro rural em Terra de Miranda.

Comunicações

Manuela Barros Ferreira
(Centro de Linguística da Universidade de Lisboa)

Em Torno da Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa

Nesta homenagem ao Dr. António Maria Mourinho não posso deixar de lembrar que ele, como escritor e militante da causa mirandesa, foi uma das pessoas que mais sentiram a necessidade de uma norma de escrita e que foi o primeiro a apoiar, na prática, a ideia da Convenção Ortográfica. Como assessor para a cultura do Presidente da Câmara de então, foi ele o grande intermediário entre o grupo da Convenção (que se constituiu em 1994) e a Autarquia. Até nesse aspecto sentimos profundamente a sua falta.

.....

Esta comunicação é uma tentativa de dar resposta a uma série de perguntas que me têm sido postas com bastante frequência. [São colocadas entre parêntesis rectos as informações que foram actualizadas no momento da entrega deste texto aos organizadores].

1. Gostaria de começar com uma questão que deixei em suspenso em Oviedo, em 1994 (cito): “Quando um monumento ameaça ruína, quem defende a sua recuperação tem de responder a uma pergunta fundamental: como dar-lhe nova vida?”¹

A língua é um monumento feito de ar - as palavras da fala. Aquilo que nós tentámos fazer, com a Convenção ortográfica, foi reforçar esse monumento, dando-lhe a possibilidade de se manifestar em suportes mais duradouros. Ao mesmo tempo, mostrámos que o mirandês, como qualquer outra língua românica, se pode exprimir por escrito de uma forma unificada, acessível a qualquer pessoa e

¹(1995) “O mirandês e as línguas do Noroeste peninsular”, *Lletres Asturianes*, nr.57: 7-22, Oviedo.

exequível em qualquer máquina; e demonstrámos - mais uma vez - que tem formas gramaticais perfeitamente regulares e que, quanto mais lhe pedíamos, mais a língua se revelava completa e sem sombra de rudeza.

Ouve-se dizer muitas vezes que o mirandês é a língua do lar, da amizade e do amor. Há quem veja neste dito uma espécie de condenação da língua, por ser confinada ao ambiente familiar e porque não teria, nem poderia ter, a capacidade de expressar ideias mais altas que os pensamentos banais do dia a dia. Ora isto não é verdade: qualquer língua pode expressar qualquer nível de pensamento - qualquer língua pode incorporar no seu léxico todo o tipo de neologismos e com ele e com a sua gramática construir um número infundável de frases. Mas é um facto - isso sim - que existem círculos de comunicação diferentes. Hoje em dia, em Portugal, cada um de nós é chamado a situar-se no centro de, pelo menos, três círculos de comunicação. O maior é o grande círculo do mundo todo, onde há uma língua que se tornou praticamente universal: o inglês. Temos, no círculo nacional, outra língua. E nos círculos mais pequenos de convivência usamos registos específicos - o coloquial no círculo da família e dos amigos, e, entre colegas, o técnico que só os nossos pares entendem - e que eu, hoje, aqui, pus de parte, gostosamente. Em qualquer grupo de pessoas com interesses comuns se podem constituir conjuntos de palavras e de sinais específicos que diferenciem esse grupo dos demais e que permitam um imediato reconhecimento mútuo. Um caso limite (e que por isso é eloquente) é o das gírias. Estas linguagens têm por funções as de servirem de barreira defensiva e de aumentarem a coesão do grupo. Quando um círculo restrito de comunicação tem necessidade de se defender por qualquer motivo ou de resistir a qualquer opressão, ele encontra um código secreto em que se refugia. Esse código é mutável, passageiro e não se aprende no berço. O mirandês não é uma gíria: ao contrário destas, transmite-se com grande constância de geração em geração, apreende-se desde o berço e não tem qualquer intenção de ser secreto. No entanto pode ter, e tem de facto, as funções de coesão social, de reforço da solidariedade, de compreensão mútua que as gírias evidenciam. Mais do que isso, a sua capacidade de ser o veículo do equilíbrio social de toda uma zona é infinitamente maior e mais natural do que a de qualquer gíria. Eu penso que o facto de o mirandês ser a língua da família e dos vizinhos (enquanto que noutras situações é utilizado o português, numa alternância a que a "gíria" dos linguistas chama de *diglossia*), - em vez de ser visto como um estigma, deve ser, pelo

contrário, a chave da sua recuperação como língua viva: enquanto for usado na família e entre vizinhos, o mirandês tem o seu futuro assegurado. Uma língua só morre quando os pais, que a aprenderam desde o berço, desistem de a transmitir por sua vez aos seus filhos. A vocação do mirandês não é universalista - não pretende ser a língua do círculo maior, nem do círculo médio, nacional, de que antes falei. A sua vocação é a afirmação da autenticidade, arreigamento e continuidade da população de uma zona.

E isto é importante porquê? Como sabeis, o interior do país está a esvaziar-se a favor da periferia das cidades. A agricultura, sobretudo a tradicional, a desaparecer. Mas enquanto noutros lados as vacas enlouquecem, em Miranda ainda há a posta mirandesa. Lá, ainda há pastos limpos. Lá ainda talvez seja possível viver da agricultura e dar nova vida à lavoura - não a agricultura à pressão, transgénica, quantitativa, mas a agricultura ecológica, qualitativa, que agora faz enriquecer os mercados mais luxuosos. Parece necessário revalorizar a agricultura - e isso deveria passar pela redignificação dos agricultores, que sempre constituíram a camada da população menos prezada pelos cidadãos. A sua linguagem sempre foi escamoteada. No entanto, foram os camponeses que mantiveram vivas as línguas, mesmo nos momentos de maior opressão externa ou interna. Veja-se o galego, que perdurou na Galiza através dos séculos graças à população dos campos, ou o próprio mirandês, que já no princípio do século não se falava na cidade, mas apenas nas aldeias. Que nova vida terá esta língua? - perguntava eu, há cinco anos. É que "não basta reconstruir, é preciso que aquilo que se reconstrói se torne um valor querido, para que se não desmoroze outra vez alguns anos depois"². Por isso, rodeando a tarefa fundamental - mas um tanto utópica - que seria a de proteger e dignificar a condição das pessoas que a falam, a maneira de tornar querido este valor é fazê-lo brilhar, mostrando de todas as maneiras possíveis a sua beleza, a sua força emotiva, a sua capacidade de expressar sentimentos e ideias. Muito melhor do que eu o faço, em português, diz tudo isto, em mirandês, José Francisco Fernandes: "Cum o ajudar la lhaboura/ Que tan anrascada anda? / Quien nun bei que sin lhaboura / Quei será desta Miranda? (...) Cun esta lhaboura assi /Ls nuossos niêtos, talbeç/ Un die oubirán cuntar/ Cun pena: "Era ua beç..." "Era ua beç ua lhaboura/ Cun sues baquitas bormeilhas/ Cun marrafa i cuôrnos lindos/ I plindrengos nas oureilhas... (...) Era ua beç

² *ibidem*.

ua pinga/ Que nas cubas se metie.../ Que persunto i que fumeiro,/ Todo de l melhor que habie! ... Era ua beç un cunceilho/ Que colhie pan para mil/ Cun aradas i cun senaras/ I sin scoba nin adil"... Cun este suôinho malino/ Stremece miu coração:/ Se isto ten algun remédio,/ Adonde stará el, anton? Tenemos que l buscar todos,/ Ounidos mais do que agora,/ Bien ciêrtos de que l remédio/ Ben mais de nós que de fuôra"³.

De facto - sem querer retirar responsabilidades aos que de fora estamos - só vós sabeis verdadeiramente amar a vossa terra e a vossa língua.

2. Segunda pergunta: O mirandês é uma língua ou um dialecto? Este é um assunto polémico. O último trabalho que conheço sobre ele é um de Cristina Martins⁴, que já responde directamente a esta questão. Por isso, antes de retomar o caso concreto do mirandês, devo lembrar que a dicotomia língua/ dialecto tem, geralmente, menos de linguístico que de político: a definição de ambos os conceitos varia não só de país para país, como, dentro de cada país, varia consoante as posições ideológico-políticas (implícitas) dos linguistas. Existe, além disso, uma diferença entre o senso comum - que tende a valorizar a noção de "língua" e a desvalorizar a de "dialecto" - e a posição científica, que, por princípio, se reclama isenta de factores valorativos. Mas, por muito isenta que o queira ser, isso torna-se difícil no caso destes conceitos, na medida em que se trata de termos de uso geral a que não se podem colar, de cada vez que se usam, etiquetas tais como "para os linguistas" e "para o senso comum". A imediata compreensão, por qualquer pessoa, das definições de termos tão gerais como estes, é extremamente desejável, por facilitar a troca de ideias fora de torres de marfim. Estão neste caso as definições de 'língua' e 'dialecto' propostas pelo professor espanhol Manuel Alvar. Porém cito-as, não por serem compreensíveis para qualquer pessoa, mas por dizerem respeito a uma focagem político-ideológica do problema que, no meu parecer, não pode dispensar outros tipos de aproximação. Passo a citar:

'Língua' - "un sistema lingüístico caracterizado por su fuerte diferenciación, por poseer un alto grado de nivelación, por ser vehículo de una importante tradición literaria e,

en ocasiones, por haberse impuesto a sistemas lingüísticos del mismo origen" (Alvar, 1996, p.12)⁵

Exceptuando a primeira característica, as demais merecem alguma reflexão crítica. Reparemos, por exemplo, que o último requisito não é obrigatório, pois se verifica apenas às vezes ("en ocasiones"). Além disso, o tomar como definitório do conceito 'língua' o facto de um sistema linguístico ter conseguido dominar outros sistemas linguísticos é uma posição que, no fundo, nega que, nesta "batalha", os vencidos tenham a mesma essência que os vencedores. As outras duas qualidades que figuram nesta definição de língua, embora sejam aquelas que são melhor aceites pelo senso comum (uma língua terá de estar "nivelada" (?) e deverá ter uma importante literatura) são surpreendentes, pois excluem do rol das línguas, à partida, todas aquelas que não têm tradição de escrita.

O problema está em que estas características têm a ver com o lado institucional da língua e não propriamente com uma abordagem linguística da noção de 'língua': elas não podem ser consideradas definitórias do conceito mas sim - e apenas - componentes essenciais da preservação, continuidade, difusão, ensino... das línguas - fazendo parte, em última instância, do rol dos factores da sua sobrevivência num mundo em que a comunicação oral deixou de ser preponderante. É por serem factores importantes para a sobrevivência e por poderem ser índices de uma boa capacidade de afirmação que as línguas minoritárias se esforçam por instituir normas aceites por todos os seus falantes e por incentivar a produção escrita.

Como é evidente, quando 'língua' é definida do modo atrás citado, as línguas que são minoritárias - e que, justamente por o serem, não conseguiram dominar nenhuma outra, não têm literatura importante nem têm um alto grau de nivelção - não poderiam "alcançar a categoria" de línguas. Isto torna-se patente na definição secundária de dialecto dada pelo mesmo autor (p.13): "un sistema de signos desgajado de una lengua común, viva o desaparecida; normalmente, con una concreta limitación geográfica, pero sin una fuerte diferenciación frente a otros de origen común". De modo secundario, pueden llamarse dialectos 'las estructuras lingüísticas, simultáneas a otras, que no alcanzan la categoría de lengua'." (sublinhado meu).

Apesar de todos os reparos, esta definição de dialecto vem reforçar a ideia, já expressa pela anterior definição de língua dada

³ *Miranda yê la mie tiêrra*, ed. do autor, Palaçoulo, 1998.

⁴ "O reconhecimento oficial dos direitos linguísticos da comunidade mirandesa. Notícia e comentário a uma iniciativa do parlamento português sobre matéria linguística", Ciberkiosk, nr.5, Março 1999 (<http://www.uc.pt/Ciberkiosk>).

⁵ "Qué es un dialecto?" in *Manual de dialectología hispánica. El Español de España*, Manuel Alvar (director), Editorial Ariel, S.A., Barcelona.

pelo mesmo autor, de que o que mais conta para a individualização de um idioma são as suas diferenças relativamente aos demais - o que me parece importante.

De qualquer modo, e sem pretender esgotar o assunto ou alcançar a Verdade, parece-me que a questão língua vs. dialecto deve ser encarada pelo menos de três perspectivas: a perspectiva da Linguística Histórica, a perspectiva da Linguística Geral e a perspectiva político-social.

Do ponto de vista da Linguística Histórica, o factor tempo e a miscigenação social são elementos importantíssimos na evolução de uma língua - passando por fases, ou de diferenciação dialectal, ou de pigdinização e criouliização. A diferenciação dialectal, que é o que aqui nos interessa, pressupõe uma língua relativamente unificada à partida. Um dialecto é, sempre, uma língua que adquire ou conserva, por qualquer razão, um conjunto de determinadas características, relativamente superficiais, que outras variedades da mesma língua não adquiriram ou não conservaram. Quer dizer, 'língua' faz sempre parte da definição da palavra 'dialecto'.

Ora o mirandês pertence a um sistema linguístico mais vasto que, ao que dizem grandes historiadores, teve uma real existência histórica. Embora o asturo-leonês (ou o leonês e o asturiano⁶), nunca tenha chegado a ter um claro estatuto de língua oficial, isso não o impediu de ter sido uma língua falada e de durante séculos ter sobrevivido nas aldeias, melhor ou pior, até ao século XX. Das suas variedades, a que hoje apresenta mais afinidades com o mirandês é o leonês ocidental⁷. Embora em Aliste e Sayago (as zonas além-fronteira mais próximas do planalto mirandês⁸) a variedade local esteja praticamente desaparecida, não é possível negar a existência histórica de um conjunto linguístico mais vasto a que o mirandês pertencia. Assim, do ponto de vista da Linguística Histórica, o mirandês é o resultado da diferenciação de uma dada língua, isto é, é um dialecto histórico. Mas isso, pelo que já disse anteriormente, não lhe retira a sua essência de língua.

⁶ Perante a actual polémica sobre a denominação da língua falada em toda a área, e a fim de não ferir susceptibilidades, ou se utiliza uma denominação conjunta, ou se segue um critério histórico-geográfico chamando 'leonês' à língua falada em territórios que foram do Reino de Leão e 'asturiano' à do Principado das Astúrias.

⁷ "Zona 1" do mapa da p. 142 de Julio Borrego Nieto (1996) no artigo "Leonés", in *Manual de dialectología hispánica. El Español de España*, Ariel Lingüística, Barcelona.

⁸ Um inquérito efectuado pelo Grupo de Estudos de Dialectologia do CLUL (de que faço parte) em 1999 em várias aldeias espanholas ao longo da fronteira nordeste revelou serem raríssimos os resquícios leoneses na fala das pessoas, qualquer que seja a sua idade. Os mais velhos, com 80 ou 90 anos, lembram-se vagamente de os seus avós terem tido uma fala diferente.

Se sairmos do terreno da História da Língua para o terreno da Linguística Geral, tão pouco aqui há qualquer diferença de **essência** entre língua e dialecto, mas apenas de extensão: Qualquer dialecto é um sistema linguístico (com algumas marcas próprias) dentro de um sistema linguístico mais vasto; qualquer língua engloba dialectos e se manifesta através deles, na medida em que a variação (no tempo, no espaço e na sociedade) lhe é um factor inerente. Dialectos são, do ponto de vista sincrónico, todas as variedades de uma língua que contêm marcas específicas que permitem determinar a origem geográfica ou social do falante. Assim, deste ponto de vista acontece que o mirandês, sendo, por um lado, um dialecto do asturo-leonês com marcas específicas resultantes da sua própria evolução interna e da sua miscigenação com o português, por outro lado é também um sistema bastante homogêneo, que já deu ele próprio origem a uma pequena diferenciação dialectal - por exemplo o sendinês e o mirandês raiano. No conjunto de variedades que formam uma língua, muitas vezes uma delas, a mais prestigiada, é considerada a norma, o modelo (o que é diferente de ser 'a língua'). Pelo facto de o próprio modelo permitir determinar a origem geo-social do falante, também ele acaba por ser um dialecto.

No que se refere ao mirandês, a variedade que durante o século XX foi considerada pelos estudiosos como uma espécie de norma foi a de Duas Igrejas - porque, tendo sido aquela que José Leite de Vasconcelos descreveu e explicou com maior detalhe, se tornou o único modelo que esses estudiosos podiam seguir.

Agora, do terceiro ponto de vista, o da prática político-social, o estatuto de língua oficial resulta, hoje em dia, apenas da vontade política dos Estados, da sua maior ou menor tendência centralizadora e autoritária. Mesmo nos casos em que um Estado é aberto às diferenças que alberga, várias condições, linguísticas, sociais e sócio-culturais, são necessárias (mas nem sempre suficientes): o idioma em causa, além de ter uma identidade própria bem marcada, que imponha a evidência da sua diferença, tem de ter um número de falantes que justifique e sustente a sua promoção; é conveniente (embora não obrigatório) que esteja normativizado, isto é, que disponha de textos que descrevam o seu sistema de funcionamento e facilitem a aprendizagem e o ensino; e deve ter, além disso, não apenas a vontade de se afirmar por afirmar, mas a capacidade de investir nessa afirmação.

Na prática concreta de todos os países, as condições de existência de um idioma são determinadas pelo teor da sua diferença, pelo seu grau de institucionalização e pela existência ou não existência de uma

norma oficial de escrita, de pronúncia e de gramática. São estes factores que lhe conferem, na prática, ou as condições para existir como língua, ou apenas condições para existir como dialecto - porque, deste terceiro ponto de vista, a distinção entre as duas noções continua a não dizer respeito à essência de cada uma, mas apenas à sua real situação de uso. Assim, sob o prisma da prática político-social pode-se afirmar que a distinção entre língua e dialecto é apenas uma distinção de condições de existência: uma língua tem condições para se manifestar em todos os registos de manifestação, falada ou escrita, de uma comunidade, enquanto que um dialecto, pelas marcas geográficas e/ou sociais que veicula, tem condições de existência mais restritas, sendo utilizado sobretudo na língua falada de círculos restritos e não dispondo de normas específicas de escrita.

Assim sendo, a normatização é uma das acções mais importantes para que um idioma possa alcançar um estatuto de língua oficial.

Por isso foi necessário estabelecer para o mirandês uma norma de escrita. A própria existência palpável dessa norma, que pode ser seguida por não importa que falante, demonstra que o mirandês pode ser descrito como um sistema linguístico independente e auto-suficiente, isto é, é uma língua institucionalizável. Essa norma está agora consubstanciada na Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa [publicada em Julho de 1999] que é uma reformulação e alargamento da Proposta de Convenção Ortográfica Mirandesa publicada (e esgotada) em 1995.

3. Terceira questão: Mas era de facto necessário obter o reconhecimento do mirandês como língua oficial?

A resposta é tão óbvia que faz parecer despropositada a pergunta - e eu não a faria aqui se esta dúvida, tal como as anteriores perguntas, não tivesse sido, de facto, levantada. Basta dizer, creio, que sem a oficialização do mirandês haveria iniciativas que seriam muito mais difíceis de tomar. A oficialização é, antes de mais, um abrir de caminhos - que agora existem para ser percorridos. Não são obrigatórios. No jornal *Público* do dia 21 de Fevereiro de 1999 vinha uma carta de um leitor de Sendim em que se dizia o seguinte a respeito do mirandês (cito): "Em minha opinião, o mais importante não seria escrevê-lo mas sim falá-lo, mais que não fosse pelas pessoas do concelho". De facto, esta é a condição *sine qua non* da existência do mirandês como língua viva. O reconhecimento da língua é um contributo para o seu prestígio, e por conseguinte, um incentivo ao

seu uso. É também por isso que é importante. Desde que começou a ser dada visibilidade à língua mirandesa, vários doutoramentos se estão a fazer no estrangeiro sobre ela. Uma nova espécie de turismo - o turismo estudioso - está a começar na região. Ele implica que pessoas de fora cheguem a Miranda e que em vez de entrarem por uma porta e saírem por outra, se estabeleçam por algum tempo - dias, semanas ou meses. O mirandês, língua oficial, pode fazer desenvolver as tipografias, pode formar professores, pode criar emprego. E pode, sobretudo, dar novas oportunidades de afirmação para as crianças, um novo brio, pode fazer desaparecer os complexos de inferioridade que o falar uma língua menosprezada sempre traz consigo. Foi por tudo isto que se fez a Convenção Ortográfica, foi para tudo isto (e muito mais, certamente) que a Assembleia da República aprovou por unanimidade a lei do reconhecimento do mirandês como língua oficial⁹.

4. Quarta pergunta: Como surgiu a Convenção? Na resposta, incluo a sua breve história, a metodologia seguida e alguns dos princípios a que obedece.

Em 1993, no Encontro Regional da Associação Portuguesa de Linguística realizado em Miranda do Douro, o professor Domingos Raposo falou da dificuldade de ensinar a língua na escola quando não se sabia como a escrever. Por isso a elaboração de um conjunto básico de regras de escrita foi considerada uma necessidade fundamental e foi integrada nas propostas finais do Encontro, entre as várias que visavam a preservação da língua. Nessa altura, a escrita mirandesa apresentava uma grande diversidade: cada autor escrevia a seu modo e, às vezes, num só texto uma palavra aparecia escrita de diferentes maneiras. Esta situação impunha desde logo que a convenção se submetesse a duas exigências: por um lado, tinha de contar com o acordo de representantes das principais variedades da língua e, por outro, teria de atingir um nível de abstracção que permitisse uma leitura diferenciada consoante as pronúncias - como geralmente acontece em qualquer norma ortográfica. Por exemplo, a ortografia portuguesa contém os ditongos *ei* e *ou*, que no sul do país se reduzem, na língua falada, a *ê* e *ô*. Pois apesar de os não pronunciarem, as pessoas do sul escrevem *ei* e *ou*; por outro lado, nos dialectos do norte, o *v* é raro - no entanto as pessoas escrevem *vaca* com *v* e não com *b*. No interior do norte do país, *-ç-* e *-ss-* pronunciam-se de

⁹ Lei nr. 7/99, publicada no *Diário da República*, 1ª série, nr. 24 de 29.01.1999.

maneiras diferentes. Essa diferença já desapareceu no litoral, nas ilhas e em todo o sul, mas a escrita conserva a forma mais antiga. Só através de compromissos - de convenções - deste gênero é que uma norma escrita pode ser reconhecida como um instrumento de identificação colectiva por toda a comunidade de língua.

Para atingir estes objectivos, foi constituída uma equipa de trabalho formada por linguistas e representantes de diferentes variedades do mirandês. Entre os membros dessa equipa foram estabelecidos alguns pontos de entendimento prévio, em relação aos princípios gerais a que a convenção teria de obedecer.

A metodologia de trabalho surgiu naturalmente desde o princípio: como a iniciativa partiu do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, era ele que estabelecia a ordem de trabalhos das reuniões e que fornecia os textos que eram estudados em colectivo. Durante dois dias, esse texto era criticado em conjunto, acrescentado, remodelado e corrigido. Depois das reuniões o texto inicial era passado a limpo, com todas as correcções e achegas, e submetido, por escrito, a uma nova apreciação por parte de cada membro da equipa. Desde a primeira à última página, cada exemplo, cada frase em mirandês foi avaliada por todos os participantes. Realizaram-se três reuniões para estabelecer a primeira Proposta de Convenção de 1995 e duas para a Convenção definitiva. Entretanto, sempre que havia dúvidas, eram resolvidas por telefone e correspondência.

Pela experiência que tive, os critérios que levam a optar por uma solução ou por outra não são exclusivamente de carácter linguístico. Há modos de escrever que são linguisticamente motivados e há outros que têm explicações totalmente diversas e são soluções de consenso ou de compromisso - verdadeiras "convenções" que escondem pareceres diferentes. Para dar uma ideia da diversidade dos critérios, apresento um resumo exemplificado de alguns dos princípios que foram tidos em conta no estabelecimento das convenções que levaram à Convenção geral:

1º — O grupo da Convenção Ortográfica escolheu a perspectiva histórica como principal referência, procurando repor, na medida do possível, a coerência interna de um sistema que se actualiza em variedades que apresentam evoluções desiguais. Pareceu ser este o melhor caminho para uma unificação consensual.

Deste modo, foi reintroduzido na escrita o ditongo *uô*, simétrico de *iê*, que se supunha desaparecido e que por isso fora excluído da

Proposta de 1995.¹⁰ A sua real existência em alguns falantes de mirandês foi confirmada por espectrogramas realizados durante uma sessão de trabalho. Outro exemplo de opção conforme com a história da língua: embora, na fala, possa aparecer o ditongo *ie* com proveniências etimológicas diversas, optou-se por escrever *iê*, com acento circunflexo, apenas nos casos em que resulta da evolução de *e* breve latino. Deste modo, escrever-se-á *tiêrra*, mas *Marie*.¹¹ Nesta mesma linha, procurou-se manter algumas marcas da tradição mais antiga da escrita da língua: por exemplo, *y* inicial em palavras tais como *you*, *yã*, atestadas em documentos leoneses desde a Idade Média.

2º — A variação gráfica foi limitada a casos esporádicos, estritamente necessários. Por exemplo, a grafia de *ua*, *algua*, que, por meras dificuldades técnicas, pode não levar til sobre *u*; ou a variação decorrente do estilo da escrita, como nos casos de preposição+ artigo: *cun la* ou *cula*, *cun uns* ou *cuns*.

3º — Procurou-se facilitar a escrita e a leitura do mirandês às crianças que, sendo geralmente bilingues, utilizam desde pequenas o mirandês e o português e têm tido este último como língua escolar. Isto levou à adopção de soluções gráficas portuguesas quando a pronúncia é idêntica nas duas línguas - como é o caso de *lh* em vez de *ll* espanhol, mesmo se aparece em início de palavra.

4º — Entre duas soluções igualmente válidas, igualmente arbitrárias, optou-se geralmente pela mais simples e económica. Por exemplo, perante as duas formas fonéticas que toma, segundo o contexto, o artigo definido masculino singular, optou-se por escrever sempre *l* sem apóstrofo, por ser o modo mais simples de o representar. Do mesmo modo, nas formas elididas de *que* optou-se por um simples *q*.

5º — Procurou-se, igualmente, dar lugar à afirmação da individualidade da língua mirandesa em relação às línguas envolventes. Um exemplo é a existência de 3 fricativas (apicais e dorsais) sonoras (-*s*-, *z* e *j*) que já há muito tempo desapareceram do asturo-leonês e que o mirandês conserva, certamente devido à convivência que sempre

¹⁰ Por José Leite de Vasconcelos, por José Herculano de Carvalho e por mim própria com base nos inquéritos efectuados em Duas Igrejas, Sendim e Constantim.

¹¹ [Posteriormente, devido a críticas várias, foram eliminados os acentos circunflexos dos ditongos, como consta da "Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa. Primeira Adenda", aprovada em 2000].

manteve com o português do norte. No entanto, neste aspecto conservador o mirandês introduziu uma mudança: quando se trata do elemento **des-** em início de palavra, este reduz-se a **ç** (dorsal surda) se é seguido de consoante surda, ou a **z** (dorsal sonora) se é seguido de consoante sonora ou vogal. Assim as pessoas dizem e escrevem *çcalçar, znudar, zdentado, zatar* (port. *descalçar, desnudar, desdentado, desatar*). Outro fenómeno mirandês que a grafia regista é a tendência para o desaparecimento de **o** pretónico: *quelor* 'cor', *quelobra* 'cobra', *queluna* 'coluna', *menumiento* 'monumento', *belhotra* 'bolota', *remenar* 'ruminar', *remano* 'romano', *pertuês* 'português'. Há ainda outros casos cuja regularidade nunca tinha sido observada, como seja a redução dos ditongos crescentes *ie* e *uo* quando, em palavras derivadas, passam a sílaba átona: *fuonte* mas *funtica*¹², ou mesmo quando a palavra deixa de estar sob o acento principal da frase. Este aspecto, porém, devido aos problemas de morfo-sintaxe que acarreta, não ficou inteiramente elucidado, pois necessita de maior aprofundamento, de modo a estabelecer regras gerais que evitem um tratamento caso a caso.

6. E, por fim, a sexta e última pergunta: o que fazer em seguida, no domínio da ortografia?

[Neste ponto, o texto lido em Março referia-se ao facto de nessa altura ainda não haver resposta por parte da Câmara Municipal quanto às possibilidades de publicação da Convenção Ortográfica, cuja conclusão estava anunciada desde 1997. Dado que o assunto está neste momento ultrapassado, pois a Convenção foi publicada em Julho de 1999, parece-me não valer a pena publicar esse texto].

Quanto à ortografia, a tarefa ainda não está acabada. Uma das coisas que faltam é o aprofundamento do estudo dos problemas que ficaram em suspenso. Alguns destes aspectos estão a ser tratados por uma colega da Faculdade de Letras de Lisboa¹³ e por mim própria, antes de apresentarmos as conclusões e pedirmos opinião ao Grupo da Convenção. Outra é a elaboração de um Vocabulário Ortográfico ou Prontuário Ortográfico, para o qual haverá que mobilizar vontades autóctones. Mas mais urgente ainda do que isso, na medida em que a produção literária tem vindo a aumentar, seria a constituição de um Grupo de Correctores Ortográficos de modo a que não apareça mais nenhuma obra, pelo menos entre as que são subsidiadas pela Autarquia, desprovida de qualquer critério de escrita.

Mas os problemas da língua não se limitam, como é óbvio, aos ortográficos. É preciso, por exemplo, produzir manuais e preparar professores para os diferentes graus de ensino. [De notar que entretanto foi publicado o Despacho Normativo 35/99 do Ministério da Educação, que remete para as forças vivas locais a capacidade de apresentar projectos para a formação de professores].

Este encontro, para já, demonstra a capacidade mobilizadora e organizativa da Universidade do Porto. Esta Universidade parece estar, juntamente com a de Braga, estrategicamente posicionada para incentivar a planificação e também a execução de muitas destas tarefas - e de muitas mais que nem sequer nomeio por não me parecerem as mais prementes.

¹² J. Leite de Vasconcelos já havia observado que algumas palavras tinham duas formas, conforme o seu lugar na frase: *rapaç buño*, mas *bun rapaç*.

¹³ Celeste Rodrigues.

Xosé Lluís García Arias

(Presidente da Academia de la Llingua Asturiana, Uviéu/Oviedo)

El mirandés nel conxuntu del dominiu llingüísticu ástur

Quixera, de mano, dar les gracies a les persones que fexeron los posibles porque l'Academia de la Llingua Asturiana, pel so presidente, puidiere inxirise nestes xornaes sol mirandés. Ye un honor y ye, al empar, una obligación tener una llarga visión de les coses los que lluchamos pol afitamientu de la llingua asturiana. Arrexuntamos asina non sólo los aspeutos que cinquen al estrictu territoriu alministrativu del Principáu d'Asturies sinón a tolos que se venceyen nel vieyu dominiu llingüísticu *astur* o *ástur* onde'l mirandés ye una pieza perstimable y una xoya de fondu interés llingüísticu y humanu. Ello faise entá más necesario si agüeyamos esi conxuntu européu u mos inxertamos y nel qu'habremos amestar los nuestos procuos y esmoliciones. Poro, si se me dexa, prestaríame dixebrar la mio comunicación en dos estayes destremaes. La primera d'elles fadría una referencia al pasáu inmediatu onde mirandés y asturianu siguen dellos pasos asemeyaos pol llogru de la reconocencia de la so entidá llingüística. Na segunda de les faces fixaríame naquelles perspeutives que'l futuru mos abre a asturianos y mirandeses por si dalguna xuntanza estratéxica ye posible pa mayor encontrar un mañana más afalagador

Asturianu y mirandés nel pasáu

Pa la mio esposición camiento que podría facer tres cortes nel tiempu y que, por alzado, podríen allugase al entamar, mediar y pesllase'l sieglu XX. Tres momentos hestóricos escoyíos, si se quier, pol pruyimientu personal pero que nun dexen de tener el so aquel sofitáu en tres fechos que xunen mirandés y asturianu paez qu'axuntaos pol mesmu puxu de la hestoria.

1. El primer fechu apúrremoslu'l surdimientu de los estudios filolóxicos que fan que se reconozca explícitamente nel mapa llingüísticu

románicu la personalidá del asturianu y del mirandés. Leite de Vasconcelos merez, ensin dubia, tola reconocencia de la parte de nueso non porque llograre acertar en toles propuestes feches nin en toles ideas asoleyaes sinón por ser a dixebrar nel so momentu un espaciu llingüísticu específicu, que nun dicía dafechu nin col portugués nin col castellán. Talmente como daquela taben los estudios dialectales nun tien un res de raro qu'a Leite-y resultare perdificil perencaxar los datos qu'alcontraba en Miranda. N'efectu, los sos encontros inmediatos dáben-ylos autores como Morel-Fatio o Gessner que, a la gueta de la llingua medieval, nun yeren pa dibuxar un cuadru afayadizu del dominiu. Tampoco nun diba ufiertá-y lu l'autor del vocabulariu del Bierzo occidental qu'arrecoyía elementos qu'enllazaben col gallegu. Lloñe-y quedaben, d'otru llau, les informaciones sol asturianu que namás-y apurrien, a xulgar peles sos referencies bibliográfiques, dos homes de valir investigador enforma destremáu, Apolinar Rato y Braulio Vigón, autores de dos vocabularios del asturianu central. Lo que meyor encontraría a Leite nel bon pescanciar los fechos sedría la semeyanza coles fasteres más occidentales del dominiu aunque poco trabayao diba alcontrar en Lleón. Si pelo menos estrincare dafechu los datos que Munthe arrecoyía na fastera asturiano-occidental en 1887, podría resulta-y de fondu interés, pero ye perposible que, aunque Leite cita a Munthe, nun llegare a saborgar les sos informaciones que, daquela, namás podríen lleeseen suecu.

A Leite de Vasconcelos faltáben-y más datos dialectales pa un bon allugamientu del mirandés. A la gueta d'ellos andaba otu bon llingüista, l'asturianu Ramón Menéndez Pidal que, daqué esperiméntau na descripción del dialeutu de L.lena, axuntaba daquela los que llueu asoleyaría, en 1906, nun nombráu trabayu *El dialecto leonés*. Nel nueu contestu allumáu por Pidal cuadraba perbién el mirandés ensin les duldes que podríen facer taramiellar a Leite. Yera l'entamu'l sieglu, y el mirandés y l'asturianu, o si se quier, el dominiu llingüísticu asturiano-lleonés algamaba la reconocencia xeneral de la mano de dos de les figures cimere de la filoloxía peninsular.

2. El segundu fechu nel que quixere posame asítiase mediu sieglu dempués, cuando los estudios dialectales na Península empicién a dir per un camín de necesariu anovamientu. Refiérome al fechu de que naquel entós lleguen a delles universidaes les corrientes estructuralistes que, sofítándose nes enseñances de Saussure, llegaren al tarrén dialectal dando nicios de la so virtualidá. Amosábalu asina en

en 1956 André Martinet al describir la fala francoprovenzal d'Hauteville¹. El so modelu tuvo presente en Portugal cuando Herculano de Carvalho igua la so tesis *Fonología Mirandesa* asoleyáu'l tomu primeru en 1958. Daquella tamién, aunque daqué más serondo, n'Uviéu aplicárase'l mesmu métodu na descripción de la fala de Bimenes, l'entamu d'una riestra de trabayos estructurales aplicaos al asturianu. Otra vuelta mirandés y asturianu apaecen xoncíos como puntu de referencia necesariu nos estudios dialectales en Portugal y España

3. El tercer finxu, nel que quixere fixar la comparanza d'esta hestoria esterna que güei alvertimos, allúgase nes dos caberes décadas vivies por toos. Nelles, mirandés y asturianu, de nueu cuasimente ensin saber ún d'otru pero llevaos del mesmu puxu de la hestoria, llucharon, lluchen, por dar cuenta de la so existencia y del so aliendu. Mirandés y asturianu fexeron ver qu'entá aliten magar el puxu asimilista, respectivamente, del portugués y castellán, y magar les fuerces sociales que toa situación sociollingüística, diglósica y adversa, xenera a la escontra. Mirandés y asturianu llograron, caún pel so llau, facer posible la so escolarización, trabayaron por una presencia pública más notable y por una escritura moderna. Como niciu cimeru d'esti procesu asistimos l'otru añu a la meyor de les reconocencies del mirandés al facelu cooficial l'Assembleia da República Portuguesa; del llau asturianu, aunque la oficialidá del idioma a tolos efeutos entá nun s'algamó, sí lu reconoz l'Estatutu d'Autonomía, el testu llegal de más calter del Principáu d'Asturies.

Asturianu y mirandés nel futuru immediatu

Nes mios pallabres sedrá fácil alvertir que privilexo aquellos aspeutos que fan referencia a la xuntura llingüística de dos territorios alloñaos na xeografía, con una hestoria moderna tamién dixebrada y con bayura d'elementos que, a poco que xurgáramos, sedríen bona xida pa los que busquen destremación. De toes maneres, nun desfaigamos lo fecho pol tiempu nin frayemos la xuntura qu'otros estudiosos del pasáu, de xuru menos prexuciosos que nós nel presente, mos ufiertaron. Lo que güei seyamos a facer, si ye que daqué queremos facer al empar asturianos y mirandeses, ha ser frutu de la oxetividá con que miremos los datos y del más esfrecíu y posáu de los análisis.

¹ André Martinet *La description phonologique avec application au parler franco-provençal d'Hauteville*. Genève 1956, refundición d'un trabayu asoleyáu en RLR 15 (1939), apaecíu en 1945. Cf. Diego-Catalán *Lingüística ibero-romance. Crítica retrospectiva*. Madrid, Gredos, 1974. páx. 309.

Les mios referencies, que son les mesmes que les vuses, empobínenme d'esta traza y han tar, con toa seguranza, averaes a les de los presentes:

1. Les fales d'Asturies y Miranda, xunto a otres de Lleón y Zamora, aseméyense, hestóricamente pero tamién entá güei, en toa una llarga riestra de trazos que fexeron posible a los grandes estudiosos de la filoloxía hispánica teneles por conformadores d'un de los dominios llingüísticos peninsulares, destremáu del gallego-portugués, castellán, aragonés y catalán.

2. Esi dominiu llingüísticu conocíu como asturianu, lleonés o asturiano-leonés (según les preferencies o gustos terminolóxicos) ufierta la particularidá de representar el continuador del llatín evolucionáu llibremente ente los ástures, pueblu prehestóricu perconoció de los romanos, asitiáu ente'l Dueru y el mar, con llendes que s'espardíen, amás de pela mayor parte de l'Asturies de güei, al oriente per cuasi tola provincia de Lleón y, al occidente per parte de les provincia d'Ourense y pela llinia sur-oriental de Lugo. Esi dominiu llingüísticu, recortáu en delles de les primitives tierres ástures, podríamos denomalu con toa propiedá, si asina cuaya, *dominiu llingüísticu ástur*, emplegando'l términu más neutru *ástur* que, llibre de referencies llingüístiques prehestóriques, refuga la identificación con una única comunidad política de les güei existentes y pue aplicase cola mesma xusteza a los asturianos, leoneses y mirandeses, toos ellos asitiaos nes tierres que los ástures poblaron.

3. Nel dominiu llingüísticu ástur surdirá una estructura política medieval aniciada nel Reinu d'Asturies, llueu de Lleón, que según avanzó nes sos conquistes espardióse, xunto col idioma faláu y col modelu escritu emprendíu, baxo'l Dueru per una gran fastera que, grosso modo, enanchábase ente la Via de la Plata y la llinia que dixebraba Portugal de Zamora, Salamanca y Extremadura.

4. Desaniciáu'l poder políticu del reinu asturiano-leonés, inxertu ésti na so mayor parte na dinámica política, alministrativa, cultural y llingüística castellana, les tierres del dominiu llingüísticu ástur escaecieron la so vieya entidá y ensin afondar na igua d'un estándar común dexaron el país n'abertal dando llugar, con más o menos fondura, a la castellanización o portuguesización del vieyu idioma. Abrióse asina'l camín al conceutu castellanista que Menéndez Pidal conseña en 1906 (1962 p. 14) al ver cómo, a la escontra de los asturianos que consideren el bable como propiu, "un zamorano o un salmantino creerá que el habla vulgar de su tierra es castellano, a veces mal hablado, sin pensar que en ella haya restos de un dialecto de origen y desarrollo diversos del castellano".

5. El puxu del castellán y del portugués non sólo dialectalizaron la fala de les tierres del dominiu ástur sinón que, en muchos casos, desaniciáronla y sustituyéronla en peramplies fasteres leoneses y zamoranes (ensin falar d'otres más al sur) asina como n'otres na rodiada de la Tierra de Miranda. Quier ello dicir que güei, sincrónicamente y a efeutos metodolóxicos, faise necesario separar el dominiu hestóricu ástur de les tierres ástures castellanizaes o portuguesizaes.

6. Asina por dominiu llingüísticu ástur podríamos entender:

a) *Lato sensu* les manifestaciones llingüístiques autóctones de les tierres estrictamente ástures; les manifestaciones llingüístiques continuadores del romance ástur llevaes a tierres non ástures; los restos llingüísticos identificables col vieyu dominiu anque aliten en tierres castellanizaes o portuguesizaes.

b) *Stricto sensu* les manifestaciones llingüístiques autóctones continuadores del vieyu romance ástur nun importa en qué variantes.

7. Falar asina académicamente de dominiu llingüísticu ástur nin camuda la realidá llingüística del territoriu nin la de les sos vieyes fasteres d'expansión, nin la conciencia, creencies o actitúes llingüístiques de los falantes. De toes maneres falar asina, académicamente, tien una virtú que ye facer pervivir científicamente la idea real d'un vieyu dominiu llingüísticu que munches vegaes ideoloxíes centralistes y uniformistes (quiciabes más españoles que portugueses) nagüen por tapecer. Anque nun fore namás que por caltener el vieyu recuerdu del nuesu vieyu idioma, asturianos, leoneses y mirandeses deberíamos trabayar porque la nuesa entidá llingüística nun la sapocen nin la ignorancia de los más fatos nin la mala fe de los que, negando evidencies, considérense a sí mesmos los únicos facedores y depositarios de la hestoria.

8. La reconocencia del dominiu llingüísticu ástur ye posible porque anque tracamundiada, a vegaes, la terminoloxía, maltratáu'l tratu igualitariu que merecería y escaecíos otros munchos aspectos, entá cuenta favorablemente con una llarga tradición. Sedría abondo que quixéramos toos seguir falando d'ello p'afitar les posibilidaes del so futuru. Nun falamos por falar, falamos d'un dominiu qu'esistió y como tal pue ufiertar testimonios a esgaya de la so esistencia; y falamos non sólo del pasáu sinón del presente porque los nuestos rapacinos que s'escolaricen n'asturianu o en mirandés nun son inventu sinón realidá; y la llingua qu'escribimos n'Asturies o en Miranda nun ye un daqué abstracto sinón una realidá de tolos díes; y la llucha pola oficialidá n'Asturies o en Portugal nun foi un ente de razón sinón el naguar d'un pueblu y d'una xente que s'esguedeya pola so cimera ferramienta cultural, la de más calter, l'idioma de güei.

9. Ye posible, entós, que sofitaos nesti encontu teamos toos nós dispuestos a axuntar fuerces pa facer vidable lo que la hestoria caltuvo hasta'l presente. Ecurro que, nesi sen, tenemos de facer un trabayu fondu pa llograr ente toos nuevos y cada vez más valoratibles trabayos d'investigación llingüística y sociollingüística del dominiu; hemos facer más frecuentes alcuentros y xornaes d'estudiu que dexen llugar a la conocencia d'idees; hemos proponer centros d'estudiu per tol territoriu y llograr que'l frutu de la investigación se conoza nes llibreríes y biblioteques universitaries. Hemos intercambiar alumnos, dar puxu a trabayos y tesis doctorales. Hemos conocer nós mesmos les publicaciones del dominiu y facer que les revistes especializaes derruempán estayes bibliográfiques específiques algamando un tratu asemeyáu al que tienen otre llingües. Somos nós quien tenemos que nos responsabilizar de que'l dominiu llingüísticu ástur sía una verdadera realidá cultural viva güei pa que se reconozca la verdadera ayalga llingüística hestórica en que s'enconta.

10. Abúltame que ye esto lo qu'agora pue facese y albidro que ye per esti pel camín per onde pue empobinar la nuesa collaboración anguaño. Vulgar que puen alcontrase otre vées nun tien por qué ser fato pero yo encamentaría que se fora a la gueta de lo xuiciosamente posible y responsable. Nun podemos dexar nes manes nin de los utópicos nin de los balagories directrices ensin sofistencia popular. Güei la idea prestosa d'una posible hermandá ástur nel conxuntu d'otros llazos nun pue facemos alendar al marxe de les realidaes texíes y enllazaes a lo llargo'l tiempu y que resulten, pa munchos, queríes y afalagadores. Suañar con una hestoria destremada sedría fadio si torga trabayar coles posibilidaes reales con que güei contamos. Pola mor de la hestoria, que non por culpa de nueso, nel dominiu llingüísticu ástur, d'Asturies a Miranda, nin hai conciencia de falar un mesmu idioma nin hai idea d'amestase nel mesmu pueblu, nin hai recuerdu d'una vieya hestoria nin d'una vieya cultura compartida. Escaecer esto y facer propuestes al marxe d'esos calces emprimaría a nenyuri. Proponer agora un únicu estándar y un únicu modelu faláu nun s'axusta a lo que'l bon xuiciu aconsaya. Sedría llamentable iguar unes mesmes pautas de recuperación llingüística nunes tierres sociollingüísticamente enforma dixebras. Nun ye d'esos cuestiones de les que falamos agora porque esos caminos y esos procesos tendrán que s'encarar, si s'encaren, destremadamente en caúna de les comunidaes. De lo que falamos agora, de lo que con dalgún xaciu podemos parllar agora, ye d'afalar una idea de conxuntu tarazada pol pasáu pero viva mentanto xunza'l puxu del vieyu idioma. Lo que trabayemos güei, lo que llevantos güei sedrá lo que mos dexe seguir axuntándonos.

Bibliografía

- Actas das 1^{as} Jornadas de Língua e Cultura Mirandesa*. Miranda do Douro 1987.
- Borrego Nieto, Julio: "Leonés", in: Manuel Alvar (dir.) *Manual de dialectología hispánica*. Barcelona, Ariel, 1966, pp. 139-158.
- Cano González, Ana María: «Evolución lingüística interna del asturiano» *La Llingua Asturiana, La Langue Asturienne, La Lengua Asturiana*. Uviéu, ALLA, 1997, reimpresión, pp. 21-40.
- Carvalho, José G. Herculano de: *Fonologia mirandesa*. Coimbra 1958.
- : «Porque se fala dialecto leonês em terra de Miranda?». *Estudos linguísticos* I. (1984), 71-92.
- Cintra, L. F. Lindley: *A linguagem dos foros de castelo Rodrigo, seu confronto com os de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Coria, Cáceres e Usagre. Contribuição para o estudo do Leonês do século XIII*. Lisboa, 1959.
- Cruz, Luísa Segura da — João Saramago — Gabriela Vitorino: «Os dialectos leoneses em território português: coesão e diversidade», en *Varição linguística no espaço, no tempo e na sociedade. Actas do encontro regional da Associação Portuguesa de Linguística. Miranda do Douro 1993*, ed. Colibri, Lisboa, 1994.
- d'Andrés, Ramón: «La llingua asturiana na sociedá», *La Llingua Asturiana, La Langue Asturienne, La Lengua Asturiana*. Uviéu, ALLA, 1997, reimpresión, pp. 57-74.
- Ferreira, Manuela Barros: «O Mirandês e as línguas do Noroeste peninsular», *Lletres Asturianas* 57 (1995), 7-22.
- García Arias, Xosé Lluís: *Introducción a la Gramática Histórica de la Lengua Asturiana y a la Caracterización Etimológica de su Léxico*. Universidá d'Uviéu 1988.
- : «Breve reseña sobre la lengua asturiana», *La Llingua Asturiana, La Langue Asturienne, La Lengua Asturiana*. Uviéu, ALLA, 1997, reimpresión, pp. 13-20.
- : «Las scriptae asturianas y leonesas», *Lexikon der Romanistischen Linguistik*. II, 2 (1995), 618-649. Tübingen., Max Niemeyer Verlag
- : «Asturiano: Evolución lingüística externa», *Lexikon der Romanistischen Linguistik* VI, 1 (1992), 681-693. Tübingen, Max Niemeyer Verlag.

González Riaño, Xosé Antón: «La llingua asturiana nel sistema educativu: presente y perspeutives» *La Llingua Asturiana, La Langue Asturienne, La Lengua Asturiana*. Uviéu, ALLA, 1997, reimpresión, pp. 75-78.

Leite de Vasconcellos, José: *Estudos de Philologia Mirandesa*. I-II. Lisboa, Imprensa Nacional, 1900-1901. [Ed. facsimilar de la Câmara Municipal de Miranda do Douro 1992-1993. Apresentação e Assistência do Dr. António Maria Mourinho].

Maia, Clarinda de Azevedo: «Mirandês», en *Manual de dialectología hispánica*. Barcelona, Ariel, 1966, pp. 159-170. Manuel Alvar, dir.

Martins, Cristina: «A vitalidade de línguas minoritárias e atitudes linguísticas: o caso do mirandês», *Lletres Asturianas* 62 (1997) 7-42.

—: «O desaparecimento do mirandês na cidade de Miranda do Douro: uma lectura dos *Estudos de filologia mirandesa* de José Leite de Vasconcelos». *Varição linguística no espaço, no tempo e na sociedade. Actas do encontro regional da Associação Portuguesa de Linguística. Miranda do Douro 1993*, Lisboa, ed. Colibri 1994, pp. 95-105.

Menéndez Pidal, Ramón: *El dialecto leonés*. Uviéu, Idea, 1962. [1ª ed. 1906]. Ed. Carmen Bobes.

Mourinho, António Maria: *Terra de Miranda*. Câmara Municipal de Miranda do Douro 1991.

Munthe, Åke W:son: *Anotaciones sobre el habla popular de una zona del occidente de Asturias*. Universidad d'Uviéu 1987 [Ye la ed. de Berta Pallares n'edición d'Ana María Cano González del testu orixinal suecu *Anteckningar om folkmålet i en trakt af vestra Asturias*. Upssala 1887].

Ramos Corrada, Miguel: «Littérature asturienne», *La Llingua Asturiana, La Langue Asturienne, La Lengua Asturiana*. Uviéu, ALLA, 1997, reimpresión, pp. 49-56.

Raposo, Domingos Abílio Gomes: «Vitalidade, valor e estudo da língua mirandesa». *Actas das 1as. Jornadas de língua e cultura mirandesa*. Miranda do Douro 1987, pp. 55-60.

Santos, María José de Moura: *Os falares fronteiriços de Trás-os-Montes*. Coimbra 1967. Fuyes dixebraes de *Revista Portuguesa de Filologia* XII, XIII, XIV.

Verdelho, Telmo: «Falares asturo-leoneses em território português», *Lletres Asturianas* 50 (1993), 7-25.

Secundino Vigón Artos^{*}
(Universidá d'Uviéu)

El Mirandés nel Cuadro de les Llingües Peninsulares^{**}

Non siempre les fronteres polítiques coinciden coles llingüístiques; a vegaes, les llingües trespasen los llímites políticos ocupando territorios d'otres comunidaes ya incluso d'otros países.

Esto sucede col asturianu; y anque nun primer momentu pueda pensase que solamente ocupa tierres pertenecientes al Principáu d'Asturies, la llingua asturiana estiéndese tamién per territorios lleoneses, zamoranos, salmantinos, estremeños ya incluso portugueses.

Nel nuesu país vecín esiste una parte situada al norte del ríu Duero con una llingua, yá oficial; que provién del mesmu troncu llingüísticu que l'asturianu. Trátase del mirandés.

Pero, ¿cómo ye posible que l'asturianu se fale en tierres portugueses?

Menéndez Pidal explica la situación, ayudándose de ciertas circunstancias históriques. Por exemplu, durante'l periodu romanu, la Tierra de Miranda pertenecía al conventu xurídicu d'Astúrica Augusta y non al de Bracara Augusta. Tamién diz Menéndez Pidal, que na Alta Edá Media, la ilesia de Bragança pertenecía a la diócesis de Astorga, y esto mantúvose fasta que, por pertenecer a reinos diferentes, separóse la diócesis.

Estes circunstancias serien suficientes pa esplicar por qué se fala una llingua d'orixen asturiano-leonés nuna pequeña parte de los Trás-os-Montes portugueses.

Por otu lláu, José G. Herculano de Carvalho señala otres carauterístiques de tipu culturales pa esplicar el mesmu fechu. Diz que depende de la intensa colonización lleonesa que s'estendiera

^{*} Serviciu de política llingüística de la Conseyería de Cultura del Principáu d'Asturies, Universidá d'Uviéu - Universidade do Minho

^{**} Esti trabayu realizóse con una ayuda a Estudios y Trabayos pal añu 1998 de la Conseyería de Cultura del Principáu d'Asturies.

desde'l sieglu XIII, fasta probablemente'l sieglu XV. Esta colonización fue exercida pelos monasterios de Santa María de Moreruela y San Martín de Castañeda, pelos templarios d'Alcañices y por varios particulares. La posesión de bienes nesta parte que güei pertenez políticamente a Portugal por parte de los lleoneses, llegaría fasta'l sieglu XV, anque según diz el mesmu José G. Herculano de Carvalho esta situación pudo prorrogase inclusu fasta'l sieglu XVIII.

A estes circunstancies tenemos tamién qu'añadir la situación xeográfica de La Tierra de Miranda, situada na zona fronteriza oriental de la rexón portuguesa de Trás-os-Montes, la que queda más lloñe del centru del país, lo que proporcionaba un aislamientu con relación al restu de los territorios portugueses y un mayor contautu coles vecines tierres zamoranes d'Alieste y de Sayago. Quiciabis ésti seya'l puntu más importante de la conservación d'una llingua d'orixen asturiano-lleonés en Portugal, yá qu'al tratase d'una parte alexada del centru cultural y políticu permite un usu de la llingua ensin contaminaciones del portugués, la llingua dominante.

Leite de Vasconcelos, en 1882, estableció la filación histórica del mirandés "nel dominiu español prósimu al lleonés". Sicasí, veinticuatu años más tarde en 1906, Menéndez Pidal nel so estudiu "El Dialecto leonés" incluía l'idioma de Miranda dientru del grupu llingüísticu peninsular del asturiano-lleonés. Según la clasificación de Menéndez Pidal y d'acuerdu cola clasificación xeográfica que l'asturiano-lleonés propón, el mirandés y los sos respetivos dialeutos sitúense nel marcu del asturiano-lleonés occidental.

D'esti mou, el mirandés convertiríase na evolución del llatín vulgar de la zona occidental del dominiu astur-lleonés. Sicasí, col pasu'l tiempu tantu l'asturiano, como'l lleonés ya'l mirandés fueron dixebrándose, anque inda güei conserven munchísimos rasgos comunes de tou tipu : de llésicu, gramaticales, fonéticos,etc., que van esplicase a lo llargo d'esti trabayu, y qu'unen a les dos llingües qu'inda tan pervives, a pesar de tar siempre someties a la presión llingüística del castellán y del portugués respetivamente.

Los rasgos que carautericen la llingua mirandesa son los mesmos que definen l'asturiana, pero tamién entre ellos existen algunes pequeñes diferencies. De tolos modos, toles carauterístiques qu'atopamos nel mirandés, esceuto'l tratamientu de les sibilantes, atópense tamién dientru del asturianu o de la variante occidental astur-lleonesa.

Veamos los principales :

I. Diptongación de les vocales tónicas : [é / ó]

Terra>tierra

Porta>puorta

Esta diptongación ye la mesma que presenta l'asturianu, sólo que los resultaos qu'ofrez la o son diferentes; n'asturianu diptonga n'ue, mientras que'l mirandés faelo n'uo. Trátase d'una diptongación espontánea qu'ante nasal nun se produz. Esti tipu de diptongación nun coincide cola castellana.

Ponte>ponte

Fonte>fonte

El gallegu ya'l portugués, pela so parte, nun presenten esti tipu de diptongación, ya qu'ambes llingües conserven estes vocales.

II. Diptongos decrecientes [ou / ei]

Pouco

Carpinteiro

Estos diptongos decrecientes nun se conocen en castellán nin n'asturianu central, nin oriental. Sicasí, apaecen tamién en portugués, en gallegu y n'asturianu occidental.

III. Palatalización de les consonantes xeminaes llatines -ll-, -nn-, -mn-> [ʎ, ɲ]

Canna>canha

valle>valhe

damnus>danhuh

Esta palatalización coincide cola palatalización que prenten l'asturianu ya'l castellán. De tolos modos, ye diferente a la ofrecida peles llingües del ramu galaico-portugués.

IV. Conservación de la -n- y la -l- intervocálikes

vena>vena

salire>salir

Esti ye'l rasgu más carauterísticu de les llingües de la rama galaico-portuguesa, ya que tanto'l gallegu como'l portugués pierden la -l- y la -n- intervocálikes. Sicasí el mirandés, al igual que'l asturianu ya'l castellán conservales.

V. Conservación de la f- inicial llatina

filium>filhu

facere>fazer

Esti rasgu ye común al gallegu, al asturianu, y al portugués. De tolos modos, ye decisivu pa escluir el mirandés del grupu llingüísticu castellán, ya que nesti desapaez, dexando nel so llugar el fonema /ø/

VI. Palatalización de los grupos cultos llatinos pl-, cl-, fl- > [ç]

Flamma>chama

clamre>chamar

plegare>chegar

Tamién esta carauterística diferencia al mirandés del castellán, ya que nesti y n'asturianu central y oriental la palatalización presenta un resultáu [ʎ] De toles maneres la palatalización en dase en gallegu y n'asturianu occidental, ufiertando'l portugués una fricativa

VII. Transformación de la terminación llatina -one> [õ]

Leone>lheõ

Esti rasgu ye propiu del mirandés, pero nun se diferencia muncho de la pronunciación castellana, gallega o asturiana en -ón. Sicasí, ye decisivu pa diferenciarlo de la pronunciación nasal portuguesa en ao.

VIII. Evolución del grupu -kt-> -it-

Pectum>peitu

Tamién esta carauterística alcontrámosla en gallegu, en portugués y n'asturianu occidental. Sin embargo, ye diferente la evolución que'l grupu /kt/ ofrez en castellán o n'asturianu centro-oriental :

IX. Palatalización de la l- inicial llatina.

Lupus>lhobu

Lana>lhana

Quiciabís esti seya'l puntu más carauterísticu de la llingua mirandesa; porque con él establezse la so procedencia y la so clasificación dientru del grupu llingüísticu del ramu asturiano-lleonés. Solamente alcontramos esti rasgu n'asturianu. El gallegu, el portugués y el castellán nun lu presenten.

X. Sólo esiste una consonante doble -rr-

Carru

Sucede lo mesmo col restu de les llingües equí comparaes, menos col portugués.

XI. Palatalización de los grupos ly, c'l, g'l >[ʎ]

Oculum>olhu

Esta palatalización ye hermana a la del gallegu, a la del portugués y a la que presenten delles fales asturiano-occidentales de Lleón y Zamora. Tamién ye verdá que nun coincide nin cola evolución del asturianu centro-oriental en /y/ nin cola castellana en /x/

XII. Esistencia de tres consonantes sonores ente les fricatives sibilantes

Coser

Cozer

Sol

Esta ye la única carauterística qu'une al mirandés col portugués comu rasgu diferenciador del restu de les llingües peninsulares noroccidentales. Nestes últimes nun atopamos estos fonemes, ya que'l castellá, y del mesmu xeitu, el gallegu y l'asturianu, reestructuraren les sibilantes medievales : ensordeciendo les sibilantes sonores, interdentalizando la sibilante predorsodental y velarizando la sibilante prepalatal.

XIII. Grupu -ks-

Coxu

Curuxa

Esti rasgu tamién ye común al gallegu, al portugués y al asturianu. De toles maneres, en castellán preséntasemos de manera diferente : / x/

XIV. Palatalización del grupu -sc- ante vocal palatal

Esti tipu de palatalización tamién s'atopa n'asturianu, gallegu y portugués, mientras qu'en castellán xeneraliza la interdental

XV. Non distinción b/v

La distinción ente los fonemes b/v namás que la mantien el portugués, ya que'l restu de les llingües equí comparaes confúndenles y, anque les mantengan nes sos grafíes, la so realización fonética siempre ye /b/

Algunos d'estos rasgos son comunes tamién al portugués, al gallegu ya incluso al castellán. Pero si nos detenemos a estudialos individualmente, descubriremos que son los mesmos puntos que l'asturianu tien en común con estes llingües peninsulares, esceuto la yá señalada carauterística de les consonantes sonores, desaparecies n'asturianu, en gallegu y en castellán, y inda utilizaes en portugués.

Por otra parte, existe una característica que clasifica al mirandés dientru del grupu llingüísticu del asturianu-lleonés y qu'establez la diferencia principal col restu de les llingües fronterices que la rodeen xeográficamente. Refiérome a la palatalización inicial, rasgu que tamién s'atopa n'asturianu, y del que carecen tanto'l gallegu, como'l portugués o'l castellán.

Asinamesmo cási que tolos rasgos que definen al mirandés encontrámoslos n'asturianu, bien si nun ye nel asturianu normativo, na variante occidental. Poro, el mirandés tien d'estudiase dientru de les variantes occidentales del asturianu-lleonés.

Comu cualquier trabayu d'investigación, esti nun pretende presentar soluciones, nin respuestes definitives. Pensamos de toles maneres, qu'estes fuyes pues contribuir na ampliación de perspeutives pa la llingua mirandesa.

Paezme necesario insistir, una vegada más, que'l mirandés nun ye más que la transformación del llatín vulgar de la llingua del vieyu reinu astur-lleonés, que ñaciera nes montañes de Cuadonga nel sieglu VIII y que s'estendiera per gran parte de la Península Ibérica.

Nun primer momentu'l mirandés nun se dixebraba (inda güei nun se dixebraba muncho) de les otre falas del reinu. Sicasí, y col pasu del tiempu, fueren surdiendo diferencies de llésicu, fonétiques ya incluso gramaticales ente ún ya otru dialeutos d'aquella llingua inicial de la época de la Reconquista cristiana, fasta que güei yá se fala de llingües distintes. Per un lláu taría l'asturianu y los sos dialeutos central, oriental ya occidental, y, per otru, el mirandés y les falas de Rio d'Onor y Guadramil; anque éstos últimos, na nuesa opinión, nun son más que variantes del asturianu occidental, con dalguna qu'otra influencia del grupu llingüísticu col que mantienen contautu continuu: el galaicu-portugués.

Comu vimos a lo llargo d'estes fuyes, La Tierra de Miranda pasó de pertenecer políticamente al reinu creau por Pelayo al creau por Afonso Henriques na Edá Media. Pero esti fechu, nunca nun impidió que los mirandeses continuaren afayándose colos sos hermanos del primer reinu, nin qu'escaecieran la so primer llingua. Lo que sí algamara'l reinu portugués, fue contaminar la llingua mirandesa de dalgunes -anque poques-característiques galaico-portugueses. Tamién nesti sentíu l'asturianu fue contamináu pol reinu de Castiella.

Llamentablemente, cada día son más les poblaciones, que poquiñín a poquiñín, van escaeciendo la "llingua caçurra o charra" - comu ellos la llamen- ya déxen-y ganar terrenu al portugués. Güei yá nun se fala mirandés na propia ciudá de Miranda, nin tampoco na

parroquia d'Atenor. Esperemos qu'agora, dempués de ser oficial, esta situación llingüística camude y que la xente de la ciudá de Miranda nun s'avergoñe de falar la llingua mirandesa.

Paez que'l fechu del pasáu 17 de setiembre de declarar oficial el mirandés fizo que, por primera vegada na historia, les instituciones portugueses atendieren pa la situación llingüística de Miranda, gracies a Júlio Meirinhos. Esta aprobación llograda pol diputáu portugués y ex-alcalde de Miranda do Douro supón un avance perimportante, yá qu'abre nueves vés xurídiques y sociales, pal romance astur-lleonés. De toles maneres nun ye mui llóxico, al nuesu paicer, que seya oficial l'asturianu de Portugal (el mirandés) y qu'inda nun seya l'asturianu del Principáu d'Asturies.

Nesti sentíu los asturianos como yo, residentes en tierres portuguesas, podemos danos por percontentos; porque, anque nun seya oficial na tierra de los nuevos pas, sí lo ye nel país u vivimos y comu dicía Xosé Lluis García Arias (Presidente de L'Academia de la Llingua Asturiana) en declaraciones a *Les noticies*, n'Ochobre del 98: "nun sentíu ampliu, el mirandés ye asturianu".

(Braga, Payares 1998)

António Bárbolo Alves
(Université de Nice – Sophia Antipolis)*

Lhiteratura oral mirandesa

- *Aquel sabie muitas!*
- *Dába-le aquel son...*
- *Parecie que falâban*
mesmo las palabras!
Diálogo oubido na
Tierra de Miranda

1. L lhugar de la oralidade

Pedírun-me para falar neste “colóquio” subre la lhiteratura oral mirandesa. Aquilho que se fizo até hoije i aquilho que hai por fazer... Nestas oucasiones, pensei you, nunca queda bien la giênte ampeçar lhougo por responder a aquilho que mos pergúntan. Mais nun seia para que nun pênsem que nun tenemos mais nada que dezir!

Staba you nestas magicações - até para justificar benir de Francia eiqui! - i lhembrou-se-me que l que quedaba bien era ampeçar por tentar definir l que yê la *lhiteratura oral*. Ua beç que yê deilha que me pedírun para falar! Peguei nuns lhibricos, ampecei a ber, i nada! De *lhiteratura oral* nien selombras... Staba yá a quedar meio desesperado quando me dei cunta de que se yê “oral” se calhar até nien ben an nes lhibros?! Ora esta yê buôna! I anton cumo bai a ser para you falar sien tener nada scrito?! Yê que you yá an ne papel yê mal i faicamente, sien papel, nada!

De maneiras que acá stá l purmeiro defeito desta comunicaçon, falar de *lhiteratura oral* a partir dun papel scrito. Yê que quando la giênte fala sien ler, la autoridade ben de la boç de la persona, quando se lei essa autoridade queda an ne papel¹. De todas maneiras tamien fui you que screbi esto i solo l leio porque inda nun daprendi cun ls

*Leitor do Instituto Camões

¹ Ber Paul Zumthor, *La lettre et la voix - De la littérature médiévale*, Paris, Seuil, 1987, p. 19 i ss.

cuntadores a «dar-le aquel son» ou a «fazer falar las palabras», cumo me dezien a mi uas cuntadoras de la Tiêrra de Miranda.

Pensei anton que ua maneira de atenuar este pecadilho serie de an beç de ampeçar a falar de l assunto cuntasse ua cunta. Yê l que bou a fazer. Mas nun la bou a contar cumo habie de ser, bou a lê-la, que yê la única cousa que sei fazer. Châma-se *L burro*, fui recolhida pul Dr. Antônio Maria Mourinho, i diç assi:

Era ua beç Nosso Senhor que habie criado l mundo i todos ls animales: las cabras, las canhonas, las bacas, ls cavalhos, ls cochinos, ls perros, ls gatos, ls lionas, ls tigres, ls alifantes, ls ratos, las lhiêbres, ls coneilhos, buôno, todos, todos...

Bai adespues de ls haber criado, fizo-les passar todos por an pie del i îba-le ponendo a cada un sou nome:

- Tu sôs baca, tu sôs bui, tu sôs oubeilha, tu sôs carneiro, tu sôs cordeirico - dixo pa l rapazico de la oubeilha - tu sôs lion, tu sôs cavallo, tu sôs jumento, dixo pa l burro, i tu sôs gato, i tu cuneilho i tu cabra i tu chibo, i fui assi ponendo a todos l sou nome, até que se acabórun.

Bai anton l jumento çqueciu-se-le l sou nome. Inda ls outros animales nun habien acabado de recibir ls sous nomes i yá l jumento staba a apertar cun ls outros para que l deixásen achegar-se a Nosso Senhor para saber cumo se chamaba.

Quando anton se achega a Nosso Senhor, cun cara de asno a perguntá-le:

- *Oh meu divino Mestre, eu cumo me chamo que já se me çqueceu?*

Bai Nosso Senhor anton puxou-le pulas oureilhas, até que se quedou cun las oureilhas grandes i dixo-le assi:

- *Tu és burro!... que já não te lembras do teu nome.*

I apuis l burro quedou-se a chamar burro i siêmpre cun las oureilhas grandes.

Esta *cunta*, recolhida an Sendin, de certeza que fizo rir muitas personas an muitos seranos de Eimbiêrno, que era quando se cuntában estas cuntas². La ideia de l burro, cun las oureilhas grandes, cumo castigo por se haber lhougo çquecido de l sou nome, yê angraçada, fai rir, splica la realidade.

Curiosamente esta cunta parece çquecer tamien outro aspecto de la tradiçon heibraica. Nesta, cumo yê sabido, la boç de Dius, l Spírito, l sopro sonoro i fecundo, eijistie antes de l mundo i, portanto, antes de l tiêmpo. Sopraba subre las augas, mas inda nun era ua boç articulada an palabras. Serie Adan, nua segunda criaçon, mais medida i lhimitada, mas a la eimaige de l Criador, a outilizar la palabra para dar nomes a la realidade. Nesta cunta, la boç que oubimos i que la tradiçon heibraica nunca deixou oubir, yê la boç de Dius. Yê eilha que ordena: *Tu sôs baca, tu sôs bui, tu sôs oubeilha, tu sôs carneiro...*

L burro, cumo bimos, çqueciu-se, i por isso l Criador le puxou las oureilhas para que nunca mais se le çquecisse l sou nome. Até hoije!

Na Tiêrra de Miranda châma-se a estes relatos *cuntas* ou *lhonas* quando mos referimos a estas narratibas populares³. Têngo inda bien bibos ls tiêmpos an que, a la lhuç de la candeia ou de l lhume, se passában ls grandes i frius seranos de Eimbiêrno, oubindo cuntas als mais biêlhos. Las cuntas repetien-se an cada anho i l «cunta aqueilha que tu sabes» repetie-se siêmpre cun un sabor renuôbado. Esse mundo parecie bibir nessa harmonie cuncertante de ls ciclos naturales cun ls ciclos de las cuntas.

Las cuntas, an si, son antemporales, anónimas i colectibas. An rigor nun se puôde dezir que eijistan sequiêra bariantes porque nun hai un ouriginal, yê ouriginal cada beç que yê cuntada. Arrancados de las manos de l tiêmpo i trazidas pa l campo de la memória colectiba, de la eidade de l ouro, ténen l balor de eisemplos, de mitos que ls oubintes reciben cumo fazendo parte de la sue stória i de la sue memória. Assi, an cada cunta, yê ua cosmogonie que se actualiza i que splica la ourígen de l home, de la lhenguage ou que dá ua liçon de moral que an cada anho yê actualizada, çcutida i cuntada als mais nuôbos.

La cunta yê un mito degradado, que cunta ua stória sagrada, algo que acunteciu nun tiêmpo i nun lhugar antes de l mundo ser mundo i de l tiêmpo ser tiêmpo. Cuntar essa história yê rebelar l segredo que, ua beç rebelado, se torna nua berdade apodíctida, ou seia, ua berdade absoluta:

² An rigor, «cuntas» i «lhonas» son narratibas diferentes. L sistema popular de ls gêneros nun yê eigual an todos ls pobos i cibilizaçones. Alan Dundes chama a esta classificaçon popular de ls gêneros «metafolclore», ou seia, la cuncência de que a cada designaçon corresponde un einunciado de raiz diferente, na forma, an ne tema, na forma de contar, an ne lhugar an que puôde ser cuntado, etc.

Ber Alan Dundes, «Metafolkllore and oral literacy Criticism», in *The Monist*, L, 1966, pp. 506-516 i tamien Dan Ben-Amos, «Catégories analytiques et genres populaires», in *Poétique*, n° 19, Paris, 1974, pp.265-293.

*Yê assi, porque assi fui dito*⁴.

Nua cultura de tradiçon oral, l oubido yê l lhugar de la memória. Las musas gregas, anspiradoras de l canto i de la ciência, son filhas de Mnemónise (la diusa de la memória) que preside a la funçon poética, fuõnte de eimortalidade, associada i upuõsta a Lethes (dius de l çquecimiêto). La relaçon antre l microcosmos i l macrocosmos fai de la boç humana l eco de la boç ounibersal, cumo se la sonoridade de l Todo fusse ua boç, un sopro, que circula an ne cuõrpo (a que ls gregos chamában *pneûma*). La respiraçon i portanto la fala yê ua maneira de l Home fazer parte dessa harmonie ounibersal.

I yá que falamos an nes gregos cunto-bos outra cunta passada hai dous mil i treziêtos anhos.

Stábamos an pie de las muralhas de Atenas i un rapaç nuõbo, de que solo conhecemos l nome, Fedro, lie delante de Sócrates un çcurso dun tal Lísias. Falában de la natureza de l amor mas la cumbersa acabou subre l'arte de las letras.

Antigamente, cuntou Sócrates, l dius eigípcio Thot, eimbentor de ls números, de la geometrie, de l'astronomie i de la scrita, besitou l rei de l Egipto i ouferciu-le estas eimbenções. Quando chegou a la scrita dixo l dius pal rei:

- Eiqui stá ó Rei, l conhecimiêto que trairá als eigípcios mais ciência i mais recordaçon, porque ls defeitos de la memória i la falta de ciência ancuntrórun l sou remédio.

Mas l rei nun se deixou ampressionar i respundiule:

- La tue eimbençon, çpensando ls homes de eixercitar la sue memória, trairá l çquecimiêto na alma daqueilhes que téngan adquirido l conhecimiêto: cunfiando la scrita, procuraran fuõra deilhes graças a caracteres stranhos, i nó drento deilhes i graças a eilhes mesmos, la maneira de se lhembrar, por isso nun fui pa la memória mas pa la maneira de se lhembrar que tu ancuntreste un remédio. I quanto a la ciência, yê la eiluson i nó la realidade que tu dás als tous alunos: pénsan que sáben alguma cousa de algo, quando son, na berdade sábios de eilusões.

Yê preciso ser mui sincero, rematou Sócrates, para acreditar que las palabras scritas puõden fazer outra cousa que nun seia lhembrar-mos de l que yá sabemos.

Sócrates acreditaba que l texto scrito nun era mais do que ua soma de caracteres: antepretaçon, exegese, comentairo, associaçon, refutaçon, significados simbólicos u alegóricos benien de l lheiro i nó de l texto.

Stábamos inda bien longe de l aparecimiêto de la palabra *lhiteratura* i de la spresson *lhiteratura oral*. Mas, de alguma forma, parece ampeçar eiqui a desenhar-se, inda que de forma eimbersa a la de hoije, l abismo antre oralidade i scrita.

2. De la oralidade a la lhiteratura oral

La palabra *lhiteratura* deriba de LITTERA que significa letra, ou caracter alfabético; *oral* de OS, ORIS, ou seia, *boca*. Segundo Paul Zumthor la spresson *lhiteratura oral* fui outilizada la purmeira beç por Paul Sébillot (1846-1918) an 1881⁶. Referie-se este folclorista francês a las cuntas i çcursos por el recolhidos i, acrescentaba, serbie para substituir las produções lhiterárias an ne pobo que nun sabie ler.

Nesse seclo XIX, la Europa romântica, ancuntraba na *lhiteratura oral*, i na definiçon de Sébillot, la fuõrça para se lhibertar de l jugo de l classicismo i la spresson fui adoptada i traduzida an todas las lhénguas europeias. An Pertual, la vila-francada de 1823 restaura l absolutismo i oubriga alguns a eisiláren-se. Antre eilhes stá Almeida Garrett. A partir de Inglaterra, an contacto cun l romantismo anglês, talbeç que la nubrina sebastiânica l tenga feito lhembrar de ls romances i cuntas daprendidas an ne Porto. Publica, an 1828, inda an Londres, l remanse *Adozinda*, onde pretender «restaurar la poesie mais primitiba de la península» i, de regresso a la pátria, l *Romanceiro*. An 1842 sale l purmeiro bolume i, an 1851, l segundo. Na sue einroduçon, an forma de manifiêto, ancuntramos aqueilha que yê tamien la purmeira obra etnográfica scrita an lhéngua pertuesa. Ampeçaba la procura de las raízes dua eidentidade nacional i de la eissência de la raça.

⁴ «Littératures de la voix», in *Le Grand Atlas des Littératures*, op. cit., p. 70.

⁵ La littérature orale comprend ce qui, pour le peuple qui ne lit pas, remplace les productions littéraires.

Cit. por Idelete Fonseca dos Santos, «Nouvelles écoutes de la littérature orale», in *Les voies de la parole - Ethnotextes et littérature orale, approches critiques*, Les cahiers de Salagon I, Publications de l'Université de Provence, 1992, p. 178.

⁶ An França, la Sorbonne, solar de l classicismo, aceita, an 1838, la purmeira tese de doutoramento subre ls romances populares spanholes: *Études sur l'origine de la langue et des romances espagnoles*, por Rosseeuw Saint-Hilaire, Paris, 1838. Ber Ramon Menéndez Pidal, *Romancero Hispánico*, Madrid, Espasa-Calpe, Tomo II, 1968, p. 263.

⁴ Cf. Mircea Eliade, *O sagrado e o profano - A essência das religiões*, Livros do Brasil, Lisboa, s/d.
⁵ Marsilio Ficino (1433-1499), filósofo neoplatónico florentino afirmaba que ls alimentos angédran «vapores» de que se alimentan alguns spiritos que ándan an ne cuõrpo. Ber Corrado Bologna, «Les symbolismes de la parole», in *Le Grand Atlas des Littératures*, Paris, Encyclopaedia Universalis, 1990, pp. 74-77.

Seguiran-se ls *Contos Populares Portugueses* de Adolfo Coelho, publicados an 1879, ls *Contos Tradicionais do Povo Português*, de Teófilo Braga, publicados an 1883, sien çquecer ls trabalhos de Consiglieri Pedroso i, un pouco mais tarde, de Leite de Vasconcelos.

Se traigo eiqui ls trabalhos de Adolfo Coelho i Teófilo Braga yê porque me parécen amportantes pa l esclarecimiêto de la noçon de lhiteratura oral – spresson que ningun deilhes usa.

Adolfo Coelho, an 1879, na sue *Prefação*, assi se chama l prefácio als sous *Contos*, scribe:

Os contos que hoje aqui publicamos formam parte de uma extensa colecção de tradições populares reunidas por nós já, por assim dizer, estenografando-as ao saírem da boca de narradores populares, já recebendo-as escritas de pessoas de alguma instrução e de indubitável probidade, que ou as aprenderam na infância ou as ouviram depois de pessoas indoutas. Não amplificámos nenhum: não introduzimos nenhum adjectivo, nenhum ornato; cortámos apenas alguma repetição inútil; introduzimos apenas raramente algum pronome que a reprodução escrita torna necessário⁹.

I Teófilo Braga, an 1883, an ne «preliminar» a la 1ª eidiçon de ls sous *Contos Tradicionais* deixa tamien bien claro l que yê para el la lhiteratura oral, aproveitando para dar ua machadada na lhiteratura escrita (nua ciêta lhiteratura!):

Cortadas as repetições usuais, explicadas pela conhecida locução – *Quem conta um conto acrescenta um ponto* – fixámos uma redação pura, sem a incongruência do improvisador momentâneo, nem o artifício do literato. Parece-nos este o verdadeiro meio de obter a forma definitiva, simultaneamente étnica e artística do conto: fazê-los redigir por crianças, verdadeiro ponto de tradição entre a alma popular e a inteligência culta. Os contos passados a escrito por meninas vêm eivados de divagações românticas, tais como *explicações* dos actos, *nomes* de personagens e *considerações* religiosas¹⁰.

La sue admiraçon por la «lhiteratura de l pobo» nun fui, cumo se puôde ber, ancundicional. Aceitan que eilha puôde até ser l fruto mais puro de la einspiraçon, tener la fuôrça de la eimoçon, mas fálta-le al pobo l saber fazer i, por isso, las cuntas precísan de ser corrigidas i aperfeiçoadas. Ou seia, hai ua *lhiteratura popular* i ua *lhiteratura*

artística. La definiçon de Sébillot ancuntou tamien eiqui l sou eco.

Mas, cumo deziêmos arriba, la lhigaçon eitimológica que pretende reserbar la lhiteratura solo a la produçon escrita nega un facto stórico fundamental, pois, cumo afirma Jacques Dournes, «na Eidade Média un *litteratus* era un home culto inda que nun soubira ler»¹¹. Quanto a la palabra lhiteratura, cun l sentido que hoije ten – ua arte i un corpus textual – eilha solo aparece an finais de l seculo XVIII.

Alguns autores têm tentado amponer outras designações que permítan lhibertar-se de las cadenas eitimológicas. Mas por eisemplo l neologismo *oratura* nada mais fai do que reafirmar la çtância antre oralidade i escrita, cun l risco de la transformar nun abismo aquilho que stá por natureza, armanado. Paul Zumthor, cunsiderando que oralidade yê la simples outilização de la boç humana prefieê falar an **bocalidade**, para se referir a la outilização, nua situaçon concreta i precisa dua boç pessoal. Passa anton a falar an **lhiteraturas de la boç** ou **lhiteratura bocal**¹².

Se la segunda metade de l seculo XIX, i quaije todo l seculo XX, representa essa çcubiêta de la lhiteratura oral, paradoxalmente eilha stá quaije siêmpre ausente de muitos trabalhos. Al pretender aproximar l oral de la escrita – cortando las repetições einutiles ou procurando obtener la forma definitiva de ls textos – ls etnólogos i folcloristas fálán de la lhiteratura oral mas nua perspectiba de la lhiteratura escrita. Solo an nes anhos 70, nomeadamente atrabeç de ls trabalhos de Paul Zumthor subre la oralidade an nes textos mediebaes, se fala propriamente nua poética de la oralidade. La repetiçon, por eisemplo, que Adolfo Coelho dezie ser un defeito, yê apuntada cumo ua característica fundamental de l stilo oral, an ne sou duplo balor mnemotécnico i stético. Ls caminos antre l saber de ls lhetrados i la sabedorie popular son compridos man têm sido paralelos i raramente se ancuntrórun. Solo agora, cumo deziêmos, ampečamos a dar-mos cunta de l balor de la lhiteratura oral. Speramos que nun seia tarde de mais.

3. La lhiteratura oral na Tiêrra de Miranda

Yê einegable l cuntributo de ls folcloristas de l seculo XIX pa la çcubiêta de ls textos orales. Nas mismas pisadas ancuntramos la obra de José Leite de Vasconcelos i las sues recuôlhas de la lhiteratura

⁹ *Contos Populares Portugueses*, Lisboa, Edições Dom Quixote, 1985, p. 41.

¹⁰ *Contos Tradicionais do Povo Português*, Lisboa, Edições Dom Quixote, 1987, p. 26.

¹¹ Ber Jacques Dournes, «Les traditions orales: oralité et mémoire collective», in *Le Grand Atlas des Littératures*, op. cit., 1990, p. 86.

¹² Ber Paul Zumthor, *Introduction à la poésie orale*, Paris, Seuil, 1983, p. 45.

oral de la Tiêrra de Miranda. Pretendie seguramente este grande sábio – cumo quaije siêmpre l chama l Dr. António Maria Mourinho – fixar la einessorabilidade de l tiêmpo que acabaríe cun la lhêngua mirandesa. El mesmo cunfessa ser essa la eintençon al traduzir i publicar textos de Luís de Camões:

Abalancei-me, porém, a esta empresa árdua, porque como o mirandês está destinado a desaparecer, mais tarde ou mais cedo, segundo a terrível sorte que persegue os idiomas que vivem nas condições dele,¹³ pretendi, à sombra de Camões, torná-lo lembrado dos vindouros.

Podemos assi concluir que fui cun esta eintençon que publicou, an ne bolume IV de ls sous *Opúsculos*, la traduçon de la cunta *Las três maçanicas de ouro*, que ancuntramos an nes *Contos* de Adolfo Coelho. Mas cumo yê sabido l lhabor an prol de l mirandês deste grande filólogo nun se quedou pu las traduções. A el debemos la publicaçon de la purmeira cunta an lhêngua mirandesa publicada an ne jornal de Sevilha *El Folklore andaluz* cun l título *Cristo i San Pedro*. An nes *Opúsculos*, de que falábamos, ancuntramos cantigas populares (uito), assi cumo trobas (recuôlhidas an Bila Chana), ditados populares, un diálogo i un texto a que chama *Sátira à linguagem de Palaçoulo*, que mais nun yê do que la conhecida i saborosa lhona de l caramonico. I an nes sous *Estudos de Philologia mirandesa*, publica ua recuôlha de cuntas, para alhá de dezenas de adaiges assi cumo ls textos de ls lhaços de la dança.

A parte, i quaije para acabar, queda la referênci a la obra de l Dr. António Maria Mourinho. Digo a la obra mas quiêro dezir al home. Porque la obra – al menos neste sentido strito de produçon escrita, de lhibros i falando solo de l que a la lhiteratura oral diç respeito – stá ende para quien la querga ler (i scuitar). Cito por eisemplo l *Cancioneiro Popular e Danças Populares Mirandesas*, la *Lhiênda de Nuôssa Senhora de l Monte de Dues Eigreijas*, las seis cuntas publicadas nas *Actas do Congresso Internacional de Santo Tirso* (cun andicaçon de mais 45 títulos de outras cuntas i lhiêndas), i ls adaiges i ditos dezideiros, por cuja publicaçon mais sistemática aguardamos yá algun tiêmpo, mas que podemos ancuntrar spargidos nas dezenas de publicaçoens i cunferências.

¹³ Ber *Estudos de Philologia mirandesa*, vol. II, pp. 81-82.

Mas, porque falamos de lhiteratura oral, permítan-me que diga solo que l Dr. Mourinho era el mismo ua grande bilblioteca oral. Quien tube l prazer de l oubir ciêrtamente se lhembra de ls sous ditos, que a propósito metie an cada frase, ou de las cuntas que siêmpre era capaç de sacar de la sue einessgotable biblioteca.

Para alhá de la obra escrita, que an nada bai contra la oralidade, l Dr. Mourinho ansinou-mos a reconhecer l balor de lhiteratura oral mirandesa i de las bibliotecas que son ls cuntadores que hoije inda ancuntramos na Tiêrra de Miranda. Yê berdade que muitas destas bibliotecas stan a desaparecer. Yê pena que desaparêçan sien que naide las leia. I se yê berdade que «de onde se tira i nun se pon sume l monton»¹⁴, tamien nun hai que tener ua atitute paternalista an relaçon a esta queston – hai milhones de lhibros de papel an todas las bibliotecas de l mundo que nunca seran sequiêra abiêrtos por naide¹⁵!

Assi i todo, cumo forma de registrar alguns destes textos, la Associaçon FRAUGA lhançou, l anho passado, un concurso de recuôlha i eidiçon de textos de la lhiteratura oral mirandesa. Stá para brebe la sue publicaçon¹⁶. Mas nun se trata de registrar, por scrito, las formas *definitivas* ou *ciêrtas* de ls textos. Al cuntraio. La transcriçon transforma i trai einebitabelmente la riqueza de l texto oral. La lheitura dua cunta deixa siêmpre un sentimiênto de ansatisfaçon, un trabo a segura, a quien conhece l arquivo sonoro. Retirada la plenitude de la sue spresson, «aquele son», «aqueilha maneira de contar que até fai falar las palabras», la cunta, la cantiga ou l simples dito dezideiro, pérden la sue fuôrça. La escrita nun yê mais do que un squeleto de l texto oral a quien yê preciso amprestar la boç, l sopro bital, para tornar a falar.

An Francia hai hoije dezenas de associaçoens de cuntadores. Ajúntan-se para se oubir uns als outros, mas tamien para daprendêren las técnicas de contar i de memorizar. Alguns leian-las purmeiro para apuis las contar. La lhigaçon antre l oral i la escrita nun puôde ser çquecida i debe ser valorizada. Mas l que nun hai que çquecer – i talbeç inda seia preciso çcubrir – yê esta poética de la oralidade, aquilho que fai dun texto oral un texto bibo. Neste campo muito queda por fazer na lhiteratura oral mirandesa. Mas an purmeiro lhugar

¹⁴ Adaige mirandês.

¹⁵ Para alguns studiosos, subretudo norteamericanos, la lhiteratura – ou l folclore – yê ua realidade dinâmina, an perpétua recriaçon. Ber Alan Dundes, *Work Hard and You Shall be Rewarded: Urban Folklore from the Paperwork Empire*, Bloomington, Indiana University Press, 1978.

¹⁶ Agora yá publicada cun l título *Lhiteratura oral mirandesa – Recuôlha de textos an mirandês*, Porto, Granito Editores, 1999. Desta recuôlha fâzen parte dezuito cuntas, alguns lhiêndas, poesie i outros textos.

hai que fazer esse camino de çcubiêrta i balorizaçon desta forma de lhiteratura. La lhiteratura oral solo eijiste se fur cuntada i scuitada.

Apuis, segundo ls ambestigadores ou las perspectibas de ambestigaçon, ls caminos quédan an abiêrto¹⁷.

La lhiteratura oral ten outras funçones. Antes de mais ua funçon social: yê un meio operatório de regulaçon de la bida colectiba, ajudando cada persona a assegurar la cuncência singular deilha própria. Relatando las relaçones cun l passado, las sues tradiçones, anscrebindo la temporalidade andebidual na stória colectiba, permite la antegraçon de cada persona i ajuda a formar la sue personalidade. Ua funçon lhúdica: cunta-se para (se) dibertir. Ls personaiges, reales u imaginários, ls lhugares, las abinturas, todo fai cun que quien cunta i quien oube puôda abandonar la realidade i antrar an ne mundo eimaginário de la lhiteratura. Funçones didácticas i einiciáticas, muitas bezes ampobrecidas, outras amplificadas, la lhiteratura oral stá naturalmente sujeita a la errância de la palabra an nes caminos de la memória i de l tiêmpo.

I porque falamos an tiêmpo i temporalidade, mas tamien porque stamos an ne mês de Márcio, nun rejisto a contar-bos mais dues cuntas. La purmeira diç assi:

Febereiro pediu-le a Márcio para le guardar las canhonas i, an troca, dába-le un cordeiro.

Quando l mês acabou, Márcio biêno a tener cun Febereiro para recibir l que le tocaba, l cordeiro. Mas Febereiro dixo-le que nó, que nun le daba cordeiro ningun.

Mas Márcio, que yê malo cumo el solo i até matou a sue mai cun ua scarambanada, nun se quedou i arrespundiule:

Mira, cun un die que me dás tu,

I outro que me dá miu cumpadre Abril

Fágo-te andar cun la çamarra al ombro

I ls chocalhos al quadril.

I a propósito de Márcio, eiqui queda la outra cunta:

Diç que era ua tie que quedou an casa anquanto l tiu fui pa l estrangeiro, benindo solo a passar la Páscoa (que nesse anho

¹⁷ Eilhes puôden ser resumidos nesta famosa fórmula de Alan Dundes, *textura, texto i cuntexto*. L purmeiro diç respeito a la Lhenguística i subretudo a la Sociolhenguística; l segundo a la lhiteratura, i l terceiro a la Sociologie i a la Antropologie. Ver Alan Dundes, *Interpreting Folklore*, Bloomington, Indiana University, 1980, pp. 26-32.

debie de ser tamien an Márcio!). Mas quando biêno de beç, serie pul fin de las segadas, la tie saliu-le cun un renuôbo. L home ampeçou a botar cuntas i aquilho nun le daba ciêrto. De maneiras que la tie arresolbiu ser eilha a splicá-le. Diç-le assi:

You bou-te a botar las cuntas:

Mira, Márcio i marciolhougo i outro mês que alhi ben lhougo, son três; Abril i abrilite i outro mês que alhi se mete, sons seis;

I san Juan i janjuanás i l mês que naci u rapaç son nuôbe!

Tenes razon mulhier, staba you anquebocado!

Mas nun son solo las cuntas que yê preciso çcubrir. Hai ls ditos ou adaiges, las cantigas, todo l que se transmite oralmente. Hai subretudo que daprender a scuitar i a contar para que, cumo adbertie Sócrates, al poder de cunfiar na scrita, nun deixemos de trabalhar cun la nuôssa memória. Ou, cumo ansinaba la outra cunta, para que nunca seia preciso que mos púxen las oureilhas!

Bibliografie

- ALVES, António Bárbolo (coord.), *Literatura oral mirandesa – Recuôlha de textos an mirandês*, Porto, Granito Editores, 1999.
- ALVES, António Bárbolo, *A língua mirandesa – Contributos para o estudo da sua história e do seu léxico*, Dissertação de Mestrado, Braga, Universidade do Minho, 1997.
- BOLOGNA, Corrado, «Les symbolismes de la parole», in *Le Grand Atlas des Littératures*, Paris, Encyclopaedia Universalis, 1990, pp. 74-77.
- BRAGA, Teófilo, *Contos Tradicionais do Povo Português*, Lisboa, Edições Dom Quixote, 1987.
- COELHO, Adolfo, *Contos Populares Portugueses*, Lisboa, Edições Dom Quixote, 1985.
- COURTES, Joseph, *Le conte populaire: poétique et mythologie*, Paris, PUF, 1986.
- DÍAZ VIANA, Luis, *Literatura oral, popular y tradicional - Una revisión de términos, conceptos y métodos de recopilación*, Valladolid, Castilla Ediciones, 1997.
- DOURNES, Jacques, «Les traditions orales: oralité et mémoire collective», in *Le Grand Atlas des Littératures*, Paris, Encyclopaedia Universalis, 1990.
- ELIADE, Mircea, *O sagrado e o profano – A essência das religiões*, Livros do Brasil, Lisboa, s/d.
- GUERREIRO, Manuel Viegas, *Para a história da literatura popular portuguesa*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.
- HAGEGE, Claude, *L'homme de paroles*, Paris, Fayard, 1985.
- JOLLES, André, *Formes simples*, Paris, Seuil, 1972.
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramon, *Romancero Hispánico*, Madrid, Espasa-Calpe, 2 bols., 1968.
- MOURINHO, António Maria, «Apontamentos sobre o conto popular mirandês», in *Actas do Colóquio Internacional sobre o conto*, Vol. VI, Santo Tirso, 1963, pp. 297-309.
- MOURINHO, António Maria, *Cancioneiro Tradicional e Danças Populares Mirandesas*, Bragança, Escola Tipográfica, 1984.
- SANTOS, Idelete Fonseca dos, «Nouvelles écoutes de la littérature orale», in *Les voies de la parole - Ethnotextes et littérature orale, approches critiques*, Les cahiers de Salagon 1, Publications de l'Université de Provence, 1992, pp. 178-184.

- THOMPSON, Paul, *The voice of the past: oral history*, Oxford, Oxford University Press, 1988.
- VASCONCELOS, José Leite de, *Estudos de Philologia mirandesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 2 bols., 1900 e 1901.
- VASCONCELOS, José Leite de, *Romanceiro português*, Coimbra, 1958.
- ZUMTHOR, Paul, *Introduction à la poésie orale*, Paris, Seuil, 1983.
- ZUMTHOR, Paul, *La lettre et la voix - De la littérature médiévale*, Paris, Seuil, 1987.

Abílio Domingos Raposo
(Escola EB2 de Miranda do Douro)

Ansino de l mirandês

Eilustrados Studiosos, Studantes i demais Anteressados
Para todos Dius mos dê buonas tardes.

Nun ye nuossa antençon traer eiqui ningun studo de ambestigaçon mas solo alguas palabras, an forma de apuntamiento, subre l ansino de l Mirandês, que inda ten pouca stória para cuntar.

Queriemos ampeçar por dezir que, mantenida até hoije, antre outras rezones, por tener bibido arreculhida nua squina de l paiz a que pertence (acausos de la stória i antrabes geográficos); pulas grandes relaçones que la Tierra de Miranda siempre tubo cula region de Lheon, atrabeç de la ida i benida de pastores, segadores, mercadores, cuntrabandistas, pedreiros, antalhadores, frailes, pelegrinos (...) i por tener cumprido al lhongo de ls tiempos ua funçon social, comunicatiba, familiar, de ounion, la Lhéngua Mirandesa, al mesmo tiempo que quebra l morgadiu de la Pertuesa, ancontra-se fortemente amenaçada pul zambolbimiento i abertura al mundo i pulas lhéguas bezinas (pertués i castelhano).

Isso lhieba a que tégamos que l'arrolhar cun todo l carinho, até porque ye doce i ancantadora cumo móstran ls bersos de Moisés Pires:

“Mansica, quanto gusto de t'oubir
Nas falas dua mai pa l sou ninico,
Quando l beisa, l fai fiestas i l fai rir...
Quando l pon nun canastro acoxadico
I le canta l “ró-ró” para drumir...”
(Poesie “Fala Mirandesa”, 1995).

Essa necidade bital, sentida puls mirandeses, de salbar la lhéngua que yá uito seclos dá boç al souibir i ser a la sue eidentidade, fizo

¹ José Leite de Vasconcelos, *Estudos de Philologia Mirandesa*, vol. I, Imprensa Nacional, Lisboa, 1900, p. 162.

cun que, na década de uitenta, se pensasse an pormober l sou ansino, ua beç que la mocidade ye la giente de l porbenir.

Fui apresentada, anton, nesse sentido, an 12-11-82, ua petiçon al Stado (Ministério de Educação) pul Uorgano de Geston de la “Escola Secundária de Miranda do Douro” que recebeu la seguinte respuosta: “Em referência ao V/ofício nº 573/82, de 12 de Novembro, respeitante à criação da cadeira optativa de Mirandês, informo V. Ex^a de que legalmente não é possível a introdução de disciplinas estranhas aos “curricula” em vigor para todo o País (...)”, assina: Maria Alexandra de Oliveira e Castro.

Três anhos apuis, la Câmara Municipal de Miranda fundamenta, cula nuossa houmilde cuntribuicon, nuoba porpuosta que bince l’oubstinaçon i antolerância de Lisboa i bei las aspiraçoens sastifeitas por çpacho de 8 de Setembro de 1985 de l Secretairo de Stado-Adjunto de l Menistro de Educação que “autoriza a inclusão a título facultativo, no plano curricular do 5º ano de escolaridade das Escolas Preparatórias do Concelho de Miranda do Douro a Disciplina de Língua Mirandesa, com a carga curricular de 2 horas semanais”.

Passados uitenta i cinco anhos, ampeçaba-se, assi, a poner an prática ua de las eideias-chabe apontadas por José Leite de Vasconcelos: “... o mirandês, com quanto instrumento de um povo pela maior parte sem instrucção, e completamente dado aos trabalhos campestres, tem ainda muita importância para que não deva deixar de ser tomado em consideração, - já não digo philológica, que para isso bastava que fosse lingua morta, ou fallada por uma única pessoa, - mas consideração política. Compete ao Governo fazer pelo conservar o mais tempo possível, o que conseguiria por dois modos principais: distribuindo aos professores primarios da localidade instrucções grammaticaes e historicas que os habilitassem a considerar o dialecto como elle deve ser considerado, regular na sua essencia e evolução, e a disporem assim o espirito dos alumnos para o não desprezarem depois de preceituados na grammatica portuguesa; e mandando que elle, num estabelecimento de instrucção superior, entrasse num curso de philologia romanica ou nacional¹”.

Bencida esta causa, fazie falta amplementá-la. Tomemos l ancargo, cun mais dous porsores, de costruir l programa, aprobado an seguida por çpacho de la Secretaira de Stado de l Ansino Básico i Secundário de 86.10.14. No anho scolar de 1986/87 ampeçou-se l sou ansino nas “Escolas Preparatórias de Miranda do Douro e Sendim”, benindo nesta última a amobir al fin dun anho, nun passando dua miraige, por problemas que mos son alhenos.

An Miranda antregórun-mos essa responsablidade a nós que porcuremos siempre centrar la nuossa atençon no aluno de modo a conseguir trasmitir l anténio que António Maria Mourinho (Mirandês que hoje lhembramos) referie: «Julgo que se deve incutir na consciência dos jovens mirandeses que a fala de seus pais e avós tem uma expressão telúrica, isto é, tem raízes na sua terra como as videiras e oliveiras, os zimbros e os carrascos seculares, os montes graníticos e os cabeços aluvionares de cascalho e de xisto arcaico do planalto. E, no entanto, todas estas árvores e terrenos se utilizam nas diversas culturas para a sobrevivência humana. Porque se há-de abandonar uma língua que informou completamente uma civilização e uma cultura desde há mais de mil anos, ininterruptamente?²».

Chenos de sprança, acreditemos que isto era possibile porque siempre ancuntremos que, para todo na bida, ye preciso: purmeiro, sonhar; segundo, acreditar; terceiro, oubrar.

Metimos, assi, pies al camino, que cunta yá cun treze anhos, chubimos ancuostas, abeixemos lhadeiras, bencimos tropieços i rugubiuras, lhibremos-mos de abrolhos i patalhobos siempre cula mira de traer a las nuobas geraçoens l zambolbimiento de cumpetências comunicatibas de lhéngua mirandesa i la capacidade de reflesson subre l sou uso, strutura i funcionamento; estimular l gusto pula defesa, balorizaçon i gozo de la lhéngua i outros balores culturales; belar pul eiserçicio de la cidadanie; fazer l’abertura/ligaçon de la scuola al meio; criar lhaços de ouunion antre l grupo i la populaçon; faborecer l antendimiento crítico de la realidade natural i social an que ls alunos bíben.

Para isto, tenemos abordado l studo de l meio sócio-eiconómico i cultural; la nacia, localizaçon i medras de la lhéngua; la sues bases fonéticas i fonológicas i aplicaçoens práticas; fomentado l uso de la fala: cumbersaçon an mirandês, oudiçon i leitura de textos i sou recuento; splorado, a bários nibles (de leitura, vocabular, gramatical, stórico, eiconómico i cultural), temas de la bida de la populaçon mirandesa; stimulado atrabec de eiserçícios, debagar, debagarico, l uso de la scrita; fomentado la criatibidade i aplicaçon de las cumpetências i recursos lhinguísticos que lhieban al uso de la lhéngua falada i scrita.

Tenemos, tamien, ansaiado i apresentado, nas fiestas scolares, alguns quelóquios (pequeinhas pieças de teatro popular), bien cumo

² António Maria Mourinho, *Jornal Planalto Mirandês*, nº 20, Dezembro de 1986.

algwas danças tradicionais (redondas, an fila i de palos); feito besitas de studo a locales de interesse de l cunceilho i de fuora; pormobido algwas recuolhas de lhiteratura oural, de que traemos ua pequeninha ouraçon, reculhada an Freixenosa, cumo eisemplo. *Santa Marie Branca*:

Santa Marie Branca
De Branca sodes mimosa,
De Jasus Cristo (i)sposa.
Yá sabemos que paristes,
Todo reculhistes!
Reculhi, mie Senhora,
Que you sou ua grande pecadora.
Scaleirica de l cielo
I l atre de l'eiternidade!
Quien la sabe nun la diç,
Quien la oube nun la daprende,
I na hora de la sue muerte
Berá cumo s'arrepende!...

Mas, an toda esta caminada, nien todo fúrun rosas. Houbo, tamien, spinos que tentemos bencir:

- Las aulas al último tiempo de l die scolar;
- Ls scassos recursos eijistentes de apoio al ansino;
- L beneno ancardido an cabeças xordas i talamoucas.

Para isso motibemos ls alunos, produzimos alguns materiales (testos, grabações, slides, teçtemunhos, regras gramaticales...), sclarecimos alguns porsores i ancargados de eiducaçon no sentido de dignificar la lhéngua i fazer antender que la sue aprendizaije nun storba nien ampide an nada l'aprendizaije de l pertués mas até l'ajuda, cumo mostraba yá José Leite de Vasconcelos an finales de l seculo XIX que, pula sue amportância i actualidade, passamos a trascrebir: «O mirandês em numerosos casos explicaria, ou pelo menos ajudaria a compreender melhor, varios phenomenos da lingua portuguesa aparentemente anomalos. Como por exemplo, bonissimo é um dos superlativos de bom, o estudante mirandense, que ainda não aprendeu latim, e que por isso julga falsamente que bonissimo se forma, ou deriva, de bom, não percebe como aquella palavra apparece com n, que não existe nesta; notando porém que em mirandês se diz bôno, já lhe não parecerá tão difficil a explicação do n, porque ao seu espirito fica figurando bôno como uma especie de meio termo entre bonissimo e bom; ora, *o que se procura com o ensino das crianças não é só a instrucção, é tambem a educação*

*intellectual*³. Se a uma criança do Sul do reino, onde na pronúncia não se distingue o som s do de z, se disser que a palavra *gozo* se deve escrever com a lettra z, e não com a lettra s, ella fixará por um momento a regra, mas, por isso que não comprehende a razão d'ella, não tardará que, sob a influencia de outras palavras, como *bexigoso, fogoso*, e analogas, escreva erradamente *goso* com s; mas, tratando-se de uma criança mirandesa, e reparando esta que em mirandês se diz *gozo*, com z, e não com s intervocalico, nunca se equivocará na orthographia.

«Podiam multiplicar-se os exemplos de como o conhecimento do mirandês traria elementos para o ensino prático do português em Terra-de-Miranda. E se isto se daria mesmo numa aula de instrucção primaria, com quanto mais razão não aconteceria num curso superior, onde os alumnos dispoem de outra preparação litteraria? Não me parece pois utopico o que a cima proponho.

«Com o manter-se o idioma mirandês entre os mirandeses não se impede nem perturba em nada o progresso intellectual d'estes, porque todos, quando se torna necessário, fallam, ao lado do mirandês, sem a minima difficuldade o português, como fallam o hespanhol, e até certo ponto o gallego tambem⁴».

L grau de participaçon an relaçon al númaro total de estudantes de la Scuola onde funciona, desde l ancomeço (1986/87) até hoije (1998/99), ten rundado, an termos percentuales, ls 25%.

Registórun-se algwas bariaçones de anho para anho, teniendo cumo causa, an nuosso antender, la maior ou mais pequeninha balorizaçon de la lhéngua puls ancargados de eiducaçon i agentes eiducatibos (ua beç que nun son siempre ls mesmos), atingindo l sou punto mais baixo an 1991/92 cun solo 13% i l mais alto no anho an curso cun 42%.

An termos globales tomórun yá cuntacto, nestes treze anhos de ansino, 444 alunos, nua média de 34 por anho.

Resultados que puoden ser bistos cumo buonos se atendirmos que esta ye ua ceplina a mais (que nun yê ampuosta a naide) no currículo de ls alunos i al scasso trabalho de motibaçon que ten sido feito.

Mas, apesar de todo, l ansino de l Mirandês na Scuola EB2 de Miranda de l Douro defendiu-se de airaçadas i pulburinos, anraizou i garfiou.

³ Pensamiento que çtacamós i seguimos dada la sue amportância.

⁴ José Leite de Vasconcelos, *Estudos de Philologia Mirandesa*, vol. I, Imprensa Nacional, Lisboa, 1900, pp. 162-164.

Is alunos ténen zambolbido i aplicado cumpetências a nible de la fala i de la escrita; demudado maneiras de ber; tomado cuncencia lhinguística; coincido l meio i sue cultura; quebrado apeias i bergonha; anrijecido ls aliçaces; melhorado l pertués; bibido las aulas cun alegrie, al punto de muitas bezes lhebáren cumpanheiros a assistir; alhargado hourizontes i cumprendido que un pobo só ye respeitábel, se respeita, zela i defende las cousas que l pertencen.

L'eimaige de ls alunos, an relaçon a la lhéngua, podemos bê-la, inda, no pedido de abaliaçon quantitativa que eilhes fazírun i que l Menistério çpachou favorablemente; nos pedidos que ténen feito para cuntinuáren la escolarizaçon na Scuola Secundaira i an respuostas cumo estas:

- La nuossa lhéngua ye guapa;
- Eilha ye nuossa;
- Ye la lhéngua que nuossos pais i abós falórun;
- Nun debemos çpreziá-la;
- Eilha afirma-mos i eidentefica-mos delante de Pertual i de l

mundo;

- Debemos tener proua an studá-la, falá-la i screbi-la.

Sugestibas i redundantes son, tamien, las respuostas dun outro aluno a un jornalista de la RTP:

Jornalista: - *Gostas de aprender mirandês?*

Aluno: - Si, gusto.

Jornalista: - *Em que sentido?*

Aluno: - An todos.

Mas se l ansino de l mirandês sufriu ls ancumbenientes de ser primogénito tubo, tamien, l don de abanar, de acender la lhuç i abibar la chama de la bitalidade. Del saliu toda ua cuncencia:

- de cuntacto (de personaiges de l mundo lhinguístico nacional i anternacional; de antidades cumo l Persidente de la República, Dr. Mário Soares – Persidencia abierta de 1987; de scuolas de todo l lhado: Lisboa, Porto, Coimbra, Portimão, Figueira da Foz, Guimarães, Pombal, Gaia, Belmonte, Seixal, Bragança, etc., etc.);

- de rebitalizaçon (lhebou a un maior uso i a que sentíssemos la necidade dua norma, que nun eijistie, pa la escrita i que se fizo cula colaboraçõ i buona buntade de lhinguistas de ls Centros de Lhinguística de las Ounibersidades de Lisboa i Coimbra, bien cumo de representantes de todas las bariedades de la lhéngua;

- de balorizaçon i promoçon (ajudou a criar l'eideia de l dreito al recoincimiento oufecial);

- de dibulgaçon i anformaçon de l'oupenion pública de la tierra,

de l paiz i de l estrangeiro por parte de la comunicaçon social (TV., Rádio i Amprensa escrita) i que garantiu un statuto de afirmaçon, anclariou percunceitos, ancentibou l'ambestigaçon, estimulou un maior fulgor cultural quier de l'Autarquie, quier de las Associações Culturales Mirandesas: cungressos, festibales, sposiçones...

Sien grandes apoios i ambora sabendo que l que fazimos fui solo ua pinga d'auga nun mar eimenso, stamos chenos de fuorça i coraige para caminar an frente, pus, cumo refire Telmo Verdelho «porque havemos de deixar perder os segredos das nossas línguas familiares⁵ (?)».

Segun Manuela Barros «se há monumento que só vive, vivendo nas pessoas, esse monumento é a língua⁶». Isso mesmo sinte Cristina Martins acerca de la lhéngua mirandesa: «ela é um recurso linguístico indispensável e comunicativamente relevante, o mais capaz de conferir determinados valores e sentidos aos enunciados e o mais apto para simbolizar certo tipo de relações sociais entre os interlocutores bilingues⁷».

Por essa rezon «temos a obrigação de a salvar, para que os nossos netos, embora vivendo numa Miranda diferente da nossa, se conservem tão mirandeses como nós e capazes de manter as suas raízes culturais mergulhadas na herança social que o passado nos legou», cunforme acunséilhan las palabras (adaptadas) de Jorge Dias.

I naide melhor que la scuola l puode fazer porque cumo reconhece García Arias «ye na scuola que purmeiro se daprênden a respeitar la lhéngua, la cultura i demais balores dun pobo i ls estudantes que melhor se eidentefican cul sou meio cultural son ls mais capacitados para coincer outros saberes i outras culturas. L coincimiento de la própria lhéngua torna mais fácele outros studos i ajuda ls alunos⁸».

Por isso mesmo, l ansino tenerá que ser alhargado a las scuolas de l 1º i 3º ciclos de l cunceilho (i porque nó al ansino superior de que falaba José Leite de Vasconcelos?), a fin de que se puoda, no 1º ciclo, lhançar ls aliçaces; no 2º, specar i anchir ls pilares; no 3º, fazer la costruçon cun estruturas i beton bien fuertes; no superior, eideficar l'obra de Angenharie an suolo seguro i anti-tremor de tierra.

⁵ Telmo Verdelho, «Falares asturo-leoneses em território português», *Lletres Asturianas* 50, (1993), p. 22.

⁶ Manuela Barros Ferreira, «O Mirandês e as línguas do noroeste peninsular», *Lletres Asturianas* 57, (1995), p. 22.

⁷ Cristina Martins, *Estudo sociolinguístico do mirandês* – Tese de Mestrado – Universidade de Coimbra, 1994, p. 154.

⁸ García Arias, palestra sobre la *Scolarizaçon de l Mirandês*, Miranda de l Douro, 1994.

Subre l'aceitaçon que puode benir a tener no ansino secundairo beia-se, a moda de eisemplo, ls resultados dun lhebantamiento a l'oupenion que ls alunos de la "Escola Secundária de Miranda do Douro" yá tenien, an 1994, subre la scolarizaçon de l Mirandés, feito por Cristina Martins: 58,6% favorable; 14,1% contra; 2,0% tanto se l dá; 25,3% nun sabe/nun responde⁹.

Mas para que se puoda oubtener l alhargamiento que acabemos de lomiir ancuntramos que fáien falta:

- Buntade de l Stado i de la populaçon mirandesa;
- Porsores i ourganismos que ls fórmen (Instituto Politécnico de Bragança? UTAD? Academia de la Llingua Asturiana? Outros?);
- Materiales de ansino (manuales, publicaçoens de lhiteratura, gramáticas, dicionairos, jogos...);
- Eiquipas de trabalho pedagógico i de ambestigaçon;
- Eiquipas de sclarecimiento de la populaçon.

De grande anteresse pa la lhéngua seran tamien:

- Cursos antensibos de Berano, çtinados tanto a gente nuoba cumo crecida/adulta;
- Cuncursos Lhiterairos;
- Criaçon i festeijo dun die de la lhéngua;
- Stabelecimiento dun prémio que todos ls anhos cunsagre ls melhores estudantes, ambestigadores i scritores;
- Programas de rádio, etc.

Fomentar la fala, la scrita, la leitura, l angrandecimiento desta capa de honras, bien de todos, son sartas dun rosairo que cabe a todos ls mirandeses mas, subretudo, a la scuola que debe amponer la torna als mais nuobos.

L Mirandés nun puode ser ua relicha, ua piêça de museu. Debe tener bida i retratar, de forma spressiba, toda la riqueza anterna dua populaçon cun muitos balores nobres. Assi será se ls mirandeses, tanto hoije cumo manhana, scuitáren la boç de António Maria Mourinho:

"Camina! Alantre ye l fito,
Camina sien çcansar,
Delantre stá l anfenito,
Siempre hai nel passos a dar!...
Alantre! Arriba! A chubir!...
Nun te quedas antre l puolo,
Que naide de ti ten duolo!..."

Alantre sien detener,
Muito menos sien parar,
Se detener ye tardar,
Parar... fui siempre morrer!... ¹⁰

Porque Roma i Pabie nun se fazírun nun die, un die, que speramos seia brebe, l ansino de l Mirandés passará a outras scuolas i coraçones i la lhéngua medrará. La streilha yá ampeça a alhumbrar i l'alborada a rumper...

Para ancerrar, querie deixar ua sugeston: - Dada l'amporância deste Cungresso, porpongo, que l próssimo se faga an houmenaige a José Leite de Vasconcelos para que puodamos ir al fondo de l sou pensamento i çfruitar, inda mais, de toda sue obra, a bien de l ansino de l mirandés, de la cencia i de todos nós.

⁹ Cristina Martins, *Estudo sociolinguístico do mirandês* – Tese de Mestrado – Universidade de Coimbra, 1994, p. 105.

¹⁰ António Maria Mourinho, *Nuossa alma i nuossa tierra*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1961, pág. 43.

Ensino do mirandês e bilinguismo

1. Bilinguismo(s): uma desmistificação necessária e prévia

Ao falar de bilinguismo é imprescindível começar por desafiar o senso comum e perturbar o que, na perspectiva do homem da rua, será a imagem de um puro bilingue. Assim sendo, comecemos por declarar: não há bilinguismo; o que há são muitos bilinguismos.

Com efeito, os bilingues serão diferentes uns dos outros porque múltiplas e diferenciadas são as razões e as motivações que conduzem um indivíduo ou uma comunidade inteira, como é frequentemente o caso, a tornar-se bilingue e muitos são os contextos em que o bilinguismo se desenvolve e se mantém. Haverá, pois, tantos produtos bilingues quantos os possíveis e exponenciais cruzamentos de factores que favorecem o seu aparecimento. Em síntese, e sem pretensões de exaustão¹, os bilingues caracterizar-se-ão em função:

I) das idades em que se tornam bilingues (os bilingues poderão ser precoces ou tardios²);

II) da cronologia de aquisição/aprendizagem de L2 relativamente a L1 (i.e., o bilinguismo pode resultar de um 'input' simultâneo de L1 e L2 ou, então, de uma exposição sequencial: L1 seguida de L2³);

¹ Empreendemos uma revisão mais aprofundada dos diferentes tipos e matizes de bilinguismo num anterior trabalho. Cf. MARTINS, 1997a.

² Havendo várias tipologias alternativas, a mais difundida, quanto ao critério da idade, é a que foi proposta por Barry McLaughlin em 1978 (Cf. McLAUGHLIN, 1984).

³ Atendendo à tipologia de Barry McLaughlin referida na nota anterior, um indivíduo cujo bilinguismo é simultâneo terá adquirido L1 e L2 até aos 3 anos de idade, sendo que o bilinguismo de tipo sequencial ou sucessivo resulta da aquisição de L2 já depois desse marco etário (cf., sobre este assunto, McLAUGHLIN, 1984: 73). Encontram-se, contudo, na bibliografia especializada, outros marcos etários para estabelecer a distinção entre bilinguismo de tipo simultâneo e sequencial. Para este mesmo propósito, já HAMERS e BLANC (1989: 32), por exemplo, consideram os 4/5 anos de idade.

III) dos graus de proficiência (activa e/ou passiva) que atingem em cada um dos idiomas nos registos orais e nos registos escritos;

IV) das suas atitudes linguísticas (i.e., do poder simbólico e afectivo que atribuem a cada um dos idiomas que conhecem);

V) da forma como gerem os recursos verbais nas diferentes situações de uso (i.e., se recorrem, ou não, à alternância de códigos, e, se sim, a que tipos sintácticos e com que finalidades discursivas);

VI) dos padrões de actividade neuronal que exibem aquando do uso dos recursos verbais de que dispõem⁴.

Tamanha diversidade desafiará, convenhamos, o ideal de bilinguismo que habita no imaginário do homem comum. Aliás, falando-se-lhe em 'falante bilingue', será provavelmente convocada a imagem dum exemplar prototípico de uma espécie que se caracteriza por um conjunto de propriedades que farão dele um 2 em 1: um bilingue = dois monolíngues que, por acaso, habitam no mesmo corpo e falam com a mesma voz. Deste modo, o bilingue, para sê-lo efectiva e genuinamente, jamais denunciará, na pratica comunicativa verbal, a sua condição de bilingue, i.e., não produzirá interferências estruturais (fónicas, morfossintácticas ou semânticas) e não mudará, por exemplo, de língua no interior de uma frase.

Porém, assim não é. O exemplar prototípico que acabámos de descrever não existe, a não ser, precisamente, como exemplar prototípico. Na melhor das hipóteses, encontrar-se-á no planeta (que é maioritariamente habitado por bilingues⁵) uma mão cheia de espécimes que poderão passar por exemplares de uma tal estirpe, mas mesmo esses, estamos em crer, dificilmente resistirão a um olhar mais atento.

É, pois, preciso ter consciência de que os bilingues reais são seres cujos comportamentos linguísticos são tudo menos

⁴ A neurofisiologia do bilinguismo é uma área de interesse florescente que tem beneficiado, nos últimos anos, dos extraordinários avanços tecnológicos da imagiologia aplicados à investigação neurológica. O interesse pelo cérebro bilingue começou, contudo, pela análise de casos clínicos avulsos relativos a doentes afásicos bilingues. Uma das obras de referência nesta matéria é a de Martin L. ALBERT e Loraine K. OBLER (1978). Dos trabalhos mais recentes, há que destacar as últimas propostas explicativas de Michel PARADIS (1997).

⁵ Este é um facto que é lembrado recorrentemente e até à saciedade na bibliografia sobre os mais diversos aspectos do bilinguismo. Ainda muito recentemente, no editorial de uma nova publicação periódica internacional, especializada na relação entre bilinguismo e cognição, se podia, mais uma vez, ler: 'It has been estimated that more than half of the world's population is bilingual' (GROSJEAN *et al.*, 1982: iii). Tendo-nos debruçado sobre algumas das razões que poderão contribuir para os níveis de recorrência de tal informação na literatura especializada, remetemos o leitor para MARTINS, 1997a.

irrepreensivelmente perfeitos, partindo da perspectiva monolíngue, pois estes raramente seguem, de facto, os modelos verbais das comunidades monolíngues correspondentes (quando estas últimas existem). Os bilingues reais costumam produzir interferências linguísticas (em maior ou menor grau, deliberadamente ou não), praticam a alternância de códigos (mesmo no meio das frases, às vezes no interior dos sintagmas e, de acordo com a perspectiva de alguns linguistas, até dentro das fronteiras da palavra)⁶, raramente atingem uma proficiência idêntica em cada um dos idiomas e, finalmente, nem sequer se mantêm como entidades de características linguísticas imutáveis ao longo da vida.

São, assim, como se vê, um objecto de estudo difícil.

2. Os bilingues retratados na bibliografia científica

Desenhado o quadro que mais realisticamente corresponde ao que se pode esperar de um bilingue de carne e osso, não espanta que durante muito tempo as descrições da condição bilingue, filtradas pela óptica monolíngue, se tenham ancorado numa premissa perversa: a de que poderia estabelecer-se uma equivalência entre bilinguismo e uma forma de patologia. Sendo os estudos sobre bilinguismo relativamente recentes, a vasta maioria dos primeiros que foram produzidos não promoveu dos bilingues uma imagem particularmente lisonjeira, até porque a maior parte deles, alimentada por propósitos não forçosamente científicos, teve por objecto de análise principal situações de bilinguismo resultantes de processos de imigração, i.e, bilingues oriundos de minorias étnico-linguísticas, sócio-economicamente desfavorecidas radicadas nos EUA⁷.

Desta tendência dominante dos primeiros trabalhos exclui-se, apenas, um conjunto de 'case-studies' referentes a crianças bilingues (a maior parte das quais filhas dos linguistas que sobre elas fez a descrição), educadas, linguisticamente, segundo aquele que veio a ser conhecido como o princípio de Grammont⁸. Este princípio dita que a aquisição simultânea de dois ou mais idiomas por parte de

⁶ Sobre o funcionamento dos mecanismos da alternância de códigos e da escolha de línguas numa comunidade mirandesa, cf. MARTINS, 1994 e MARTINS, 1995.

⁷ Vd., por exemplo, BIALYSTOK, 1991: 1.

⁸ Este princípio foi sugerido por M. Grammont em 1902 na obra *Observations sur le Langage des Enfants*. Paris: Mélanges Meillet (cf. HAMERS e BLANC, 1989: 38).

uma criança resultará num conhecimento claramente diferenciado e demarcado dos idiomas adquiridos, originando um desempenho verbal não marcado por interferências e misturas entre sistemas, se, no processo de aquisição, se obedecer rigorosamente à seguinte estratégia: 'por cada interlocutor da criança, o uso de uma e só uma língua'. Ainda que o princípio de Grammont tenha vindo a ser posto em causa, na medida em que se tem revelado difícil provar que a estratégia proposta conduza, efectivamente, à construção, na criança bilingue, de uma competência linguística com as características enunciadas⁹, o facto é que este princípio gozou de uma larga e duradoura aceitação na comunidade científica e contribuiu, desta maneira, para a imagem fundamentalmente negativa daqueles que apelidamos de "bilingues reais". Estes, tendo revelado resistência ao paradigma interpretativo dominante, viram, claro está, o 'seu' bilinguismo ser retratado como uma condição nefasta e incómoda, especialmente para os sistemas educativos.

Só mesmo a partir da década de sessenta é que começaram a surgir teses que se podem considerar redentoras do bilinguismo, apoiadas por numerosos trabalhos experimentais e muito ligadas aos contextos escolares¹⁰. A maior parte dos estudos que inaugurou esta tendência na investigação resultou da observação de bilingues franco-anglófonos autóctones no Canadá, população que contrasta, de resto, em numerosos aspectos, com a que tipicamente fora objecto dos estudos realizados nos EUA que começámos por referir. Desde então, muitas outras situações de bilinguismo em diferentes partes do mundo têm vindo a ser estudadas nesta perspectiva, revelando resultados que, de uma maneira geral, corroboram a tendência "redentora" mencionada.

Assim, e pese embora as contingências inerentes a estas investigações, mormente as diferenças metodológicas e as características diversas das populações observadas, circunstâncias que produziram resultados de aspecto contraditório¹¹, a verdade é que elas constituíram um ponto de ruptura que haveria de conduzir à consideração de que ser bilingue (i.e., ser um bilingue de carne e osso) não é, de todo, uma condição desviante, patológica e necessariamente desvantajosa, quer do ponto de vista social, quer até do ponto de vista cognitivo.

⁹ Vd. HAMERS e BLANC, 1989: 38.

¹⁰ Como foi observado por Olga KATCHAN (1986: 668-669), verdadeiramente decisivo nesta viragem foi o estudo elaborado por E. Peal e W. E. Lambert em 1962 intitulado *The Relation of Bilingualism to Intelligence*. In: *Psychological Monographs*, 76, nº 27, p. 246-281.

¹¹ Para uma revisão da bibliografia relevante, cf., por exemplo, HAMERS e BLANC (1989), KATCHAN (1986) ou ROMAINE (1989: 99-109).

3. Bilinguismo e desenvolvimento cognitivo

A fim de abordar o tema mais vasto das relações entre a condição bilingue e o ensino, debruçar-nos-emos sobre aquela que se apresenta como uma das problemáticas subjacentes mais perenes: as relações entre bilinguismo e desenvolvimento cognitivo.

Como não há bilingues iguais, poder-se-á partir do princípio de que nem todos verão reflectido da mesma maneira, no seu desenvolvimento cognitivo, o facto de serem utentes de mais do que uma língua. Aludimos, aliás, um pouco atrás, aos dados contraditórios que, sobre esta questão, foram sendo recolhidos a partir da década de sessenta. Ora, explicitando, a maior parte destes estudos contribuiu para estabelecer uma correlação positiva entre bilinguismo e desenvolvimento cognitivo¹² (alguns até revelam uma superioridade do bilingue em relação ao monolíngue), enquanto outros, em menor número, evidenciam um deficit nesse mesmo desenvolvimento¹³.

Perante este cenário, houve investigadores que centraram os seus esforços na construção de modelos passíveis de integrar coerentemente tais dados aparentemente contraditórios. De entre estes contam-se, por exemplo, Wallace E. Lambert e J. Cummins.

O modelo interpretativo do primeiro destes Autores¹⁴, assente na dicotomia bilinguismo aditivo vs. bilinguismo subtrativo¹⁵, encontra na diversidade de condições exógenas que envolvem o processo de aquisição bilingue a chave para as diferenças de resultados obtidos. Dito de outro modo, estes conceitos dicotómicos permitem que se equacione a correlação entre vantagens/deficits cognitivos e as condições psicossociais que possam caracterizar o processo aquisitivo bilingue. Assim, se o ambiente aquisitivo é tal que promove atitudes

¹² Veja-se o que sobre este problema afirmam DIAZ e KLINGLER (1991:167): "During the past twenty years research has shown, with some degree of consistency, that learning a second language in childhood, either by simultaneous acquisition or in the context of bilingual education, is associated with positive cognitive gains. In both bilingual-monolingual comparisons as in studies using the "within bilingual" designs, children's bilingualism is positively related to concept formation, classification, creativity, analogical reasoning, and visual-spatial skills, to name a few (...). In addition, (...) bilingual children have demonstrated a particularly refined awareness and control of the objective properties of language, commonly referred to as metalinguistic skills."

¹³ Para uma apresentação sintética deste estudos, cf., por exemplo, HAMERS e BLANC, 1989: 51.

¹⁴ As obras de referência para esta questão são LAMBERT (1974) - *Culture and Language as Factors in Learning and Education*. In: F. E. Aboud & R. D. Meade (ed.) *Cultural Factors in Learning*. Bellingham: Western Washington State College e LAMBERT (1977) - *Effects of Bilingualism on the Individual*. In: P. A. Hornby (eds.) *Bilingualism: Psychological, Social and Educational Implications*. New York: Academic Press (cf. HAMERS e BLANC, 1989: 56).

linguísticas positivas em relação a cada uma das línguas, sendo que, deste modo, cada uma delas funciona, não em competição mútua, mas em regime de complementaridade, então o conhecimento de ambas acarreta um contributo positivo e completivo para o falante e o resultado será uma forma aditiva de bilinguismo, cognitivamente benéfica para o indivíduo. Se, pelo contrário, as línguas às quais a criança está exposta lhes são apresentadas como rivais e não como entidades complementares que possam pacificamente coexistir, e se em relação a uma delas, a minoritária, como é frequentemente o caso, se promove uma imagem denegrida, levando o bilingue ou a comunidade a 'subtrair' uma parte da sua herança linguística e cultural para a substituir por outra, então desenvolver-se-á uma forma que é, justamente, subtractiva de bilinguismo. Esta, alega W. Lambert, é cognitivamente prejudicial para o indivíduo que a experimenta. Como, de resto, acrescentam HAMERS e BLANC (1989: 56), «this form will evolve when an ethnolinguistic minority rejects its own cultural values in favour of an economically and culturally more prestigious group. (...) This happens, for example, when a minority child is schooled through an L2 socially more prestigious than his own mother tongue».

Já James Cummins propõe outro tipo de explicação para os dados contraditórios. Deste modo, postula o investigador que «There may be threshold levels of linguistic proficiency which bilingual children must attain both in order to avoid cognitive deficits and allow the potentially beneficial aspects of becoming bilingual to influence cognitive growth (...) if bilingual children attain only a very low level of proficiency in one or both of their languages, their interaction with the environment through these languages, both in terms of input and output is likely to be impoverished»¹⁵.

Sem poder aprofundar esta problemática neste local, parece-nos, contudo, que é possível reter das perspectivas defendidas por W. Lambert e J. Cummins um dado essencial: a investigação disponível aponta para a possibilidade de efeitos negativos decorrentes do bilinguismo quando este, de uma forma ou de outra, deixa de ser assumido plena e positivamente, quer no plano social e atitudinal, quer no que concerne os níveis de proficiência linguística activa atingidos.

¹⁵ CUMMINS (1980) - *Theoretical Underpinnings of French Immersion*. Paper presented to the Immersion '80 Conference, Fredericton, New Brunswick, Canada (citado por GROSJEAN, 1982: 226).

4. Bilinguismo e sistemas escolares: reflexões sobre a situação mirandesa

Ainda que a situação da comunidade mirandesa e, mais especificamente, das crianças mirandesas não seja, em rigor, exactamente descritível com as palavras de HAMERS e BLANC que atrás evocámos a propósito do conceito de bilinguismo subtractivo, até porque L1 não é, necessariamente, para todas elas, a língua minoritária, a verdade é que nestas palavras não deixam de ressoar algumas pistas que contribuirão para a caracterização da situação mirandesa. Uma vez que, em anterior ocasião, já tivemos oportunidade de reflectir sobre a questão das atitudes linguísticas na Terra de Miranda (cf. MARTINS, 1997b), limitar-nos-emos a registar que a situação então descrita não propiciava, propriamente, à esmagadora maioria das crianças mirandesas, o desenvolvimento de um bilinguismo de tipo aditivo. Sem querer, nem poder, por falta objectiva de dados mais recentes e mais diversificados, levar, neste momento, esta discussão por diante, ela ficará, por ora, em aberto¹⁶.

Contudo, e por tudo o que ficou dito, haverá que tecer algumas considerações sobre o papel dos sistemas educativos face a populações escolares bilingues ou oriundas de meios bilingues. Assim, cremos que, numa comunidade em que o bilinguismo seja uma realidade, será não só de bom tom, mas também de bom senso que a Escola, enquanto instituição difusora do saber e enquanto serviço público, não ignore, precisamente, tal facto, e que se prepare, minimamente, para dar algum tipo de resposta à sua população escolar de características muito específicas.

Tivemos já oportunidade de dizer, em 1994, numa conferência proferida nos Paços do Concelho de Miranda do Douro, a convite da Câmara Municipal, «que as manifestações de contacto, sobretudo a interferência linguística revelada pelos alunos *dentro dos contextos de interacção escolares*, ao nível da oralidade e da escrita, não se combatem através de acções que promovam o aniquilamento do bi- ou trilinguismo das crianças. O bilinguismo não desaparece de um dia para o outro da sociedade em que as crianças vivem só porque uma ou várias das suas instituições o considera inoportuno». Consideramo-nos, hoje, em condições de reiterar estas mesmas palavras.

¹⁶ Tencionamos, no entanto, abordar este problema no âmbito da nossa dissertação de Doutoramento a apresentar à Universidade de Coimbra e actualmente em fase de preparação.

Todavia, e apesar do que acabamos de evocar, não seria oportuno nem adequado da nossa parte passar em branco um problema real e vivo na comunidade mirandesa, reflectido tão eloquentemente por uma das nossas informantes da aldeia de Paradela no seguinte testemunho:

« [Informante:] (...) A J. falava muito bem, aí, falava tão bem aquela miúda!

[Entrevistadora:] Em mirandês?

[Informante:] Em português correcto, um português correcto, mas mesmo correcto... foi uma pena, pá... estar com os pais que tem (...). A mãe falava-le totalmente em mirandês. A rapariga foi para a escola (...) a mãe falava... chegava a casa, a mãe falava-le em mirandês, chegava à escola, (...) a professora falava-le português... A miúda, meteu-se-le uma mistura que ela só dava erros. Pois a mãe, um dia, pôs-se-me a dizer:

—Aí, isto é uma burra, isto é aquilo, isto é o outro... E eu disse:

—Não estejades a dizer que ela é burra, que a burra fostes vós... Vem para casa falais o mirandês, vai prá escola, falam-le português, vai para os amigos, falam português... a miúda confundiu-se de tal maneira que ela não sabe como vai escrever!

Pois a mãe lá disse:

—Acho que sim, *acho* que tem razão, *acho* que não sei quê...»¹⁷

Trata-se, pois, de um receio dos efeitos nefastos desta situação particular de bi- ou trilinguismo que se caracteriza pelo contacto de dois sistemas linguísticos autóctones fortemente aparentados histórica e estruturalmente, o mirandês e o português, e pela presença, crescentemente importante, de um outro, o castelhano. Se as instituições, mormente a Escola, *através dos seus agentes no terreno*, desconfiam dos benefícios do bilinguismo, é, tanto quanto cremos, preciso saber porquê, pois só assim se poderá conceber um plano concertado e eficaz no combate àquilo que alimenta as preocupações e as convicções dos agentes escolares e das famílias mirandesas relativamente à educação e à instrução das crianças que têm a seu cargo.

Pela nossa parte, não temos dúvidas de que as atitudes negativas e reactivas ao bilinguismo na comunidade mirandesa são também alimentadas por realidades das quais os seguintes dados recolhidos numa escola do 1º ciclo do Ensino Básico inserida no tecido rural do concelho de Miranda do Douro no ano lectivo de 1991-1992 são apenas um fragmentário exemplo¹⁸:

Corpus (escrito)

1. [Masculino, 7 anos, 2º ano¹⁹]

Eu **foi** a festa [segue-se sequência ilegível] ififa. mas eramei a noite quado **vieniu** de pois**lobo** umu meiaora a chega a casdeitene **vailein** depocaseime de **vailar**, vinpara **caja**. pelanan viaos.
meo papi diifan e milha mão

2. [Feminino, 7 anos, 2º ano]

Redacção

A festa mais bunita que eu ja vi

Eu fui ao Naso e vi balões pelo ar e vi o fogo preso **endeve** nos carroceis e estragaranse tres carroceis vi a nosa senhora do Naso e a minha mãe comproume um bolo de nata e vi jugar a cunca

A ninha mãe nasceu ca e o meu pai tambem. Eu nasci em Miranda.

3. [Masculino, 8 anos, 3º ano]

Redacção

A festa mais bonita que eu ja vi.

A festa mais bonita que eu já vi foi a festa do naso.

¹⁸ Transcrevem-se, em seguida, os textos elaborados por sete alunos do 2º ao 4º ano de escolaridade a 18 de Setembro de 1991, cujo tema é "A Festa mais bonita que eu já vi". No fim da redacção, pediu-se aos alunos que escrevessem o nome da localidade onde nasceram e o nome da localidade de onde eram naturais os seus pais. Tendo sido nove as composições inicialmente recolhidas, duas foram excluídas deste *corpus*, uma por não apresentar problemas de expressão escrita dignas de registo (a única) e outra porque o seu autor não escreveu sobre o tema proposto.

¹⁹ Os dados identificadores dos alunos têm uma apresentação uniformizada, não respeitando, assim, o modo como os próprios os escreveram.

¹⁷ Este exemplo ocorre em MARTINS, 1997b:13, nota 22.

Eu nessa festa vi muita coisa.
 Na festa do naso avia de todo.
 Na festa do naso aviaté fogo preso.
 Eu nessa festa do naso comprei um balão.
 Na festa do naso avia muito carro pequenos de brincar. Nessa festa eu vi muito tractor a venda.
 Eu nessa festa vi a vanda de musica.
 Onde nasceste - bragança
 O lugar de onde são os teus pais - os meus pais são os dois de paradela.

4. [Masculino, 8 anos, 3ª ano]

Redacção

A festa mais bonita que eu ja vi
 Eu a festa mais bonita que ja vi fui a da senhora do nazo. Eu gosto do nazo porque ditam o fogo. e também deitam fugetes. Eu vou todos os anos ou nazo.
 Eu gosto do nazo.
 O lugar onde nasceste
 Eu nasci e Bregamca
 O lugar de onde narceram os teus pais
 O meu pai nasceu em Paradela
 A minha mai naceu Paradela

5. [Feminino, 9 anos, 4ª ano]

Redacção

A festa mai bonita que eu já vi
 A festa mais bonita que eu já vi foi no porto. Um dia a noite foi com a minha tia e o meu tio e os mes primos. Depois vi o fogo preso. es cantiga que eu ouvi cantar era Ana malhoa e Zé malhoa. aquela festa e grande. Depois era para endaremos nos carroeis. Mais depois já não tibemos vagar e tinhamos que pagar muito dinheiro. Também era para comprar casetes.
 Eu gostei da festa.
 Depois fomos para casa na camionete.
 Eu nasci em Paradela. E o meu pai nasciu em sammartinho. E a minha mãe em Paradela.

6. [Masculino, 9 anos, 4ª ano]

Redacção

Eu gosto mais da festa do naso.
 Ja fui ao naso e comprei umas votas. E compraranme um saco de pipocas. E tambem vou ao naso.
 O lugar onde nasceste: nasce no Porto
 O lugar de onde são os vossos pais: o meu pai é de ifanes e a minha mãe é de Paradena.

7. [Masculino, 9 anos, 4ª ano]

Redacção

A festa mais bonita que eu ja vi
 A festa mais bonita que eu vi foi a do naso andive nos caroseis muitas vezes com um amigo meu de miranda.
 O lugar onde nasseste
 O meu pai deca e a mama deca.
 Eu nasci no porto

Estes documentos, representativos dos tipos de dificuldades linguísticas evidenciadas pelas crianças mirandesas num exercício de composição escrita, merecem-nos, naturalmente, algumas considerações.

O nível da produção escrita parece francamente baixo e eivado de problemas estruturais que qualquer responsável educativo deverá considerar graves. Sem pretender, no entanto, que o facto que a seguir referiremos sirva de algum consolo, pensamos que a esmagadora maioria dos erros linguísticos verificáveis nestas composições se reecontram, com níveis de expressividade análogos, em zonas exclusivamente monolingues. No âmbito de um projecto exploratório que actualmente se desenvolve na Universidade de Coimbra, no Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada (CELGA), vocacionado para a análise de alguns aspectos relativos à aprendizagem da língua materna no 1º ciclo do Ensino Básico, tem-se vindo a recolher material que, não sendo ainda suficiente, já nos indica, contudo, que estes pequenos mirandeses não escrevem globalmente pior do que outras crianças monolingues oriundas de ambientes sócio-económicos e socioculturais equivalentes e equiparáveis. Digamos, pois, que certos

aspectos revelados por estes documentos não decorrerão, necessariamente, do facto de estas crianças viverem no seio de uma comunidade onde duas línguas de estatuto sociocultural diferente convivem; são antes, características que parecem estar disseminadas pelos utentes do sistema educativo, independentes de factores geográficos e linguísticos mais específicos²⁰.

Ainda assim, há aspectos particularmente interessantes nestas composições que, esses sim, decorrem da existência da situação de bilinguismo e da presença incontornável do mirandês. Refirimo-nos, especialmente, às representações recorrentes de formas verbais que revelam um comportamento flexional tipicamente mirandês ou muito influenciado pela presença, na comunidade bilingue, do mirandês. São formas como *nasciu*²¹ por *nasceu* e *vieniu*²² por *veio*. Para além das formas verbais, observam-se ainda as inequivocamente mirandesas *mai* e *todo* pelas palavras portuguesas *mãe* e *tudo*, respectivamente.

Casos também interessantes e dignos de atenção especial são, por outro lado:

I) *endeve/andive* por *andei* ou *endaremos* por *andarmos*. De acordo com José Leite de Vasconcelos (1900:429), o verbo ANDAR é regular em mirandês excepto «no pret. perf. e seus conexos: *andube, andubiste, andubo, andubimos, andubistes, andubir; andubira, andubisse, andubir* (...) Em grave, i.e., no português popular da Terra-de-Miranda, diz-se *andibemos*, etc. Nos dialectos populares de outros pontos do país, encontra-se também *andive, andiveste*, etc.». Assim, ainda que não se possa, com segurança, atribuir este comportamento flexional ao mirandês, é, em todo o caso, uma situação que decorre da configuração sócio-dialectal do português popular da Terra de Miranda a qual, estamos em crer, a própria presença do mirandês terá ajudado a manter e a preservar.

²⁰ Atendendo a uma observação feita por BIALYSTOK e CUMMINS (1991: 225) parece haver, na realidade, uma correlação muitíssimo mais significativa entre sucesso escolar e factores de natureza sócio-económica e sociocultural do que entre níveis académicos e bilinguismo. São, aliás, os próprios dados relativos a comunidades bilingues residentes nos EUA de diferentes perfis sociológicos que o confirmam. Assim, não é a pertença a uma minoria étnico-linguística o factor que melhor indicará um determinado nível de sucesso escolar, é, antes, o escalão sócio-económico e cultural da família de origem da criança.

²¹ O verbo mirandês NACER, de flexão regular, é conjugado no pretérito perfeito simples do indicativo do seguinte modo: *nasci, naciste, naciú, nacimos, nacistes, naciun*.

²² O verbo BENIR, de flexão irregular, é conjugado no pretérito perfeito simples do indicativo do seguinte modo: *bin, beniste, biêno (ou bino), benimos, benistes, benirun*. Como se constata, a forma escrita pela criança mirandesa revela uma solução flexional que não respeita a flexão irregular do verbo em questão, mas uma é concordante com o paradigma regular dos verbos da 3ª conjugação.

II) *(eu) foi* por *(eu) fui*. O uso de *foi* como forma da 1ª pessoa do singular é recorrente na linguagem popular de vários pontos do país²³, pelo que o seu aparecimento em duas destas composições ficar-se-á a dever, em princípio, à exposição, por parte das crianças, a esta variedade diastrática do português. Contudo, ainda assim, julgamos pertinente evocar outro factor na avaliação de este caso particular. Deste modo, veja-se que, em mirandês, a conjugação do verbo IR, no pretérito perfeito do indicativo, é *fui, fuste, fui, fumos, fustes, fûrun*. Estas são as formas apresentadas por Leite de Vasconcelos (1900: 442) e são também as que reaparecem, quase cem anos depois, representadas na *Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa* (FERREIRA et al., 1999). Todavia, a nossa própria experiência de trabalho de campo na aldeia mirandesa de Paradela leva-nos a considerar que a forma *foi* é usada sistematicamente como 1ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo²⁴. Admitimos, pois, como mera hipótese que carece, nesta ocasião, de melhor fundamentação, que a forma *foi*, enquanto 1ª pessoa do singular, também aqui se manterá por razões de insegurança linguística: o falante bilingue poderá saber que *foi* é a forma portuguesa que equivale a *fui* em mirandês, o que não saberá é se ela dirá respeito à 1ª ou à 3ª pessoa do singular.

III) *mes* por *meus*. Situação relativa ao domínio da flexão pronominal, esta é motivada pela variedade diastrática do português que a criança traz de casa e não pela presença da língua minoritária, já que a forma mirandesa correspondente seria *mius*.

IV) *tibemos* por *tivemos*, *lobo* por *levou* vs. as hipercorrectas *vailar* por *bailar*, *votas* por *botas* e *vanda* por *banda*. Sendo casos que resultam da não diferenciação fonológica b/v, característica comum ao mirandês e ao português de Trás-os-Montes, ocorrências semelhantes encontrar-se-ão facilmente noutras zonas do país em que a oposição em questão não existe.

V) *caja* por *casa*. A propósito da grafia das sibilantes, um problema recorrente e verdadeiramente estrutural para todas as crianças do ensino básico em Portugal, é imprescindível realçar que as crianças mirandeses têm, à partida, uma vantagem que importaria que a Escola activamente potenciase. Tendo o mirandês um sistema de quatro sibilantes alveolares, duas apicais e duas dorsais, que, sendo comum

²³ Agradecemos esta informação à Prof. Doutora Clarinda de Azevedo Maia.

²⁴ Cf., a propósito, o *corpus 2* reunido no volume de anexos à nossa dissertação de Mestrado, i.e., MARTINS, 1994, vol. II: 66, 87, 94, 98, 113 e 116.

ao antigo sistema de sibilantes do português, ainda encontra vestígios da sua primitiva existência no sistema ortográfico desta última língua, não há razão para que um estudante tenha dificuldades na representação gráfica das tão problemáticas sibilantes, *se ele souber falar mirandês*.

Não é, de resto, demais lembrar o que sobre este assunto já Jose Leite de Vasconcelos escreveu no início do século:

«Se a uma criança do Sul do reino, onde na pronúncia não se distingue o som *s* do de *z*, se disser que a palavra *gozo* se deve escrever com a letra *z*, e não com a letra *s*, ela fixará por um momento a regra, mas, por isso que não compreende a razão dela, não tardará que, sob a influência de outras palavras, como *bexigoso*, *fogoso*, e análogas, escreva erradamente *goso* com *s*; mas, tratando-se de uma criança mirandesa, e reparando esta que em mirandês se diz *gozo*, com *z*, e não com *s* (...), nunca se equivocará na ortografia. Poderiam multiplicar-se os exemplos de como o conhecimento do mirandês traria elementos para o ensino prático do português em Terra-de-Miranda» (VASCONCELOS 1900:163).

Não é, também, demais lembrar o que sobre esta mesma questão um habitante de Paradela, habilitado com a antiga quarta classe, nos disse no princípio dos anos noventa:

« [Informante:] Aqui tem uma tendência... o mirandês... em pronunciar a letra com que começa a palavra... por exemplo, “saco”, é uma coisa que aqui se diz “saco” [sibilante apical] se for, por exemplo, “caça” já é “caça” [sibilante dorsal]...

[Entrevistadora:] Já é “caça” [sibilante dorsal]. Se for “passo” [sibilante apical], de “dar um passo”...

[Informante:] É um “passo” [sibilante apical], exacto.

[Entrevistadora:] Se for “paço” [sibilante dorsal], de “paço do Bispo”...

[Informante:] “paço” [sibilante dorsal], pois. Por acaso até é uma... é uma... portanto... digamos... é uma coisa que ajuda... o estudante... (...) “Coser as meias” diz-se “coser” [sibilante apical]. “Cozer as batatas” *yê cozer* [sibilante dorsal] as batatas!»

Na senda deste último exemplo, observe-se a reflexão que outro dos nossos informantes de Paradela, com um perfil sociológico análogo ao do informante anterior, foi capaz de produzir:

«Eu acho... eu acho... eu para mim acho que o mirandês é que

está certo (...) Eu, quando andei na escola, chateava-me muito era com a palavra que se diz “muito”, “muito”. Eu preocupava-me com esta palavra, porque se escreve “muito” e tem que se ler [‘mũjtu]. Não há “n” nenhum, não há nada! Escreve “muito” e lê-se [‘mũjtu]. Porquê? Porquê? (...) Quando agora estou a ver que o [‘mujtu] é mirandês! (...) O mirandês tem um bocado acertado na linguagem portuguesa às vezes»²⁵.

Pensamos poder concluir-se, apenas a partir destas primeiras reflexões, que mesmo uma situação de bilinguismo complexa, caracterizada pela intrincada afinidade estrutural entre os sistemas em contacto e enquadrada por um contexto sócio-económico, sociocultural e atitudinal que nem sempe favorece, nas perspectivas teóricas aqui afloradas, formas ‘positivas’ desse mesmo bilinguismo, torna possível fomentar e enriquecer as competências relativas ao idioma que é veiculado e reforçado pela escola, i.e., a língua portuguesa. Dito de modo diferente, *é possível por o conhecimento do mirandês ao serviço de um melhor conhecimento do próprio português*. Isto far-se-á tão mais eficazmente quanto capazes forem os responsáveis educativos de aproveitar racionalmente os recursos revelados pela população escolar desta comunidade bilingue. Lembramos, a este propósito, que uma criança que conheça dois sistemas linguísticos terá, de acordo com a hipótese embrionariamente sugerida por Lev S. Vygotsky, uma maior e mais precoce acuidade metalinguística do que uma criança monolíngue²⁶, condição que lhe permitirá um maior controlo ao nível de algumas actividades linguísticas, mormente no campo dos registos escritos. No caso mirandês, parece-nos, até *por causa das semelhanças estruturais entre os sistemas*, que muito haveria a ganhar, em termos de sucesso escolar, com o uso de estratégias que fomentassem assumidamente o desenvolvimento da capacidade metalinguística das crianças.

Pela nossa parte, pretendemos contribuir de alguma maneira para a tarefa que acabámos de anunciar e que julgamos prioritária

²⁵ Quer este exemplo, quer o anterior, dada a sua expressividade, já foram usados em anteriores ocasiões. Cf., por exemplo, MARTINS, 1997b: 18.

²⁶ VYGOTSKY (1962: 110), ao referir-se às vantagens que decorrem da aprendizagem de línguas estrangeiras, afirmou: «The child learns to see his language as one particular system among many, to view its phenomena under more general categories, and this leads to awareness of his linguistic operations. Goethe said with truth that “he who knows no foreign language does not truly know his own”». Esta observação tem vindo a ser corroborada e a ganhar relevância na bibliografia científica mais recente sobre a relação entre bilinguismo e capacidades metalinguísticas.

através do trabalho de investigação que actualmente nos ocupa no âmbito do nosso projecto de Doutoramento. Antes de propor medidas mais concretas sobre o que seria vantajoso ou não implementar na rede escolar que serve a comunidade mirandesa, é necessário colher dados, organizá-los e interpretá-los à luz dos modelos teóricos e das experiências existentes.

Ainda assim, julgamo-nos já em condições de poder afirmar que serão positivas e benéficas todas as iniciativas que conduzam os agentes de ensino locais a conhecerem mais séria e aprofundadamente o mirandês. Esta será, a nosso ver, condição *sine qua non* para habilitar quem quer que seja a fazer bom e adequado uso das potencialidades que o idioma minoritário encerra em prole de um desenvolvimento cognitivo e social mais harmonioso dos utentes do sistema escolar. Exequível parece-nos, desde já, a promoção de acções, no âmbito das já existentes estruturas de formação contínua de professores, dirigidas prioritariamente para os docentes do ensino básico e, de forma particular, para os do primeiro ciclo. Nestas acções de formação será imprescindível passar em revista a estrutura fonético-fonológica, morfológica (em particular a flexional) e lexical do mirandês, para além de apresentar alguns dados sociolinguísticos necessários para a compreensão mais cabal da comunidade bilingue em questão. Munidos de dados desta natureza que, de resto, até já se encontram disponíveis, ainda que dispersos por várias publicações académicas e, por isso mesmo, nem sempre facilmente acessíveis, os professores a prestar serviço na Terra da Miranda conquistarão, tanto quanto cremos, uma considerável melhoria nas condições necessárias para o desempenho da sua vital função social.

Bibliografia Citada

- ALBERT, Martin L. & Loraine K. OBLER (1978). *The Bilingual Brain. Neuropsychological and Neurolinguistic Aspects of Bilingualism*. New York: Academic Press.
- BIALYSTOK, Ellen (ed.) (1991). *Language Processing in Bilingual Children*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BIALYSTOK, Ellen & James CUMMINS (1991). *Language, Cognition, and Education of Bilingual Children*. In Ellen BIALYSTOK (ed.), p. 222-232.
- DIAZ, Rafael M. & Cynthia KLINGER (1991). *Towards an Explanatory Model of the Interaction between Bilingualism and Cognitive Development*. In: Ellen BIALYSTOK (ed.), p. 167-192.
- FERREIRA, Manuela Barros *et al.* (1999). *Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa*. Câmara Municipal de Miranda do Douro/Centro de Linguística de Universidade de Lisboa.
- GROSJEAN, François (1982). *Life with Two Languages. An Introduction to Bilingualism*. Cambridge: Harvard University Press.
- GROSJEAN, François, Judith KROLL, Juergen M. MEISEL e Peter MUYSKEN (1998). *Editorial*. In: *Bilingualism and Cognition*, vol. I, nº1, April, Cambridge, p. iii-iv.
- KATCHAN, Olga (1986). *Early Bilingualism: Friend or Foe?* In: I. KURCZ, G. W. SHUGAR & J. H. DANKS (eds.) *Knowledge and Language*. North Holland: Elsevier Science Publishers, p. 667-690.
- MARTINS, Cristina dos Santos Pereira (1994). *Estudo sociolinguístico do mirandês. Padrões de alternância de códigos e escolha de línguas numa comunidade trilingue*. Dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2 vols., inédita.
- : (1995). *Expressões de marginalidade e periferia nos comportamentos verbais. A alternância de códigos e escolha de línguas exemplificada pelo discurso bilingue mirandês-português*. In: *Discursos*, nº 10, pp. 123-141.
- : (1997a). *Bilinguismo e manifestações verbais bilingues. Uma breve sinopse teórica*. Separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XXI, Coimbra, 63 p.
- : (1997b). *A vitalidade de línguas minoritárias e atitudes linguísticas: o caso do mirandês*. In: *Lletres Asturianes. Boletín Oficial de l'Academia de la Llingua Asturiana*. Principáu d'Asturies, nº 62, p. 7-42.
- McLAUGHLIN, Barry (1984). *Second Language Acquisition in Childhood*.

Volume I. Preschool Children. Second edition. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates.

PARADIS, Michel (1997). *The Cognitive Neuropsychology of Bilingualism*. In: Annette M. B. de GROOT & Judith F. KROLL (eds.) *Tutorials in Bilingualism. Psycholinguistic Perspectives*. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, p. 331-354.

ROMAINE, Suzanne (1989). *Bilingualism*. Oxford: Basil Blackwell.

VASCONCELOS, José Leite de (1900 e 1901). *Estudos de filologia mirandesa*, vol. I e II. Lisboa: Imprensa Nacional. 2ª ed. comemorativa do cinquentenário da morte do Autor, publicada em 1992 pela Câmara Municipal de Miranda do Douro, que reproduz, em fac-símile, a ed. de 1900 e 1991.

VYGOTSKY, Lev. S. (1962). *Thought and Language*. Cambridge, Mass.: MIT Press.

João Veloso

(Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

O mirandês visto por futuros professores de português: Resultados de um inquérito exploratório e sugestões para uma estratégia de intervenção localizada

Nota prévia

Gostaria de começar esta minha apresentação com uma observação prévia: esta comunicação não se insere de pleno direito na área dos Estudos Mirandeses, ao contrário das restantes contribuições incluídas no programa do colóquio. Trata-se somente do pequeno contributo de um não-especialista¹ que pretende aqui partilhar alguns dados relativos à informação de que os temas mirandeses são objecto junto de uma população específica - a de futuros professores de português em plena formação universitária - que, pelas razões que noutro passo enunciarei, me parece constituir uma população-alvo muito importante no trabalho de divulgação e promoção da língua e da cultura mirandesas desenvolvido presentemente por inúmeras instituições.

1 - Apresentação

Neste trabalho, vão ser apresentados os resultados parcelares de um inquérito aplicado no início do ano lectivo de 1998/1999 às duas turmas da disciplina de Linguística Portuguesa I da Faculdade de Letras da Universidade do Porto a meu cargo nesse mesmo ano.

Esta disciplina é uma disciplina obrigatória para todos os alunos do 2º ano da licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas das variantes com a componente de Estudos Portugueses: frequentam-na

¹ Na verdade, a minha adesão à "causa mirandesa" é uma adesão meramente pessoal, afectiva, e nela a minha formação de linguista desempenha um papel relativamente secundário, visto que se limitou a ter contribuído para uma sensibilidade mais apurada para a necessidade de preservar e promover a língua e a cultura mirandesas, bem como a suscitar algum interesse pelas mesmas.

em 1998/1999 cerca de 450 alunos. O seu programa reparte-se por três capítulos principais - a fonética, a fonologia e a morfologia do português -, sendo esta a primeira cadeira especificamente devotada à linguística portuguesa com que os alunos que a frequentam deparam na sua evolução curricular normal dentro da Faculdade.

2 - População

As duas turmas em que o inquérito foi aplicado abrangiam cerca de 240 alunos, isto é, sensivelmente pouco mais do que a metade de todos os alunos inscritos, em 1998/1999, na cadeira. Por essas duas turmas repartiam-se todos os alunos de Linguística Portuguesa I pertencentes às variantes de Estudos Portugueses e Franceses e Estudos Portugueses e Alemães e ainda cerca de 50% dos alunos pertencentes à variante de Estudos Portugueses e Ingleses. O número de alunos que efectivamente frequentavam as aulas dessas duas turmas elevava-se a 178, de acordo com as inscrições nas turmas efectuadas no início do ano lectivo junto do docente.

Ao inquérito que passarei a apresentar responderam 107 alunos, o que representa sensivelmente 60% dos alunos inscritos nas turmas onde foi aplicado.

3 - Objectivos e metodologia

O inquérito era de resposta facultativa e anónima e destinava-se a permitir ao docente aperceber-se do nível de conhecimentos gerais dos estudantes principalmente nos domínios da análise gramatical do português, da linguística geral e da linguística românica. Consta de 11 perguntas em que eram solicitadas aos estudantes respostas a questões de dificuldade variável sobre estruturas gramaticais do português, famílias linguísticas, identificação de línguas mais ou menos exóticas a partir de pequenas amostras escritas, teorias linguísticas, dialectologia, linguística geral, etc.

Tais conhecimentos constituíam, na óptica do docente, um conjunto de conhecimentos básico para qualquer estudante universitário de língua e linguística portuguesas, devendo ser adquiridos não só no âmbito da formação curricular que é posta à disposição dos estudantes pela própria Faculdade, mas também como fruto do trabalho individual de pesquisa dos alunos. Aliás, além desta componente de diagnóstico de conhecimentos previamente adquiridos, o inquérito procurava estimular a pesquisa bibliográfica individual por parte dos estudantes, já que, depois da sua aplicação, estes foram incentivados

a procurar as soluções das suas perguntas recorrendo aos fundos bibliográficos da Biblioteca Central da Faculdade, do Centro de Linguística da Universidade do Porto ou de outras bibliotecas (proposta a que infelizmente apenas um número ínfimo de estudantes aderiu).

O inquérito foi aplicado nas duas turmas *na primeira semana de aulas* e, como se disse, só responderam os alunos que voluntariamente quiseram fazê-lo, sendo as respostas escritas e entregues ao docente sob anonimato dos estudantes. Os alunos foram avisados da possibilidade de, se assim entendessem, não responderem a todas as perguntas do inquérito.

Neste inquérito, o mirandês era objecto de uma pergunta (pergunta nº 10) dividida em 3 alíneas, sendo a seguinte a formulação exacta da questão:

- 10 - Já ouviu falar sobre o mirandês?
- a) Trata-se de uma língua ou de um dialecto? Porquê?
 - b) Em que local ele é falado?
 - c) Qual a sua origem histórica?

4 - Resultados

Responderam a pelo menos uma alínea da pergunta relativa ao mirandês acima transcrita 104 alunos, isto é, 97,2% dos inquiridos (como tal, a percentagem dos inquiridos que não responderam à pergunta (3 estudantes, num total de 107 inquéritos aplicados) foi mínima (=2,8%)). Na análise subsequente dos resultados, serão considerados apenas estes 104 inquéritos.

Dos 104 alunos que responderam a esta pergunta, só 2 estudantes (=1,9% dos alunos que responderam) afirmaram explicitamente nunca terem ouvido falar do mirandês, o que parece ser um valor irrisório. Por conseguinte, a quantidade de estudantes inquiridos que opta por não responder à pergunta (N=3) ou por afirmar explicitamente nunca ter ouvido falar do mirandês (N=2) representa uma parcela mínima do total dos inquiridos (=4,7%).

Depreende-se portanto que os 102 restantes inquiridos (=95,3% do total de inquiridos) tivessem ouvido falar desta língua, seja porque o afirmam explicitamente - p. ex., respondendo "sim" ou "sim, já ouvi falar do mirandês" no cabeçalho da resposta -, seja porque dão respostas às diversas alíneas da questão.

Passemos então aos resultados obtidos na resposta a cada uma das alíneas da pergunta proposta aos estudantes inquiridos.

Na presente secção deste texto, limitar-me-ei basicamente a apresentar os resultados quantitativos das respostas obtidas, reservando eventuais comentários que esses resultados mereçam para a secção seguinte.

O mirandês: língua ou dialecto?

Quando se pergunta aos alunos se o mirandês é uma língua ou um dialecto (alínea a) da pergunta), os resultados são os constantes do Quadro 1.

Quadro 1 - O mirandês como língua ou dialecto junto dos inquiridos

Resposta	Nº de inquiridos	% de inquiridos (N=104)
É uma língua	40	38,5%
É um dialecto	60	57,7%
NS/NR	4	3,8%
TOTAL	104	

(Neste quadro, estão considerados apenas os 104 inquéritos em que é dada resposta a pelo menos uma alínea da pergunta nº 10.)

Localização geográfica do mirandês

Seguidamente, perguntando-se o local em que o mirandês é falado (alínea b) da pergunta), só 66 alunos (63,5% dos alunos que respondem à questão) identificam correctamente a região de Miranda do Douro nas suas respostas. Não sabem ou não respondem 8 alunos e os restantes 30 repartem-se por outras respostas, conforme explicitado no Quadro 2.

Quadro 2 - A localização geográfica do mirandês de acordo com os inquiridos

Resposta	Nº de inquiridos	% de inquiridos (N=104)
Miranda do Douro	66	63,5%
Outras localidades	30	28,8%
NS/NR	8	7,7%
TOTAL	104	

(Neste quadro, estão considerados apenas os 104 inquéritos em que é dada resposta a pelo menos uma alínea da pergunta nº 10.)

De seguida (Quadro 3), são especificadas as 30 respostas que indicam outras localidades como sendo aquelas em que o mirandês é falado, sublinhando-se desde já o elevado número de estudantes que indicam, nesta resposta, o nome de Mirandela. Duas destas 30 respostas, não sendo tão precisas como as que indicam a região de Miranda, não podem ser contudo consideradas absolutamente incorrectas: são os casos das 4 respostas que mencionam a região de Trás-os-Montes e do aluno que genericamente responde "Norte de Portugal".

Quadro 3 - Respostas erradas ou menos precisas acerca da localização geográfica do mirandês obtidas no inquérito

Resposta	Nº de inquiridos com respostas erradas ou imprecisas	% dos inquiridos em relação ao total (N=104)
Mirandela	22	
Trás-os-Montes	4	
Litoral Nortenho	1	
Beira Alta	1	
Minde	1	
Norte de Portugal	1	
TOTAL	30	(28,8%)

Origem histórica do mirandês

É na resposta à alínea relativa às origens históricas da língua (alínea c) da pergunta) que se verifica um maior desconhecimento por parte dos nossos inquiridos.

Esta alínea reúne um número muito elevado de não-respostas ou de respostas em que os inquiridos expressamente declaram não saber responder-lhe: 88 casos, no total de 104 alunos que respondem à pergunta nº 10 (=84,6%).

Dos 16 alunos que avançam uma resposta com conteúdo, só 3 (=2,9% dos que respondem à questão nº 10) se mostram capazes de relacionar o mirandês com o antigo leonês (havendo porém entre estes 3 estudantes um que afirma que o leonês era "a antiga língua da Catalunha").

As respostas a esta alínea repartem-se da forma indicada no Quadro 4.

Quadro 4 - As origens históricas do mirandês de acordo com os inquiridos

Resposta	Nº de inquiridos	% de inquiridos (N=104)
Leonês	3	2,9%
Espanhol	4	3,8%
Mistura de Português e Espanhol	2	1,9%
Galego	2	1,9%
Outros	5	4,9%
NS/NR	88	84,6%
TOTAL	104	

(Neste quadro, estão considerados apenas os 104 inquiridos em que é dada resposta a pelo menos uma alínea da pergunta nº 10.)

As 5 respostas mencionadas na rubrica “Outros” do Quadro 4, na qual se indicam outras origens para o mirandês, são as seguintes, com um estudante cada e totalizando 4,9% das respostas dos 104 inquiridos: “Mistura de Espanhol e Árabe”, “Latim”, “Mistura de Latim, Português e Galego”, “Situação fronteiriça” e “Contrabando”.

5 - Discussão e conclusões

Vistas na secção anterior as respostas dadas ao questionário aplicado - e não perdendo de vista que este é um estudo meramente prospectivo e limitado a uma população muito reduzida -, impõe-se que reflectamos um pouco sobre aquilo que essas mesmas respostas nos permitem concluir acerca do nível de conhecimentos gerais relativos ao mirandês e que avancemos com a sugestão de algumas medidas que, especialmente junto desta população, seria conveniente tomar para se incrementar quantitativa e qualitativamente esse nível de conhecimento.

Antes, porém, de discutir em particular alguns dos resultados obtidos, tecerei algumas considerações de princípio sobre questões gerais.

Em primeiro lugar, gostaria de vincar que a população estudada pelo inquérito constitui uma população *diferenciada* que os agentes envolvidos na disseminação da informação relativa à cultura mirandesa deverão considerar como prioritária no seu esforço informativo e

sensibilizador, uma vez que estamos em presença de estudantes universitários de língua e linguística portuguesas que, na sua maioria, acabarão por ocupar-se profissionalmente do ensino. Como tal, deles se espera uma maior atenção para questões como a defesa do património cultural e linguístico e um efeito multiplicador das apreensões e das pistas de acção que soubermos incutir-lhes. Foi com esse espírito que resolvi debruçar-me um pouco sobre o assunto aqui tratado e é com este pressuposto em mente que, ano após ano, procuro familiarizar minimamente os estudantes desta disciplina com as questões mirandesas.

Assim, reconheço grande utilidade à adopção de medidas simples que julgo estarem ao alcance das universidades e de outros estabelecimentos de ensino superior que formam professores de português, no tocante à sensibilização dos seus formandos para a área dos Estudos Mirandeses. Como é óbvio e patente, por exemplo, neste encontro, essa sensibilização não se esgota na formação profissional de professores de português, mas deixo aqui propositadamente para um plano menos evidente, também porque o conheço pior e nele não me encontro tão envolvido, o trabalho verdadeiramente fulcral que, com esse mesmo objectivo e junto da população em geral, cabe a outros organismos e a outros contextos.

Voltando um pouco atrás, à questão do presumível interesse do inquérito aplicado, e como já disse anteriormente, este inquérito teve igualmente um intuito formativo: as suas perguntas tinham, quanto a mim, um grau de dificuldade propositadamente variável, e, depois de aplicado o inquérito em aula, foi proposto aos alunos que procurassem resolvê-lo posteriormente, sem qualquer restrição de tempo ou de fontes de consulta².

Gostaria ainda de referir um aspecto que pode influenciar a maneira de olhar para os dados obtidos: se, com apenas um ano de formação universitária, estes estudantes dão respostas acerca do mirandês (como, aliás, acerca de outras questões) que não se destacam visivelmente das respostas hipoteticamente dadas pela população em geral (dizendo que o mirandês é um dialecto “porque não tem estatuto oficial”, ou que o mirandês é uma “mistura de português e espanhol”, ou achando que o mirandês é falado em Mirandela, p. ex.), estou certo de que o mesmo inquérito aplicado no final do ano lectivo ou,

² Como já foi dito, o número de estudantes que entregou uma nova versão das suas respostas, baseada em consultas independentes efectuadas propositadamente para esse efeito, foi muito reduzido.

melhor ainda, a alunos do 4º ano, com pelo menos duas cadeiras de linguística portuguesa concluídas e eventualmente com algumas aulas de História da Língua Portuguesa, revelaria uma percentagem muito mais significativa de respostas acertadas. Este aspecto torna, a meu ver, ainda mais pertinente e prometedora o esforço formativo/informativo e sensibilizador que pode e deve ser levado a cabo junto desta população *em formação*.

Estabelecidos estes considerandos prévios, passemos, pois, à análise concreta das respostas encontradas, na qual tentarei fornecer, sempre que oportuno, algumas pistas e sugestões para trabalhos futuros, partilhando ao mesmo tempo alguns resultados de experiências pedagógicas concretas e recentes levadas a efeito no âmbito da disciplina de Linguística Portuguesa I nos últimos anos lectivos nas turmas que tenho tido a meu cargo.

Um aspecto muito positivo, que penso que pode e deve ser potenciado na formação desta população, é o facto de praticamente todos os inquiridos já terem ouvido falar acerca do mirandês (só cerca de 2% declaram expressamente não terem nunca ouvido falar desta língua), ainda que depois revelem não ter ideias muito precisas ou apropriadas sobre a questão.

Penso que isto é um reflexo não só do carácter diferenciado desta população, à partida mais sensibilizada para este assunto, mas também da visibilidade crescente da “causa mirandesa”, relacionada não só com os esforços de diversos organismos empenhados na sua promoção como também com algumas iniciativas mais mediáticas, como o reconhecimento parlamentar do mirandês como língua oficial em Miranda, num processo que antecedeu de pouquíssimo tempo a aplicação do inquérito aos estudantes.

Este é, a meu ver, um dos aspectos mais positivos do inquérito e cumpre-me destacá-lo neste momento.

Quanto à questão de o mirandês ser uma língua ou um dialecto, creio que se torna esclarecedor observar as justificações de alguns estudantes para as respostas que dão. Dos 104 inquiridos que respondem à pergunta nº 10 do inquérito, só 59 (=56,7%) justificam a resposta que dão à alínea a) da pergunta (apesar de isso lhes ser expressamente pedido no enunciado da questão).

É interessante notar que, apesar de em princípio já contarem com uma disciplina introdutória de linguística (Introdução aos Estudos Linguísticos, que integra o plano curricular do 1º ano da licenciatura frequentada pelos inquiridos), um número significativo de estudantes

não consegue ainda libertar-se da ideia do senso comum de que uma língua, para ser considerada como tal, precisa de uma série de predicados de natureza extralinguística como o carácter oficial e nacional, um sistema de escrita ou um número muito elevado de falantes. Com efeito, quer do lado dos inquiridos que consideram o mirandês uma língua, quer do lado dos que o consideram um dialecto, estes argumentos pesam suficientemente: há 21 alunos que justificam explicitamente a sua consideração do mirandês como língua com a decisão parlamentar de oficializar o seu uso (se o inquérito tivesse sido aplicado uns meses antes, supõe-se que os mesmos alunos dariam a resposta alternativa, classificando o mirandês como um dialecto), a par de 11 que declaram que o mirandês é um dialecto porque não tem esse carácter oficial (o que, além do preconceito extralinguístico, denota uma falha de informação geral, já que, à altura do inquérito, como o demonstram as respostas anteriormente citadas, a questão já passara na Assembleia da República). Os restantes argumentos invocados frequentemente pelos estudantes para considerarem o mirandês um dialecto são o seu carácter restrito a uma área geográfica específica habitada por poucos falantes e a inexistência de um sistema ou de uma tradição de escrita para esta língua (o que revela também alguma dose de desinformação e desconhecimento da realidade).

Penso que o que há a fazer na correcção deste resultado é insistir na clarificação das principais noções básicas de linguística e dialectologia, tais como “língua”, “dialecto” e “língua minoritária”, o que é habitualmente feito nas aulas desta disciplina (e, ao que julgo saber, noutras disciplinas de Linguística) no âmbito do bloco lectivo consagrado à variação linguística. A situação do mirandês presta-se, aliás, a constituir um excelente exemplo para ilustrar a questão da consideração de certos códigos de comunicação verbal como línguas ou dialectos e para exemplificar a noção de “língua minoritária”, não só pelas características peculiares do seu estatuto sociolinguístico, como também pela sua proximidade geográfica e cultural em relação ao universo de conhecimentos e de experiências dos estudantes da Faculdade. No âmbito da experiência pedagógica concreta que tenho desenvolvido nas aulas de Linguística Portuguesa I, o mirandês tem sido precisamente utilizado como instrumento metodológico para conduzir os estudantes ao abandono gradual de preconceitos extralinguísticos e normativos sobre estas e outras noções (tais como, além das já citadas, “norma”, “norma-padrão”, “variação”, etc.).

Ainda na resposta a esta alínea, torna-se possível isolar um grupo de 23 inquiridos que revelam alguma ignorância quanto às

características estruturais da língua, a meu ver relativamente justificada em alunos sem formação específica na área da linguística portuguesa ou românica: são respostas de alunos para quem o mirandês é um dialecto porque, na justificação que dão, é apenas uma variante (fonética, na maioria das respostas) do português.

Estas respostas diferem das primeiras na medida em que revelam não uma falta de conhecimentos básicos de teoria linguística ou a persistência de alguns pré-juízos de ordem extralinguística, mas porque revelam, antes de mais, alguma desinformação sobre as propriedades estruturais da língua mirandesa. É de crer que, se pelo menos alguns destes alunos soubessem algo do sistema fonológico e morfossintático do mirandês, talvez fossem capazes de considerá-lo uma língua e não uma variação do português. Esta informação genérica e introdutória sobre as principais propriedades estruturais da língua pode também ser objecto de informação prestada em aula, nomeadamente na disciplina de Linguística Portuguesa I de forma necessariamente sintética (por vários motivos, entre os quais avulta o facto de esta não ser uma disciplina de língua ou linguística mirandesa, nem sequer de linguística românica). Este objectivo, integrado no bloco lectivo sobre variação linguística a que atrás aludi, é habitualmente concretizado nas turmas que me são atribuídas, sendo então o mirandês apresentado como exemplo de “língua minoritária” (expressão, aliás, que é utilizada por um único estudante dos 59 que justificam a resposta que dão à alínea). Neste contexto, são apresentadas aos estudantes algumas características mais marcantes da evolução fonética do mirandês e de outras línguas do bloco asturiano-leonês, colocadas em confronto com as restantes línguas românicas da Península, bem como algumas das principais características do sistema flexional verbal e de outros sub-paradigmas da língua, como os artigos, por exemplo.

Dos 59 estudantes que justificam a sua resposta a esta alínea, só 3 estudantes é que explicitamente indicam a existência de um léxico e de uma gramática específicos, resultantes da evolução histórica do bloco leonês dentro da evolução das línguas românicas na Península Ibérica, para justificarem a sua resposta considerando o mirandês uma língua.

No respeitante à localização geográfica do mirandês, não se pode deixar de considerar minimamente satisfatória a percentagem de pouco mais de 60% de estudantes que identificam correcta e precisamente a região de Miranda do Douro como aquela em que se fala a língua. No entanto, a percentagem de 30% de alunos que a situam noutros locais - algumas das respostas evidenciando uma

ignorância absoluta nesta matéria, como as que situam o mirandês na Beira Alta ou no Litoral Nortenho - parece-me ainda um valor considerável a ser corrigido no decurso da formação desta população.

As falhas evidenciadas na resposta a esta alínea não me parecem atribuíveis apenas a uma falta de informação sobre o mirandês especificamente. Elas certamente derivarão de uma falta de conhecimentos gerais mais alargados. Interrogo-me mesmo se os estudantes que indicam Miranda do Douro como a localidade onde é falada esta língua saberiam, p. ex., localizar Miranda num mapa ou se não terão chegado à resposta por via da etimologia aparente na morfologia do topónimo (responsável também, quanto a mim, pela hipótese de Mirandela arriscada por muitos dos inquiridos - v. Quadro 3).

Uma vez mais, a correcção desta lacuna - que, devo repetir, não atingiu porém valores de respostas incorrectas ou imprecisas tão elevados como na resposta à alínea anterior - passa, no âmbito do trabalho docente, por alguma informação de ordem geográfica, por exemplo, e uma vez mais, nas aulas sobre variação linguística. Estou convencido de que se torna absolutamente necessário, nessas aulas, recorrer a um número abundante de bons mapas que ajudem os alunos a visualizar a cartografia dos fenómenos linguísticos, sendo habitual esse recurso nas aulas em que o tema é abordado.

A origem histórica do mirandês foi a questão em que, de forma pouco surpreendente quanto a mim, se verificou a maior ignorância dos inquiridos. Este resultado, como disse, não me surpreende, uma vez que a resposta à última alínea da questão exigia uma informação mais especializada não fornecida ainda pela Faculdade e não tão facilmente acessível a partir de outras fontes, sobretudo para pessoas não iniciadas em linguística ou em dialectologia. Neste ponto particular, penso que os resultados obtidos não se afastam muito do que seria encontrado num inquérito semelhante feito a uma população não diferenciada (quantos de nós já tivemos de explicar a “leigos” que o mirandês não é uma “mistura de português e espanhol” ou não é português arcaico, para citar apenas algumas das ideias feitas de circulação mais alargada?).

Para a supressão das lacunas evidenciadas pelos estudantes nas respostas a esta alínea, contribuirão, a nível da formação proporcionada pela Faculdade, sobretudo as aulas de História da Língua Portuguesa, disciplina que integra a estrutura curricular do último ano da licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas nas variantes com a componente de Estudos Portugueses (embora, infelizmente, não obrigatória para

todos os alunos). Na disciplina de Linguística Portuguesa I, porém, alguns dados sobre a história do mirandês são integrados na explicação de alguns fenómenos de fonética histórica do português que individualizam e contrapõem o bloco galego-português no quadro das línguas românicas da Pensínsula, tema a que é feita alusão no decurso do ano lectivo.

Não me deterei muito nas respostas a esta alínea a que atrás aludi e que identificam a origem da língua com circunstâncias extralinguísticas supostamente favoráveis ao seu desenvolvimento (situação fronteiriça de Miranda e “contrabando”). Tais respostas totalizaram uma percentagem irrisória de casos e revelam, por um lado e além de alguma ignorância, uma certa confusão na interpretação da questão colocada; por outro lado, põem em evidência um nível de conhecimentos de linguística teórica ainda imaturo, se bem que algo compreensível nesta fase do percurso académico dos estudantes inquiridos.

Como conclusões gerais, e resumindo o que até aqui foram considerações mais ou menos avulsas sobre o tema, gostaria antes de mais de tornar à ideia de que existe um enorme interesse, quanto a mim, em eleger este grupo populacional - o dos futuros professores de português - como um público-alvo a sensibilizar para a questão da defesa e da promoção da língua mirandesa. Trata-se, como disse já, de uma população à partida mais sensibilizada para este assunto e que, ao longo da sua formação académica e profissional, obterá os conhecimentos técnicos e científicos mais adequados a uma melhor interiorização das variáveis inerentes a toda esta problemática e ao seu envolvimento na defesa do mirandês. Não esqueçamos que, como futuros agentes culturais (papel que, entre outros, inequivocamente cabe aos docentes de qualquer grau de ensino, em meu entender), a sua motivação para as questões relativas à língua e à cultura mirandesas terá um efeito multiplicador.

Penso ainda que o mirandês, pelo contexto geográfico e cultural em que se insere, se oferece como um bom exemplo de multiculturalidade, bilinguismo e diglossia - tópicos que creio serem teoricamente abordados em disciplinas mais “técnicas” e especializadas na formação profissional de professores. Não será de excluir que alguns dos professores de português formados por esta Faculdade (ou por outros estabelecimentos similares) venham a exercer a sua actividade profissional na área linguística mirandesa, deparando aí e então com um cenário concreto da situação de que teoricamente haviam sido informados durante a sua passagem pela Faculdade e sentindo-se como

tal preparados para desenvolverem o seu trabalho inseridos nessa realidade específica.

Concluindo esta minha apresentação, permitir-me-ei avançar algumas sugestões de medidas de sensibilização e formação desta população específica no domínio dos Estudos Mirandeses, tendo sempre presentes os objectivos do trabalho aqui comunicado.

Algumas dessas medidas foram já postas em prática com razoável êxito em momentos anteriores e mencionadas em passagens prévias deste texto. Todas elas são aqui deixadas como propostas de caminhos abertos à discussão:

- necessidade de reforço da informação, transmitida no espaço da aula, sobre diversos aspectos linguísticos e sociolinguísticos do mirandês; esta informação poderá ser veiculada em momentos do ano lectivo especialmente dedicados ao mirandês ou a questões de linguística românica (o que dependerá dos conteúdos programáticos das cadeiras em que isso vier a ser feito) ou aproveitando o mirandês como exemplo ilustrativo de questões mais gerais de teoria linguística (por exemplo, na apresentação de conceitos relacionados com a sociolinguística, a dialectologia, etc.);

- organização de cursos livres (anuais ou intensivos, por exemplo nas férias de Verão) de língua mirandesa, não só em Miranda do Douro como também noutros locais (por exemplo, em estabelecimentos de ensino superior espalhados pelo País que ofereçam cursos de formação de professores de português e onde os alunos provenientes da região de Miranda do Douro e falantes da língua poderiam assim encontrar uma ocupação a tempo parcial como docentes de tais cursos, o que inclusivamente poderia abrir-lhes perspectivas de futuro como professores de mirandês nas escolas básicas e secundárias de Miranda em que a disciplina funcionasse ou viesse a funcionar);

- criação, nesta ou noutras faculdades, de cadeiras opcionais de Estudos Mirandeses, comuns a várias áreas disciplinares e a vários cursos;

- propostas de trabalhos escolares efectuados pelos alunos sobre temas de linguística e sociolinguística mirandesas, que potenciassem, entre outros alcances, uma pesquisa bibliográfica que os familiarizasse com a produção ensaística nesta área e com a leitura de textos em língua mirandesa;

- realização de visitas de estudo a Miranda do Douro, as quais desempenham, quanto a mim, um papel fundamental e insubstituível no despertar destes estudantes para os assuntos mirandeses e na sua informação específica nesta matéria, pela oportunidade única e óbvia de os colocar em contacto directo com uma realidade que, de outro modo, lhes pode parecer distante ou pouco motivadora³.

Finalmente, referirei que me parece óbvio que, mesmo na sensibilização desta população-alvo aqui considerada, não é só às faculdades e escolas superiores que formam professores de português que cabe um papel importante. Se aqui me debrucei com alguma insistência naquilo que pode estar ao alcance de tais estabelecimentos foi, como afirmei já, por me encontrar de alguma forma envolvido com o processo formativo desenvolvido nesse contexto particular e por querer partilhar com os interlocutores deste colóquio alguns propósitos, ideias e experiências a respeito do assunto em discussão.

Estou, como é natural, perfeitamente consciente de que tal intervenção institucional pode e deve ser *ampliada e multiplicada* pelo trabalho dinamizador de muitas outras entidades envolvidas na promoção deste património único e valioso, tais como as diversas entidades que apoiaram a organização deste evento e o próprio Centro de Estudos Mirandeses da Universidade do Porto.

Só a aliança de esforços entre todas estas entidades - como é patente na organização deste colóquio que considero perfeitamente justificada e enquadrada nos objectivos que tentei defender ao longo da comunicação - poderá contribuir para o trabalho sério e empenhado que ajude a salvar o mirandês dos três principais perigos que, a meu ver, pairam sobre o seu destino: o desconhecimento, o preconceito e a extinção.

³ Na minha prática docente, conto com uma experiência desse tipo, já referida neste colóquio, e que se realizou - quanto a mim, com grande sucesso - no ano lectivo de 1997/98. A visita foi apoiada por numerosas entidades e individualidades locais e foi antecedida de uma preparação específica e obrigatória dos estudantes participantes, que tiveram algumas aulas extraordinárias de preparação do evento e a quem foi pedido que, antecipadamente, lessem uma antologia de textos sobre o mirandês ou escritos em mirandês. *In loco*, foi proporcionado aos estudantes um contacto muito panorâmico não só com a língua mirandesa (tendo sido incluída no programa da visita uma aula de mirandês na escola básica em que a disciplina de Língua Mirandesa tem funcionado), mas, numa perspectiva integrada, com o contexto mais lato da cultura, da geografia, da etnografia, do ambiente e das actividades económicas desta região. Interpreto a presença de muitos alunos que participaram dessa visita neste colóquio como a prova de que a sua realização não se deu em vão e de que os Estudos Mirandeses ganharam aí alguns interessados e, quem sabe, alguns futuros cultores.

Anne Caufriez

(Présidente de la Société Internationale d'Ethnomusicologie,
Bruxelles)

Quelques aspects de la musique vocale mirandaise

Introduction

Dans la région de Miranda do Douro, la musique traditionnelle se divise en deux rameaux qui semblent correspondre aux deux grandes armatures de l'économie: d'un côté on entend une musique pastorale et de l'autre une musique agricole. Il est rare, au Portugal et ailleurs en Europe, que la division de la musique soit calquée de manière aussi claire sur l'économie traditionnelle. La musique liée au monde animal et celle liée au monde végétal se comportent ici comme deux sphères indépendantes qui se côtoient sans se rencontrer. On distingue d'une part la cornemuse qui symbolise l'essentiel de la musique pastorale et festive, d'autre part, les *romances*, un genre de chanson associée à la culture céréalière.

Ces deux grands pôles de la musique traditionnelle n'excluent pas l'existence d'autres musiques qui soient autochtones ou encore l'invasion de musiques plus modernes mais celles-ci se situent hors de notre propos.

Nous choisirons la musique du cycle céréalière qui, en région mirandaise, se confond avec la culture extensive du seigle. Celle-ci repose sur deux temps forts: la moisson et le battage du grain qui sont les étapes culminantes des semailles. Dans l'ensemble des activités qui régissent la vie agricole du village, la moisson et le battage du seigle sont celles qui enrôlent le plus grand nombre de travailleurs. Notre société urbaine qualifierait cette main d'œuvre de «volontaire», dans le sens où elle n'est pas nécessairement rémunérée sous forme de salaire mais plutôt dépendante d'un réseau de relations économiques dans lequel le travail est conçu comme une faveur qui vous sera rendue par le voisin.

Au moment de mes enquêtes et enregistrements de musique en terre mirandaise¹, j'ai pu observer que beaucoup de villages effectuaient encore la moisson du seigle à la faucille, même si les chants qui soutiennent le rythme du travail n'étaient pas exécutés dans chaque localité. Le manque d'effectifs suffisants expliquait souvent l'absence du chant, plutôt que la perte de mémoire: «il faut être nombreux pour stimuler les voix», disaient les moissonneurs. Quant au battage du grain, il s'est mécanisé depuis longtemps. Il en résulte que la mémoire des chants de moisson est restée très vivante alors que celle des chants de battage s'est fortement affaiblie.

Ces deux grandes périodes du travail agricole se présentent différemment sur le plan musical.

On a, d'une part les chants de moisson qui sont généralement monodiques (tout au moins sous leur forme actuelle) et d'autre part les chants de battage qui sont souvent polyphoniques.

Les chants de moisson sont en majorité des *romances* (terme littéraire) ou ballades (terme musical) alors que les chants de battage, féminins pour la plupart, sont plutôt des couplets polyphoniques sans continuité narrative.

Les chants polyphoniques

Aujourd'hui, les polyphonies de l'aire de battage se sont éteintes. Seule une minorité de paysannes, déjà âgées, s'en souviennent encore et arrivent à les reconstituer, ce qui m'a permis d'en enregistrer quelques exemples.

Commençons par dire quelques mots sur les polyphonies du battage qui sont chantées par les femmes dans l'intervalle du mouvement des fléaux, pendant qu'elles préparent les épis, les retournent, brossent le sol pour rassembler le grain, recueillent le chaume...

Ces polyphonies féminines sont composées de quatrains ou couplets aux paroles fixes, qui s'enchaînent de manière déterminée comme les graines d'un chapelet. Dans ces chansons tournantes et lentes, la répétition semble jouer un rôle important, un peu comme dans la liturgie médiévale. Les paroles de certains chants sont en rapport avec leur contexte d'exécution telles *A nossa ama de hoje* ou *Venba vinho*. Mais on rencontre aussi des couplets qui sont des poésies médiévales dans leurs vestiges actuels. Il s'agit des «Chansons d'Ami» ou des «Chansons d'Amour», ces poésies que les troubadours galaico-

-portugais chantaient aux 12^e, 13^e siècles et qui sont venues s'accrocher au cycle du battage céréalier. Celles que j'ai enregistrées sont des élégies à l'amour, à la nature et aux oiseaux. Le Trás-os-Montes est la seule région du Portugal où elles survivent, dans leur incarnation populaire actuelle, ce qui est un phénomène exceptionnel.

La polyphonie de Grijó de Parada, *O Álvaro*, présente, par exemple, deux voix en mouvements parallèles: on assiste à un jeu de quintes parallèles sur une mélodie en do majeur, construite sur un pentacorde. Dans d'autres chants polyphoniques, l'harmonie repose sur des octaves parallèles.

Les chants monodiques

On va essentiellement aborder, ici, les formes musicales sous lesquelles se présentent le *romanceiro* ou *romance*².

Le *romanceiro* est une vieille forme d'épopée qui est restée vivante dans la musique traditionnelle du Trás-os-Montes. Elle remonte aux 14^e, 15^e siècles. Nous tenterons de définir les grandes formes musicales sous lesquelles le *romanceiro* se présente, à partir des documents sonores recueillis dans la région de Miranda do Douro. Nous nous limiterons à leurs caractéristiques les plus saillantes et les plus représentatives. C'est la fonction sociale du chant qui détermine ici sa forme, sur le plan de sa structure comme sur celui de sa ligne mélodique.

Notre corpus de chants laisse apparaître deux grands types de mélodies qui correspondent, globalement, à deux catégories de circonstances dans lesquelles les *romances* sont interprétés. On a d'une part ce qu'on peut appeler le cadre du divertissement, au sens large, et d'autre part le cadre de travail de la moisson.

Dans le premier prennent place les chants de réjouissance mais aussi ceux qui accompagnent les activités de la vie quotidienne tels les tâches domestiques ou les travaux agricoles d'intérieur. Dans le second prennent place les chants interprétés dans le vif de la récolte du seigle (faite manuellement). Ils stimulent les phases dépressives du travail. Le *romance* chanté pour le divertissement présente une mélodie de caractère syllabique tandis que celui qui intervient pendant la moisson présente une mélodie de caractère nettement orné, voire mélismatique.

² *Romanceiro* désigne l'ensemble des poésies appelées *romances*, qui reposent sur une métrique fixe: le vers assonancé octosyllabique dans les vers pairs.

¹ Missions de 1978, 1980 et 1983 au Trás-os-Montes.

Dans le Trás-os-Montes d'aujourd'hui, on remarque que le *romance* est souvent un chant *a capella* (sans accompagnement instrumental), quelles que soient les circonstances de son interprétation. Rappelons que c'est aussi une poésie qui obéit à un cadre métrique fixe, l'octosyllabe assonancé dans les vers pairs. En réalité, les philologues ibériques considèrent que l'octosyllabe du *romance* (ou hémistiche) résulte d'une scission d'un vers complet de seize syllabes (ou distique). C'est ce qui expliquerait que l'octosyllabe ne soit assonancé que dans les vers pairs. D'un autre côté, on observe aussi, dans le *romance* villageois, la présence de vers aux syllabes déficientes (six ou sept syllabes, au lieu de huit). On qualifie ce vers de catalectique. De même, certains vers se surchargent d'une syllabe en trop (neuf syllabes au lieu de huit). On qualifie ces derniers de nonasyllabes. Cette terminologie est celle qui est utilisée par C. Brailoiu pour la ballade roumaine.

La structure formelle des romances chantés

L'interchangeabilité des mélodies

Dans le *romance*, musique et texte poétique suivent des chemins différents. Ils ne sont guère liés par des rapports mécaniques ou automatiques. Ce phénomène se vérifie déjà historiquement, si l'on se réfère aux *romances* des grands chansonniers de la Renaissance ibérique. Actuellement, on peut rencontrer un *romance* appartenant à un cycle poétique particulièrement ancien qui est chanté sur une mélodie moderne, voire aculturée ou dénaturée. La mélodie ne peut constituer un indice d'ancienneté en tant que telle alors que le texte nous donne souvent des orientations chronologiques. D'autre part, on constate qu'il y a mobilité des mélodies par rapport aux textes c'est-à-dire qu'un même texte (une même version poétique) peut être chantée sur des mélodies différentes, ou une même mélodie servir à des textes différents, que ce soit dans le chant de caractère syllabique ou dans celui de caractère orné. Cette souplesse d'adaptation de la mélodie à des textes différents s'explique par la stabilité métrique du *romance*, mais aussi par le fait que celui-ci ne recourt pas à des strophes ou des refrains de forme variée.

Les romances syllabiques

Ils se présentent comme une suite de vers découpés par des phrases mélodiques courtes. A l'intérieur de cette catégorie de chant syllabique, on rencontre des variantes formelles qui sont déterminées

par la fonction pratique du chant. Par exemple, le *romance* «Frei João», qui est interprété pour le filage du lin, présente une formule de refrain régulier sans signification particulière si ce n'est un simple jeu de syllabes («douna douna don don doina»). De même, le découpage musical de certains chants syllabiques peut être constitué par la répétition de chaque hémistiche comme c'est le cas dans un très joli *romance*, celui de «Dona Filomena».

Les romances ornements

Ils sont illustrés par les chants accompagnant la récolte du seigle. Le *romance* de moisson se présente comme une longue suite de vers qui répond à la forme alternée. Le chant est balancé entre deux chanteurs ou deux chœurs homophoniques. On assiste aussi à une répétition des vers que l'on reprend soit à l'hémistiche soit au distique. En fait, les règles de répétition des vers du *romance* de moisson mirandais sont bien déterminées, voire rigoureuses: on répète chaque fois les deux premiers hémistiches du texte avant d'entamer un nouveau vers, lequel est ensuite repris par le second chanteur. Pour clôturer le chant, le moissonneur recourt souvent à une formule conclusive appelée *remate* dont le caractère est moralisateur et humoristique. Cette formule stéréotypée est étrangère à la narration du *romance* lui-même. On observe donc que les chants de moisson mirandais ont un texte fixe alors que la plupart de ceux que l'on rencontre en Europe reposent sur des mélodies aux paroles improvisées.

Les rapports entre les composantes mélodiques et poétiques des romances

Les mélodies syllabiques

Pour ce qui est des mélodies elles-mêmes, on peut opérer une analyse à différents niveaux, mais celui qui nous semble le plus pertinent concerne les rapports entre la mélodie et la poésie si intimement liées l'une à l'autre. En abordant la question du vers populaire chanté, Bartok, par exemple, a été tenté de scinder l'octosyllabe en deux parties égales (4 + 4) et d'attribuer à la mélodie correspondante un rythme binaire (avec une tendance à entendre un temps fort sur la 1ère et la 5ème syllabe). Mais pour Constantin Brailoiu qui a systématisé l'étude du vers populaire dans ses rapports avec la musique, la ballade roumaine (également octosyllabique) peut aussi bien présenter un rythme binaire que ternaire. La question rythmique du *romance* ou ballade est plus complexe qu'elle ne paraît. La

détermination des temps forts d'une mélodie nous renvoie à la scansion poétique du vers qui doit être prise en considération. Elle seule peut nous livrer des éléments d'analyse pour la musique. Le *romance* portugais est basé sur un vers octosyllabique, donc à quatre pieds. Celui-ci est trochaïque (les syllabes impaires sont accentuées alors que les syllabes paires restent atones).

Prenons pour exemple la ballade *A Pastora* de Duas Igrejas (partition musicale n°1) dans laquelle on a une cellule mélodique par portée. On a ici une mélodie syllabique sur un vers archaïsant de six syllabes auxquelles correspond à chaque fois une note (globalement parlant):

Syllabes du vers	Notes
6/5 (1 ^{ère} portée)	5/6
6/5 (2 ^e portée)	6/6
6/6 (3 ^e portée)	6/6
7/5 (4 ^e portée)	6/6
7/6 (5 ^e portée)	6/6
7/6 (6 ^e portée)	6/6

A la 1^{ère} portée, 2^e mesure, on observe que le vers catalectique (cinq syllabes au lieu de six) est prolongé sur deux notes, l'effet recherché étant la tenue. Et le vers qui a une syllabe en plus (sept syllabes) est soit chanté sur une note supplémentaire, soit contracté (deux syllabes glissant sur la même note). Le premier cas est illustré par le début de la 4^e portée et le second par la 6^e portée (où on a *queres* au lieu de *que-res*). On remarque que lorsqu'il y a une note en plus, le vers commence sur un temps faible.

Dans la ballade syllabique, le dispositif métrique préfigure le dispositif rythmique. Il y a correspondance entre les accents poétiques (métriques) et les accents rythmiques. Il y a donc ici correspondance (synchronisation) entre les accents poétiques (ou métriques) et les accents rythmiques puisque les accents poétiques ne sont pas nécessairement les mêmes que les accents toniques du langage.

L'analyse des rapports entre la mélodie et le vers révèle que le *romance* portugais recourt généralement à une ou deux cellules mélodiques seulement, qui sont répétées tout au long du chant. Mais il va de soi que la répétition d'une même cellule peut être micro-variée d'un vers à l'autre (au niveau du distique ou de l'hémistiche).

Les mélodies ornementées

Celles-ci sont, par exemple, illustrées par le *romance* de moisson *O Lavrador da Arada* de Grijó de Parada (partition musicale n° 2):

Ce *romance* est basé sur une seule cellule mélodique micro-variée tout au long du chant, constituée d'un antécédent et d'un conséquent.

Syllabes du vers	Notes	Accents métriques
7/8 (1 ^{ère} et 2 ^e portées)	19/11	1-3-5-7
(9) ³ 7/8 (3 ^e et 4 ^e portées)	19/14	
8/8 (5 ^e et 6 ^e portées)	17/10	
(9) 7/8 (7 ^e et 8 ^e portées)	18/13	

Les syllabes accentuées dans la poétique sont ici soulignées dans la partition musicale. Afin de clarifier la mélodie de ce chant élastique, j'ai tenté de l'inscrire dans des barres de mesure qui sont juste des points de repère pour la lecture de la transcription musicale. Quelles que soient les options choisies, il est impossible d'inscrire cette mélodie dans des barres de mesure de durée égale, toutes relatives soient-elles, ce qui montre bien son rythme non mesuré. On constate immédiatement que les accents de la scansion ne se synchronisent pas nécessairement avec des notes privilégiées comme celles des débuts de mesure ou celles qui font figure de notes longues. Prenons pour exemple le *la b* chanté par la voix 1 (1^{ère} portée, 1^{ère} mesure) et celui qui est chanté par la voix 2 (3^e portée, 1^{ère} mesure). Celui de la voix 1 correspond à une syllabe atone et celui de la voix 2 coïncide avec la première syllabe accentuée du distique qui est exactement le même pour les deux voix. Dans la voix 2, le vers se trouve décalé par rapport à la musique à cause de la présence des monosyllabes *ô*, *ai*, qui font démarrer le chant. Il faut dire qu'une des caractéristiques de la ballade de moisson est qu'elle débute souvent par une anacrouse⁴ sur une monosyllabe (voir 1^{ère} portée, voix 1: *Ai*). D'autre part, c'est ici la pénultième syllabe du distique *vi-nha* qui reçoit un court mélisme alors qu'à l'hémistiche c'est la 3^e syllabe *so* et la pénultième *dor* qui ont ce privilège (1^{ère} portée, 1^{ère} et 2^e mesures, voix 1, ou 3^e portée, 1^{ère} et 2^e mesures, voix 2). Les mélismes de caractère horizontal prennent place sur des syllabes fixes et il y en a

³ Le (9) signifie qu'avec l'addition des monosyllabes *o*, *ai*, sans signification, on peut compter 9 syllabes au lieu des 7 syllabes du texte qui ont un sens.

⁴ L'anacrouse est une note ou un ensemble de notes qui précède le temps fort d'une mesure, voire d'une mélodie.

trois par distique tout au long du morceau. On retrouve plusieurs *romances* de la région de Miranda do Douro qui s'inscrivent dans cette catégorie, notamment ceux de Constantim.

Si les trois mélismes du distique se retrouvent globalement sur les mêmes syllabes, plusieurs ballades présentent des micro-variantes au cours de l'exécution du chant, de sorte qu'il faut parler de tendance plutôt que de règle.

Conclusion

Nous avons, avec la ballade mirandaise, un exemple privilégié de l'incidence de la fonction sociale du chant sur sa forme musicale. Autant le texte poétique (malgré ses grandes variantes) doit être ici considéré comme une forme stable, autant la musique est mouvante et changeante selon les circonstances de son interprétation, sans toutefois se présenter sous une infinie variété de modèles. Elle passe simplement du modèle syllabique (avec refrains et parfois jeu de syllabes) au modèle ornementé (longue tirade de vers avec réitération de ceux-ci), sans formes musicales intermédiaires, sans autres éléments de complexité si ce n'est les mélismes qui décorent certaines notes.

Annexe

Enregistrements originaux, transcriptions musicales et poétiques :
ANNE CAUFRIEZ

1. A PASTORA

[♩ = 84]

Deus te salve Ro - sa lin-do se - ra - fim!

Lin - da pas - to - ri - ca que fa - zes a - qui?

Guar-do o meu ga - na - do qu'an-da por a - i

O teu ga - na - do Ro - sa tra - go - lho a - qui

Se ele' de seu do - nho não te dê cui - da - do

Queres-me tu Ro - si - ca pa - ra teu cri - a - do

Duas Igrejas, 1978
Chanteuse : Maria Helena Ventura

2. O LAVRADOR DA ARADA

[♩ = 60] 2 voix alternées

(Ai) Di - to - so do la - vra - dor

(ó) que da su' - a - ra - da vi - nha

(ó) (ai) Di - (i) - to - so do la - vra - dor

ax₂
v.2 (ai) que da su' a-ra-da vi - - - nha

a₃
v.1 (E) Re - zan-do - - - (n) no seu ro-sá - - - rio

ax₃
v.2 (ó) a ca - va - lo' bur - ri - - - nho

a₄
v.2 (Ó) (ai) Di - - - (i) - to - so do la-vra-dor

ax₄
v.1 (ó) que da su' a-ra-da vi - - - nha

a₅
v.2 (Ó) (ai) - Re - - - (e) zan-do no seu ro-sá - - - rio

ax₅
v.2 (ó) a ca - va - lo no bur - ri - - - nho

a₆
v.1 (E) Lá no mei - - - o do ca-mi - (i) - - - nho

ax₆
v.1 (ó) en - con - trou - - - um pobre-zi - - - - - nho

a₇
v.2 (Ó) (ai) Di - - - (i) - to - so do la-vra-dor

ax₇
v.1 (ó) que da su' a-ra-da vi - - - - - nha

Grijó de Parada, 1978
Chanteuses : - Maria da Conceição Fernandes
- Hermínia Rosa dos Inocentes

Valdemar da Assunção Gonçalves
(Presidente da Associação "Renascer das tradições", Póvoa -
Miranda do Douro)

Teatro popular mirandês. Seguido de um inventário dos *Cascos* representados nas Terras de Miranda

Há trinta e poucos anos ainda havia em terras de Miranda do Douro o costume de no domingo gordo os alunos da escola primária oferecerem um galo à sua professora. Isto ainda é do meu tempo e lembro-me de com vinte e cinco tostões, primeiro capital pecuniário que eu adquiri numa *caridade*, outra tradição desta região, ter feito um dos meus primeiros negócios.

Abordei o "Tiu Augusto Pataco", um *fazedor de versos* lá da terra que me faz lembrar o António Aleixo dos Algarves e por esse magro capital o mesmo "*anzonou-me*" uns lindos versos que nessa altura era costume recitar à professora.

Lembro-me ainda de alguns e para exemplo aqui vai uma quadra:

Bom dia minha senhora,
E todo o povo em redor...
Guardai-me algum respeito,
Que eu sou filho do regedor.

Passado todo este tempo, considero que o negócio foi um óptimo investimento porque a partir daí nasceu mais um *coloquiante* que, embora sem grande jeito para a coisa, ganhou amor à arte dos *colóquios*.

Era nestes acontecimentos e noutros do mesmo género, tais como as loas que naquele tempo se faziam a Santo António,¹ ou as trovas, que de vezes em quando se faziam para divertimento dos

¹ Um exemplo de versos dessas loas:

Ó divino Santo António,
Cara de ginja madura...
Fazei com que chova menos
E dai vinho com fartura...

longos serões de Inverno, que a gente do povo ia mostrando a sua veia natural para os tradicionais colóquios, estes sim o ponto mais alto da expressão dramática e cultural da gente simples da terra.

Mas o que são os *Colóquios*?... O Colóquio é uma maneira típica de fazer teatro “a la nuõssa moda”, é o *Teatro Popular Mirandês* que nesta região é vulgarmente designado por “*colóquios*” ou “*entremeses*”.

São importantes manifestações sócio - culturais, fruto da alma colectiva de um povo e que fazem parte do rico património tradicional desta região. Este teatro caracteriza-se pela maneira típica e “sui generis” de ser representado. É feito por e para as gentes simples desta terra e com os poucos meios de que para isso se dispõe. O palco, aqui chamado “*Tabuado*”, é ao ar livre, num largo escolhido (“*terreiro*”), com espaço suficiente para a larga assistência que normalmente é atraída por estas representações, e de preferência em terreno inclinado de maneira a proporcionar a todos a melhor visão possível.

Os colóquios arrastavam e ainda hoje arrastam autênticas multidões, muito mais que por exemplo arrasta o futebol e só para dar uma ideia, dizem os jornais da época que em 1948 assistiram ao “Auto da Paixão” em Duas Igrejas cerca de 25.000 pessoas.

O tabuado é improvisado na altura e feito de ocasião com vários carros de vacas da região alinhados e arranjados com tábuas entre eles. Os carros de vacas eram alinhados uns ao lado dos outros com a sua frente virada para a assistência e levantando-se a frente dos mesmos, aqui chamada “*cabeznalha*”, de maneira a ficarem com os respectivos estrados em posição horizontal. A parte do “*rodado*” (rodas dos carros) ficava por detrás das colchas onde se guardavam as figuras e a frente depois de composta com as “*caniças*” servia de estrado onde a peça propriamente dita se representava. Imagina-se que não era fácil montar toda esta estrutura.

O “tabuado”, normalmente tinha entre 20 a 30 metros de comprimento e 3 a 4 de largura, mas chegou a havê-los com mais de 200 metros de comprimento. Actualmente, por ser mais fácil, os carros de bois são substituídos por reboques ou atrelados de tractores. O fundo do tabuado (cenários) é decorado com as melhores colchas de lã, algodão ou linho tecidas nos teares da região, proporcionando assim simultaneamente aos espectadores uma bela exposição artesanal dos têxteis regionais.

As colchas são penduradas numa corda a todo o comprimento do tabuado e a própria cor das colchas define vagamente a cena que ocupa, sendo as vermelhas berrantes postas por exemplo no Inferno, as brancas na Igreja ou no Céu e aquelas que tem como motivo belas coroas para um trono ou palácio...

Por trás das colchas “*recolhem-se*” as “*figuras*” ou personagens e o “*regrador*” ou ponto.

Na extremidade do lado direito do tabuado ou palco ficam os músicos de fundo popular: acordeão ou gaita de foles, bombo e caixa que fazem parte integrante destes espectáculos tocando na marcha de entrada e saída e nos intervalos.

Lembro-me de num colóquio da Póvoa se ter tocado a música “E viva Espanha” e o Padre António Mourinho, que nunca faltava a um acontecimento destes, imediatamente me chamou à atenção recomendando que não se tocasse essa música por ser espanhola...

Letreiros em cartão de papel, pendurados nas colchas, indicam os vários locais do cenário: a casa de F..., a igreja, a taberna, o céu, o inferno, etc.... Note-se que o inferno ficava sempre na extremidade esquerda do tabuado.

Para a assistência a entrada é sempre livre e gratuita.

A separação de actos faz-se com intervalos e “*música*” tocada pelos músicos já descritos e nestes intervalos todas as figuras se recolhem por detrás das colchas excepto o “*tonto*” que dança no tabuado ao som da música.

Normalmente os colóquios faziam-se em dias de festa determinados.

Na Póvoa, por exemplo, faziam-se na festa de Maio as peças mais longas porque os dias eram maiores, no dia 26 de Dezembro, festa de Santo Estêvão, a festa da mocidade e dos solteiros e no dia 15 de Janeiro, festa de Santo Amaro “*Botelheiro*” e dos casados.

A Póvoa foi a terra onde melhor se conservou a pureza e originalidade dos colóquios e a suas gentes são galhofeiras e ganharam fama de jeito para “*colóquiastes*”, representando normalmente peças de carácter jocoso e divertido.

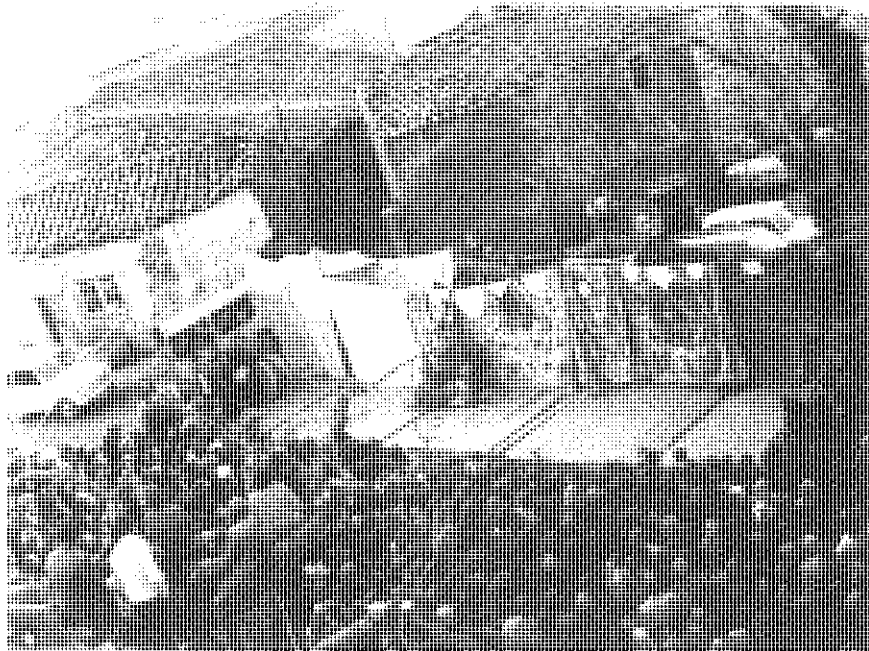
Outras terras, como Duas Igrejas onde tradicionalmente se representava o Auto da Paixão, tinham mais predilecção por peças religiosas.

Até há cerca de vinte anos atrás a povoação da Póvoa dividia-se em três bairros ou mordomias (o “*Poçoirão*”, o “*Meio*” e o “*Trás*”) que alternadamente se encarregavam de fazer a Festa e os colóquios.

A rivalidade conduzia ao despique e à vontade de fazer sempre melhor que os outros e isto, em parte, foi a chave do êxito dos colóquios da Póvoa.

Agora há cada vez menos gente e as aldeias vão-se despovoando porque muitos são obrigados a buscar a sorte noutras paragens e todos os que restam juntos, por vezes já não chegam para fazer um colóquio a sério.

As representações teatrais (“colóquios”) eram fruto da alma colectiva do povo que as gravava na memória e delimitavam ciclos na vida das gentes e no calendário e eram por assim dizer um acontecimento vivido por toda a população havendo uma perfeita simbiose entre os que assistiam e os que representavam.



Vista geral de um *tabuado* em plena representação de um Colóquio: o *Auto de Santa Genoveva*. Póvoa, 26 de Dezembro de 1974, onde se salienta a numerosa assistência.

Na véspera, durante o dia, montava-se o tabuado e, à noite era o ensaio geral, já com assistência do público da terra e feito no tabuado. No dia da festa de manhã é a grande azáfama para enfeitar o tabuado com as colchas, ramos de plantas, flores e outros adereços. Nota-se grande ansiedade e toda a gente colabora na ultimação de todos os pormenores para que tudo saia bem.

Depois do almoço faz-se uma “*ronda*” pelas ruas da aldeia com os músicos tocando músicas e marchas regionais e o tonto dançando à sua frente. Conforme a ronda vai passando pelas casas onde habitam as figuras, estas vão-se incorporando no desfile que, quando finalmente completo, entra no tabuado com o *tonto* sempre dançando à frente à sua maneira e que, quando chega ao tabuado normalmente lança um foguete para anunciar que a representação está prestes a começar e, logo a seguir, vai a *profecia* que leva a bandeira nacional, que é colocada no centro do tabuado. Para completar o cortejo, logo após, em duas filas indianas e lado a lado, vão as restantes figuras e o regrador. Dão uma volta marchando por todo o comprimento do tabuado e vão-se colocando nos respectivos lugares junto às colchas e de frente para o público. No final do espectáculo, à saída, repete-se este formalismo, logicamente invertido.

A um sinal, um apito do regrador, todos param de marchar e canta-se o hino da terra e no fim, todos em simultâneo, fazem uma vênia e recolhem-se por detrás das colchas. O tonto permanece dançando no tabuado e, quando o regrador apita novamente, a música para de tocar, o tonto recolhe-se e, finalmente vai começar a função.

A *Profecia* ou *anunciador* é a primeira figura a sair e faz a apresentação ou prólogo do colóquio, uma explicação resumida da obra que vai ser representada. Normalmente veste uma camisa branca com laço preto, uma capa de estudante pelos ombros ou às vezes a capa de honra ou capote e com um livro debaixo do braço. É a personagem de mais respeito dos colóquios. O seu papel como o nome indica é anunciar a peça que se vai representar, contando a história resumidamente e em verso e assim preparando a assistência. A entoação da profecia é muito solene e majestosa e fala pausadamente e num estilo que a caracteriza.

O *Tonto* ou *Gracioso* (nome com influência espanhola²) é uma figura imprescindível, talvez a mais típica dos colóquios. É um misto dos antigos momos, bobos ou jograis e uma espécie de “zanni” ou “polichinelo” da Comédia dell’Arte e como truão, a sua missão é alegrar as pessoas e preencher todos os espaços vazios da representação quebrando por vezes a monotonia da obra. Ele tem

² De notar que em Espanha esta figura teatral se designava precisamente pelo mesmo nome de *gracioso*.

plena liberdade de movimentos, entra e sai quando quer, diz as suas piadas ou “*boubadas*”, faz as suas caretas e dança nos intervalos ao som da música. Num desses intervalos come a merenda e cativa a assistência com pantominas divertidas. Um exemplo de versos do *tonto* de Constantim após comer a merenda:

Agora de barriga chena
Yê que you me bou a stender...
Bós stais cun la boca abiêrta
I cun ganas de comer...

Na Póvoa houve um *tonto* que fez sucesso comendo ratos vivos, outro vi-o mamar uma burra em pleno palco e cenas destas provocam a diversão da assistência.

O *tonto* vai vestido com umas ceroulas e camisola interior brancas enfeitadas com franjas, berloques e outros arranjos que lhe dão um ar incomparavelmente cómico. Leva um gorro a condizer e uma “*moca*” típica ou “*pelota*” - um pau trabalhado e enfeitado com uma bola de pano presa por um fio a uma das extremidades.

Ao dançar vai sempre meneando a “*moca*” para afastar a garotada que costuma chegar-se muito perto ou encarrapitar-se mesmo no tabuado e vai dando as suas mocadas...

Leva também uma “*bota*” espanhola de vinho e uma bolsa “*serrona*” com a merenda.

No final do colóquio é ele que diz as *Trovas*, versos crítico-jocosos feitos na ocasião para “*caçar ou fazer la caçada*” (fazer pouco, troçar) com alusão a factos ocorridos na aldeia ou nas vizinhanças.

Normalmente fala de improviso e geralmente em mirandês. Veja-se mais um exemplo de outros versos do *tonto* da Póvoa:

Pobo que benistes de fuôra
Que muito bos anganhais...
Bós dezis que you sou tonto
Mas bós inda sódes mais.

Um *tonto* muito conhecido, talvez o mais famoso de todos os *tontos* foi o tiu Domingões da Póvoa, meu padrinho de baptismo, que muitas vezes fez este papel para o qual tinha um jeito natural dado ser muito bonacheirão... Bastava mostrar a sua enorme língua e a sua jovial barriga... Cada entrada sua provocava na assistência hilariedade, risos e gargalhadas a bandeiras despregadas.



O *tonto* ou *gracioso* representado na Póvoa pelo tiu Domingões, um dos melhores *tontos* de todos os tempos.

Recentemente em Malhadas assistimos a uma surpreendente e deturpadora inovação apresentando dois *tontos* num colóquio.

Outra figura muito característica e que entra em quase todos os colóquios é o *Diabo*: “*Lusbel*” ou “*Lucifer*”, uma figura assustadora.

Por vezes vai todo nu com o corpo pintado (“*ciscado*” com carvão) em tons pretos e vermelhos, com cornos e cauda, outras vezes

com roupas da mesma cor muito apertadas e com grandes barbas postiças. A sua voz é aterradora e muito forte.

Em tempos, houve em Constantim um que levava uma cobra enrolada ao pescoço. Conta-se que o tiu Oliveira, já falecido, o habitual diabo dos colóquios da Póvoa, fez ouvir a sua voz na povoação de Malhadas que fica a três quilómetros do local onde o colóquio se fazia...

Ao falar, o Diabo dá grandes saltos e bate com a sua estaca no tabuado. A estaca tem "*mecha cun stouretes*" que se acende para ir ardendo e estourando e deitando fumo enquanto fala. Normalmente é auxiliado por dois ajudantes mais pequenos, os diabretes, que vão caracterizados mais ou menos como ele. Outro utensílio que normalmente utiliza são umas grandes tenazes de madeira feitas apropriadamente para isso. Por vezes vai disfarçado e bem vestido, mas o tonto encarrega-se de o desmascarar e identificar perante a assistência.

No *Auto de Santo António* o tonto, referindo-se ao diabo, descreve-o desta maneira engraçada:

Ó boca de caldeira velha
Nariz de bigorna comprida
Cara de unhas de morcego
Cornos de vaca parida

As outras figuras vão vestidas conforme as circunstâncias e conforme o papel que desempenham e, quando à antiga, o mais normal, vestem saiotes e calças de pardo ou burel, camisas de estopa ou linho, jalecos, etc... mas, por vezes, a imaginação popular inventava e apresentava, por exemplo, um centurião romano fardado de guarda fiscal ou republicana com espingarda caçadeira a tiracolo.

Todas as figuras falam em tom de declamação, com ar solene e sempre de frente para a assistência. Todos têm muito cuidado nesse pormenor, nunca virando as costas para a assistência, excepto o tonto que o pode fazer.

As cenas repartem-se por toda a extensão do "*tabuado*" em conformidade com a sequência e o lugar donde saem as "*figuras*".

Num colóquio feito na Póvoa, *A tia Lucrécia*, até um burro verdadeiro subiu ao tabuado e pode dizer-se sem margem para dúvidas que fez um papelão que, como por aqui se diz, "*ficou ansilbado*", isto é, foi de tal maneira bem feito que dificilmente poderá fazer-se melhor. Ele e o tonto fizeram rir até mais não poder.

O *Regrador*, ou ponto, é quem orienta as representações, distribui os papéis, é o ensaiador, ensina as figuras e dirige o espectáculo

possuindo sempre uma grande intuição, gosto popular, iniciativa e invenção. Como ponto fica por detrás das colchas e vai dizendo baixo o papel de cada um e apita para fazer os intervalos.

E, obedecendo fielmente a estes princípios básicos, em terras de Miranda os autos (colóquios) conservam, assim, a sua vitalidade tradicional em todos os pormenores. Com muita espontaneidade e fantasia consegue manter-se actual esta ancestral tradição.

Os colóquios eram quase sempre em verso, geralmente quadras simples de fácil dicção e compreensão, o que se justifica pela simplicidade e pouca instrução das pessoas. Muitos que não sabiam ler, aprendiam os papéis à força de repetidamente os ouvirem.

Encontram-se normalmente escritos em papel azul de 25 linhas, manuscritos nos compridos serões de inverno e estas peças assim descritas são aqui designadas por "*Cascos*". Já velhos e amarelados, eram transmitidos de geração em geração e sempre muito bem guardados como um tesouro de valia. Muitos desapareceram e outros ainda foi possível recuperá-los já quase impercetíveis porque a tinta tinha sido desbotada pelo tempo ou então o papel tinha sido comido pelos ratos.

Considera-se necessário e urgente reunir todas as peças que seja possível de modo a preservá-las e porque não até publicá-las em livro para que nem tudo se perca... E aqui se lança o desafio para quem tenha muita boa vontade e para quem pode e deve apoiar esta iniciativa.

Na parte que nos toca desde já disponibilizamos o material que possuímos e oferecemos toda a nossa colaboração e isso, a nosso ver, deveria ser feito o mais urgentemente possível, antes que seja tarde demais. Porque esta tradição é muito antiga com características próprias que se respeitavam e se mantinham ano após ano e de geração em geração...

Mas, hoje os tempos são outros, existem outras diversões e os colóquios estão em vias de ficarem esquecidos e perdidos na penumbra do tempo que passa, substituídos pelas telenovelas e outras manifestações culturais do mesmo género e que nada tem a ver com a nossa terra e a nossa gente.

Alguém falando com o Padre António Mourinho sobre o Teatro Popular Mirandês, perguntava-lhe se estava vivo ou morto, ao que ele respondeu que estava como a literatura sacra, fora do tempo comum... O tempo social evolui a uma velocidade cada vez maior, mas que

importa? Este legado cultural vem de séculos atrás e nem tudo se pode perder... Urge preservá-lo e valorizá-lo...

Alguns colóquios são muito antigos, do tempo de Gil Vicente de quem também se representaram algumas obras (o *Auto das Barcas* e a *Farsa de Inês Pereira*).

Há relativamente pouco tempo, o livro era nas terras de Miranda do Douro um objecto caro e raro e a população local era em grande percentagem analfabeta ou pouco instruída.

Por isso imprimiam-se pequenos folhetos com obras destinadas a uma mais larga difusão.

É a chamada "*literatura de cordel*", cujos exemplares se vendiam nas ruas e que deambulavam de mão em mão e desta maneira chegaram à região de Miranda do Douro até fins do século XIX.

E praticamente só a literatura de cordel chegou às mãos de alguma gente simples das terras de Miranda do Douro que lendo-a e relendo-a, alguns decorando-a até, fizeram o aproveitamento desses textos enversando-os e adaptando-os a peças de teatro popular, acrescentando nomeadamente a profecia e o papel do tolo que integravam todas as peças e por vezes intrometendo a figura do diabo.

Uma das características de toda a cultura popular, reside no facto de se enriquecer com outras formas culturais, vindas muitas vezes do exterior, que se adaptam à sua mentalidade, assimilando assuntos tradicionais (histórias, contos, mitos, rituais, romances, etc...).

Outras vezes, os colóquios foram feitos por gente da região parodiando alguns factos verídicos e bizarros que surgiam no quotidiano da terra. Eram enversadores e poetas populares que faziam os colóquios.

Um dos grandes autores de colóquios foi o Sr. José António Rio da Póvoa, que em tempos idos ia de burro buscar sardinhas ao Pocinho e pelo caminho fazia colóquios. Mas houve outros, como o Sr. João Bernardo, capador de Angueira e famoso regrador, o Sr. Basílio Rodrigues, pintor de Vilar Seco, o Sr. António Delgado Ramos, de Cicouro e até o autor destas linhas foi autor de um colóquio, *A escrava Isaura*, adaptado de uma telenovela brasileira, que na altura se fez porque não havia mais nada para representar.

Bom seria que outros tentassem e continuassem a criar novas peças.

Os colóquios ou entremeses eram de índole religiosa (autos) ou de carácter mais profano (tragédias ou comédias). Como já atrás foi referido, o Teatro Popular Mirandês baseia-se muitas vezes num determinado texto já antigo e principalmente na literatura de cordel, e, com o passar dos tempos, vai trabalhando esse texto, adaptando, modificando e alterando, conforme as circunstâncias.

A maior fonte inspiradora do Teatro Popular Mirandês é sem dúvida a escola vicentina, divulgada até aos finais do século passado através de folhetos de sabor popular, que se podem englobar na literatura de cordel, sobretudo de Baltazar Dias (*A Imperatriz Porcina*, o *Auto de Santa Catarina* e o *Auto de Valdevinos*), Afonso Álvares (o *Auto de Santa Bárbara*), Francisco Vaz de Guimarães (o *Auto da Paixão*), António Cândido de Sousa Vasconcelos (*Auto de José do Egípto*), João de Pádua Vasconcelos (*Auto de Adão e Eva*), Baltazar Luís da Fonseca, o Lisbonense (*Auto de Santa Genoveva*) e igualmente com muita influência espanhola, nomeadamente de Lope de Vega (*A Estrela de Sevilha*) e Calderon de La Barca (*A Vida é um Sonho*). Mas os textos actuais são sempre diferentes do original porque se acrescenta a profecia, intromete-se o papel de tolo e, conforme a vontade dos manuseadores do texto, vão-se fazendo alterações de modo a adaptá-los à maneira e estilo característico do Teatro Popular Mirandês.

O Teatro Popular Mirandês é um caudal imenso onde corre toda a tradição teatral mas que manteve sempre o seu curso próprio, suficientemente vigoroso para se afirmar autonomamente. Por isso não admira que se encontrem textos das mais variadas origens. Se a escola vicentina é um marco importante para a história do Teatro Popular Mirandês e de todo o teatro de cordel posterior, a verdadeira origem deste filão autónomo, tipicamente popular, oriundo de uma tradição de hístriões, remontará ainda a épocas mais longínquas.

Resumindo, o esquema de construção dramática do Teatro Popular Mirandês funcionou nos seguintes moldes:

– Com o mero aproveitamento dos textos dramáticos de cordel (*Auto da Paixão*, *Auto de Santa Genoveva*, *Auto de Santa Bárbara*, *Auto de Santa Catarina*...).

– Com a tradução de textos espanhóis (*O arrenegado de França*, *O arrenegado de Carmona*, *Amorbela ou Esmeralda do Rio Jordão*, *A estrela de Sevilha*, *Grishelda*, *A Vida é um Sonho*...) e foi muita a influência de Espanha pela proximidade e pela força do Teatro Espanhol. Veja-se que só Lope de Vega, esse "monstro da natureza", como lhe chamou Cervantes, escreveu mais de duas mil peças de teatro e que andou mesmo aqui ao nosso lado das terras de Miranda, nesse grande centro cultural que foi Salamanca.

– Com textos originais elaborados pelos próprios autores populares uns totalmente improvisados baseados em factos ocorridos ou imaginados (*Sturiano e Marcolfa*, *A Pintura de São Brás*, *O capote*, o *Auto da Pastora*...); outros baseados em histórias lidas num qualquer folheto e que servirão de base ao texto dramático (*A confissão do*

Marujo, O Jacobino, A História Alegre do Brioso João Soldado, O Roberto do Diabo...

Todos os textos directamente assimilados ou traduzidos do espanhol são acrescentados e adaptados à tradição teatral e em todos se lhe adapta a profecia e o tonto, além de inúmeros acrescentos que dão ao texto características populares. O aspecto literário propriamente dito é aqui de somenos importância ganhando no entanto relevo o seu cunho popular.

O G. E. F. A. C. - Grupo de Etnografia e Folclore da Academia de Coimbra esboçou uma tentativa de levantamento do Teatro Popular Mirandês, por volta de 1976, tendo inclusivamente feito uma tournée por várias localidades do país representando algumas peças, nomeadamente *A Confissão do Marujo e o Jacobino*.

Mas, apesar de tudo, o estudo do Teatro Popular Mirandês praticamente ainda não foi feito, exceptuando-se alguns tópicos avulsos feitos por José Leite de Vasconcelos na *Philologia Mirandesa*, onde fez a publicação da peça *Sturiano e Marcolfa*, por Azinhal Abelho, no *Teatro Popular Português - Trás-os-Montes* - Editora Pax - Braga - 1969 publicando igualmente três ou quatro peças; e pelo Dr. António Maria Mourinho, na sua obra *Terra de Miranda* e outros artigos avulsos, estando este último antes de falecer a pensar publicar um novo volume do seu Cancioneiro Tradicional exclusivamente dedicado a este tema, o que infelizmente não chegou a concretizar porque o tempo não lhe chegou.

Existe uma grande variedade de colóquios a rondar uma centena e, em anexo, apresentamos um primeiro inventário acrescentado de breves notas relativas a cada um deles. Não pretendemos nem podemos fazer um estudo exaustivo, mas muito gostaríamos de fomentar o interesse por estas coisas.

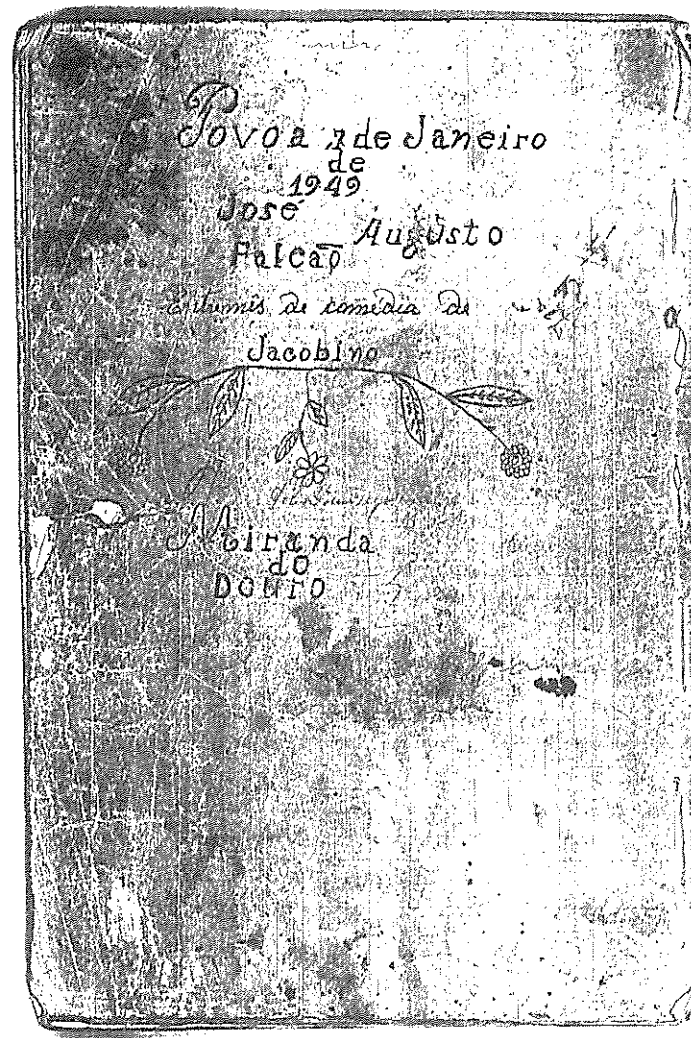
E como a minha habilidade é pouca e o tempo já vai longo, vou terminar citando duas quadras de profecias, sendo uma da autoria do saudoso Padre António Maria Mourinho, a quem aqui mais uma vez rendemos a nossa mais sincera homenagem e que a adaptou para o *Auto de Inês de Castro* representado em Picote em 1947:

Ó senhores que escutais,
Ao que vos digo, atendei;
Perdoai-me a pouca graça
Que neste anúncio porei.

A pouca graça é só nossa porque o autor aqui citado e homenageado tinha muita vocação e arte para falar destas coisas ligadas à cultura popular e a graça também nunca lhe faltava.

E para terminar de vez, ainda outra quadra de outra profecia da *Confissão do Vicente Marujo...*

E eu humildemente,
A todos peço perdão...
Das falhas que aqui houver
Nesta linda narração.



Rosto da capa de um "CASCO", *O Jacobino* ou *A Casa dos Caloteiros e Ladrões*, sendo este um dos mais bem conservados. De facto muitos estão quase imperceptíveis porque a tinta foi desbotada pelo tempo ou o papel foi comido pelos ratos.

Anexo

Inventário dos *Cascos* representados nas Terras de Miranda

Por considerarmos interessante e oportuno faremos em seguida um inventário das peças teatrais (*Cascos*) do Teatro popular mirandês que temos em nosso poder (são cerca de meia centena), acompanhado de breves notas e apontamentos que outros estudiosos poderão eventualmente melhorar e completar.

Importa igualmente reunir outras peças que por aí andam dispersas para assegurar a sua preservação e para que nem tudo se perca...

I. TEATRO RELIGIOSO

Auto da mui dolorosa paixão de nosso senhor Jesus Cristo

Do Padre Francisco Vaz de Guimarães, do Séc. XVI. Composto no segundo quartel do séc. XVI.

Existe notícia de ter sido representado em Ifanes em 1903, em Caçarelhos em 1939, em Algosó (Vimioso), em Genísio e em Duas Igrejas em 6 de Junho de 1948, uma representação com muito êxito a que assistiram 25.000 pessoas e com um tabuado com mais de 200 metros de extensão (vd. "Terra de Miranda" de António Maria Mourinho).

Possuo uma versão do "Auto da mui Dolorosa Paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo" recolhida em Caçarelhos (Vimioso), cópia de um manuscrito datado de 1956.

Foi publicado pelo Padre Firmino Martins no 2º volume do seu "Folclore do Concelho de Vinhais", tendo sido também representado em Moimenta da Raia (Vinhais).

O realizador Manuel de Oliveira filmou com o título de "Acto da Primavera", o Auto da Paixão, representado por populares de Duas Igrejas.

Continua ainda a ser representado por várias terras de Trás-os-Montes, tendo inclusivamente ainda este ano sido representado em Sonim, concelho de Valpaços na Sexta-feira Santa, dia 2 de Abril.

Auto de José do Egipto ou Auto de José, Filho de Jacob, reconhecido por seus irmãos no Egipto

Possuo um folheto com o *Auto de Joseph Filho de Jacob Reconhecido por seus Irmãos no Egipto* da colecção Livraria Popular -

Nº 15, composto por António Cândido de Souza Vasconcellos na Livraria Lello e Irmão - Editora - Rua do Almada, 18 e 20 - Porto, datado de 1892.

Este folheto faz parte da colecção que era de Claudino José Preto pai de Albino José Preto, morador que foi na Póvoa.

Possuo igualmente uma versão de um manuscrito recolhido em Vimioso, datado de 1 de Abril de 1922. A versão deste manuscrito tem profecia completa e a peça não está completa e é totalmente diferente da versão do folheto.

Foi recentemente representado em Sendim. Há igualmente notícia de ter sido representado em Ifanes.

Auto de Adão e Eva, ou Verdadeiro Auto de Adão e Eva ou Estado Primitivo da Natureza

Possuo um folheto com este título da autoria de João de Pádua Vasconcelos, da Livraria Portuguesa - Editora - Largo dos Loyos, 55 e 56 - Porto.

Este folheto foi descoberto na Póvoa.

Foi representado em Malhadas em 1994.

Auto da criação do mundo

Possuo uma versão recolhida em Urrós (Mogadouro), cópia de um manuscrito datado de 5 de Maio de 1971.

A versão deste manuscrito baseou-se no *Verdadeiro Auto de Adão e Eva ou Estado Primitivo da Natureza* de João de Pádua de Vasconcelos.

Apenas houve alteração de rima nos versos e de algumas frases, no entanto esta é uma peça muito maior e onde entram muitas mais figuras.

Além do Auto de Adão e Eva, tem também um episódio de Abel, Sete e Caim, os pastores, a vida de Maria e José, a Anunciação, a Visitação, o Nascimento e a história de Herodes e dos Reis Magos.

Desconhecemos quem foi que adaptou e aumentou esta peça.

Aqui, além de outras figuras, entra também o Diabo e a Inveja. A acção desta peça vai desde a criação do mundo até ao nascimento de Jesus e a adoração do mesmo pelos Reis Magos. É muito longa e algo monótona como diz o próprio Dr. António Maria Mourinho em *Terra de Miranda*, a sua representação demora sete horas ininterruptas.

Era tradição ser representado em Urrós (Mogadouro) onde já foi representado por três vezes sendo a última em 1949.

Também foi publicado pelo Padre Firmino Martins no 2º volume do seu *Folclore de Vinhais*.

Auto da ressurreição de nosso senhor Jesus Cristo

Versão recolhida em Algosó (Vimioso) de um manuscrito referente a uma representação feita em 1920.

Foi igualmente representado em Caçarelhos (Vimioso) em 1952.

Auto de santa Bárbara, virgem e mártir, filha de Dióscoro, gentio

Em 1613 Afonso Álvares, dramaturgo da escola vicentina do séc. XVI, que foi igualmente o autor do *Auto de Santo António*, do *Auto de São Tiago*, do *Auto de São Vicente* e do *Auto de São Martinho*, escreveu um auto de Santa Bárbara.

Possuo uma versão recolhida na Póvoa de um manuscrito que foi pertença de Albino José Preto e cujo original foi composto por Affonso Rodrigues em 1879 no Porto.

Tenho conhecimento igualmente de um folheto, versão original (nº 23 da Bibliotheca para o Povo, composto por Affonso Rodrigues, à venda na Livraria de João Evangelista da Cruz Coutinho, Rua do Almada, 15 e 17 – Porto) e que foi impresso em 1879 na Typographia de António José da Silva Teixeira, Cancellaria Velha, 62 - Porto.

Faz parte da colecção que era de Claudino José Preto pai de Albino José Preto da Póvoa.

O manuscrito foi baseado no referido folheto com pequenas alterações.

Há igualmente quem diga que foi baseado no auto de Santa Bárbara de Domingos Carneiro de 1668.

Foi representado em Picote em 1930 e na Póvoa em 26 de Dezembro de 1982.

Há também menção de uma versão composta por Afonso Rodrigues (Porto, Livraria Chardron, de 1907, referido em *Terra de Miranda*, de António Maria Mourinho).

De qualquer maneira a origem desta hagiografia foi sem qualquer dúvida a escola vicentina que provavelmente aqui chegou através da literatura de cordel.

O rosário perseguido

Possuo uma versão recolhida em Caçarelhos.

Há notícia de ter sido representado por volta de 1949/50 em Cicouro.

O auto de Santa Genoveva, princesa de Brabante

Versão original - nº 21 da Bibliotheca para o Povo, composto por Bathazar Luiz da Fonseca (o Lisbonense), à venda na Livraria de

João Evangelista da Cruz Coutinho, Rua do Almada, 15 e 17, Porto e que foi impresso em 1878 na Typographia de António José da Silva Teixeira, Cancellaria Velha, 62, Porto.

Faz parte da colecção que era de Claudino José Preto pai de Albino José Preto da Póvoa.

Foi representado na Póvoa em 1941, sendo as principais figuras Lázaro João de Sigisfredo, Lázaro Olaio de Tristão e Delmina Pires de Santa Genoveva, conforme nota escrita à mão no original supramencionado. Mais recentemente voltou a ser representado na Póvoa em 26 de Dezembro de 1974.

A esta versão original foi adaptada a profecia e acrescentadas algumas alterações mantendo-se quase na íntegra o texto da versão original.

Auto de Santa Catarina

De Baltazar Dias, dramaturgo e poeta do séc. XVI (escola vicentina). Natural da ilha da Madeira, era cego e pobre e provia a existência recitando autos e romances da sua autoria. Foi também o autor da História da Imperatriz Porcina.

Descobri um folheto com o *Auto de Santa Catharina, Virgem e Martyr*, filha do Rei Godo de Alexandria em o qual se conta seu martyrio e glorioso fim”, composto por Balthazar Dias, da Livraria - Editora Cruz Moutinho, Rua dos Caldeireiros, 18 e 20 - Porto, datado de 1886.

Este folheto era pertença de Claudino José Preto, morador que foi na Póvoa, e já não se encontra totalmente perceptível em virtude de ter sido comido pelos ratos.

Mais tarde em São Martinho de Angueira foi descoberta uma versão de um manuscrito datado de 11 de Março de 1929 e que era pertença de Américo dos Santos Ferreira.

Este manuscrito é mais ou menos a cópia integral do texto do folheto de Baltazar Dias, não tem profecia mas o folclore, no verdadeiro sentido etimológico da palavra, conhecimento do povo, pela mão de quem fez a adaptação da peça para Teatro Popular Mirandês, acrescentou-lhe duas “figuras”, dois diabos: “Lusbel” e “Satanás”, com a particularidade de um deles aparecer numa parte disfarçado de anjo.

O povo tem destas coisas, isto numa peça onde se defende a tese de um só Deus verdadeiro, e para contrapor a isso “inventaram-se” dois diabos a contracenar com “Cristo”, “Nossa Senhora” e “Anjos”.

Desconhece-se exactamente quando e onde foi representada esta peça presumindo-se quase certamente que a mesma foi representada na Póvoa, até pelas anotações do folheto...

Auto da redenção do género humano

Possuo uma versão recolhida em Avelanoso (Vimioso) de um manuscrito de Américo dos Santos Ferreira, datado de 1931.

O manuscrito foi copiado em Moimenta da Raia (Vinhais) em 1946 por Francisco António Ribeiro, soldado da Guarda Fiscal.

Auto de Santo António

Possuo uma versão recolhida em Angueira (Vimioso) de um manuscrito datado de 1950. Será que este texto representado nas Terras de Miranda corresponde ao Auto de Santo António de Afonso Álvares? Fica aqui a dúvida para ser esclarecida por algum estudioso.

Amor de amargura ganhado pelos cristãos

Possuo uma versão recolhida em Cicouro de um manuscrito datado de 1953.

Foi composto pelo Sr. António Delgado Ramos de Cicouro.

Há notícia de uma representação em 1953 e de outra por volta de 1959 em Cicouro.

O filho pródigo

Possuo uma versão recolhida em Malhadas. Foi composto por Humberto Augusto Pires aproveitando o texto com o mesmo título de autor que se desconhece.

Foi representado em Malhadas em 7 de Abril de 1996.

Os reis falados

Possuo uma versão recolhida em Malhadas datada de 1928 e pertencente a José Agostinho de Moraes.

Desconhece-se o autor e a origem tudo levando a crer que tenha sido inspirado num folheto de cordel. A história passa-se no presépio onde o Menino Jesus é adorado pelos reis magos e pastores e conta as peripécias do rei Herodes à volta do nascimento do Deus Menino e a matança dos inocentes.

Existe notícia de uma representação em Algosó (Vimioso) por volta de 1969.

Auto de santo Aleixo

Há notícia de ter sido representado na Póvoa em data que não se pode precisar.

Auto de vida de Santa imperatriz Porcina* ou *História da imperatriz Porcina

Da autoria de Baltazar Dias, cego, natural da Madeira, do Séc. XVI e que faz parte da escola vicentina.

Deste mesmo autor são também os autos de Santo Aleixo, de Santa Catarina, um auto da Paixão de Cristo, um auto do Nascimento de Cristo e a Tragédia do Marquês de Mântua.

Tenho em meu poder fotocópia de um manuscrito descoberto em Sendim. Em terras de Miranda do Douro foi representado em Atenor em 1929, Cicouro por volta de 1934 e na Póvoa pela última vez em Maio de 1950 em que os ensaios demoraram tanto tempo que passados nove meses houve uma inflação de nascimentos gerados nesses ensaios...Ainda hoje se fala muito desse colóquio.

II. TEATRO PROFANO

A tragédia do Marquês de Mântua* ou *Auto de Valdevinos

Recentemente representado em São Martinho de Angueira.

Versão recolhida em Avelanoso (Vimioso).

Esta versão aproveita o texto de um folheto de cegos dos finais do Séc. XVII, encontrando-se o manuscrito muito mais completo.

Também se designa por *Tragédia de Valdevinos e do Imperador Carloto Magno* e remonta ao Séc. XVI, ao texto de *Baltazar Dias*.

A vida alegre do brioso João Soldado

Versão recolhida na Póvoa de um manuscrito datado de 6 de Janeiro de 1949 que foi pertença de Delfim Augusto Raposo que o manuscreeveu.

Foi representado na Póvoa em 26 de Dezembro de 1976.

Baseia-se numa história de um folheto de cordel divulgada por cegos ou mendigos ambulantes que algum popular cuja identidade se desconhece enversou e adaptou a “colóquio”. É uma comédia alegre que conta a vida de João Soldado que serviu ao rei 24 anos e já velhote e acabado se vê “com quatro vinténs no bolso e no bernal apenas um pão...”. Por três vezes lhe aparecem Cristo e São Pedro disfarçados de mendigos e João Soldado reparte com eles o pão e os vinténs que lhe restam. Em retribuição concedem-lhe a satisfação de um desejo e João Soldado escolhe assim mesmo:

“Pois uma vez que posso escolher,

Nada devo pedir mal...

Desejo que tudo o que eu quiser

Se meta no meu bernal.
E em nome do Pai e do Filho
E do Espírito Santo em geral
Os chouriços e os moletes
Saltam para o meu bernal..."

E assim começou a peluda de João Soldado, que para arranjar alojamento se "apreitou", isto é, pediu ao regedor que o apatroasse e este mandou-o para uma quinta rica onde morrera um condenado cuja alma andava por ali penando...

João Soldado lá foi porque não quem deve não teme e um dia aparece-lhe um fantasma que lhe entrega a sua riqueza.

João Soldado vive assim feliz até que lhe aparece um mafarrico primeiro e Lucifer depois mas ele com a sua "artimanha" fá-los saltar para o seu bernal.

Mas já velho, pensa em casar-se e para mulher escolhe Rita Mona.

São Pedro foi o padrinho de casamento e Rosa Branca foi a madrinha.

E no casamento feito um tanto ou quanto à laia cigana, contentes da vida cantam assim:

"Rita Mona, já gaiteira
João Soldado ao fim da vida,
Fizeram o seu casamento
Junto da fresca ribeira."
Finalmente, João Soldado pretende ir para o céu.

E como às portas do céu São Pedro lhe põe algumas reticências, ele atira o seu barrete lá para dentro e diz a São Pedro:

"Eu vim buscar o barrete,
Mas agora que estou dentro,
Já mudei de pensamento,
Bem bruto seria eu...
Sabe o quê meu santo padrinho,
João Soldado está no céu..."
E assim termina a comédia.

A última representação desta peça, a mais recente de todas, ocorreu no dia 4 de Abril de 1999 (dia de Páscoa), em Malhadas.

A confissão do Vicente Marujo

Foi o colóquio mais representado na Póvoa nestes últimos anos (1958 e 1973).

Foi igualmente representado pelo Grupo Cultural e Recreativo "Renascer das Tradições" da Póvoa em Miranda do Douro por duas

vezes, em Coimbra, no dia 5 de Maio de 1985, nas Quartas Jornadas de Cultura Popular organizadas pelo GEFAC - Grupo de Etnografia e Folclore da Academia de Coimbra.

A representação deste colóquio na Póvoa em 1973 pôs fim a um interregno de vários anos em que esta tradição esteve em vias de se perder e com ela começou a nova vaga de colóquios. Foi igualmente representado em Malhadas em 1995.

Possuímos uma versão de um manuscrito recolhido na Póvoa e pertencente que foi a Luís Martins datado de 1958. Foi publicado no 2º volume de *Teatro Popular Português - Trás-os-Montes* de Azinhal Abelho.

A história anda à volta da Confissão de Vicente marujo mandado por sua mulher Joana, cheio de crítica jocosa e sátira mordaz.

A tia Lucrécia

Versão recolhida em Angueira (Vimioso) de um casco pertencente ao Sr. João Bernardo, capador de Angueira e datado de 10 de Janeiro de 1945.

Foi representado na Póvoa em 1975.

Note-se que nesta peça o papel de Lucrécia, uma mulher, é feito por um homem ("travesti") disfarçado de mulher o que vem de encontro com a norma geral dos colóquios em que as mulheres intervínham em muito menor número que os homens porque estes eram maioritariamente feitos por homens.

Sturiano e Marcolfa

É uma comédia da autoria de Francisco Garrido Brandão, natural de Cércio e data da segunda metade do século dezanove (1880?).

O insígne Dr. José Leite de Vasconcelos, grande amante e estudioso da nossa terra publicou este entremês na íntegra na *Philologia Mirandesa* (1º volume de 1900 e 2º volume de 1901 - Imprensa Nacional).

O entremês foi escrito originariamente em mirandês pelo Sr. Francisco Garrido Brandão, camponês natural de Cércio. O seu autor não possuía propriamente cultura literária e o texto tem o mérito da espontaneidade.

O manuscrito inédito do entremês foi enviado ao Dr. José Leite de Vasconcelos, a seu pedido, pelo Reverendo José Bernardo de Moraes Calado, Cônego-prior da Sé de Miranda do Douro. O próprio Dr. José Leite de Vasconcelos em Lisboa, por ocasião da vinda dos mirandeses que formavam o Grupo dos Pauliteiros de Miranda nas festas do Centenário da Índia (1898), começou a copiar este interessante entremês

da boca do próprio autor, Francisco Garrido Brandão, camponês de Cércio, e um dos que dançavam e tocavam no referido Grupo de Pauliteiros... Mas por falta de tempo, e por obstáculos que um invejoso lhe pôs, não pode terminar esse trabalho... (O invejoso embora ele não o diga claramente presume-se ter sido o Sr. Albino Morais Ferreira).

O entremês tinha sido composto pouco tempo antes da data referida pelo Dr. José Leite de Vasconcelos, provavelmente na segunda metade do século 19.

Este interessante entremês consta de duas partes: do entremês propriamente dito, e de um prólogo, a que o seu autor chama de “profecia”, escrito em português. Os protagonistas são Sturiano (palavra que quer dizer Asturiano) e Marcolfa (palavra de origem germânica que o autor deve ter ido a buscar a alguma peça teatral antiga, da literatura chamada de cordel). O tema do entremês assenta em factos reais e sendo de crítica jocosa (“ridendo castigat mores”), não deixa de revelar certa veia cômica.

As personagens falam mirandês, galego e português. O texto galego não é perfeito e tem o mérito do texto ser em mirandês, feito por um indígena sem grande instrução e no seu conjunto o entremês representa o carácter plurilinguístico da região, pois que os mirandeses se gabam de falar não só o português e o mirandês, mas com igual fluência e correnteza o espanhol e ainda de conhecer também o galego. O uso do espanhol resulta da vizinhança de Espanha e das relações constantes com os espanhóis. O mirandês como afirma o Dr. José Leite de Vasconcelos, estabelece a transição do asturiano-leonês para o galego-português e o entremês é asturiano, pelo nome de um dos protagonistas, é galego, português e mirandês pela linguagem dos personagens.

Por tudo isto este entremês é um autêntico documento linguístico.

Uma pequena parte do entremês foi igualmente publicada no *Dialecto Mirandês*, de Albino Morais Ferreira, Lisboa 1898.

Foi representado na Póvoa em 26 de Dezembro de 1977 e em Miranda do Douro nas Primeiras Jornadas de Língua e Cultura Mirandesa, em Julho de 1987 e ainda em Bragança, no dia 23 de Maio de 1987, no 1º Festival de Teatro Amador do Distrito de Bragança organizado pelo F. A. O. J. - Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis.

O pintor de São Brás

Baseado num episódio real acontecido entre um pintor de Vilar Seco, o Tiu Basílio Rodrigues, autor deste e de vários colóquios e gente da povoação de Cércio.

Manuscrito inédito muito interessante.

Foi representado em Vilar Seco (Vimioso) em 1929 e mais recentemente na Póvoa (Miranda do Douro).

A verdadeira tragédia do Diabo

Baseado num folheto nº 16 da Bibliotheca para o Povo, *História do Roberto do Diabo, Duque de Normandia e Imperador de Roma*, de autor anónimo, à venda na Livraria de João Evangelista da Cruz Coutinho, Rua do Almada, 12 e 16 - Porto e que foi impresso em 1882.

Faz parte da colecção que era de Claudino José Preto pai de Albino José Preto da Póvoa.

De autor anónimo, representado em Sendim em 1943. O Padre Mourinho possuía um manuscrito encontrado em Vilar Seco (Vimioso) onde foi representado por duas vezes, sendo uma delas em 1934.

Possuímos duas versões, uma das quais foi recolhida em Avelanoso (Vimioso). Manuscrito datado de 1927.

Auto da pastora ou Comédia da vida e morte da Maria do Céu

Foi representado em Constantim no dia de Páscoa do ano de 1980, na Póvoa e mais recentemente em Malhadas, em 1994.

O Tiu Augusto Pataco da Póvoa, grande enversador de improviso fazendo lembrar o algarvio António Aleixo, afirmava ser da sua autoria o que parece ser verdade pois que até o enredo tem muito a ver com a Póvoa e os factos contados passam-se igualmente na Póvoa.

O Sr. João Bernardo, capador de Angueira e famoso regrador também se arrogava como autor da mesma, ou já que mais não fosse, deveria ter feito várias alterações no texto e ao que sabemos foi também o autor da profecia (duas versões).

Publicado no 2º volume de *Teatro Popular Português - Trás-os-Montes* de Azinhal Abelho.

Possuímos igualmente uma versão recolhida em Constantim, datada de 1974.

O jacobino ou A casa dos caloteiros e ladrões

Foi representado na Póvoa no dia 15 de Janeiro de 1964, na Festa de Santo Amaro no primeiro ano que o Tio Patrício (Domingos dos Santos Afonso) foi mordomo e quis fazer uma festa mais animada. Foi igualmente representado em Malhadas em 1997.

Está na minha posse uma versão recolhida na Póvoa e que foi manuscrita por José Augusto Falcão e datada de 7 de Janeiro de 1949

Existe igualmente uma versão recolhida em Angueira (Vimioso), manuscrito datado de 1927.

Publicado no 2º volume de *Teatro Popular Português - Trás-os-Montes* de Azinhal Abelho.

Amorbela, ou Esmeralda do rio Jordão

Versão recolhida em Angueira (Vimioso).

Foi baseado num texto espanhol que se traduziu.

O arrenegado de Carmona

Versão recolhida na Póvoa. Manuscrito datado de 1964.

Foi traduzida do espanhol.

O arrenegado de França

Versão recolhida em Avelanoso (Vimioso). Manuscrito datado de 1928.

O texto foi igualmente traduzido do espanhol.

Grishelda a mais humilde princesa

Versão baseada num texto espanhol de autor desconhecido e traduzida por Delmina Luciano Cordeiro Pires, professora primária, natural da Póvoa e datada de Figueirinha (Mogadouro), 19 de Janeiro de 1948.

O original é pertença de Mário João Cordeiro, da Póvoa.

Grishelda é uma humilde pastora que um dia, estando a guardar as suas ovelhas é descoberta por Gualtero, um marquês que se apaixona por ela e com ela casa jurando-lhe constância no matrimónio para sempre. Tiveram dois filhos e passados uns tempos Gualtero para experimentar a constância da sua esposa, agora princesa, rouba-lhe os filhos e manda-os para Bolonha e acaba por repudiar Grishelda que volta à pobreza da sua origem na casa de seu pai Ganículo. E assim se passou muito tempo e Grishelda sempre suportou as provocações de Gualtero conformando-se humildemente com a situação. Até que um dia Gualtero anuncia um seu novo casamento e chama Grishelda para o servir nas novas núpcias, mas surpreendentemente Florinda a suposta nova noiva e Alberto seu suposto pai que a acompanha são nada mais nada menos que os filhos de Gualtero e Grishelda. Gualtero finalmente reconhece Grishelda como sua esposa...

Esta peça foi representada na Póvoa em data que não se pode precisar.

A estrela de Sevilha

Baseada num texto do séc. XVII, atribuído a Cardenio, poeta espanhol não identificado, mas existe igualmente uma versão mais

completa atribuída ao grande dramaturgo espanhol Lope de Vega a quem era mais cómodo atribuir a autoria de qualquer comédia para melhor se vender...

Ignora-se por isso quem seja o verdadeiro autor.

Possuímos o texto supra referido e uma versão manuscrita traduzida e adaptada por Raimundo Augusto Raposo, de Constantim, com data de 10 de Janeiro de 1957.

O Auto de todo o mundo e ninguém

Aproveitamento do texto de Gil Vicente com algumas adaptações feitas pelo Sr. António Delgado de Cicouro que por isso levou, na altura, 500\$00 à gente da Póvoa que o representou pelo menos duas vezes.

A Castro ou Tragédia de Inês de Castro ou A nova Castro

Representou-se em Picote em 8 de Junho de 1947 um auto de Inês de Castro que mais não era que a tragédia *Castro* de Júlio Dantas adaptada à maneira de ser dos colóquios mirandeses, tendo sido introduzidas cenas como o casamento de D. Pedro e Dona Inês no princípio e a vingança dos verdugos no fim...

O Padre António Maria Mourinho faz uma descrição perfeita dessa representação. (ver Azinhal Abelho, *Teatro Popular Português*, 2ª volume, pgs. 134).

A profecia dessa peça é da autoria do mesmo Padre António Maria Mourinho, tendo em conta a capacidade intelectual e interpretativa do auditório e a forma tradicional das profecias de outros colóquios.

Azinhal Abelho publicou outra versão da Castro recolhida na Póvoa.

Em Ifanes houve outra versão da Castro (A Nova Castro?) que foi de José d'Abílio de Ifanes e que a deve ter entregue ao Sr. Manuel Lopes também de Ifanes; tem a data de 1900.

Recentemente em Constantim descobrimos ainda outra versão da *Tragédia de Inês de Castro* feita a partir de um folheto de cordel e composta por Aureliano António Ribeiro e datada de 14 de Março de 1984.

O Teatro Popular é mesmo assim... vai sendo enriquecido e alterado pelos testemunhos das épocas por que passa, em contacto directo com o povo que o faz e aprecia.

O traidor de seu sangue ou Auto dos sete infantes de Lara

Foi representado em Parada (Bragança) em 1960.

Versão recolhida em Parada (Bragança), em 1965, através do Padre João Baptista Carvalho.

Publicado no 2º volume de *Teatro Popular Português - Trás-os-Montes* de Azinhal Abelho.

De origem espanhola embora um verso do colóquio diga que os sete infantes:

Nasceram em Portugal
Na povoação de Parada
Isto é toda a verdade
E sem que lhe falte nada.

Possuímos igualmente uma versão recolhida em Sendim, manuscrito datado de 1923.

O texto é baseado num romance ligado à tradição histórica de Espanha.

A verdadeira história do imperador Carlos Magno e dos doze pares de França

Baseado num folheto da Coleção de Histórias Populares com o nº 5, sem autor, datado de 1896, vendido na Livraria Portuguesa - Editora de Joaquim Maria da Costa, Largo dos Loyos, 55 e 56 - Porto e impresso na Typographia Arthur & Irmão, Largo de São Domingos, 74, que foi pertença de Claudino José Preto da Póvoa.

O texto deste folheto é em prosa e daí se adaptou a peça a teatro. Há outra versão recolhida em São Martinho de Angueira.

O texto baseia-se em velhos romances ligados ao ciclo carolíngio.

Há notícia de ter sido representado em Genísio, por volta de 1964.

A vida é um sonho

Versão recolhida em São Martinho de Angueira de um manuscrito datado de 1934.

O texto baseia-se na obra com o mesmo nome do grande dramaturgo espanhol Calderon de La Barca.

A história da Branca Flor

Mencionado por Azinhal Abelho. Desconhece-se o seu paradeiro.

Ilusões transmontanas

Versão original recolhida em Cicouro, datada de 1956 e composta por António Delgado Ramos, também natural de Cicouro.

Foi representado na Póvoa em 1990.

Um dia de inverno ou O capote

Texto da autoria de Basílio Rodrigues, pintor, natural de Vilar Seco (Vimioso).

Há notícia de ter sido representado por volta de 1940 e mais recentemente, na década de 80, foi igualmente representado na Póvoa e em Malhadas em 1992.

Casamento de dois príncipes

Versão recolhida em Algosó (Vimioso) de um manuscrito datado de 1935.

O emigrante

Versão recolhida em Malhadas da autoria de Humberto Augusto Pires, natural de Malhadas.

Foi representado em Malhadas em 1993.

Guerra de cães e gatos

Possuímos a versão de um folheto de António José da Costa Nabíça, impresso em 1905 na Livraria Portuguesa - Editora de Joaquim Maria da Costa Largo dos Loios, 55-56 - Porto.

Desconhece-se se foi alguma vez representado.

Os criados exemplares

Versão recolhida em Constantim de um manuscrito datado de 1961 e que foi pertença de Raimundo Augusto Raposo.

A escrava Isaura

Da autoria do autor destas linhas, foi baseado na história da telenovela brasileira com o mesmo nome.

Foi feita porque na altura havia sérias dificuldades para encontrar peças passíveis de serem representadas.

Foi representado na Póvoa em 26 de Dezembro de 1979.

As saias

Peça de teatro em três actos da autoria de Alfredo Cortez.

Foi representada pela primeira vez em Dezembro de 1938, no Teatro Nacional Almeida Garrett, em Lisboa, tendo sido actores entre outros Robles Monteiro, Palmira Bastos, Amélia Rey Colaço, Raul de Carvalho e Samuel Diniz.

Faz-se aqui referência a esta obra porque embora não seja de Teatro Popular Mirandês propriamente dito, procurou fazer a interpretação artística da vida e costumes das gentes de Miranda:

Foi escrita em “língua mirandesa” tal qual como o autor a ouviu falar em terras de Miranda, ou seja, em “mirandês” por um autor de outras terras.

(Miranda do Douro, 12 de Abril de 1999)

Maria de Jesus Sanches*

(Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

A Pré-história da região mirandesa. Algumas notas

1. Introdução

Já na década de 1980 procurámos fazer o “rastreo” das estações pré-históricas das Terras de Miranda¹, estudo que complementámos com escavações e levantamentos (registos) de arte rupestre, segundo a metodologia então exigida por esta ciência humana que é a Arqueologia, na mira de esboçar o primeiro discurso coerente relativo à ocupação pré-histórica deste território. Foram então publicados vários trabalhos parcelares e o conjunto da documentação obtida, referente agora ao território do Planalto Mirandês, foi concentrada num trabalho intitulado “*Contribuição para o Estudo da Pré-história Recente no Planalto Mirandês*”, apresentado em 1988, como prova académica da signatária, à Faculdade de Letras da Universidade do Porto². Este trabalho foi publicado em 1992, com algumas reformulações de pormenor e já com o título “*Pré-história Recente no Planalto Mirandês*”³. A intenção era traçar um primeiro quadro do povoamento que permitisse, num futuro próximo, um desenvolvimento mais aprofundado dos estudos nessa região. Desde logo se pretendeu também relacionar o território mirandês com aquele que lhe é contíguo, além-Douro, em Zamora/Salamanca. Infelizmente, nessa altura, os

*Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Via Panorâmica, s/n, 4150-564, Porto, Portugal (msanches@esoterica.pt).

¹ Neste texto foi assumido pontualmente que as terras da região mirandesa coincidem com o concelho de Miranda do Douro. Tal facto deveu-se à circunstância de durante o Colóquio se verificar uma “colagem” permanente entre ambos os territórios: região mirandesa/concelho de Miranda do Douro. Apesar de não estarmos de acordo com essa associação territorial/identitária (tal como temos defendido noutros textos), quisemos entrar em coerência com os restantes artigos aqui publicados.

² No âmbito das Provas Públicas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica da Carreira Docente Universitária.

³ Sanches, M.J. (1992), *Pré-história Recente no Planalto Mirandês*, Monografias Arqueológicas, 3, GEAP, Porto.

estudos da Pré-história da região fronteira do país vizinho também se encontravam num estado embrionário. Somente nos últimos anos a faixa territorial das províncias de Zamora/Salamanca, mais próxima de Portugal, tem sido objecto de prospecções sistemáticas, vocacionadas para todos os períodos, o que tem permitido a detecção de muitos sítios pré-históricos.

Razões de vária ordem, completamente alheias à importância genuína da continuidade dos estudos da Pré-história da região mirandesa, levaram-nos a “deslocar” a investigação directa para outros territórios transmontanos. Tal deslocamento também foi positivo do ponto de vista científico na medida em que permitiu inserir os conhecimentos antes obtidos no Planalto Mirandês num quadro mais alargado do povoamento pré-histórico do Nordeste de Portugal. No passado, tal como no presente, a sobrevivência obrigava as comunidades humanas desta região a relacionarem-se de modos muito diversos com aquelas das regiões vizinhas.

Neste contexto, e apesar da ausência de projectos vocacionados para o estudo específico das terras de Miranda, apraz-me constatar que a Arqueologia da região mirandesa não foi esquecida. Refiro-me em particular à detecção de novas estações arqueológicas noticiadas neste Colóquio por Hermínio Augusto Bernardo, e que constituem a primeira actualização ao inventário indicado atrás para a Pré-história, assim como para o estudo do povoamento durante a Proto-história e a Romanização, este desenvolvido por F. de Sande Lemos⁴.

2. A ocupação pré-histórica

Uma prospecção sistemática nesta região virá, segundo cremos, mostrar um povoamento Paleolítico e/ou Mesolítico pelo menos no vale do Douro. A estação de “Capela de S. Paulo” (Sendim/Picote) com algumas peças líticas talhadas em sílex, se relacionada com os documentos gráficos paleolíticos de Mazouco e do Côa/Douro/Sabor, mais a sul, aponta no sentido de todo este alto vale do Douro ter sido frequentado por comunidades de caçadores-recolectores cujos vestígios urge procurar.

Não se conhecem ocupações relativas ao denominado Neolítico Antigo — VI^a/V^a mil. AC —, embora os mais antigos vestígios destas comunidades de caçadores-recolectores que iniciam a produção de alimentos estejam presentes noutras regiões transmontanas (bacia de

Mirandela/Valpaços) e alto-durienses (Vila Nova de Foz Côa e S. João da Pesqueira). É desta época a introdução local dos cultivos de cereais (trigo e cevada) e de leguminosas (fava e ervilha), assim como da criação doméstica de ovelhas e cabras. Porém, durante mais de um milénio, estas comunidades serão predominantemente caçadoras-recolectoras, sendo que a produção de alimentos representará sempre uma fracção menor na sua economia.

São mais visíveis, nesta e noutras regiões, os vestígios que documentam o povoamento durante o IV^o milénio AC (no denominado Neolítico médio/final), isto é, no período do desenvolvimento da economia agro-pastoril, aquela que irá perdurar nesta região até aos nossos dias. Esses vestígios provêm, não de povoados, tal como ocorre, aliás, em todo o Norte de Portugal, mas de monumentos de enterramento — as mamoa —, e de sítios com arte rupestre, alguns dos quais interpretamos como ricos santuários-, e que testemunham uma complexa vivência socio-religiosa por parte das comunidades neolíticas regionais.

Estão registadas as mamoa de Campina (Genísio) e de Marmolina (Malhadas), mas recentemente parece ter sido descoberto um conjunto muito interessante de 12 novos monumentos deste tipo também em Malhadas, por Domingos Marcos⁵, numa das suas propriedades (lameiro). Tratar-se-á, segundo aquele investigador, de uma mamoa de grande tamanho rodeada por outras 11, mas estas de pequeníssimas dimensões, numa disposição a que os arqueólogos costumam chamar de mamoa nuclear ou central com as suas “satélites”, pois se pensa que funcionariam todas cerimonialmente em sistema articulado. Trata-se de uma descoberta de valor excepcional, a merecer um urgente estudo de pormenor. Tal vem mostrar também que o concelho de Miranda do Douro carece duma prospecção sistemática particularmente na área planáltica, antes que os projectos de florestação e outros arroteios levados a cabo por potentes máquinas agrícolas arrasem completamente estas mamoa.

As mamoa são montículos artificiais de terra e pedras, de tamanhos variados, e erigidas segundo um projecto arquitectónico pré-estabelecido, no contexto de ritualizações comunitárias muito diversas, mas cujo objectivo era simultaneamente sagrado e profano pois estamos ante sociedades em cuja vida comunitária ambas as instâncias (sagrado/profano) se fundem.

⁴ Lemos, F. S. (1993), *Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental*, Dissert. de Doutoramento apresentado à Universidade do Minho, Braga (policopiado).

⁵ Informação pessoal que agradecemos. Estes monumentos continuam inéditos.

No Planalto Mirandês as mamoeiras escavadas não contêm dólmen no seu interior, o que indica uma tradição cultural similar àquela da zona ocidental de Zamora e diferente, na forma de construir e de cultivar, das regiões periféricas mais ocidentais (Macedo de Cavaleiros, Bragança, Mirandela, Murça, etc.).

Contudo, tal como nas mamoeiras com dólmen, aí se enterravam alguns mortos— neste caso em chão raso, no centro sob o montículo de terra ou dentro de uma fossa alargada ou mais profunda —, acompanhados de objectos diversos (cerâmica, machados, enxós, placas com pinturas, adornos em matérias-primas algo raras, etc.). Quer durante a construção, quer posteriormente, a mamoeira representa sempre um local sagrado, um *templo*, porque se destina a cerimónias socio-religiosas cíclicas ou de periodicidade aleatória, que reúnem, em torno do *túmulo* dos antepassados comuns-aquele ou aqueles aí sepultados-, as comunidades ligadas por laços de parentesco, ou seja, que se identificam com os mesmos antepassados. São assim espaços de encontro e de negociação da gestão da terra (para a agricultura, a pastorícia e a recolha) e de outras instâncias comunitárias, entre grupos vizinhos cujos povoados, formados de aglomerados de cabanas, têm uma duração limitada. Daí a dificuldade de serem detectados pela arqueologia.

As mamoeiras distribuem-se pelas zonas mais aplanadas deste território, e simultaneamente por aquelas mais ricas do ponto de vista dos recursos pastoris e cinegéticos (dado que na altura não existe tecnologia para arrotear solos profundos e húmidos), mas é de supor que os povoados se localizariam em territórios com ecossistemas muito variados. Deverão assim ser procurados não somente na parte central do planalto, mas também nas encostas dos rios e ribeiros que marcam a periferia do peneplano.

Creemos que o fantástico santuário com gravuras rupestres esquemáticas (feitas por picotagem no xisto) das Fragas da Lapa, em Atenor, terá sido criado e usado também por comunidades do IV^o milénio AC. pelas mesmas que construíram e/ou usaram as mamoeiras, ou por outras diferentes, mas serão todas genericamente contemporâneas. Não há aí provas de enterramento (nem cremos que fosse essa a sua função), mas, noutra perspectiva — a da ritualização colectiva —, teriam por certo um objectivo similar à das mamoeiras — a de congregar periodicamente comunidades que viviam dispersas no território mirandês.

Trata-se de um conjunto de palas de xisto, gravadas na sua parte superior com motivos similares àqueles que normalmente se

desenham no “segredo” dos dólmenes, quer dizer, nos esteios pétreos da escura câmara megalítica, e a que só teriam acesso alguns elementos da comunidade; os mesmos a quem seria permitido interpretar aquelas figuras. Nas Fragas da Lapa, em princípio, o acesso seria público, aberto, mas por certo que a interpretação se reservaria também a alguns “eleitos” da comunidade. Essa interpretação, pontual e articulada com a cosmogonia dessas comunidades, estar-nos-á vedada para sempre.

Uma escavação, ainda que incompleta do local, revelou precisamente, sob as palas das Fragas da Lapa, uma construção em plataforma artificial similar a uma mamoeira segmentada a meio. Continha também “lareiras”, ou áreas alargadas combustão, alguns artefactos líticos, fragmentos cerâmicos e alguns ossos de animais, por certo tudo decorrente de cerimónias comunitárias (de consumo colectivo, por ex.) que não poderemos reconstituir⁶.

3. A arte rupestre. Algumas ideias.

Ao abordar o conjunto de abrigos gravados por picotagem da rocha, em Atenor, abre-se, por assim dizer, a oportunidade de falar um pouco sobre a arte rupestre, neste caso, gravura, da região mirandesa, seja esta de cronologia neolítica, seja anterior, ou mesmo posterior.

A arte rupestre representa um tipo de documento relativo às sociedades do passado de inegável valor ideológico uma vez que nos remete para a representação simbólica de ideias ou conceitos de índole socio-religiosa sob a forma de grafismos, mais geométricos ou mais naturalistas, de acordo quer com a tradição de representação comunitária, quer com a função que desempenham. Isto quer dizer que a figuração gravada (ou pintada), qualquer que seja — círculo, espiral, linha sinuosa, “caos” de riscos lineares, figuras humanas esquemáticas, etc.—, detém um valor que remete para além dela, isto é, para a sua interpretação e significação. Se cenas há — como é o caso de cenas de caça, de pastoreio, etc., nunca identificadas, aliás, nesta região mirandesa—, elas *não terão* por certo o objectivo de narrar uma simples acção quotidiana. A elas será atribuída uma interpretação operativa na comunidade que a produz.

⁶ Esta escavação desenvolveu-se em 1985, com o apoio da autarquia, e não foi terminada nos anos seguintes (1986 e 1987) por falta de apoios financeiros. Pretendo ainda, num futuro próximo, vir a conseguir meios para completar aquela escavação e o estudo do conjunto rupestre de Atenor.

Este é um dos aspectos da abordagem da arte rupestre. O outro tem a ver com o facto de as superfícies pintadas e/ou gravadas se localizarem muitas vezes em pontos naturalmente demarcados do território, em pontos naturais cujas formações rochosas, ou cuja localização particular chamam a nossa atenção — arribas rochosas, blocos ou conjuntos de blocos destacados no cimo dos montes, etc. Chamaram a atenção em diferentes momentos da Pré-história, da Proto-história, e das sociedades que se seguiram até à actualidade. Assim sendo, muitas superfícies gravadas contêm motivos de várias épocas, motivos que por vezes se acrescentariam simplesmente àqueles pré-existentes (são gravados ao lado daqueles ou nos seus “intervalos”), mas outras vezes transformam-nos em maior ou menor grau, acrescentando um risco aqui, inserindo uma covinha ou um círculo ali, etc. Em particular, nos primeiros tempos do cristianismo (sobretudo dos séculos V^o ao X^o), mas também posteriormente, estes locais com arte rupestre, sendo tidos como locais de culto pagão, eram muitas vezes “redimidos”, isto é, cristianizados com símbolos próprios da nova religião, em particular com figuras de cruzeiros. Ora, muitos motivos em cruz já existiam em tempos anteriores (desde pelo menos o Neolítico no que diz respeito à região mirandesa), pois a cruz ou motivo cruciforme é uma representação esquemática da figura humana. Assim, passados anos, sejam décadas, centenas ou milhares de anos, todas as superfícies gravadas se cobrem de líquenes, de musgos e ficam sujeitas aos efeitos desgastadores das intempéries — as gravuras ficam mais polidas (ganham “patine”), e, por vezes, desaparecem mesmo partes delas. Torna-se assim difícil de distinguir, na ausência de um estudo muito pormenorizado, se um painel gravado corresponde à acção de uma época ou ao somatório de frequências do local e, conseqüentemente, a gravações de várias épocas.

É o que parece ter acontecido na zona do já referido conjunto das Fragas da Lapa (Atenor), em cujo vale da ribeira onde se implanta este conjunto, foram gravadas (em abrigo, ou somente em painéis verticais) outras superfícies com motivos simples — riscos pela técnica de abrasão —, mas com uma disposição muito diversa entre si, assim como covinhas. Pertencerão por certo a frequências continuadas, em diferentes épocas, dos vales das ribeiras das Veigas/Vale de Espinheiros e Vale de Palheiros. Como se sabe, existem muitos outros conjuntos de painéis gravados deste tipo em diferentes vales do Planalto Mirandês (Miranda do Douro, Mogadouro e Moncorvo), que urge estudar como um conjunto se pretendermos visualizar alguma hipótese interpretativa mais consistente.

Esta exposição também pretende mostrar que a arte rupestre é, de entre as estações arqueológicas conhecidas, e ao contrário do que por vezes se pensa, aquela que mais exige em termos de investimento na investigação, pois além do levantamento de pormenor da iconografia (gravada e/ou pintada) implica também a realização de escavações arqueológicas destinadas a detectar a função ou funções que aquela poderá ter desempenhado ao longo do tempo.

Neste ponto cabe também referir que os locais com arte rupestre *nem sempre terão sido utilizados como santuários* (no sentido que atribuímos actualmente a essa palavra), isto é, lugares onde seriam levadas a cabo cerimónias religiosas colectivas, por grupos maiores ou menores de pessoas.

Muitas rochas ou abrigos parecem ser somente “marcadores” territoriais, quer dizer, locais cujas gravuras servirão de elemento de comunicação entre grupos de pessoas ou entre pessoas que, embora se reúnam noutros locais, não se encontram aqui frente a frente. Mas sabem interpretar a mensagem expressa na rocha⁷. Nalguns lugares, as gravuras, maioritariamente muito simples — covinhas, riscos, etc. —, contêm mensagens não necessariamente religiosas, mas que só certas comunidades conhecem pois só elas detêm o código de decifração. Nestes casos as gravuras podem corresponder, por ex., a marcadores de áreas de pastagens (proibições ou permissões), ou a percursos para certos recursos importantes para a época (água corrente, por ex.), tal como tem sido proposto por diferentes investigadores⁸.

Na região mirandesa muitos têm sido os sítios com arte rupestre detectados nos últimos anos (ver texto de Hermínio Bernardo neste volume), o que justificaria um programa de estudo de arte rupestre para todo o Planalto Mirandês. Na realidade, sem um estudo de pormenor da globalidade destes sítios (e não dum sítio isolado) será falacioso propor interpretações específicas de tipo cronológico e de integração cultural para a arte rupestre regional.

⁷ Belarmino Afonso escreveu um interessante texto relacionável com este tema e que diz respeito ao costume, nalgumas regiões de Bragança, de pela manhã do dia de Carnaval, irem os encarregados das freguesias vizinhas verificar se os “marcos de divisória de freguesia” se encontram no sítio. Essa verificação implica a gravação, nesses marcos, de motivos cuja simbologia é conhecida somente daqueles habitantes. Afonso, B. (1993), Ritos de delimitação e sacralização do espaço no nordeste transmontano, *Brigantia*, 13, 3/4, pp. 89-105.

⁸ Sanches, M.J.; Santos, P.M.; Bradley, R. e Fábregas, R. (1998), Land-marks—a new approach to the rock art of Trás-os-Montes, Northern Portugal, *Journal of Iberian Archaeology*, 0, ADECAP, Porto, pp.85-104.

4. O povoamento do III^o milénio AC.

Como este texto tem vindo a seguir uma ordem cronológica — à excepção da arte rupestre que, como vimos, pode “percorrer várias épocas—, urge falar no período de formação das primeiras aldeias propriamente ditas: daquelas cuja imagem se associa no nosso imaginário às aldeias neolíticas mas que, na realidade, só aparecem como tal em todo o Norte de Portugal durante o III^o milénio, no denominado Calcolítico regional⁹.

Contudo, precisamente para este período, a documentação da região mirandesa ainda é mais escassa que para os restantes. Além das grutas de Santo Adrião (Silva), que foram usadas para enterramento, mas em cuja área há indicadores da existência de um ou mesmo dois povoados de ar livre, só se conhece o povoado de Raio (Miranda do Douro).

Lamentavelmente, as primeiras estações arqueológicas foram “escavadas” segundo uma metodologia que hoje não permite a interpretação desejada¹⁰; no caso do povoado do Raio, situado num esporão a sul da cidade, nunca houve escavações científicas, mas somente recolhas de superfície.

Desconhecemos assim como seriam as primeiras aldeias agrícolas da terra de Miranda cuja organização socio-económica e cujos modos de gerir a terra constituirá a base da sociedade agro-pastoril que permaneceu no concelho de Miranda quase até aos dias de hoje.

⁹ Este tema é desenvolvido, numa linguagem bastante acessível, no texto— Sanches, M.J.(1999), A arqueologia e o meio natural: o caso da implantação do sistema agro-pastoril em Trás-os-Montes e Alto Douro, *Arqueologia*, 24, GEAP, Porto, pp.43-60.

¹⁰ Delgado, N.(1887). Jazigos de mármore e de alabastro de Santo Adrião e das Grutas compreendidas nos mesmos jazigos, *Comissão dos Trabalhos dos Serviços Geológicos de Portugal*, 2 (1), Lisboa.

Hermínio Augusto Bernardo
(Escola Secundária de Miranda do Douro)

Para a carta arqueológica do Concelho de Miranda do Douro

INTRODUÇÃO

A nossa intervenção há-de entender-se no sentido de, também, prestar uma singela homenagem à memória do Padre Dr. António Maria Mourinho, afinal a mais significativa referência cultural mirandesa do século XX. Notável historiador, arqueólogo, etnógrafo, ele foi depositário de um genuíno saber universalista e humanista, mas partilhando sempre do destino da terra e do povo mirandês¹.

A História e a Pré-História (que também é História) exigem um refazer constante, pelos novos achados arqueológicos que se descobrem, pela perspectiva de novas abordagens e metodologias a que se sujeita o passado histórico, pela diversidade de experiências de datação, cada vez mais credíveis.

A pré e proto-história mirandesas têm merecido alguma atenção por parte de estudiosos sobretudo quando, ao centrarem as suas investigações em largas faixas de Trás-os-Montes, isso lhes implica incluir a região mirandesa no quadro dos seus estudos.

Há-de reconhecer-se, todavia, que a profíqua obra do Abade de Baçal, mesmo quando informações recolhidas continham imprecisões, mesmo assim, dizíamos, dá pistas, aponta sempre caminhos de investigação.

O Padre Dr. António Maria Mourinho foi normalmente aceite como natural continuador da obra do grande mestre Francisco M. Alves, intervindo em numerosos campos do saber histórico,

¹ Atente-se em títulos significativos de duas obras: *Nossa Alma / Nossa Terra*, 1964; e *Terra de Miranda – Coisas e Factos da Nossa Alma Popular*, 1991.

arqueológico e etnográfico, com dezenas de trabalhos de reconhecido interesse cultural e científico para a região e para o actual território português.

Outros estudiosos têm vindo a intervir na pré-história e antiguidade mirandesas. O Dr. Domingos Marcos diversifica a sua actividade arqueológica pelos concelhos de Miranda, Vimioso e Mogadouro, tendo dado à estampa os resultados dos seus trabalhos em *Catálogo dos Monumentos e Sítios Arqueológicos do Planalto Mirandês*².

A Dr^a. Maria de Jesus Sanches, ao aprofundar a “Pré-História Recente no Planalto Mirandês” e a “Ocupação Pré-Histórica do Nordeste de Portugal” transporta pontualmente para a região mirandesa o sentido de uma investigação moderna, actualizada e abrangente³.

No campo da Romanização há que assinalar, ainda, o enorme esforço empreendido pelo Dr. Sande Lemos ao abalançar-se na elaboração do Catálogo – que é muito mais que um catálogo – dos sítios arqueológicos, respeitantes ao “Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental”. Sobre Miranda do Douro actualizam-se e condensam-se, nesta obra, informações dispersas por várias publicações⁴.

Entretanto, já tínhamos levado ao 1º Congresso Internacional sobre o rio Douro (1986) um trabalho sobre os “Povoados Castrejos Portugueses e Espanhóis da Bacia do Douro Internacional”⁵. Hoje não seria o mesmo trabalho – é preciso, em todos os domínios, ir revendo opiniões, antes assumidas - mas motivou-nos para este saboroso peregrinar, que tem marcado o nosso encontro com espaços arqueológicos, vestígios e símbolos do passado.

A arqueologia mirandesa está em tempo de renovação. Exploram-se outras margens, e as surpresas são tão animadoras, que merecerão da nossa parte, noutra altura, um trabalho mais aprofundado. Por

² Domingos Marcos, *Catálogo dos monumentos e Sítios arqueológicos do Planalto Mirandês*, Brigantia, 1993, 1994, 1998.

³ Maria de Jesus Sanches, *Pré-História Recente no Planalto Mirandês (Leste de Trás-os-Montes)*, GEAP, 1992. *Ocupação Pré-Histórica do Noroeste de Portugal*, Fundación Rei Afonso Henriques, Zamora, 1996.

⁴ Francisco Sande Lemos, *Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental*, vol. II a – Catálogo (Introdução Distrito de Bragança), Univ. Minho, Braga, 1993; *Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental*, vol. I b (O Povoamento Romano, Conclusões, Bibliografia, Univ. Minho, Braga, 1993).

⁵ Hermínio A. Bernardo, *Povoados Castrejos Portugueses e Espanhóis da Bacia do Douro Internacional*, Brigantia, 1989.

agora, e nesta oportunidade, move-nos o despretenso desejo de tentar contribuir para a valorização da carta arqueológica de Miranda do Douro.

A— INSCULTURAS RUPESTRES

As principais jazidas de insculpturas rupestres, ou se quisermos de certo tipo de arte rupestre (arte sobre pedra) que se conhecem actualmente no concelho de Miranda do Douro estão distribuídas por Duas Igrejas, S. Martinho de Angueira, Palaçoulo e Atenor. Este espaço será naturalmente alargado com novas descobertas arqueológicas. Também outras situações arcaicas, dispersas por toda a região mirandesa, como pisadas de mouros, de Nossa Senhora, buracos e fragas dos mouros, tantas outras não serão contempladas neste artigo.

A. 1. Abrigo Rupestre da Solhapa - Duas Igrejas

A Solhapa de Duas Igrejas como o nome indica, um abrigo sobre lapa (rocha), foi estudada em primeira mão pelo Padre Dr. António Maria Mourinho (1972)⁶.

Nesse estudo explica-se que Solhapa é um termo mirandês que significa gruta, abrigo que provém do latim de “sub-lapide”.

No abrigo, as insculpturas rupestres representam-se por um sem número de covinhas ou “fossettes”, umas isoladas, outras aparelhadas, outras ligadas entre si por sulcos ou barras, formando gravuras que o autor inscreve no quadro da arte levantina peninsular e de outras insculpturas rupestres do noroeste Ibérico.

Em alguns painéis, opina o autor, as “covinhas estão ligadas entre si por traços ou linhas incisais, formando alteres, serpentiformes, báculos e, ao que parece, figuras esquemáticas zoomorfas e antropomorfas, e outras por enquanto inexplicáveis”.

O Padre Dr. António Maria Mourinho encontrou, neste abrigo, variado material lítico como picos ou percutores e alguns instrumentos de bronze, espólio representativo de um espaço, quicá sagrado, que poderia ir desde o neolítico ou eneolítico, continuando nos períodos do bronze e do ferro”.

⁶ António Maria Mourinho, *O Abrigo Rupestre da “Solhapa”, em Duas Igrejas, Miranda do Douro, O Arqueólogo Português*, 1972.

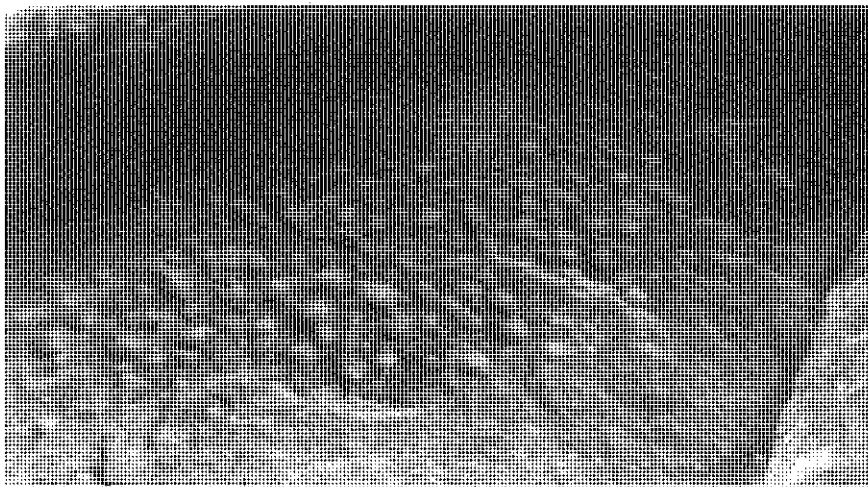


Fig. 1: Solhapa, pormenor com covinhas ligadas com sulcos

Em 1986 a Dr^a. Maria de Jesus Sanches e Anabela Lebre retomam o estudo do abrigo da Solhapa, considerando estar-se perante um santuário/abrigo em que o “esquema base de todos os motivos... são as covinhas e os sulcos, os quais surgem isolados ou associados entre si, por forma a desenharem as mais variadas figuras” ⁷.

Diremos que a Solhapa se encontra inserida na zona abrangente da Ribeira de Duas Igrejas, pequeno curso de água que exerceu forte atracção em populações pré e proto-históricas como, aliás, se documenta no decorrer deste trabalho.

A.2. Abrigo da Fraga do Padre, Duas Igrejas

Este pequeno abrigo, com covinhas, foi descoberto recentemente pelos nossos bons amigos Augusto Bernardo e o pai José Maria Bernardo, de Duas Igrejas. Fica perto da Solhapa, a cerca de 400 m para SW, onde se distribuem vários afloramentos rochosos, e ao iniciar-se a subida para Monte Gordo.

Visitámos o local guiados por José Maria Bernardo e pelo companheiro de muitas jornadas, Arnaldo Firmino. Concluimos tratar-se de mais um abrigo granítico, voltado para nascente, onde na

plataforma rochosa da base foram insculpidas cerca de 32 covinhas, pela técnica de picotagem e abrasão.

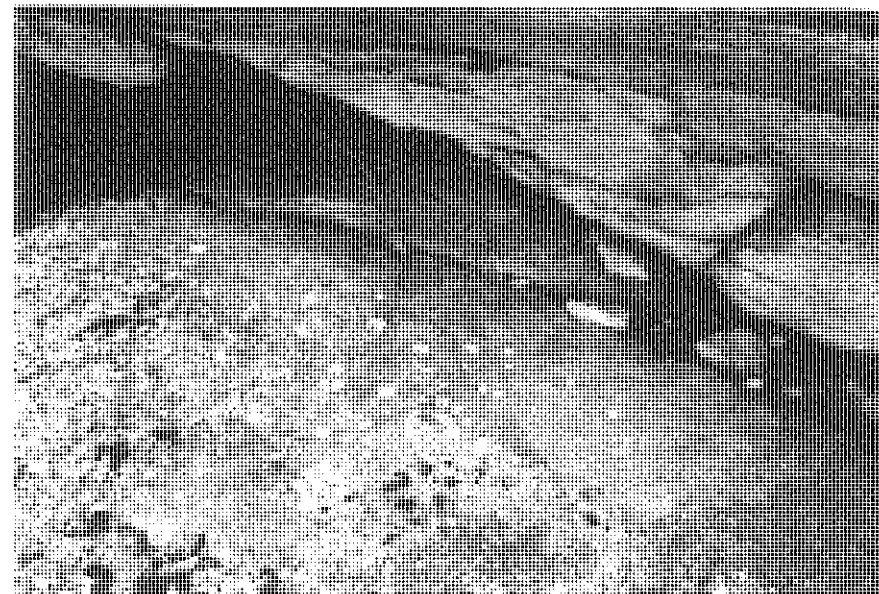


Fig. 2: Fraga do Padre: pequeno abrigo, perto da Solhapa, somente com um sulco

As covinhas — a não ser duas que se mostram ligadas por uma pequena barra — encontram-se isoladas, embora possamos admitir que não foram gravadas ao acaso. Não muito longe, em pedra solta, desprendida de rocha, foram gravadas outras três “fossettes” com a técnica anteriormente referida.

Será plausível admitir, até pela proximidade, que este pequeno abrigo tenha natural ligação com o da Solhapa, bem mais rico, enquadrando-o, temporalmente, na sua fase mais primitiva.

A. 3. Fraga da Pisacada do Mouro- S. Martinho de Angueira.

O nome desta fraga - também chamada Rebolhão - resulta do facto de ter insculpida um pisada, ou como diz o povo uma “pisacada” de mouro. Fica a SW de S. Martinho de Angueira, a cerca de 200m do Castro das Carvalhas, à entrada dum “cerrado” (lameiro), seguindo pelo caminho de vale de castro.

Nesta fraga estão, também, insculpidas várias covinhas, umas só picotadas, outras alisadas, nitidamente com instrumento de pedra. As fossettes estão isoladas, como em Palaçoulo e como no chamado abrigo

⁷ Maria de Jesus Sanches e Anabela Lebre, *O Abrigo Gravado com Arte esquemática da Solhapa, Duas Igrejas, Miranda do Douro*, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 1986.

do Padre de Duas Igrejas. As mais perfeitas e mais lisas, encontram-se na parte mais inclinada da rocha, junto ao solo, algumas cobertas com erva.

Para além da “pisacada do mouro”, pé direito gravado por picotagem, há outro símbolo insculpido na rocha, alongado, bem parecido com um peixe. Pela técnica usada de percussão para gravar as duas figuras, pelo espaço que ocupam entre as covinhas, permitimo-nos crer que os dois signos referidos são contemporâneos dessas pequenas poças.

A. 4. - Covinhas de Penhal Castro-Palaçoulo.

Numa primeira prospeção que há vários anos fizemos a este castro de Palaçoulo topámos com várias pedras de xisto, dispersas pela superfície do muro defensivo, onde tinham sido insculpidas as chamadas covinhas. Uma delas, a maior, que recolhemos, tem gravadas uma série desses signos, parece que ao acaso, pela técnica quase comum, de percussão e abrasão.

Não há dúvida que este espaço se inscreve na chamada “tradição” das covinhas, que aparecem um pouco por toda a parte, e também noutras partes do mundo. Em Miranda do Douro temo-las visto individuais, em tudo o que é rocha, às vezes nos locais mais recônditos; porém, os sítios mais representativos encontram-se em Duas Igrejas e S. Martinho de Angueira.

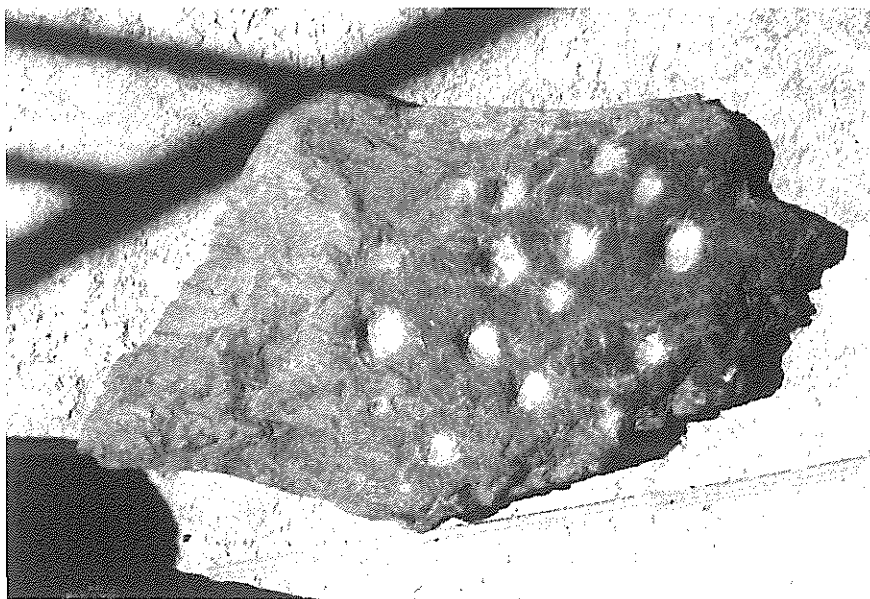


Fig. 3: Covinhas em placa de xisto, sempre isoladas (Penhal Castro, Palaçoulo)

As covinhas aparecem geralmente nos vales e junto a cursos de água ou zona abrangente, mas aqui, em Palaçoulo, encontram-se no alto de um monte e no espaço ambiental dum significativo povoado castrejo - Penhal Castro.

Não sabemos qual a verdadeira intencionalidade destes símbolos gravados em rocha, às vezes também em menires, antas, esculturas zoomórficas, etc., não tendo faltado tentativas de interpretação, algumas bem ingênuas. Leite de Vasconcelos, na obra *Religiões da Lusitânia*, cita vários autores que as consideravam, a título bem imaginativo, desde simples ornatos, receptáculos de sangue de vítimas, distração de pastores pré-históricos, até entretenimento ...

Ultimamente, há quem relacione o sentido original destas pequenas covas, que foram sendo gravadas desde o neolítico ao bronze final, com práticas de fertilidade. É hipótese a reter, mas o que realmente não pode duvidar-se é do primitivo carácter sagrado das covinhas e insculpturas congêneres⁸.

A. 5. - ABRIGO RUPESTRE DO PASSADEIRO -PALAÇOULO

Trata-se da descoberta de mais um abrigo sobre rocha, com insculpturas rupestres, no concelho de Miranda do Douro. Fica junto à ribeira (ribeirica) de Palaçoulo, no local chamado “Passadeiro”.

Devemos este novo achado aos irmãos Altino e Domingos Martins que, deparando com uma rocha gravada com inúmeros sinais, tiveram a amabilidade de partilhar connosco essa revelação, afinal tão valorativa para o conhecimento do passado arcaico da região.

Confessava, generosamente, o nosso guia Domingos Martins que tantos “riscos” lhe pareciam um “contador”, para registar o número de animais, as pessoas, outras coisas da comunidade. Diremos que é bem mais: é um espaço de signos rupestres, à base de um sem número de “sinais lineares”, ou seja, de incisões em rocha xistosa, tipo grauváquico.

As marcas rupestres encontram-se ora isoladas, ora aparelhadas, umas mais profundas que outras, maioritariamente verticais e ligeiramente oblíquos; aqui e ali foram introduzidos riscos horizontais ou quase, formando-se signos aparentados com letras: X; Y; Z.

Outras situações:

⁸ J. Leite de Vasconcelos, *Religiões da Lusitânia* (reimpressão fac-similada da 1ª edição, 3 volumes, Imprensa Nacional, 1913).

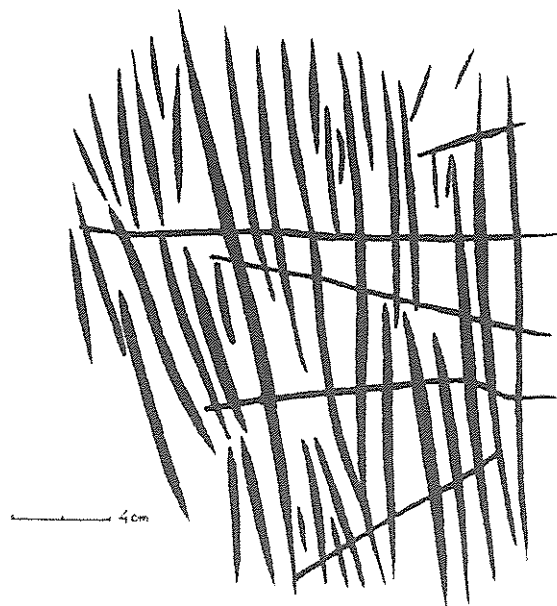


Fig. 4: Sulcos decalcados



Fig. 5: Abrigo do passageiro em Palaçoulo

Estes símbolos aparecem gravados ao longo da superfície xistosa de cerca de 7, 50m de comprimento e de altura variável, distante três metros da linha de água, orientada para norte e nascente.

O exame atento às incisões, permitem-nos admitir que foram feitas com instrumentos líticos (de pedra), por fricção, umas pequenas de cerca de 2 cm, outras intermédias, e a maior atingindo de dimensão 26 cm.. Alguns riscos resultaram de fricção única, deixando um traço leve, ferindo somente a superfície da rocha. Porém, a maioria, dos sinais lineares foram gravados por repetidas fricções, fazendo deslizar o instrumento lítico de encontro a uma superfície direita, tipo régua, obtendo ranhuras com alguma perícia e rigor.

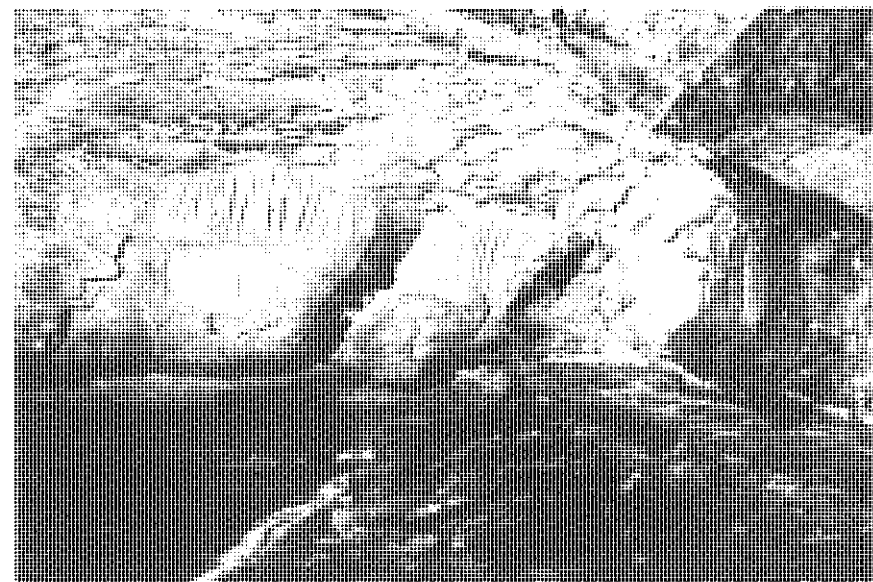


Fig. 6: Painel com diversos signos: sinais lineares, ora isolados, ora agrupados, verticais, horizontais. [Abrigo do Passageiro - Palaçoulo].

Nesta aparente repetição de riscos abstractos, lineares, surpreende-se um sentido organizativo de signos, privilegiando os dois painéis centrais, onde são maiores e mais profundos, chegando a 1,5 cms.

Estamos perante a chave de uma elaborada mensagem a que nós, desafortunadamente, não temos acesso. E quem executou estes símbolos — e outras manifestações de arte rupestre, como acontece no paleolítico superior, ou arte levantina — tinha de ser, ouvindo

Leroi-Gourhan, detentor de um conhecimento técnico e cultural singular, onde parece vincular-se a conservação e transmissão da memória colectiva da comunidade.

Estas insculpturas rupestres do abrigo sobre rocha do Passadeiro, Palaçoulo, podem desde já ser inseridas no contexto local de arte rupestre, mantendo indiscutíveis afinidades com os “sinais lineares” do abrigo 1 de Aguçadeiras e 2 de Vale de Espinheiros, em Atenor, estudados pela Dr^a. Maria de Jesus Sanches. Localizam-se num espaço geográfico, em forma de triângulo, que entronca nas povoações de Palaçoulo, Atenor e Teixeira, onde viveriam pequenas comunidades em que a recolha de frutos silvestres, a pesca, a caça, e a pastorícia, seriam actividades fundamentais de subsistência.

A. 6, 7, 8 Estações Rupestres de Atenor: Abrigos sobre Rocha

Em Atenor foram descobertos, e estudados pela Dr^a. Maria de Jesus Sanches, interessantes abrigos sob rocha, com insculpturas rupestres. Encontram-se no espaço da chamada Ribeira das Veigas e da Ribeira de Vale de Palheiros, assim referenciados: Abrigo da Fraga da Lapa, de Vale de Palheiros, Abrigos das Aguçadeiras e da Ribeira de Vale de Palheiros.

A PEDRA E OS SÍMBOLOS

Na pedra, ou melhor na rocha (fraga, penha) se inscrevem os símbolos antigos. Signos que persistem. A pedra é dura, imperecível e os símbolos também se querem eternos. Como a divindade...

Os últimos achados arqueológicos descobertos recentemente em Miranda do Douro, não deixam de nos surpreender, pela diversidade de situações que até há bem pouco tempo ninguém ousaria pensar. Damos testemunho de algumas (só de algumas) que, pese o facto de estarem, ainda, à espera de explicação conclusiva, não deixarão, em qualquer caso, de interessar os especialistas e sensibilizar as populações locais para a preservação do património histórico-arqueológico, que tanto nos aproxima das origens, se reflecte no presente e nos enriquece.¹⁰ (Ver mapa 1).

⁹ Descobrimos mais dois abrigos sobre rocha em Palaçoulo, com os mesmos traços sacro-simbólicos do abrigo do Passadeiro. Trata-se dos abrigos do Açude do Carvão e do abrigo de Barroco Pardo, em estudo.

¹⁰ Agradecemos ao Prof. Doutor Luís Paulo Saldanha Martins a colaboração dada no desenho dos três mapas que acompanham este estudo. Também o nosso melhor reconhecimento ao Dr. José Meirinhos pela atenção generosa e amiga que, desde a primeira hora, dispensou à publicação deste trabalho.

1. FRAGAS DA PIA -VILA CHÃ DA BARCIOSA .

Estas pequenas rochas com diversos elementos insculpidos, encontram-se situados à entrada do povo, cerca de trezentos metros da capela de Santa Cruz, no lameiro do Vale, e enquadradas num sítio com antigas tradições históricas: “as casicas”.¹¹

Achamos este pequeno espaço arqueológico bastante original e digno de atenção por parte dos estudiosos, pela diversidade de motivos gravados nas fragas.

O essencial reparte-se por quatro pequenos afloramentos graníticos, onde foram escavadas pequenas covas, sulcos, pequenos entalhes, mesa. O espaço privilegiado consta de uma genuína pia, escavada perto da base de uma rocha central, destinada a receber qualquer tipo de líquido (água ou sangue?), porque para essa pequena cavidade convergem caneluras vindas da parte superior da fraga. Se fosse para receber água da chuva seria escavada ao nível do solo, o que não acontece.



Fig. 7: Fragas da Pia. Identificam-se diversos elementos de nítida ancestralidade: os pequenos entalhes, as incisões, a pia, as mesas (há outros elementos escavados em rochas circundantes). [É evidente um signo linear por cima da pia].

¹¹ O “Lameiro do Vale” pertence ao nosso amigo Antoninho Alves que, amavelmente, com Arnaldo Firmino, nos guiou a este local pré-histórico.

A antiguidade deste espaço documenta-se pela grossura dos carrascos que teimam em crescer entre as ranhuras da dura fraga, ameaçando destruir algumas, e os elementos arquitectónicos que suportam — elementos estes que, dadas as flagrantes afinidades com outros estudados, nos permitem conjecturar poder tratar-se de símbolos ligados a cultos naturalistas pré-históricos.

C. 2. SANTUÁRIO RUPESTRE PRÉ-HISTÓRICO DE SANTO ALBINO-VILA CHÃ DA BRACIOSA

Devemos reconhecer aqui a amável consideração que tem por nós o Senhor Antoninho Alves, de Vila Chã, ao procurar-nos e ao encaminhar-nos para o que consideramos ser uma nova e importante estação arqueológica mirandesa, que há-de figurar em qualquer roteiro histórico da região.

Este espaço sagrado, inscreve-se numa larga plataforma granítica, junto às ruínas da ermida de Santo Albino (Albin para o povo), a 1400 m. de Vila Chã, seguindo pelo caminho dos barrocos, também do “Castro da Calçada”, tendo como pano de fundo, para nascente, as velhas terras de Leão e Castela, separadas de nós pelo dantesco fosso do rio Douro.



Fig. 8: Elementos escavados na rocha: segundo núcleo. Reconhecem-se os dois entalhes do lado direito que poderiam servir para segurar postes que suportariam qualquer tipo de cobertura. A pia mais profunda ou lagareta tem, ainda, uma pequena poça.

Por todo este espaço rochoso encontram-se diferentes marcas escavadas na fraga pelo homem em tempos arcaicos. Todavia, interessa por agora referir os três principais núcleos:

A.) O primeiro, quicá o mais primitivo, fica a cerca de 8 metros da ermida de Santo Albino, para SW, formado pelo que designamos “mesa” ou “ara”, com rebordos, um rebaixamento de rocha, uma covinha e uma pia ou lagareta (ou lagariça), com as seguintes medidas aproximadas: 78 cm(compr.) X 67 cm(larg.) X 9 cm(alt.).

B.) O segundo núcleo, maior, a cerca de 23 m da velha capela, para poente, executado com mestria, consta de vários elementos: a mesa rebaixada na rocha, com as medidas aproximadas de 2,45 m. X 1,70m.; a pia ou lagareta; bastante volumosa, medindo perto de 1,35 m (c) X 1,20 m. (l) X 20 cm (alt.). Há também dois encaixes ao lado direito da “mesa”, devendo haver outros dois do lado oposto, tapados por muro e entulho. Estes elementos fazem-nos pensar que aí seriam colocados postes de madeira ou pedra, que suportariam qualquer tipo de cobertura. Já Leite de Vasconcelos, ao referir uma situação idêntica em Panóias, admite a possível existência de cobertura para algumas cavidades daquele conhecido santuário romanizado.

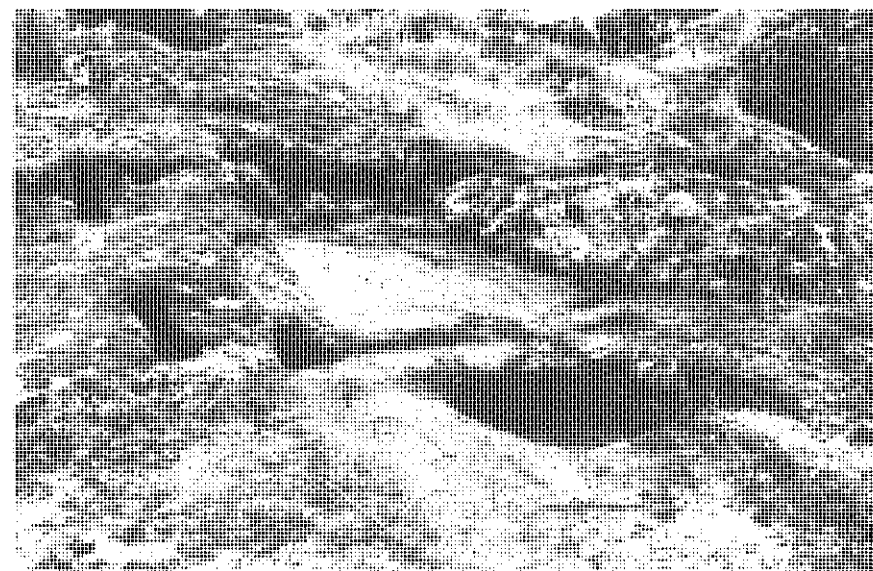


Fig. 9: Terceiro núcleo. São visíveis elementos fundamentais de um santuário rupestre Pré-histórico: a mesa, a pia ou lagareta (com poça), entalhes, rebaixamentos; há outros sulcos, covinhas, caneluras.

Na mesma linha devemos ligar a grande semelhança que há entre estes encaixes de Santo Albino e as “entalhaduras” do santuário rupestre de San Pelayo, em Almaraz de Duero (Valle del Duero), que visionámos numa obra que vimos seguindo de perto: *Santuários Rupestres Prehistóricos en las Provincias de Zamora e Salamanca* (fig.5, pág: 45).¹²

C.) Este núcleo fica distante da velha ermida 55m., ligeiramente a norte, dispondo de vários símbolos: cavidade ou pia com cerca de 80 cm. X 55 cm. X 17 cm. de altura. Também aparecem entalhes muito parecidos com os anteriores; depois encontram-se rebaixamentos de rocha, tipo escalões e “bandejas”, covinhas, poças maiores, “a mesa”; um pouco por toda a fraga topamos com símbolos de difícil definição. Na pia deste núcleo, como em todas as outras lagaretas, encontram-se pequenas poças para recolher líquido, qualquer que fosse, até à última gota.

Em Vila Chã, como em Ifanes (Miranda do Douro), em Vila Real, na Galiza, costumam associar estas cavidades ou pias a lagares para fazer vinho. Tal finalidade vai sendo rebatida, como acontece quanto ao Santuário pagão de Panóias, Vila Real, por J. Leite de Vasconcelos.

Não quer dizer que, em algum momento estas cavidades não fossem reutilizadas para qualquer actividade, vinícula ou outra, mas parece-nos que a primitiva funcionalidade destes símbolos é bem mais antiga e mais significativa. É que à medida que aprofundamos o estudo sobre o espaço sagrado de Santo Albino, alargam-se as perspectivas: ganhamos a convicção de que aquele espaço teve povoamento pré-histórico; e mais: é um facto a indigenização do lugar, o que permite supor ter havido ali cerimónias cultuais anteriores à celticização da região, ou se quisermos, anteriores à época do ferro. Em rochas, em pedras com que foi feita a vetusta ermida, há uma nítida tradição da cultura das covinhas ou “fossettes”, feitas com a mesma técnica de picotagem e abrasão, que não destoam em relação aos sítios arqueológicos que referimos em Duas Igrejas, S. Martinho de Angueira e Palaçoulo.

¹² Luís Benito Del Rey y Ramón Grande del Brío, *Santuários Rupestres Prehistóricos en las Provincias de Zamora y Salamanca*, Zamora-Salamanca, 1992.



Fig. 10: Capela destruída de Santo Albino, com contornos de grande rusticidade.

Santo Albino, ou Aubin, bispo de Angers (França) terá morrido em 560¹³. “Fez milagres e expulsou demónios que apoquentavam possessos.” Ora, esta capela, onde se prestou antigamente o culto a Santo Albino não surge aqui por acaso. Tratar-se-à da cristianização do lugar. As manifestações de culto pagão que aqui se fariam, foram sendo substituídas por cerimónias e representações cristãs; assim aconteceu no Castro de S. João das Arribas (Aldeia Nova), no Castro do cabeço de Nossa Senhora da Luz (Constantim/Moveiros), no Castro das Carvalhas, de S. Martinho, onde esteve implantada a ermida de Nossa Senhora das Candeias (ou dos casados).

Haverá de lembrar também que na zona envolvente do Douro foram diversos os locais de povoamento pré e proto-históricos, como a Calçada, o Castelo das Ruecas, o Castrilouço do termo da Freixiosa. Do outro lado, em Espanha, avista-se a ermida da “Virgen del Castilho”, em Fariza, no meio de um monumental castro luso-romano, onde em dia de festa se erguem e acenam ao vento enormes pendões — “Os Viriados” — assim mesmo, em honra do chefe Lusitano, onde foi

¹³ Jorge Campos Tavares, *Dicionário de Santos*, Lello & Irmão Editores, Porto, 1999.

descoberto e estudado um Santuário Rupestre Pré-Histórico, com símbolos nossos conhecidos: altares, pequenos altares, pias, rebaixamentos (tipo bandeja), escalões, etc.

Santuário Rupestre Pré-histórico, assim seria o espaço sagrado de Santo Albino que, antes de ser cristão, foi pagão. E se os principais elementos culturais como as mesas, as pias ou lagaretas, os entalhes, poças e outros rebaixamentos na rocha se poderão inscrever dentro dum espaço multi-funcional da idade do ferro, há que admitir na tradição das covinhas ou fossettes, e parafraseando A. Rodriguez Colmenero, vestígios “de um ancestral indigenismo no culto aqui celebrado”.

Admite-se, geralmente que o território que hoje se encosta à região mirandesa seria ocupado por pequenas comunidades pré-romanas, família dos Zoelas. Quanto a práticas quotidianas e de culto, como todos os Astures, de que faziam parte, realizavam lutas, cenas de pugilato, corridas.

Estrabão ao falar da religiosidade e cerimónias culturais destes povos do norte da península, refere-se a sacrifícios de animais, como bodes, cavalos (cujo sangue bebiam), sacrifício de seres humanos (prisioneiros de guerra), jogos e danças religiosas. Com tais cultos invocar-se-ia a protecção para o gado, a protecção da divindade na guerra; haveria culto ao sol, à lua, a fontes, a montes, bosques, a rochedos, sendo algumas destas manifestações culturais celebradas com danças: “durante a bebida dançavam, bailando em círculo ao som da flauta e das trombetas, saltando também e caindo de joelhos”¹⁴.

B. 3. BURACO DOS MOUROS-FREIXIOSA

O chamado buraco dos mouros, de Freixiosa, tem povoado a imaginação de novos e velhos, ligando-se, aqui, mais a um mundo de sonhos e tesouros encantados do que a guerras e conquistas.

Este buraco artificial foi, em tempos antigos, aberto numa rocha de granito, em cima das arribas do Douro, perto dum antigo povoado chamado “Castrilhouço”.

Alguém escavou essa fraga, abrindo uma cavidade de cerca de 2,5 m. de profundidade, até ao solo e 1,5 m. de largura. Na parte inferior foi feito um entalhe, tipo escalão, para facilitar a descida ao nível do chão.

¹⁴ Á. Montenegro, J. M. Blázquez (...), *História de España*, 2, Editorial Eredos, Madrid, 1989.

Na primeira vez que visitámos o buraco dos mouros há mais de quinze anos, havia em cima da fraga algumas grandes lajes que nos pareceu poderem servir para tapar a abertura da cavidade. Mas, com que intencionalidade teria sido feito este buraco? Quem o fez?

Qualquer tipo de resposta será sempre ousada. Poderia tratar-se de um refúgio, mas melhor garantia de segurança seria encontrada nas abruptas arribas do Douro; poderá ter alguma ligação com o povoado castrejo que lhe está próximo, numa qualquer prática funerária arcaica, mas não passa de mais uma conjectura. É que, se nem ao diabo lembraria fazer aquele tipo de buraco, como ousaria fazê-lo um qualquer nostálgico mouro?...

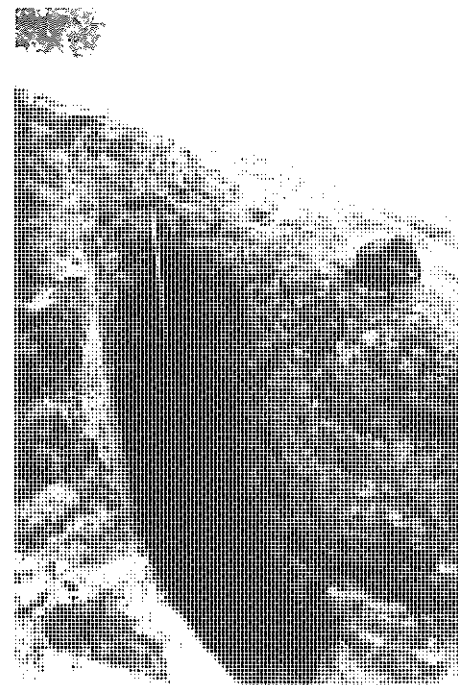


Fig. 11: Buraco dos Mouros. Qualquer que seja a intencionalidade deste buraco, havemos de considerá-lo um trabalho surpreendente.

B.4.A FRAGA DAS MESAS-VALE DE MIRA

Descobrimos esta fraga ou penha por volta de 1980, enquanto deambulávamos por ali numa habitual prática cinegética. Aliás aconteceu o mesmo com o castro de Réfega, no termo de Palancar, Miranda do Douro, bem como o castrilhouço de Picão dos Canalões,

perto do Picão dos Arteiros, termo de Sendim. Depois “os castricos” de Constantim, os Cubos de S. Martinho, a Marmolina de Vale de Mira, tantos outros sítios de nítido interesse arqueológico.

A “fraga das mesas” encontra-se a 1700 m. da aldeia de Vale de Mira, seguindo pelo velho caminho que segue para Malhadas. Fica na “terra das quinze geiras”, bem perto da Quinta de Gravatos (despovoada), nome que o Abade de Baçal admitiu poder relacionar-se com “gravados” ou alguma inscrição em pedra que houvesse naquele lugar.

A rocha em apreço fica a cerca de 50 m. desse mesmo caminho, em planalto, onde foram aparelhadas cuidadosamente duas superfícies - as “mesas” -, com rebordos conseguidos.

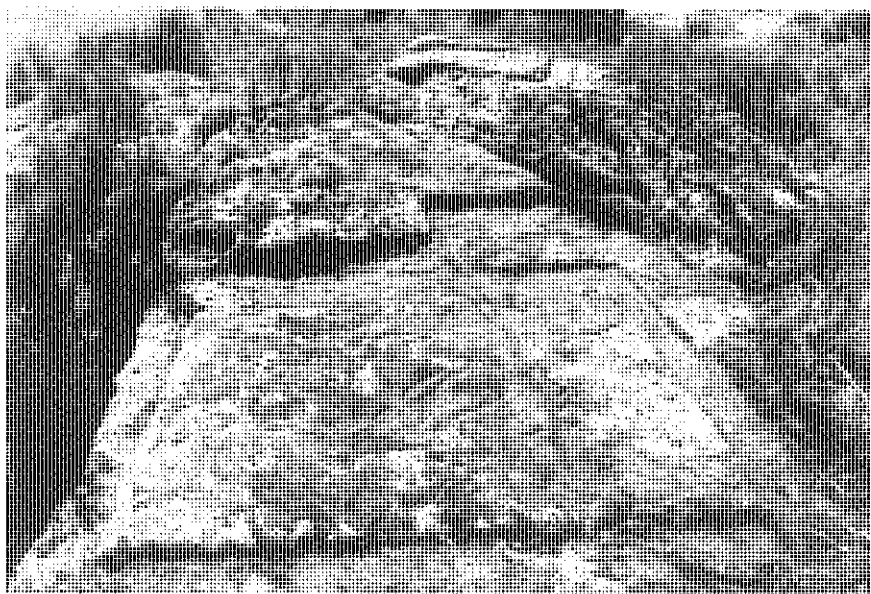


Fig. 12: A fraga das mesas: uma mais pequena no topo da rocha

Os camponeses mais antigos chamaram-lhe “a fraga da mesa”. Todavia, retirado o musgo e terra envolvente, constatamos tratar-se, então, não de uma, mas duas “mesas”. Uma dessas superfícies escavadas na fraga, mais pequena, encontra-se na parte superior (está destruída num canto); a outra, maior, encontra-se para norte, ao fundo do afloramento granítico, havendo entre uma “mesa” e outra, alguns entalhes que nos permitem considerar ter havido ligação funcional entre as duas aras.

Não temos documentos escritos que nos permitam inserir este sítio arqueológico num espaço temporal e funcional preciso. Todavia, cremos que se poderá inscrever no quadro de outras estações arqueológicas, tendo como características gerais as escavações em rocha: superfícies, cavidades (pias ou lagaretas), entalhes, poças, covinhas, enfim, elementos ligados a um qualquer cerimonial arcaico e cultural.

B.5. SANTUÁRIO RUPESTRE PRÉ-HISTÓRICO DE IFANES

Quando o senhor Francisquinho Alves e esposa na tentativa de desvendar “algum mistério”, desentulharam e limparam, num árduo esforço, um notável recinto escavado em rocha granítica, avisando de tal facto o Dr. António Rodrigues Mourinho, este interessou-se logo pelo achado. Ainda bem, porque se estava a descobrir, como tudo leva a crer, um importante santuário rupestre pré-cristão.

Logo que o Director do Museu da Terra de Miranda nos convidou a visitar o local, pudemos confirmar-lhe, também, o nosso ponto de vista: tratar-se-ia de um espaço sagrado pré-histórico, ao ar livre, com elementos bem definidos: as mesas (aras), a grande superfície rebaixada, com sulcos que apontam para o elemento sagrado por excelência: a pia ou lagareta; depois as escadas a nascente e a poente, assentos, entalhes, enfim, tudo cavado na próprio fraga, numa tradição de outros santuários rupestres pagãos, descobertos e estudados, nas províncias de Zamora e Salamanca, por dois investigadores espanhóis, os professores Luis Benito del Rey e Ramón Grande del Brío.

Também nos parece plausível relacionar esta nova estação arqueológica com outros achados que temos vindo a identificar noutras povoações mirandesas, com a marca de estruturas escavadas em rocha, cada uma com as suas características externas próprias, mas sempre ligados a lugares sacralizados pelo homem pré e proto-histórico.

Os dois estudiosos espanhóis atrás referidos assinalam que “sendo a pedra um elemento primordial, se entende que tenha sido objecto de sacralização desde os tempos remotos”; e acrescentam que “os santuários rupestres formam parte desse quadro de cultos naturalistas que pertencem ao mundo religioso de povos arcaicos”¹⁵.

¹⁵ Luis B. del Rey y Ramón de Brío, *Santuários Rupestres Pré-históricos...*, 1992.

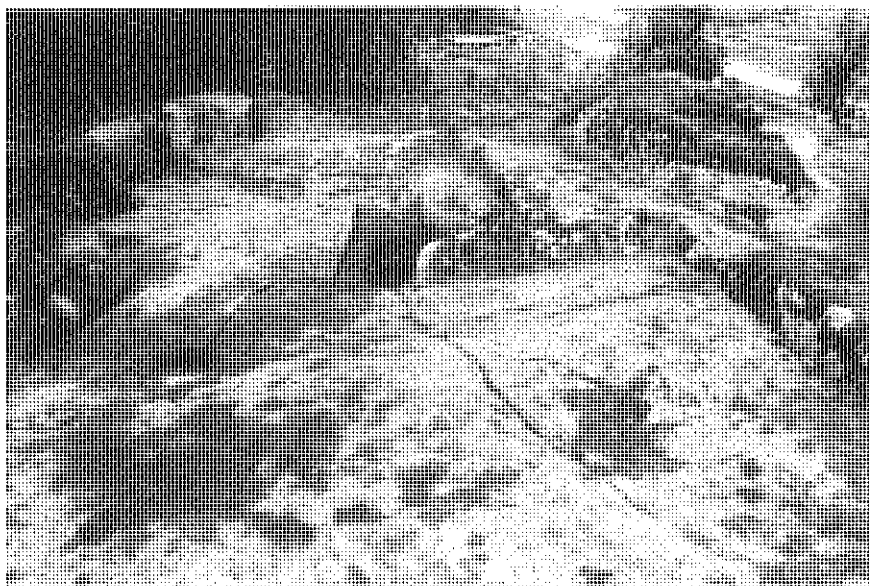


Fig. 13: Estrutura em pedra com grande originalidade

B. 6. MONÓLITO-CONSTANTIM

Atraídos pelo topónimo “lagoa dos castros ou castricos”, da freguesia de Constantim, calcorreávamos terreno à procura do antigo povoado que lhe estaria inerente, quando o sr. Palhau, sempre solícito connosco, nos informou haver uma pedra trabalhada, lisa, erguida numa sua propriedade das ditas lagoas. Fomos vê-la e à sombra da pedra, localizámos o “castro” que se situava ali perto.

Tratava-se, na verdade, de uma pedra erguida na vertical, afeçoada artificialmente. Pouco tempo depois o sr. Palhau comunicou-nos que mudara a dita pedra para servir de vedação numa sua propriedade, no sítio dos Beijuncos, a sul de Constantim, onde se encontra. Vai ser transladada para o centro da aldeia.

Ao divulgar este exemplar lítico, dado o interesse que o mesmo possa merecer, pois pode relacionar-se com outros achados, permitimo-nos levantar três hipóteses sobre a sua original intencionalidade: poderá tratar-se de um menir, o que seria bem original na região; poderia ser uma estela anepígrafe, dado encontrar-se muito perto de um extinto povoado a que o povo chama “castro”, ou, por outro lado, pode significar um qualquer marco miliário, sem inscrição (como há mais noutras regiões do país), de via secundária, mas sempre relacionado

com o chamado “carril mourisco”, afinal uma via romana que, entrando no Concelho de Miranda entre Sendim e Atenor, corta quase toda a região ao meio, vindo passar a Constantim, por onde segue para Espanha, em direcção a Asturica Augusta (Astorga).

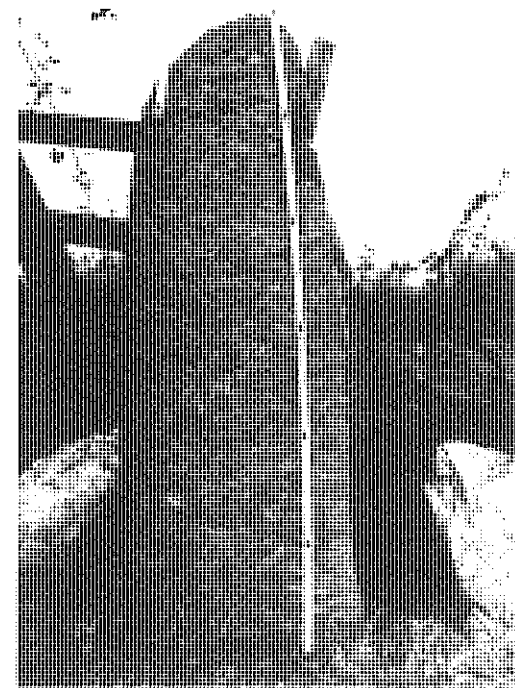


Fig. 14: Monólito erguido na vertical

C.- O HABITAT: ENTRE A PRÉ-HISTÓRIA E A ROMANIZAÇÃO

Estão identificados, hoje, cerca de trinta e nove assentamentos no concelho de Miranda do Douro, caracterizados por enorme diversidade quanto a ocupação do espaço, níveis de longevidade, espólio, estruturas defensivas.

Os antigos povoados da região mirandesa podem inserir-se, grosso modo, em dois grupos: povoados abertos e os povoados, ditos, fortificados, mas que em alguns casos coexistiram.

Alguns povoados são nitidamente pré-históricos, outros atingiram marcas razoáveis de romanização. E se uns tiveram curta duração, como o Raio (Miranda do Douro), Picão dos Canaleiros (Sendim), outros persistiram durante muito tempo, passando pela idade do Bronze, civilização do ferro,

até à alta Idade Média. São exemplos o Castro de S. João, em Aldeia Nova, onde devido aos arranjos do recinto se detectam praticas de incineração (associadas a trigo queimado) típicas de populações pré-romanas,(e romanizadas) práticas de inumação associadas às várias estelas funerárias que ali se têm encontrado (romanas) e, há bem pouco tempo, uma sepultura medieval; outra situação bem curiosa passa-se com o Castelo Velho ou “Escalada”, rente ao Douro, em Picote, que oferecendo espólio da idade do ferro terá servido como estrutura defensiva em plena Idade Média, como se documenta com duas moedas — dois dinheiros — de Afonso IX, rei de Leão e Galiza (1188-1230), que casou com uma prima carnal, D. Teresa, filha do nosso rei, D. Sancho I.

A distribuição destas jazidas arqueológicas pelo solo mirandês é muito desigual. Os povoados fortificados a que vulgarmente se atribui a designação de “Castros e Castrilhouços” surgem em maior número implantados ao longo do rio Douro (na margem direita), com iniludível postura defensiva, favorecida pelos abruptos “arribanços e arribanceiros” desse rio. Outros povoados defensivos surgem-nos ao longo do rio Angueira, onde as populações aproveitaram o pronunciado declive das margens para se fixarem; de resto, no alto de montes, sem curso de água por perto, só topamos Penhal Castro, em Palaçoulo e o Castro da Senhora da Luz , em Constantim.

No interior do Concelho, sem qualquer outro curso de água significativo, há largas franjas de terreno sem se conhecer qualquer tipo de ocupação humana antiga, sendo ainda de destacar a desertificação que o rio Fresno apresenta. Em contrapartida, a chamada ribeira de Duas Igrejas foi palco privilegiado de ocupação pré e proto-histórica, onde ao longo de três quilómetros. se descortinam sítios de cinco povoados abertos.

A maioria das populações remeteu-se, como vimos, para as dantescas margens do Douro onde, usando uma feliz expressão dum camponês ,se estabeleceram em cima “dos cimelhos e cimalhicos” das arribas. E se os olhos, e a alma, são sôfregos na contemplação destas paisagens de sonho, só se entende bem a fixação destas populações antigas nestes abismos do Douro, por fortes preocupações de segurança.

Há assentamentos muito pequenos como o Raio, em Miranda do Douro e o Picão dos Canaleiros, em Sendim; há extensas áreas de ocupação, como a Calçada, entre Vila Chã e Picote, bem como São João das Arribas, em Aldeia Nova. Por sua vez, são variadas as estruturas defensivas : encontramos povoados com pedras fincadas, tal como na Calçada e o Castrilhouço de Vale de Águia; encontramos exemplares de torreões circulares no Castrilhouço de Cércio, em Vale de Águia, no Castro de S. João das Arribas, no Castro das Carvalhas, em S. Martinho de Angueira. O exemplo mais interessante de muralha, fosso, declive significativo e torreão presenciámo-

-lo no Castro do Cabeço da Sra. da Luz (Constantim/Moveiros). Uma escavação arqueológica feita por espanhóis, que acompanhámos, mostrou que a muralha segue ao longo da fronteira entre Portugal e Espanha, mostrando que está longe de ser um recinto circular como se tem dito; deu restos cerâmicos da idade do ferro e junto à muralha sul, de dois metros, intramuros, estavam restos de uma estrutura de adobe, que poderia ser de habitação.



Fig. 15: Pedras fincadas, da Calçada ou Cigadonha, entre Vila Chã e Picote. É o reforço do aparelho defensivo do Castro.

Noutra perspectiva, a actual região mirandesa pode muito bem ser inserida na chamada “cultura dos berrões”, a que os espanhóis designam por “verracos”. Nome pouco significativo: é que esta estatuária zoomórfica inclui porcos, javalis, touros, bezerros, ovídeos, outros. É exemplar de alguma rusticidade o porco de Picote, encontrado e estudado por Santos Júnior, parece que “in situ”, na “Cortinha do Puio, no “Castelar” e «que apareceu de pé, a meio de um recinto circular com cerca de três metros de diâmetro, com parede feita de pedras de granito, a que se seguia um corredor de 9 metros de comprimento com as paredes laterais na maior parte destruídas»¹⁶.

¹⁶ Prof. Santos Júnior, *Berrões Proto-históricos no Nordeste de Portugal*, Direcção Geral dos Assuntos Culturais, Lisboa, 1975.



Fig. 16: Berrão (em primeiro plano). Exemplar de Picote

O quadrúpede de Duas Igrejas, encontrado e depois exposto pelo Padre Dr. António Maria Mourinho no Museu da terra de Miranda, resume-se a uma estátua zoomórfica tosca, que poderá ser um porco, com cerca de 67 cm de comprimento.



Fig. 17: Berrão. Exemplar de Duas Igrejas

De Malhadas chegaram-nos dois exemplares da chamada “cultura dos berrões”: um modelo incompleto, de formas ainda mal delineadas, como se se tratasse de obra interrompida, recolhida da parede de uma cortinha pelo Dr. Domingos Raposo; o outro, o célebre touro de Malhadas que mereceu ao Dr. Santos Júnior alguma atenção.

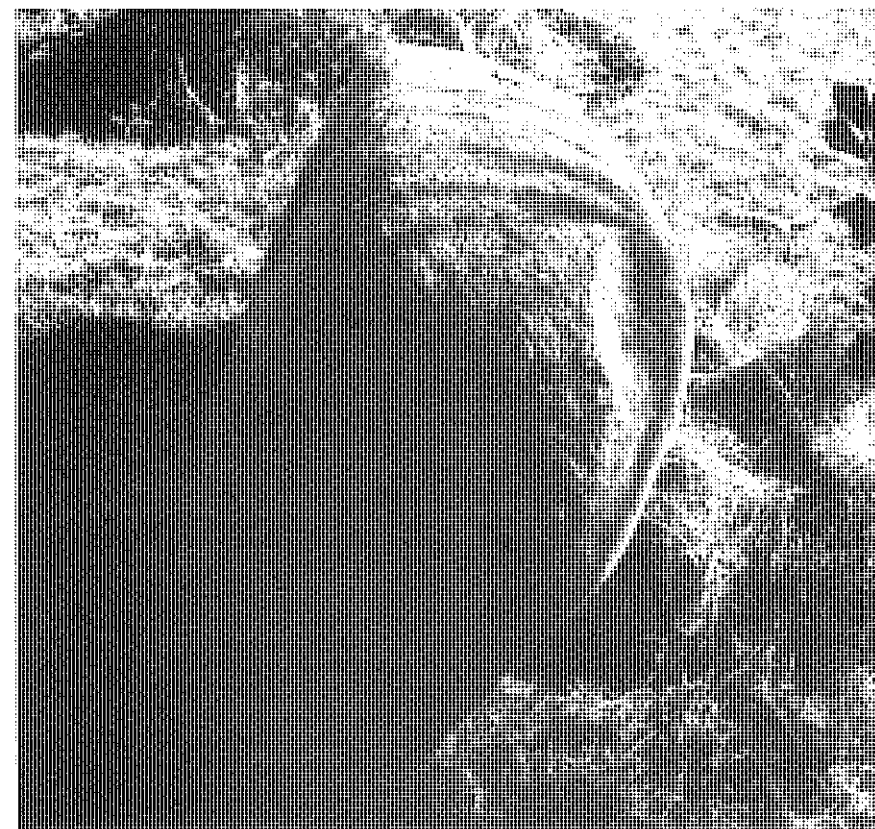


Fig. 18: Berrão. Exemplar de Malhadas

Para conhecermos esta escultura zoomórfica mais de perto, tivemos de subir à cumeeira de um telhado, aliás, com auxílio e amável consentimento do dono. Retirámos o musgo que cobria toda a escultura animal e fomos surpreendidos por um exemplar zoomórfico elegante, bem esboçado, com nítido sentido naturalista. Parece representar o boi autóctene, de raça pura mirandesa, de que se conhecem as características.

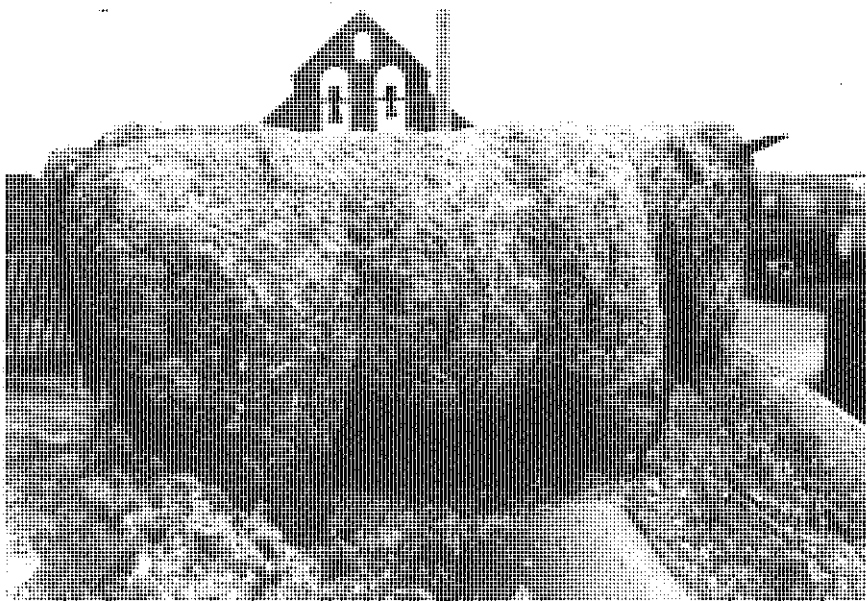


Fig. 19: Touro de Malhadas



Fig. 20: Touro de Malhadas (pormenor)

O Dr. Santos Júnior, embora observando de binóculo este “berraco”, empresta à descrição da traseira do animal uma intenção bem realista: “pude observar a cauda que vem de trás, sobe, em arco, até ao lombo e passa para o outro lado, onde termina por dilatação que assinala o tufo de pêlos da ponta do rabo”. De resto, nos seus 62 cms. de comprimento, tem proporcionalmente o focinho curto, as pernas e o pescoço. Pequena é a cabeça e a perna, estando os chifres insculpidos no próprio granito.

O que representariam estas esculturas zoomórficas? Para uns estariam relacionadas com cultos totémicos, para outros teriam uma função tutelar de pessoas e animais; também há quem encontre nestes símbolos uma função de fecundidade, outros, ainda, pretendem relacioná-las com práticas funerárias.



Fig. 21: Estelas funerárias de Aldeia Nova e Malhadas, em notável trabalho de granito. (Foram recolhidas pelo Dr. Domingos Raposo)

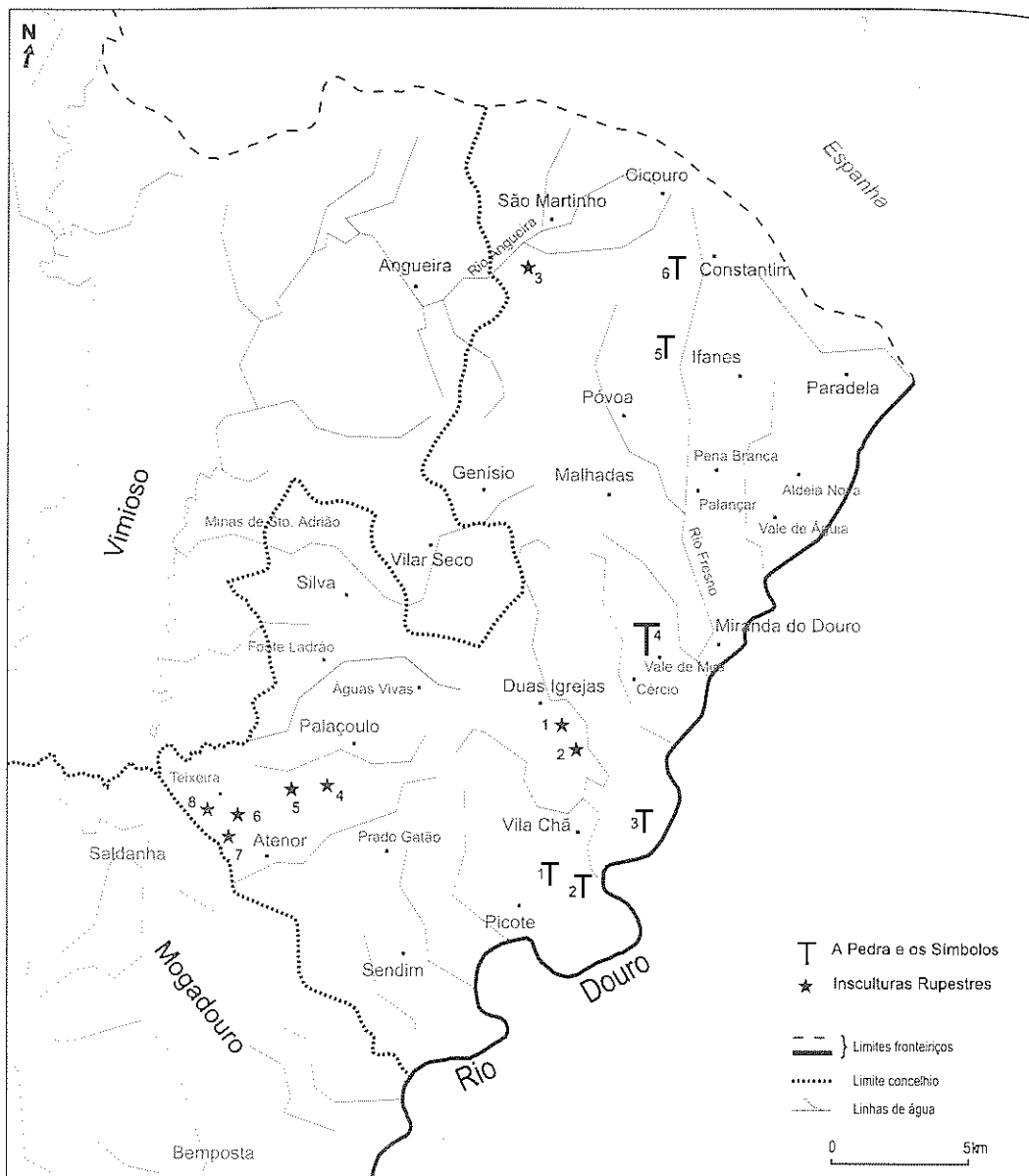
Por fim a romanização. Conhecemos alguns comportamentos dos povos colonizadores em relação às populações indígenas: tolerância em relação a deuses e cultos pré-romanos, aproveitamento

e instalação em povoados já existentes, como em S. João das Arribas (Aldeia Nova) e Castrico (Palaçoulo); casos há, em que com a chegada, dos romanos parece dar-se o abandono do núcleo castrejo primitivo para logo ocupar o espaço mais próximo (Castro de Urrós). Há situações em que as populações indígenas terão sido obrigadas a abandonar os seus povoados primitivos, como na Calçada, no Raio e Picão dos Canaleiros.

Com os romanos diversifica-se o comércio, aumenta a massa monetária em circulação, introduzem-se novas variedades de cerâmica no mercado, sobretudo *terra sigillata*, práticas funerárias, ligadas à inumação, onde sobressaem as estelas funerárias, cuja perfeição epigráfica tem sido sublinhada por estudiosos. O Dr. Sande Lemos avança com um número significativo de 20 estelas funerárias recolhidas em Picote e 12 em S. João das Arribas, Aldeia Nova, o que traduz algum grau de romanização nesta zona.

Enfim, sucessivas invasões e aculturações marcaram as populações que ocuparam em tempos antigos o espaço geográfico mirandês; parece claro, todavia, que ao longo dos tempos teimaram em persistir vivências ancestrais, ligadas a pequenas comunidades ciosas da sua independência e do seu destino. Aqui se cruzam as marcas de um viver arcaico com os novos padrões da romanização; uma vivência agro-pastoril com o tremendo empenho de sobrevivência; mas, tudo isso, sempre o resultado de um forte compromisso entre o Homem e o meio natural que o rodeia.

Mapas



Mapa 1
O ESPAÇO DAS INSCULTURAS RUPESTRES
A PEDRA E OS SÍMBOLOS
 Concelho de Miranda do Douro

Legenda:

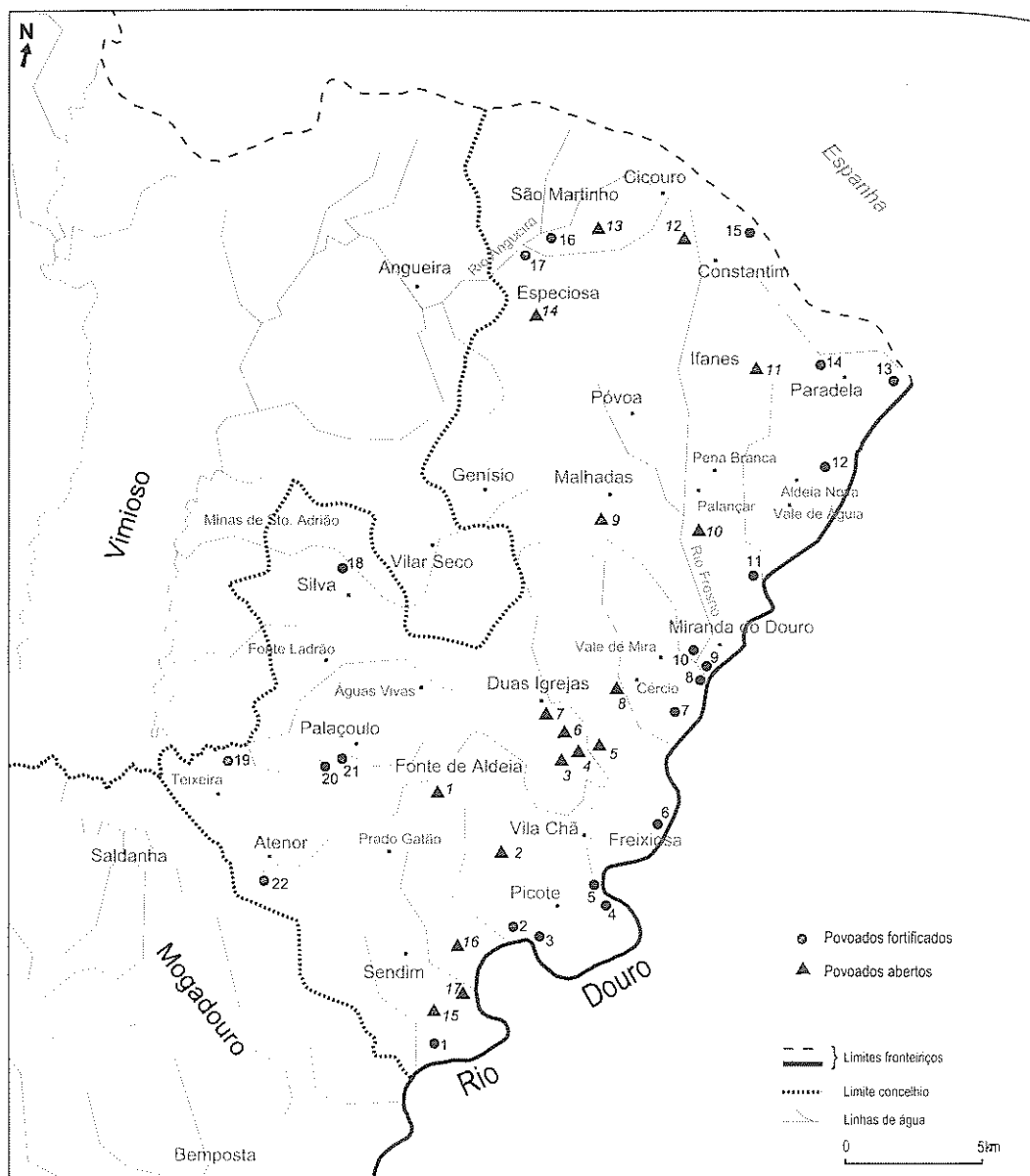
Mapa 1
O ESPAÇO DAS INSCULTURAS RUPESTRES
A PEDRA E OS SÍMBOLOS
 Concelho de Miranda do Douro

A. INSCULTURAS RUPESTRES:

1. Abrigo Rupestre da Solhapa, Duas Igrejas
2. Fraga do Padre, Duas Igrejas
3. Pisacada do Mouro (Rebolhão), S. Martinho
4. Penhal Castro, Palaçoulo
5. Abrigo do Passadeiro, Palaçoulo
6. Abrigo das Fragas da Lapa, Atenor
7. Abrigo de Vale de Espinheiros, Atenor
8. Abrigo de Vale dos Aguçadeiras, Atenor

B. A PEDRA E OS SÍMBOLOS:

1. Fraga da Pia, Casicas, Vila Chã da Braciosa
2. Santuário Rupestre, em Santo Albino (Vila Chã)
3. Buraco dos Mouros (Freixiosa)
4. Fraga das Mesas, Vale de Mira
5. Santuário Rupestre Pré-Histórico (Ifanes)
6. Monólito (Constantim)



Mapa 2
POVOADOS ABERTOS E FORTIFICADOS
Concelho de Miranda do Douro

Legenda:

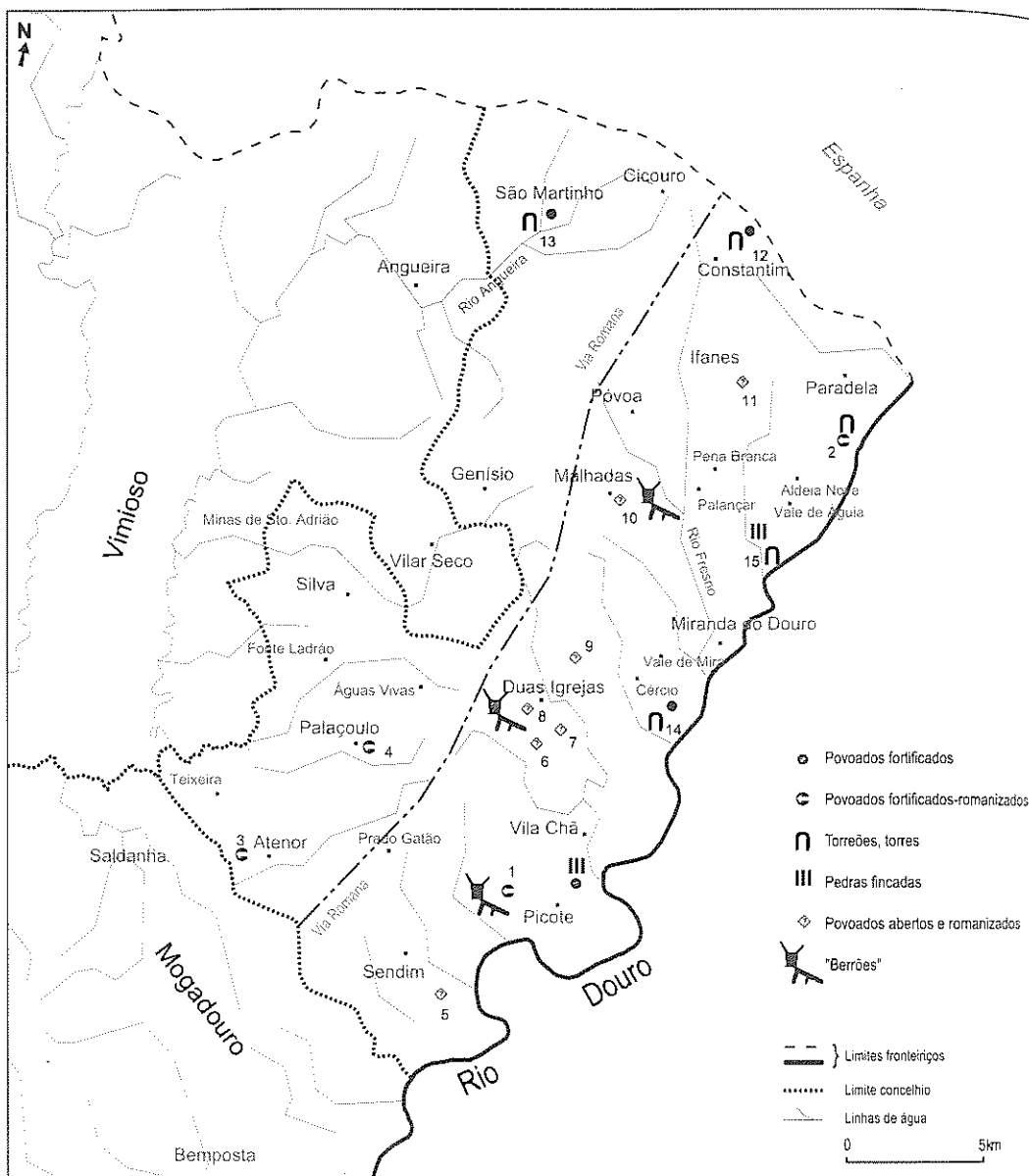
Mapa 2 POVOADOS ABERTOS E FORTIFICADOS Concelho de Miranda do Douro

POVOADOS ABERTOS

1. Castro da Trindade. Fonte de Aldeia.
2. Castalheiras. Vila Chã / Fonte de Aldeia.
3. Castro da Solhapa, Poço Picão, Duas Igrejas.
4. Santa Eulália, Oulaia, Duas Igrejas.
5. Urreta da Malhada, Duas Igrejas.
6. Cabreiro, Duas Igrejas.
7. Faceira da Granja, Senhora do Monte, Duas Igrejas.
8. Santa Marinha, Cércio.
9. Trás da Torre, Malhadas.
10. Castro de Réfega, Palancar.
11. Touro, Ifanes.
12. Castros, Castricos, lagoa dos castros, Constantim.
13. Cubos, São Martinho de Angueira.
14. Terronha, Espéciosa .
15. Olgas, Sendim.
16. Santos, Sendim.
17. Fragosa, Sendim.

POVOADOS FORTIFICADOS

1. Picão dos Canaleiros, Sendim.
2. Castelo, Puio, Poio, castelo dos Mouros, Picote.
3. Castelo, Castelo Velho, Escalada, Picote.
4. Castelo de las Ruecas, Vila Chã.
5. Calçada, Cigadonha, Cigaduenha, Vila Chã.
6. Castrilhoso, Freixiosa.
7. Castrilhoso, Casa dos Quinteiros, Vinha da Miguela, Cércio.
8. Coroa, Miranda do Douro.
9. Raio, Miranda do Douro.
10. Terronha, Miranda do Douro.
11. Castrilhoso, Vale de Águia.
12. Castro de S. João das Arribas, Aldeia Nova.
13. Penha las Torres, Paradela.
14. Castrilhoso, Cerrado del Abade, Paradela.
15. Castro da Luz, Constantim.
16. Castro da Ramalha, São Martinho de Angueira.
17. Castrilhoso, S. Martinho.
18. Terronha, Silva.
19. Teixeira.
20. Penhal Castro, Palaçoulo.
21. Castrico, Palaçoulo.
22. Castroluço, Atenor.



Mapa 3
O HABITAT: ASPECTOS CIVILIZACIONAIS
Concelho de Miranda do Douro
Os Espaços

Legenda:

Mapa 3
O HABITAT: ASPECTOS CIVILIZACIONAIS
Concelho de Miranda do Douro
Os Espaços

1. Castelhar, Puio, Picote.
2. Castro de S. João das Arribas, Aldeia Nova.
3. Castralouço, Atenor.
4. Castrico. Palaçoulo.
5. Fragosa, Sendim.
6. Castro da Solhapa, Duas Igrejas.
7. Santa Eulália, Duas Igrejas.
8. Faceira da Granja, Duas Igrejas.
9. Santa Marinha, Cércio.
10. Malhadas.
11. Touro, Ifanes.
12. Castro da Luz, Constantim.
13. Castro das Carvalhas, S. Martinho.
14. Castrilhoso, Vale de Águia.

António Rodrigues Mourinho
(Director do Museu da Terra de Miranda)

Cultura e Museologia na Terra de Miranda

Museologia e Cultura andaram sempre ligadas desde a mais remota antiguidade, desde que se conheceram as primeiras civilizações, mas esta ligação aparece mais nítida desde o século XVIII. Não podemos falar de Museologia sem a relacionar com um certo ramo de cultura seja de um país, de uma região ou de uma localidade onde o homem na diferença do seu modo de pensar e agir deixou essa diversidade de elementos materiais e espirituais que levam à curiosidade e ao desejo de saber e aprofundar as raízes de cada homem e de cada povo.

Desde as mais remotas manifestações da cultura e, de modo mais concreto, desde o aparecimento da escrita e da formação das Civilizações Orientais, as pessoas sentiram a necessidade de preservar para o futuro objectos e tradições de toda a espécie que fossem memórias vivas dos seus mais ancestrais antepassados no que toca ao trabalhos, ao pensamento, à religião, à literatura aos divertimentos, à guerra, à arte e a tudo o que pode falar do modo de o homem estar na vida em certo tempo e em certo espaço.

A Museologia fala por vezes de homens com nome, mas fala, na maior parte das vezes, de homens anónimos que valorizaram a Humanidade pelo que de novo e interessante descobriram, desenvolveram, promoveram e construíram para a evolução do homem quer no campo material quer no campo espiritual.

A Museologia como ciência nasce no século XVIII, toma força no século XIX, aperfeiçoa-se no nosso século e concretiza-se na fundação dos grandes museus da Europa e depois da América e do Mundo.

No nosso cantinho da Terra de Miranda, a Museologia, concretizada na fundação de um Museu, vem da primeira metade deste século XX. Em 1945, por ocasião das comemorações do 4º

Centenário da elevação de Miranda do Douro a cidade e a sede de Diocese e com a fundação da Associação *Ressurgimento mirandês*, esta ideia toma força. Esta Associação Cultural que tinha por fim a defesa da língua e cultura Mirandesa, entre outras actividades, propunha-se fundar um Museu. Carecia, no entanto, de edifício condigno onde recolher todo o acervo do Museu. Adiantou-se a belíssima ideia da reconstrução do antigo Paço Episcopal, edifício histórico e com características arquitectónicas condizentes com a traça arquitectónica de todo o centro histórico de Miranda do Douro. Era, na verdade, o ideal perfeito.

Estes mirandeses foram homens de grande inteligência e de grande visão de futuro, mas ninguém os ajudou. Se o antigo Paço Episcopal tivesse sido reconstruído e nele se tivesse fundado o Museu da Terra de Miranda, teríamos hoje um dos melhores museus do País de carácter etnográfico e até artístico. Quero referir-me ao edifício e ao acervo museológico.

Depois de 1945, fizeram-se recolhas de elementos museológicos na Igreja dos Frades Trinos. Um grupo de homens de Miranda e amigos da Terra de Miranda, entre eles o Dr. Juiz Veiga Leitão, os senhores José Reis, já falecido e senhor Francisco Reis, o senhor Mário Simão e o saudosíssimo P. e Dr. António Maria Mourinho, esforçaram-se por juntar elementos vários para que o Museu fosse uma realidade.

Na década de 1960-1970 construiu-se o edifício novo do tribunal e ficava livre o antigo edifício. Para este passou depois a Câmara Municipal e na mesma década reconstruiu-se toda a parte oriental do velho edifício que servia de cadeia. Pelos anos de 1979-1980, a Câmara Municipal resolveu doar o antigo edifício da Câmara, a “Domus Municipalis” ao antigo IPPC para nele fundar o Museu, sonho de longos anos, com a condição expressa de ficar como primeiro Director e fundador o P.e António Maria Mourinho. O Museu da Terra de Miranda foi inaugurado oficialmente no dia 18 de Maio de 1982, Dia Internacional dos Museus.

O Museu da Terra de Miranda nasceu, portanto, da força de vontade e da persistência de um grupo de mirandeses conscientes e amigos dos valores tradicionais culturais da sua Terra com intenção de preservar, estudar, recolher e divulgar o que ainda existe da cultura mirandesa, em toda a sua extensão.

Porquê Museu da Terra de Miranda?!

A Terra de Miranda é uma região cuja antiguidade e origem desconhecemos. É formada pelos actuais concelhos de Miranda do Douro, Vimioso, a Norte e a Ocidente e Mogadouro, a sudoeste desde

Outeiro até Lagoaça, esta povoação já no concelho de Freixo de Espada à Cinta. A designação de Terra de Miranda aparece já em documentos do século XII, concretamente na doação de D. Afonso Henriques a Pedro Mendes do realengo que este rei possuía na Terra de Miranda sob o domínio de Algosó. Este documento tem a data do mês de Julho de 1172 e a doação diz respeito a Palaçoulo e seu termo.

Sabemos que D. Dinis falava, no século XIII, na vila de Outeiro na “minha Terra de Miranda”. O mesmo rei, no foral que deu a Lagoaça, em 1286, fala também expressamente, no “meu vilar que he em Terra de Miranda que he chamado Lagoaça”.

Quer dizer que a Terra de Miranda era o território compreendido entre os rios Sabor e Douro desde Outeiro, hoje concelho de Bragança, até Lagoaça, hoje concelho de Espada à Cinta e as duas povoações tiveram o estatuto de vila, desde o século XIII.

Mas a designação de Terra de Miranda aparece também nas Inquirições de D. Afonso III. Várias vezes aparece nos testemunhos que as pessoas dão. Quando aparecem os cobradores do rei e os Inquiridores perguntando sobre certas terras e propriedades, a resposta é que viram os “milites do senhor rei cobrando as rendas de toda a Terra de Miranda para o Senhor Rei”.

São estes alguns dos muitos testemunhos registados em documentos antigos dos primeiros tempos da nacionalidade sobre os limites da Terra de Miranda.

É neste espaço que se desenvolve através dos tempos uma cultura, que apesar de não ser pura, se vai mantendo de geração em geração. Sabemos que não há culturas puras, mas a cultura na Terra de Miranda tem o mérito de se ter conservado por força da tradição e da vontade dos povos, embora também por um certo isolamento.

A Museologia neste rincão tem que atender a todos os períodos pelos quais passaram as gentes ou melhor dito, nos quais passaram muitas e variadas gentes, desde a pré-história aos nossos dias.

Temos ainda conservados achados arqueológicos como são elementos líticos-machados, percutores, lâminas líticas com toda a sua patine própria, facas neolíticas, pesos de rede e de tear, cossoiros, mós de moinho manual e barquiforme, cerâmica de várias espécies. Do tempo dos metais apareceram uma seta palmela, várias fibulas do tempo do bronze. A seta palmela é considerada peça rara e única na região e apareceu numa escavação casual no espaço do castelo de Miranda.

Da época do ferro apareceu um bipene que servia como arma e como utensílio de trabalho. No termo de S. Martinho do Peso, concelho

de Mogadouro, apareceu uma tenaz de ferreiro muito bem conservada que presumimos seja já do tempo da Romanização.

Da época celta ou celtibera, talvez relacionada com os povos dos Zoelas apareceram várias esculturas zoomórficas em Duas Igrejas, Vila dos sinos (Mogadouro) e Picote. São esculturas de suínos muito frequentes aqui no Nordeste e na Terra de Sayago e Aliste. Dizem respeito à cultura dos berrões de que fala o Prof. Dr. Santos Júnior. No Museu da Terra de Miranda temos em exposição uma cabeça cortada de figura humana esculpida de uma maneira ainda tosca o que permite não delinear bem as feições.

Estas cabeças cortadas são, segundo os especialistas, elementos rituais de tradição celta. Esta cabeça apareceu no fundo do Rio Douro.

Todos estes elementos arqueológicos a que nos referimos apareceram em alguns dos muitos castros que ainda existem em toda a Terra de Miranda não em escavações oficiais levadas a cabo por especialistas no ramo da arqueologia, mas à flor da terra, ocasionalmente, quando se lavrava ou cavava para as sementeiras.

Existem, ainda, em toda a Terra de Miranda, muitos castros conservados com os seus delineamentos urbanísticos e com os alicerces das casas ainda bem nítidos de forma redonda ou quadrada. Estão neste caso e como já aqui foi referido os castros de Vale de Águia e Aldeia Nova e S. Martinho, no concelho de Miranda do Douro e os castros da Serra da Ascensão na povoação da Castanheira e do castro de Vilarinho dos Galegos, no concelho de Mogadouro. Mas não deixarei de lembrar o lugar de Poço Picão, termo de Duas Igrejas, concelho de Miranda onde fica situada a Solhapa e onde apareceram, além de fibulas, elementos líticos de interesse arqueológico.

Do tempo da Romanização recolhemos algumas lápides funerárias e votivas, algumas anepígrafes. Conserva-se em Saldanha de Mogadouro a célebre lápide ou melhor ara votiva dedicada a Júpiter Depulsor da qual tratou o P.e Mourinho.

Deste tempo da Romanização apareceram moedas em vários sítios e algumas estão recolhidas no Museu. Apareceram mais não ocasionalmente, mas por força de pessoas que ilicitamente têm usado de detectores de metais para descobrir essas peças e as guardam sem delas darem notícia, porque não querem, porque não podem e porque pouco sabem desses achados.

Dos tempos visigodos e da Alta Idade Média temos a lápide única encontrada no termo da povoação de S. Martinho do Peso a qual data do ano 634 e está conservada no Museu Abade de Baçal, em Bragança. Conserva-se um sarcófago em Malhadas.

Da Baixa Idade Média encontra-se, em Genízio, um sarcófago de granito que poderia pertencer a algum dos elementos das famílias ricas, do tempo, que tiveram ligação ao mosteiro de Moreruela.

No Museu da Terra de Miranda existem ainda dois blocos ou silhares de granito com inscrições hebraicas, encontradas na muralha do castelo. Até hoje ainda ninguém foi capaz de as decifrar. São restos da antiga judiaria ou sinagoga que existiu em Miranda no tempo de D. Dinis.

Faremos referência à esfera armilar manuelina primorosamente esculpida em granito e em exposição no Museu da Terra de Miranda. Veio de algum edifício público do tempo daquele Rei que a Miranda deu foral e alguns privilégios.

Peça única, é a esfera dividida a meio que presumimos seja um símbolo filipino e que esculpida em pedra granítica se encontra em exposição no mesmo Museu e deve ter vindo de algum edifício construído no tempo da dependência filipina.

Elementos do culto dos mortos e algumas alfaias religiosas, muito poucas, um santo sudário do século XVIII uma lanterna medieval e o sino da Câmara datado de 1774, são alguns dos elementos que se encontram em exposição na sala de arqueologia do Museu, mas, deste tempo remoto, quanto não há que recolher e preservar.

TRAJO E ADORNOS NA TERRA DE MIRANDA

Entre as muitas coisas da etnografia como elementos museológicos que podemos apontar na Terra de Miranda o traje é um dos elementos que mais nos desperta pela sua característica rústica, própria de quem trabalha na terra e com ela e dela vive, bem assim como vive dos animais e deles faz a sua companhia, alimento e ajuda para o trabalho insano do dia a dia. A terra mãe dá o pão, os legumes e o sustento para si e para os animais. Dá também o linho do qual confecciona depois de muitas voltas, o vestuário interior: camisas, inaugas, coletes, lençóis, toalhas de rosto e de mesa; toalhas de altar, alvas sacerdotais algumas bem compridas e largas (de onze varas), muitas destas peças bordadas à mão em ponto de cruz, pintadas algumas e com desenhos de flora campestre outras.

A ovelha, companheira inseparável deste homem mirandês desde tempos neolíticos, dá-lhe a lã e com ela confecciona o pardo e o burel para capas, calças e calções e jaquetas para o homem, bem como polainas e gorros. A capa de honras traje próprio do homem leonês da Terra de Miranda ou do homem da Terra de Aliste é a peça de

vestuário usada talvez desde o século XII, por lavradores, pastores e homens da alta fidalguia da Terra de Miranda. O capote de cavalaria usado para agasalho quando se sai a cavalo para longe ou mesmo como agasalho normal em tempo de Inverno.

O traje feminino é, na sua maior parte, confeccionado de lã mais fina ou mais grosseira. Saias, saíotes, casacas, de burel, pardo e saragoça, lenços de lã para a cabeça, algibeiras bordadas com lã de várias cores, bem como os saíotes. E uma quantidade de elementos do vestuário usado até ao meio deste século XX na Terra de Miranda e dos quais nos lembramos e muitos ficam por referir, porque seria exaustivo.

Não queremos deixar passar este momento sem fazer um breve reparo na evolução que tomou não a forma, mas certos elementos ornamentais que alteram um pouco a originalidade do traje mirandês. Talvez fruto de uma certa evolução e de uma certa “fidalgua” e também influência dos trajes da vizinha Espanha, há trajes confeccionados, hoje, na Terra de Miranda que em alguns aspectos não condizem com a tradição da gente mirandesa nem falam de antiguidade e originalidade. Os trajes antigos não tinham o aspecto de riqueza e fidalguia que hoje apresentam. Por exemplo, os picotados das barras dos saíotes femininos em nada condizem com os bordados simples de lã que as nossas avós executavam com tanta paciência e imaginação para os seus vestuários e para os das suas filhas. Os coletes de damasco eram raros e só usados por gente rica da Terra de Miranda, porque o geral das senhoras usavam corpetes e coletes de linho, por vezes bordados, ou mesmo alguns de seda. Assim como as saias que, na sua maior parte não eram de saragoça nem de castorina ou armur. Estes tecidos eram luxuosos de mais e a nossa gente não podia suportar esse luxo, porque a economia não o permitia. As saias, na sua maior parte eram de burel e até de pardo.

Vejamos o que diz esta canção antiga:

Mira-me Miguel
Cum' estou de bonitinha
Saia de Burel
Camisica de Stopinha

Mas os tecidos de lã não ficavam só pelos trajes mais usuais. As xergas de lã onde se envolviam os meninos, depois de cobertos com cueiros de linho ou estopa. As “alforjas” de vários tamanhos e cores onde se levava a merenda, a cabaça, as tesouras e faca de podar e enxertar e as que serviam para trazer e levar coisas mais volumosas,

como diz a canção:

Mirai c alforjas
Mirai c alforjas
Uas de lhana
Outras de stopa
Uas pa la burra
Outras pa la potra

Estes elementos de confecção de lã e de linho encontram-se ainda vivos na Terra de Miranda, mas encontram-se registados em testamentos em toda a região, desde o século XII mas mais desde o século XVI, XVII, XVIII e XIX.

A CERÂMICA E OLARIA

Havia oleiros em Bemposta e em Sendim, mas a maior parte da olaria usada na Terra de Miranda vinha de Espanha, das povoações de Moveros, Pereruela e até de Zamora, como nos dizem alguns documentos. Fala-se em panelas vidradas, já no século XVIII. Eram talhas de barro vidradas por dentro e serviam para meter o azeite e para o unto dos porcos que nelas se guardava para condimentar os alimentos ao longo do ano numa região onde o azeite não abunda.

Nas nossas cozinhas ainda aparecem restos desta olaria constituída por caçoilos para a sopa uns mais volumosos, outros menos, conforme a necessidade e a época do ano: matança do porco, baptizado, casamento, trilha, limpa e antes a segada, o caçoilo da merenda do pastor; barrenhões para as carnes da matança, panelas para o vinho, talhas do azeite e do vinho tudo de grande formato, talhas das azeitonas e das castanhas. Esta olaria tinha cor vermelha ou branca conforme os oleiros e o barro de que eram feitas. Tudo era artesanal. Mas o artesanato não ficava por aqui, porque o ferro também foi trabalhado desde longa data em toda a Terra de Miranda. As velhas forjas de há cinquenta anos, das quais quase nada hoje existe, não tinham mãos a medir nos meses de Novembro, Dezembro, Janeiro e Fevereiro. Aproveitava-se este tempo de descanso para preparar as ferramentas para a nova época de trabalho, decrua, vima e depois a sementeira, mas a plantação dos renovos estava em primeiro lugar. Era necessário arranjar os sachos para a plantação das hortas, as relhas dos arados, as machadas para cortar a lenha e outras serventias, as roçadouras para limpar as silvas, as grelhas, as tenazes, os trasfogueiros para as cozinhas, os espetos para picar e assar a carne, chaves, fechaduras, picaretas enxadões para estouçar, etc., etc. Não esqueceremos as noras

com todos os seus apetrechos que não eram poucos, os cambões dos carros de bois, as varandas de ferro forjado com seus desenhos variados, os pica-portas com seus desenhos simbólicos espalhados por toda a Terra de Miranda existentes ainda hoje em portas carrais das nossas casas antigas.

O artesanato de carpintaria, de apetrechos para preparação e confecção da lã e do linho. É um nunca acabar de elementos que não vamos expor aqui para não sermos mais massacrantes.

A casa mirandesa tinha dentro um número considerável de elementos museológicos de carácter etnográfico e etnológico que falam de um povo cheio de sossego, de espontaneidade, de alegria e de trabalho, mas esta casa com todas as suas variantes arquitectónicas não se pode recolher em qualquer museu. É necessário descrevê-la, passá-la para o papel na sua variedade, fazer fotografias que fiquem para o futuro, viver o seu passado e transmitir as suas virtudes para as futuras gerações.

Toda a casa mirandesa tem a sua praça de casa, a sua cozinha, compartimento principal onde se nascia, se educava, se comia se festejava, se cantava ao serão e se trabalhava fosse em trabalhos artesanais como fição e confecção de roupas, trabalhos de lã e linho que a família não dispensava e estavam ao cuidado das nossas mães. Era na cozinha que se jogava, se rezava e se faziam os veladeiros e fiadouros em noites de inverno. Era na cozinha que se curavam as doenças e era na cozinha que se morria. Era o lar com as suas lares ou lhares em mirandês, cadeado de ferro que descia do tecto da cozinha e que para nós tem um significado profundo e remoto. Os Lares eram para os romanos os deuses protectores da família, mas esta tradição receberam-na de povos mais remotos da Antiguidade. O lar com o fogo é o símbolo da unidade familiar. Era à volta do fogo que se reuniam as tribos e famílias dos povos sem registo histórico e aí resolviam todas as questões que diziam respeito a cada grupo na parte económica social e militar.

Entre os mirandeses a cozinha e o lar tinha todas estas prerrogativas menos a militar e mais a cultural. Como não lembrar os serões antigos em que as famílias se reuniam em harmonia, com alegria espontânea e se passava rindo e cantando aquele tempo que não rendia enquanto o granizo batia nas telhas ou chovia torrencialmente ou ainda caía neve tornando branca a noite escura como breu. Já não se lembram as novas gerações do pão, das nozes, da marmelada, das amêndoas, dos tremoços que se mastigavam com tanto gosto e do vinho das encostas do Douro que alegrava o coração e preparava um sono reparador!!

A museologia não pode já recolher estas coisas, porque elas são do tempo que as levou consigo, mas pode recordá-las com elementos materiais ... só com elementos materiais!!!...

FESTAS E RITUAIS PAGÃOS E CRISTÃOS

Ao tratar da Museologia Etnológica e etnográfica não podemos esquecer um conjunto de elementos fundamentais ainda conservados na Terra de Miranda. São as festas rituais com suas figuras próprias e típicas que se exibem no solstício de Inverno ainda em algumas das nossas aldeias da região. Estas figuras e ritos na sua maior parte pagãos misturam-se com a liturgia cristã. Além de ser um elemento histórico e etnográfico estas festividades são ainda hoje um momento de alegria que exprime um sentimento e um modo de pensar ancestral mitológico que está enraizado na alma do povo rústico das nossas terras e que dele não se desfaz, porque faz parte da sua vida e das mais profundas raízes culturais herdadas de tempos longínquos onde a cronologia não pode penetrar.

A *velha de Vila Chã* com o carochó e pauliteiro, o carochó de Constantim recolhendo a esmola para o Menino Jesus ou recolhendo os chouriços, pés de porco, chouriças e orelhas e o mais que as donas de casa têm a devoção de dar para a ceia comunitária, estes dois conjuntos no Concelho de Miranda. O *chocalheiro de Bemposta*, com a sua máscara com uma iconografia tão expressiva de ritos de fecundidade e fertilidade e outras manifestações. O *velho ou chocalheiro de Vale de Porco* e os *velhos de Bruçó*, no concelho de Mogadouro, assim como o *Farandulo de Tó*, no mesmo concelho, sendo este conjunto do Farandulo e da Cécia um dos mais expressivos, não só pela indumentária, mas pela teatralidade bem própria de ritos só compreensíveis em povos primitivos.

Estas festas rituais pagãs foram cristianizadas desde muito cedo, porque no seu ritual havia desbragamentos e cheiro a dionisíacas, lupercais e bacanais que exprimiam a inversão cósmica e também a inversão da ordem social e os bispos desde muito cedo os proibiram, porque eram “grave ofensa a Deus”, mas os povos deram-lhe a volta e mantiveram-nos com uma certa moderação e aí estão e aí continuarão até que o tempo os desgaste e os povos os extingam. De todos estes conjuntos temos recolha numa sala do Museu da Terra de Miranda, para estudo divulgação e informação, porque amanhã podem desaparecer e já ninguém se lembrará de como eram essas figuras e essas festas.

Estas figuras falam de fertilidade, de fecundidade, falam de Terra Mãe, do Sol e da Água, como elementos fundamentais para a vida do homem.

DANÇAS E CANTARES

A museologia na Terra de Miranda não podia deixar de fora o que de melhor tem a Terra de Miranda: as suas danças e os seus cantares. Os pauliteiros com sua indumentária típica não são únicos porque a dança do “paloteio” é peninsular, mas a região da Terra de Miranda tem o mérito de conservar uma tradição que vem da dança das espadas dos celtas e a mantém com toda a sua pureza em quase todas as povoações do Planalto Mirandês, desde Outeiro a Lagoaça. Há grupos de pauliteiros na maior parte das povoações do Concelho de Miranda em povoações do Concelho de Mogadouro e em povoações do Concelho de Vimioso. O Museu da Terra de Miranda tem recolhidos vários fatos completos de pauliteiros como não podia deixar de ser, mas apoia, também, com a divulgação, todas estes conjuntos culturais, porque eles são, sem dúvida, os grandes embaixadores da cultura mirandesa. Mantêm-se ainda grupos de danças mistas, lembrando as danças de terreiro que se executavam nas nossas povoações em domingos e dias santos como recreio e descanso depois das lides campestres.

Não vamos enumerar aqui as danças que existem ainda vivas na Terra de Miranda. As músicas e cantares diversos em mirandês, português e espanhol em uso na região estão recolhidas e comentadas nos cancioneiros do P.^o António M. Mourinho e no Cancioneiro de Serrano Baptista que aquele etnógrafo e folclorista coligiu e comentou.

Além dos cantares e danças lembramos as peças de teatro popular, também recolhidas, algumas em boas mãos outras entregues a alguém pelo P.^o António Mourinho para copiar e que não estão ainda em mãos da entidade oficial que as devia publicar.

OS JOGOS TRADICIONAIS

Havia e ainda existem muitos jogos tradicionais que se executavam nos terreiros públicos das nossas povoações e eram o divertimento de adultos e crianças.

O fito, a barra, o calhau, a relha e a raiola e o chino eram os jogos principais que ainda se vão conservando. Todos estes jogos

eram executados não só por adultos mas também por crianças e jovens. Havia também jogos violentos que se conservaram até muito tarde como era o jogo do galo ou tiro ao galo que os adultos matavam à lapada.

Além destes havia ainda no século XIX um jogo de luta violenta com armas de ferro pelo que entendemos da pastoral do bispo de Bragança D. Fr. José Maria de Santa Ana Noronha, emitida em Genízio no dia 21 de Setembro de 1825. Nesta pastoral o bispo condenou vigorosamente estas lutas que, como diz o prelado: “Descobre-se nestas lutas um verdadeiro duelo disfarçado com título de festejo em que os mancebos ostentando de fortes e buscando a victoria sobre os seus contrários com infração manifesta das leis os deixão estirados sobre o ferro mortos ou os inhabilitão para continuar o manejo do trabalho que sustem a vida. Que inchoerencia por tender dar culto a Deos e ofendelo na mesma carnosa acção em que se pertende honra-lo..... Que confusão para católicos ver reproduzidos os antigos gladiadores do paganismo entre os povos mirandeses”.

Em muito maior número existiam nas nossas povoações os jogos infantis, tão educativos e tão interessantes, na sua variedade e ternura.

Pieter Bruegel, o velho, pintor holandês do século XVI que, em quadros maravilhosos, deixou retratada para a posteridade tantas cenas da vida do povo e do campo, reproduziu também em um dos seus quadros mais célebres mais de trinta jogos infantis que se executavam na maior parte da Europa. Os jogos representados por Pieter Bruegel eram todos executados pelas crianças das povoações da Terra de Miranda e ainda não acabaram de todo, mas era necessário reabilitá-los.

A MUSEOLOGIA MONUMENTAL E IMÓVEL

Conservam-se na Terra de Miranda ainda muitos imóveis monumentais, uns que datam da mais remota antiguidade, talvez do Neolítico tardio, da cultura dos castros da cultura megalítica da cultura celta. Atenor. Duas Igrejas, Ifanes apresentam memórias trabalhadas na rocha granítica e basáltica cuja origem se perde no tempo. O monumento descoberto em Ifanes é dos mais completos no género em toda a zona do Nordeste e nas regiões da vizinha Espanha, Aliste Sayago e Salamanca, até Ávila.

O período romano está documentado por algumas fontes e por numerosas estelas ou lápides funerárias e aras votivas das quais algumas se encontram estudadas e estão nos Museus do Abade de Baçal e no Museu da Terra de Miranda.

Do período Românico há ainda uma quantidade de monumentos religiosos: Igrejas de Algosinho, Azinhoso, Travanca, Saldanha, no concelho de Mogadouro; S. Pedro da Silva, Teixeira, Santo Cristo de Picote, em Miranda do Douro.

Do gótico temos as portadas da igreja do azinhoso e mais tardio temos as Igrejas de Malhadas, Nossa Senhora do Monte de Duas Igrejas, Capela mor da Igreja paroquial de Mogadouro e a capela de Nossa Senhora da Ascensão no alto da Serra da Castanheira e outras.

Do período maneirista é o riquíssimo templo da Sé Catedral de Miranda do Douro com parte do seu recheio de talha e pintura, obras de Alonso Berruguete ou seguidores seus e de Gregório Fernandez - o retábulo do altar mor da mesma catedral. As igrejas de Vimioso, Sendim, Caçarelhos, Algosos, Misericórdia de Mogadouro, Convento de S. Francisco da mesma vila, Misericórdia de Miranda do Douro e fachada da Igreja da vila de Sendim.

Do período Barroco é o templo do Santo Cristo de Outeiro e o monumento único que é o monóptero da Quinta de Nogueira, em Mogadouro. Refiro-me ao monóptero de S. Gonçalo do princípio do século XVIII. São deste período os solares de Castelo Branco, S. Martinho do Peso, Tó, e esse sem número de retábulos de todas as épocas do estilo nacional e joanino que fazem o encanto e a riqueza cultural e artística das nossas muitas igrejas. Chegamos assim à conclusão de que a Museologia não pode referir-se unicamente aos objectos recolhidos nos nossos museus. A Museologia tem um campo mais vasto e refere-se a toda a cultura. Museologia é tudo o que é digno de memória e mostra a vida do homem popular, rude ou académico, letrado ou analfabeto. Deve ter a preocupação, de mostrar, apontar, estudar e informar sobre tudo o que o homem deixou. Museu é lugar de recolha, de estudo, de preservação, de divulgação, mas também e, principalmente, de informação de aprendizagem, de disfrutação e de memorização e recordação. Cada um no seu campo.

O museu de arte como museu de arte o museu de etnografia e etnologia como museu que lembra costumes antigos e o trabalho do homem, as suas manifestações religiosas, lúdicas e artesanais.

O Museu da Terra de Miranda tem procurado abrir-se a todos e pelo menos dar a conhecer dentro do possível todos os elementos que existem, novos e velhos, que podem servir para o conhecimento da nossa cultura e para satisfazer o desejo de saber das pessoas que nos perguntam. Também temos que dizer com toda a verdade e humildade que não nos temos poupado ao trabalho da investigação para podermos informar melhor, seja no campo da etnografia, seguindo

os trabalhos dos mestres que nos precederam e procurando em arquivos e documentos, bem como na informação de pessoas mais antigas, tudo o que possamos saber sobre os antecedentes da nossa terra.

Um museu à sempre pequeno para comportar tudo o que nele gostaríamos de recolher. O Museu da Terra de Miranda dentro das suas limitações tem em exposição alguns elementos e colecções que falam da nossa terra, da sua gente, do seu trabalho, seu artesanato, das suas festas, das suas danças e cantares, da sua religiosidade, da sua língua da sua vida vivida de sol a sol em contacto com a natureza. O museu da Terra de Miranda fala da gente do campo onde sempre viveu. Por isso lhe chamamos o Museu da Rusticidade.

João Manuel Neto Jacob
(Director do Museu Abade de Baçal, Bragança)

Miranda do Douro: uma visão diacrónica

A situação e a importância estratégica de Miranda do Douro, sobretudo a nível militar, justificam as medidas de carácter administrativo implementadas pelos nossos monarcas durante as duas primeiras dinastias. A operacionalidade da praça foi logo garantida pela carta de foro outorgada por D. Afonso Henriques, convertendo Miranda em couto de homiziados – tal como se procedeu para com outras localidades – e atribuindo regalias e isenções inusitadas aos povoadores de maneira a possibilitar um mínimo de funcionalidade castrense ao aglomerado.

Será já com D. Dinis, em 1286, que Miranda verá reforçado o seu acastelamento e terá novo foral onde será redefinido o seu termo e condição, passando agora a Vila “*ad perpetuum*” e separando-a, assim, do julgado do Algosó. A mesma situação mais pormenorizada a nível administrativo e económico, se manterá com o foral novo de D. Manuel. Todavia, o seu progressivo crescimento até meados do século XVI – motivado pelo dinamismo das relações económicas e sociais com Alba, Aliste e Sayago – justificou o desmembramento da parte do arcebispado de Braga e a formação de um novo bispado, com sede em Miranda, por decisão papal de 23 de Maio de 1545. Cerca de dois meses depois D. João III eleva-a à categoria de cidade, título mais adequado à sua nova condição. Contava, então, 1635 moradias. D. Toríbio Lopes, seu primeiro bispo e confessor da Rainha D. Catarina, promoveu a edificação da imponente Sé catedral, cuja construção se terá alargado ao período filipino.

O aumento progressivo da urbe – obviamente ao sabor das conjunturas económicas, políticas e militares –, a sua nova condição directiva dos espíritos e a sua situação de primeira linha na defesa do reino – e que periodicamente sofria os primeiros assédios por parte do exército castelhano –, obrigava os nossos monarcas a dedicar-lhe

atenção periódica, reforçando-a, reconstruindo-a ou readaptando-a a novas estratégias bélicas, garantindo-lhe domínio regional nas áreas administrativa, militar e religiosa. Assim, Miranda estaria em condições de desenvolvimento superiores a outras cidades da região que depois a suplantariam.

Provavelmente, o infortúnio de Miranda terá surgido em 1762, aquando da guerra dos Sete Anos e da explosão do paiol que provocou a destruição da praça e a morte de muitas centenas de civis e militares. Dois anos depois, por obra de Frei Aleixo de Miranda Henriques, era transferida a sede do bispado para Bragança, apesar da oposição do cabido e da população. O curto período de dez anos em que a primitiva diocese foi dividida em duas (Diocese de Miranda e Diocese de Bragança) terá sido um mero paliativo processual. A partir de 1780 a sede passa definitivamente para Bragança e a resignação mirandesa transformar-se-á ao longo do tempo em ensimesmamento cultural, económico e social.

Não é, pois, de estranhar que Miranda não tenha já participado na exuberância industrial do sector sericícola do Nordeste Transmontano na segunda metade do século XVIII, nem nas tentativas de arranque industrial do mesmo sector já no século XIX, a não ser, modestamente, no sector da produção da matéria-prima e, em termos tecnológicos, mantém-se agarrada à transformação artesanal, tradicional, não incorporando as novas tecnologias piemontesas aplicadas em Chacim, e apesar de a nossa indústria, em termos distritais, se encontrar numa posição relativamente boa. Mas também é verdade que a indústria nacional, segundo Vilaverde Cabral, não estava em condições de se opor ao exército de Junot sem cair sobre a “protecção britânica”. Enquanto que o desenvolvimento comercial e industrial de cerca de 1785-1807 vai dar origem à criação e prosperidade de novas unidades manufactureiras de Bragança, Chacim e Freixo de Espada à Cinta, Miranda do Douro quedar-se-á pela tecnologia artesanal de transformação dos lanifícios e pela produção oficial tradicional de âmbito puramente local. Fernando de Sousa, para o período de 1793-95 assinala para Miranda somente a transformação de lanifícios que ocuparia 80 pessoas. Amado Mendes, utilizando o manuscrito de Columbano de Castro, aponta para a comarca de Miranda do Douro, nos finais do século XVIII, 34 fábricas de seda e 122 de lã, e, de consumo puramente local ou regional, 11 fábricas de courama, 204 alfaiates, 273 sapateiros, 185 carpinteiros, 62 pedreiros, 105 ferreiros, 23 moleiros e 33 louceiros. A comarca de Bragança, ao invés, teria 407 fabricantes de seda, 1 de lã e 240 de courama (a maior parte destes da

região de Outeiro, Argoselo e Carção). Ainda nesta altura em termos populacionais era também a comarca de Miranda a que detinha menor população – cerca de 30 mil, para 84 mil a de Bragança e cerca de 51 mil a de Moncorvo. Aliás, a estrutura demográfica do planalto mirandês manter-se-á até recentemente com características dominantes de Antigo Regime, sendo ultrapassado ao longo dos séculos XIX e XX, a nível regional, por localidades geograficamente mais centrais.

As novas tentativas de arranque industrial durante o século XIX no nosso distrito ficam-se já somente pelo sector produtivo da matéria-prima para abastecimento dos países transformadores, mantendo-se o sector transformador com equipamentos artesanais e de produção de produtos acabados com escoamento puramente regional. Mas Miranda do Douro perderá toda a ligação a este sector industrial de ponta e continuará somente a transformação dos lanifícios para consumo próprio até meados deste século. Miranda já não beneficiou do dinamismo regional das décadas de 50 e 60 do século XIX na produção de casulo provocado pelas epidemias manifestadas nas sirgarias de França, Itália e Espanha, antes se mantendo nas produções tradicionais de consumo local, assim como não beneficiará dos parques incentivos financeiros dados a este sector pelo Estado nas décadas de 60, 70 e 80, e a sua produção já não aparece nas estatísticas. Portanto, já no século XIX Miranda se mantém periférica dentro da periferia regional... No Inquérito Industrial de 1881 para Miranda do Douro é só assinalada uma fábrica de destilação de aguardente.

A agricultura e o seu tradicional sistema de lavoura do solo, muito superficial e de fraca produtividade, o apetrechamento técnico, o sistema de pousios, os prados naturais e, inclusivamente, a própria exploração pecuária, provam a falta de vocação da agricultura mirandesa para o mercado e a sua quase exclusiva finalidade de manutenção da estrutura familiar camponesa. É claro que existia, sobretudo à volta da cidade – onde funcionava o comércio, se fixava o funcionalismo administrativo-judicial e o exército – alguns tipos de exploração mais vocacionados a abastecer este mercado. Mas nada de significativo, além de pequenos casais ou quintas. A maior parte da produção das unidades agrícolas era quase exclusivamente dedicado ao consumo do agregado familiar e ao pagamento dos impostos – sempre crescentes durante o século XIX – e das rendas fundiárias. Mesmo a incorporação, lenta e tardia, de novas culturas mais produtivas como o milho, a batata e novas leguminosas durante todo este século não alterou o quadro dominante: predomínio absoluto da auto-suficiência com pequenos núcleos, em algumas veigas, onde se faria

uma cultura mais intensiva. É claro que haveria algumas culturas mais mercantilizáveis, como sejam a oliveira, a vinha e a amendoeira, assim como o gado bovino detinha uma importância regional de assinalar (este gado geralmente era exportado para as Beiras onde lhe era dado o nome de gado ratinho), mas estes elementos eram utilizados, harmonizados e incorporados para a própria sobrevivência do sistema. As crises agrícolas das décadas de 70 e 80, sobretudo na oliveira e na vinha, vão trazer um novo fenómeno – a emigração. Quando as unidades produtivas vão deixar de poder dar resposta às necessidades do agregado irão utilizar-se, na região de Miranda como noutras, duas estratégias: primeiramente, o alargamento da área cultivável através da apropriação dos baldios (e Miranda é a região em que este fenómeno se dá mais tarde) e, pouco depois, a emigração sistemática.

O Inquérito de 1885 realizado pela *Comissão Parlamentar para o estudo da Emigração Portuguesa* descreve-nos o concelho de Miranda do Douro como tendo uma propriedade agrícola com uma superfície média de 2,5 ha. e como estando a processar-se o aumento da área cultivável através do arroteamento dos baldios, geralmente por compra ou, em menor parte, por aforamento, restando ainda cerca de metade da área do concelho. Não havia ainda uma proletarianização tão acentuada como noutros concelhos, mesmo os jornaleiros tinham sempre alguma terra ainda, mas deslocavam-se comumente à Andaluzia por falta de trabalho em certas épocas, dedicando-se à guarda temporária de gado, sobretudo bovino.

A emigração sistemática para destinos mais longínquos vem logo a seguir, já facilitada no nosso século pela utilização do caminho de ferro que outra finalidade prática não teve, segundo Orlando Ribeiro, senão conduzir a este esvaziamento demográfico estimulando a migração dos nordestinos para os grandes centros do país e exterior – nesta primeira fase o Brasil, e depois a França e a Alemanha. Vai ser esta emigração cíclica e sistemática que vai permitir ou proporcionar a sobrevivência deste modelo rural, retirando, em simultâneo, bocas a alimentar do agregado e proporcionando a entrada de capitais para viabilizar o inviabilizável: o modelo rural tradicional.

Luísa Genésio

(Instituto Politécnico de Bragança)

A paisagem mirandesa — uma leitura

«Planalto de granito agreste e estranho, aberto aos ventos de Espanha (...) Nessa mesa de gigantes, em que a toalha esburacada e emendada em grandes remendos de muitas e variadas cores afirma a presença mais frequente do ser humano, tudo aquilo que poderia dar uma escala humana é absorvido e dilui-se em conjuntos de outra ordem de grandeza. Deve-se essa sensação, não só à configuração do terreno como à maneira larga como é feita a exploração da terra. Entre trechos de paisagem brava, abrem-se grandes extensões de terrenos cultivados, amplas bordaduras dos povoados, cuja proximidade nos é dada por guardas avançadas de negrilhos tortuosos» (O. Felgueiras, A. Araújo, C. Carvalho Dias). (Foto 1)

«Subindo da garganta profunda por onde corre o Douro na fronteira, para Miranda, depara-se com uma vasta superfície, levemente acidentada, através da qual a vista se espraia até longe. Colinas, lombas, vales superficiais secos durante a maior parte do ano, não conseguem desfazer a regularidade desta chã monótona que se estende em todas as direcções» (Virgílio Taborda). (Foto 2)

«Com os olhos no rio e nos montes, silenciosos e indecifráveis, as interrogações emergem, alteram-se, cruzam-se, renovam-se. Os olhos interrogativos são, na verdade, como que as inexoráveis fontes de meditação sobre o Invisível» (Sant' Anna Dionísio).

«Contemplar a paisagem sob o ponto de vista da infinitude, leva-me a protestar contra o modo puramente utilitarista de contemplar a realidade, característica da visão técnico-científica dos dias de hoje» (R. Assunto). A contemplação da paisagem pode valorizar a beleza como finalidade em si, e não somente a utilidade das coisas reais. A paisagem é um objecto estético, consequência da filosofia da Arte e da Natureza.



Foto 1



Foto 2

A lógica elementar do utilitarismo tem destruído muitas paisagens, em geral. A cultura de massas tem consequências desastrosas.



Foto 3



Foto 4

A Natureza tem um modo de fazer formas. Os secadais de Miranda adaptam-se sabiamente às formas geológicas graníticas, aproveitando o agricultor as pedras para a construção de muros. (Fotos 3, 4)

A ideia da paisagem concebe-se como uma forma da Natureza ao constituir-se como objecto estético. Admito a possibilidade da existência de paisagens belas, propícias á existência do Homem. Admito que o belo natural se pode melhorar pela mão dos artistas.

A paisagem enquanto objecto estético provoca em nós reacções intelectuais ou sensoriais.

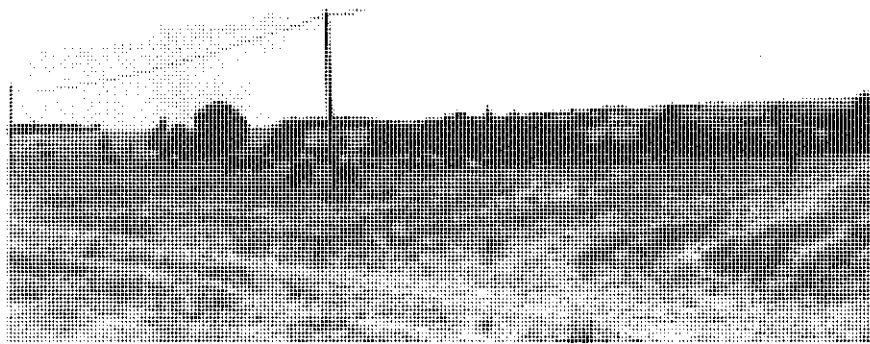


Foto 5



Foto 6

Para desfrutar de uma paisagem, é necessária educação estética. A paisagem é o resultado de uma ordem imposta aos caos original, é um conceito cultural.

Cada paisagem tem uma leitura própria.

A memória dos lugares faz parte da memória do povo. A paisagem resulta por um lado da economia agrária que imprime marcas na região. O Mirandês é sobretudo criador de gado. Os lameiros de regadio e de sequeiro são a nota dominante nesta paisagem. A compartimentação dos campos é uma marca da estrutura agrária de base. (Fotos 5, 6)

A paisagem resulta também de valores visuais que podem tornar-se mais visíveis pela mão dos artistas. (Foto 7)



Foto 7

Preservar uma paisagem é mais do que preservar o património natural ou construído. A história da paisagem mostra-a como uma operação perceptiva, ou seja uma determinação sócio-cultural.

Como paisagista tento ler estruturas essenciais à forma da paisagem e acentuá-las para poder torná-las visíveis em soluções estéticas de ordenamento do território. Há elementos territoriais mais fortes que outros em termos de organização espacial ou formal. O estudo da forma da paisagem, da sua composição plástica é colocado em primeiro plano.

Interessam-me não os fenómenos em si, mas a forma como se manifestam, se tornam visíveis, os efeitos que provocam. A paisagem Mirandesa manifesta-se em linhas horizontais que provocam uma sensação de calma. O serpentear dos caminhos, os contornos suaves dos usos do solo contribuem para a mesma sensação. (Foto 8)

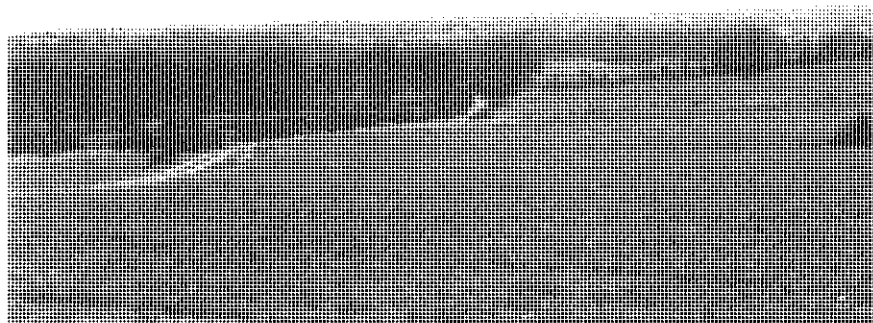


Foto 8

“Visualizar é a capacidade de formar imagens mentais. O alfabeto visual pode procurar-se na Natureza. Existe uma sintaxe visual. Existem linhas gerais para estabelecer composições. O alfabeto visual nunca poderá ser lógico como a linguagem, pois não há regras absolutas de composição.” (D.A. Dondis)



Foto 9

As formas mais abstractas, mais regulamentadas das actividades humanas são alimentadas por formas mais antigas, espécie de rememoração viva, a tradição própria de cada uma delas.

O viajante que percorra as paisagens de Miranda verifica o predomínio das linhas horizontais resultantes das formas planálticas. (Foto 9)

Os campos têm uma geometria que reflecte as estruturas agrárias de base. A compartimentação dos campos, os muros, as sebes, os sistemas de afolhamento, os caminhos, as redes de rega e drenagem, reforçam aquela estrutura de base.

A forma da paisagem Mirandesa pode analisar-se com elementos básicos do desenho - ponto, linha, plano, volume; variáveis segundo vários aspectos - número, orientação, tamanho, intervalo, textura, densidade, cor, ciclos sazonais, escala, ...

O ponto

Pontuar a paisagem resulta em obter sítios com mais força e dinamismo. O ponto provoca um pequeno mundo à parte, uma retenção, o olhar é convidado a parar. Muitos acontecimentos podem ser entendidos como pontos - árvores isoladas, capelas isoladas, cruzamentos de caminhos, interrupções em certas imagens (p. ex. muros), etc. (Fotos 10, 11)

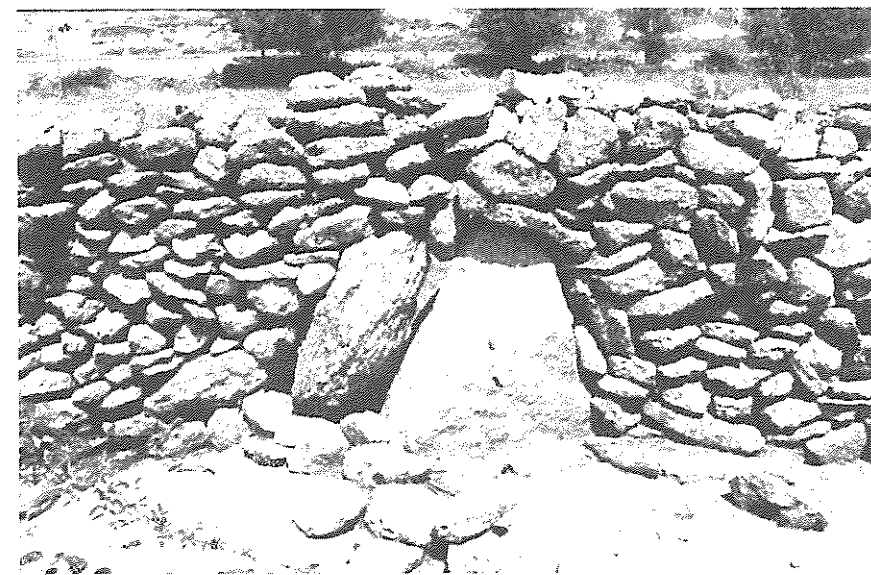


Foto 10



Foto 11



Foto 12

A linha

A linha encerra em si um movimento, uma dinâmica, em oposição ao ponto estático. A construção de paisagem tem um grafismo que afecta o seu carácter, e que deve influenciar a maneira de construir. O muro é uma linha dinâmica com carácter muito próprio. (Foto 12)

Na paisagem encontramos uma infinidade de linhas. Algumas são estruturantes — linhas geomorfológicas (o planalto), linha de horizonte, linhas de compartimentação do solo, contornos de diferentes usos do solo, linhas de drenagem, linhas geológicas.

Os contornos dos diferentes usos do solo têm significados formais e funcionais.

A questão fulcral é entender até que ponto cada elemento depende do lugar que lhe é dado.

Plano

O plano original em que a paisagem se desenvolve tem a forma de planalto. O grau de ocupação do território irá definir a maior ou menor variedade de planos. (monocultura vs policultura). Existe uma lógica na distribuição dos usos em torno da aldeia. As casas são

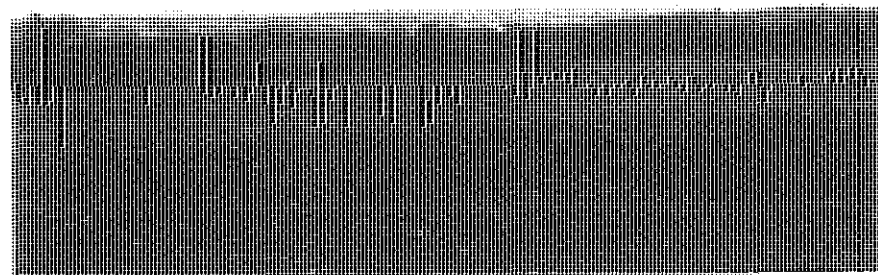


Foto 13

rodeadas por planos de hortas e lameiros de regadio, separados por planos verticais ou sebes de freixos, carvalhos ou outras árvores, seguem-se os planos ou folhas de cereal e os secadais e mais longe os planos das matas, dos incultos e da floresta. (Fotos 13. 14)



Foto 14

Volume

Na paisagem os volumes têm geometrias irregulares complexas. As diferenças nas formas determinam os contrastes e a dominância.

A geoforma é invariante sendo, por isso, uma característica estruturante da paisagem.

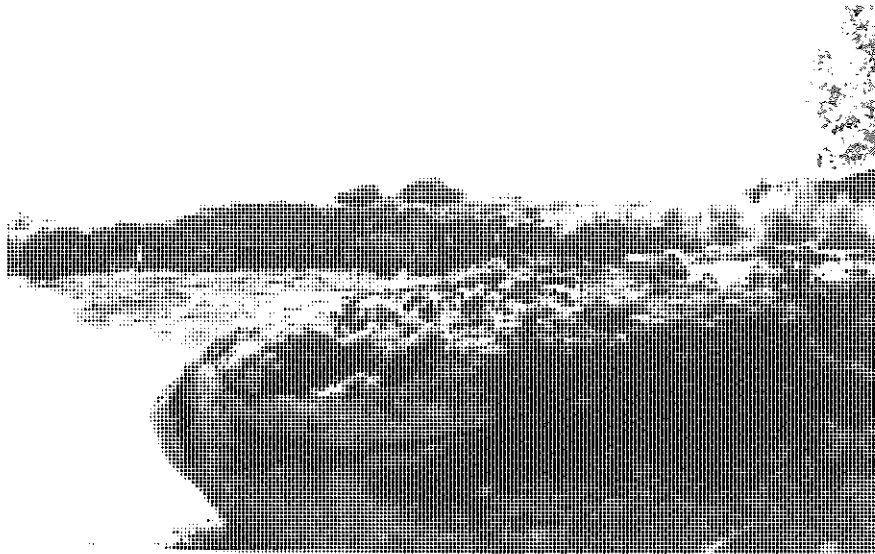


Foto 15



Foto 16

Existe uma dinâmica geológica que deixa marcas na paisagem e constitui o seu suporte físico (Foto 15)



Foto 17

As diferentes unidades geomorfológicas (planalto, vale) têm dinâmicas próprias. O Homem modifica a matéria prima, criando civilizações. Orlando Ribeiro fala da civilização do granito no Norte de Portugal. Cria-se uma nova dinâmica na paisagem. Sensações de movimento estão presentes nestes volumes. (Fotos 16, 17)



Foto 17

Algumas notas conclusivas

A desorganização desta morfologia resulta numa desvalorização do todo; daí a importância de definir perímetros rurais ou de assegurar o ordenamento do termo da aldeia. A paisagem pode ser tratada com erudição ao ser projectada de acordo por exemplo, com os ensinamentos de Le Nôtre, ligando o “aqui ao além”, unindo os diferentes planos da paisagem com eixos que provocam a sensação de domínio e omnipresença. O viajante pode sentir a escala grandiosa da paisagem.

A complexidade desta paisagem resulta da multiplicidade de relações entre as partes, que não são claramente previsíveis.

O paisagista é sensível à surpresa na paisagem e acentua-a nas suas intervenções. Observar a paisagem à escala humana em busca de formas ordenadas, de estruturas, faz-me sentir o choque de várias ordens não conjugadas que provocam uma agradável desordem. A ordem existente no ordenamento dos campos em torno da aldeia, nada tem a ver com a ordem existente no interior de uma mata.

Como paisagista procuro as relações entre as partes. O projecto à escala da paisagem é uma obra de autor. A transformação de um facto físico numa experiência emocional deriva de um nível superior da nossa capacidade de abstracção.

A complexidade da arquitectura paisagista depende das contradições encontradas que se associam com frequência à natureza topográfica do terreno. Há padrões de construção que resolvem problemas semelhantes.

O carácter da paisagem é o conjunto coerente de uma organização que transforma na trama única da sua soberania tanto o visível como o invisível.

A paisagem enquanto objecto estético necessita uma mediação artística. É importante que nas soluções de Ordenamento do Território, figure a solução estética de espaços particulares.

O projecto a grande escala desenvolve-se no mundo abstracto da representação mental.

O reino das formas implica cruzamentos entre o desejo de conhecer e o impulso artístico.

A crescente tendência de quantificação da paisagem tornou-se totalmente soberana, tendo assim havido perdas de ordem filosófica, poética e artística, na visão do mundo. A teoria dos ecossistemas nada diz sobre a componente cultural da paisagem. O belo não é quantificável.

A unidade fundamental é uma questão estética; a grande autoridade da ciência é talvez insuficiente para negar a existência de uma beleza fundamental e unificadora.

A paisagem pode observar-se por várias prismas. Se por um lado me interessa construir uma solução estética com carácter operativo em planos de ordenamento, tenho a noção de que, para além dos instrumentos de análise, marcas de identidades e diferenças, princípios de ordenação, existem semelhanças murmurantes nas coisas, similitudes surdas que independentemente do pensamento formal, fornecem a matéria infinita ao pensamento artístico. O poeta é aquele que acima das diferenças nomeadas e previstas reencontra os parentescos subjacentes às coisas, ouve um discurso mais profundo.

Termino com palavras de Sant'Anna Dionísio: “Os olhos interrogativos são, na verdade, fontes de meditação sobre o invisível.”

Referências bibliográficas

- Arnheim, R.: *Para uma psicologia da Arte e entropia*, Dinalivro, Lisboa, 1997.
- Assunto, R.: *Ontología e teleología del jardim*, Ed. Tecnos, Madrid, 1991.
- Dionísio, Sant 'Anna: *Alto Douro Ignoto*, Lello e irmão Ed., Porto, 1977.
- Dionísio, Sant' Anna: *Ares de Trás-os-Montes*, Lello e irmão Ed., Porto, 1977.
- Dondis D. A.: *La sintaxis de la imagen*, G.G. Ed., Barcelona, 1997.
- Gombrich, E.H.: *La imagen y el ojo*, trad., Alianza Ed., Madrid, 1993.
- Guia de Portugal*, Tomo V, F.C. Gulbenkian, Lisboa, 1988.
- Inquérito à Arquitectura. Popular em Portugal*, 3ª Ed., A. A. P., Lisboa, 1988 (Tomo 1, zona 2: Arqs. Octávio Felgueiras, Arnaldo Araújo, Carlos Carvalho Dias).
- Kandisky, W.: *Ponto Linha Plano*, Ed. 70, Lisboa, 1989.
- Ribeiro, Orlando: *Geografia e Civilização - Temas Portugueses*, Livros Horizonte, Lisboa, 1992.
- Ribeiro, Orlando; Lautensach, H.; Daveau, S., *Geografia de Portugal*, vol. 2, 3, 4. Ed. João Sá da Costa, Lisboa 1991.
- Schiller, Friedrich: *Sobre a Educação Estética do Ser Humano numa série de cartas e outros textos*, trad. , IN-CM, Lisboa, 1993.
- Taborda, Vergílio: *Alto Trás-os-Montes: Estudo geográfico*, Livros Horizonte, Lisboa, 1987.

Materiais

Paulo Gusmão Guedes
(Reitoria da Universidade do Porto)

Sonografia da música mirandesa.
Com breves notas e alguma incidência sobre a música
transmontana

I. Introdução

O colóquio internacional *Estudos mirandeses: balanço e perspectiva* ofereceu aos seus participantes um concerto de música tradicional mirandesa, trazendo ao Teatro do Campo Alegre três cantores de Caçarelhos e o grupo Galandum Galandaina. No primeiro caso, falamos de Adélia Garcia, Maria Falcão e José Garcia, cujos cantos Mário Correia e Domingos Raposo tinham recentemente recolhido e editado em CD na etiqueta Sons da Terra. Assim, o concerto foi também um momento para apresentação pública dessa gravação, cuja referência se encontra nesta sonografia.

Convidado a participar na organização desse evento, foi-me seguidamente pedido pelo Centro de Estudos Mirandeses que elaborasse uma discografia da música tradicional transmontana, particularmente da mirandesa, que, conquanto não exaustiva, pudesse aparecer como complemento às Actas do colóquio e reflectisse o trabalho de recolha feito, até agora, da música daquela região. Esta sonografia pretende apenas dar uma ideia da extensão e da qualidade do material já editado. Tem falhas, uma vez que decidi integrar apenas aquelas recolhas que tinha à disposição imediata e que pude brevemente comentar¹. Não introduzi notas sobre as edições exclusivamente instrumentais da editora Sons da Terra, nem sobre as gravações de pauliteiros, trabalho que deixo para ocasião posterior.

As citações não referenciadas, em cada nota, correspondem aos textos introdutórios de cada disco. As edições aparecem referenciadas

¹ Uma das falhas evidentes é a não inclusão de *Cantos Religiosos Tradicionais Portugueses*, de M. Giacometti e F. Lopes, 1971, que não me é possível consultar no momento.

por autor, e, caso exista, por colecção, sendo organizadas dentro destes dois grupos por ordem cronológica. Geralmente, referencio todos os espécimes de música transmontana nas edições que integram recolhas de outras regiões; nas edições exclusivas de música transmontana, realço alguns espécimes que me parecem de maior interesse ou que não estão presentes noutras recolhas.

Das recolhas

Michel Giacometti escreveu nas notas de introdução ao primeiro volume de *Antologia da Música Regional Portuguesa* que “na verdade, não se descobre Trás-os-Montes: recebemos o seu choque”. Referia-se à paisagem, mas o mesmo é verdadeiro para a sua música.

Resultado dum trabalho de campo feito nesta província durante os anos cinquenta, as recolhas de Giacometti e Lopes Graça — editadas em 1960 em LP dedicado ao musicólogo americano Kurt Schindler, que tinha calcoreado os mesmos caminhos em 1932² — sublinharam o surpreendente carácter arcaico da música transmontana. A *Antologia* foi o primeiro LP de recolha extensa da música transmontana, e interessantes gravações continuaram a ser disponibilizadas por estes dois (etno)musicólogos em várias edições posteriores.

Em 1978, Anne Caufriez, (etno)musicóloga belga, inicia as suas campanhas em Trás-os-Montes, que prolongaria em mais duas missões em 1980 e 1983. Dos seus trabalhos, ficarão, para além da edição discográfica *Portugal, Trás-os-Montes, Chants du blé et cornemuses de berger*, vários escritos, que terão como corolário a obra *Le Chant du pain*³ e a colectânea de transcrições musicais e poéticas, em volume intitulado *Romances du Trás-os-Montes*, acompanhada de um CD⁴.

Le Chant du Pain é um estudo sobre a evolução musical e poética do romance, situado quer no contexto do mundo mediterrânico e da Península Ibérica, quer no da região transmontana, quer no do quotidiano aldeão. Acompanhada de uma pormenorizada análise tipológica da matéria musical e poética dos romances, esta é, absolutamente, a obra de referência no panorama dos estudos (etno)musicológicos transmontanos.

A partir dos anos 70, José Alberto Sardinha efectuará, igualmente, recolhas em Trás-os-Montes, no âmbito da antologia nacional

(exceptuando as ilhas) *Recolhas Musicais da Tradição Oral Portuguesa*, editada em 1982. Posteriormente, Trás-os-Montes voltará a ser contemplada na sua antologia *Portugal, Raízes Musicais*, vol. 2, editada em 1996, uma feliz iniciativa do Jornal de Notícias.

Em 1987, a inclusão de um volume sobre a *Terra de Miranda* na colecção de *Música Tradicional Zamorana*, editada pelo Centro de Estudos de Folklore de Zamora, é justificada pela existência de “um dialecto irmão, cantos e melodias comuns, o uso de instrumentos semelhantes, e a constatação de um tronco comum num costume festivo como o representado pelas Danças de Paulitos”.

Com início em 1992, a associação francesa GEMP/La Talvera efectua recolhas na zona mirandesa e edita em 1995 o CD *Mirandun Mirandela... Chants et musiques du Concelho de Miranda do Douro (Trás-Os-Montes, Portugal)*, de todas a mais variada recolha musical contida num só disco, integrando excelente documentação.

A editora Sons da Terra, dirigida por Mário Correia, tem sido fundamental no registo extensivo da música rural transmontana, muito particularmente a mirandesa, tal como ela se apresenta na 2.ª metade da década de 90. Para tal se deve, também, a colaboração neste trabalho de Domingos Raposo, incentivador da cultura mirandesa.

A imagem que nos é revelada nestas últimas edições é dupla: os romances arcaicos continuam a ser cantados, as danças, rondas e alvoradas continuam a ser tocadas; contudo, os espécimes recentes ou claramente incaracterísticos são maioritários. O canto coral, que fora do ciclo religioso não estava praticamente registado nas edições de musicólogos anteriores, ocupa agora um lugar de destaque; o canto responsorial das segadas parece ser difícil de encontrar. Infelizmente, as velhas canções ganham, no seu formato coral, um peso e uma regularidade rítmica que os melismas solitários entoados no campo de trabalho não pediam. A música instrumental, quer de gaita-de-foles, quer de flauta pastoril, com ou sem percussão acompanhante, parece sobreviver melhor, e entre as novas gerações existem excelentes gaiteiros. Contudo, e infelizmente, tal como na música vocal, espécimes de menor interesse parecem ter sido incorporados no repertório.

Relativamente a este último ponto, uma questão se levanta: ao contrário de edições anteriores, os discos da Sons da Terra não são, propriamente, colectâneas, nas quais aparecem selecções da autoria do musicólogo. Constituem extensas gravações, não sendo exercida crítica sobre a inclusão dos temas. É uma política honesta, que nos permite, sem dúvida, avaliar do “estado da tradição”, mas o facto de não possuímos referências editoriais semelhantes para as décadas

² Schindler, diz M. Giacometti nas notas introdutórias do volume 1 da *Antologia da Música Regional Portuguesa*, teria gravado alguns espécimes. Seria interessante saber do seu paradeiro.

³ Anne Caufriez, *Le chant du pain : Trás-os-Montes*, Publications du Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Paris 1997.

⁴ Anne Caufriez, *Romances du Trás-os-Montes*, Publications du Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Paris 1997.

anteriores pode-nos sugerir uma imagem incorrecta da evolução das formas musicais.

Brevíssimas notas sobre a música transmontana

Na música vocal transmontana destaca-se o “romance”, que ganha duas formas musicais básicas conforme os fins a que se destina: como *cantiga da segada*, da ceifa, durante a qual um camponês entoia uma melodia básica, que ornamenta sabiamente, projectando a sua voz na seara; ao fundo, pegando na mesma melodia, uma companheira eleva-a para a sua voz de mulher e decora-a à sua maneira, para ser respondida, para responder... Os temas melódicos básicos da cantiga de segada são pouco variados, repousando o seu interesse na improvisação melismática dos cantores⁵. Por outro lado, como diz Anne Caufriez, “quando sai do contexto da ceifa, o romance apresenta um perfil musical diferente, com múltiplas variantes. Falamos aqui do romance de divertimento, em sentido lato. É interpretado a solo e tem uma tendência para a forma estrófica, segundo a qualificação filológica”. Mais variado do ponto de vista dos temas musicais, é menos ornamentado do que a cantiga de segada, com contornos melódicos e rítmicos mais precisos. Acompanha os serões e os diversos trabalhos quotidianos (fiagem, tecelagem, pastoreio...).

Para além do romance, que assume maioritariamente uma forma narrativa, aparecem-nos exemplares de outras canções, como as religiosas, que podem ser corais e mesmo polifónicas, e as cantigas ligadas à dança, geralmente mais recentes, de glosa temática⁶.

A música instrumental é dominada pela música de gaita-de-foles, acompanhada frequentemente pela percussão (bombo e caixa, às vezes ferrinhos). A fraita (flauta pastoril) tem um repertório similar ao da gaita-de-foles, e pode também ser acompanhada pelo tamboril, tipicamente tocado pelo mesmo músico. Os tipos musicais mais correntes são a alvorada, tocada pelas ruas nas manhãs dos dias de festa, as danças e rondas (na zona de Miranda, os lhaços da dança dos paulitos) e as modas de procissão.

⁵ M. Giacometti e Fernando Lopes Graça (ob. cit.) indicam que esta forma também é utilizada como cantiga de malhas. Anne Caufriez, em *Le Chant du Pain* afirma que existem formas corais da canções de segada, mas não incluiu nenhum exemplo em forma responsorial na suas edições. Presumo que, neste caso, a melodia se torne mais fixa e de ritmo definido.

⁶ Não pretendo, obviamente, ser exaustivo na enumeração e caracterização das formas e funções da música vocal tradicional transmontana.

II. Discografia

Michel Giacometti / Fernando Lopes Graça

Chants et Danses du Portugal – 2. Traz os Montes, Michel Giacometti, Le Chant du Monde, EP, LDY 4190, 1959

Três músicas de gaita-de-foles acompanhadas por ferrinhos: Morena (cuja melodia é a de D. Filomena da *Antologia da Música Regional Portuguesa – Trás-os-Montes*), o romance D. Fernando e Son Pequinhinha Gaita.

Do lado da música vocal, registam-se aqui um romance de segada, Valdevinos, com vozes masculina e feminina, um romance métrico, (A Morte de) D. João, com duas vozes masculinas em uníssono, três rondas cantadas (O Ladrão Está Morto, A Rolinha, Este Cravo Roxo), de desenho melódico recente, tal como Riu-piu-piu, e a dança Galandum, em voz feminina, apresentada como sendo “importada de Espanha nos sécs. XVII-XVIII, derivada de danças aristocráticas”.

Antologia da Música Regional Portuguesa – Trás-os-Montes, Fernando Lopes Graça, Michel Giacometti, LP, Arquivos Sonoros Portugueses, 1960, reed. *Portuguese Folk Music/Música Regional Portuguesa, Volume 2, Trás-os-Montes*, Michel Giacometti, Fernando Lopes-Graça, Discoteca Básica Nacional, Strauss/Portugalsom, CD, SP 4199, 1998

Primeiro volume da maior obra discográfica antológica da música tradicional portuguesa. Neste disco revelam-se alguns dos mais belos romances transmontanos, como as cantigas de segada — a duas vozes em pergunta e resposta — O Conde Ninho, Manhaninha de S. João, Valdevinos, ou, “romances de divertimento” em voz solo, Dona Ancra, A Mal-Casada, D. Fernando, entre outros. Na música instrumental, realce para uma alvorada, e um lhaço da dança dos paulitos (Vinte-Cinco).

Uma parte destes documentos foi ainda reproduzida em *Portugal, documents recueillis par Michel Giacometti*, O Canto do Mundo, Ethnologie Vivante, LP, G.U. OCM 5, 1977.

Oito Cantos Transmontanos, por Francisco Domingues, *natural de Paradela*, notas de M. Giacometti, Arquivos Sonoros Portugueses, EP, 1961

Oito canções em voz solo pelo ‘bardo’ Francisco Domingues: duas belíssimas canções pastoris, Primavera e Rosinha, o romance

de segada “Indo-me Eu a Passear”, um canto de reis, uma Ave-Maria e uma Adoração do Menino, para além das danças – possivelmente de origem espanhola – Maragato e Pingacho.

Lieder der Welt: “Portugal”, Fernando Lopes Graça, Wegner, EP, WG 233, 1961.

Entre músicas de outras regiões, aparece-nos um exemplar do romance de segada “A Fonte do Salgueirinho”, de Vinhais. Vozes masculina e feminina, aparentemente o mesmo duo de “Ditoso do Lavrador”, da *Pequena Antologia da Música Regional Portuguesa*, seguinte.

Pequena Antologia da Música Regional Portuguesa, recolhas e estudo de M. Giacometti e F. Lopes Graça, Arquivos Sonoros Portugueses, Philips, 6 EP, 603 1015, 1971

Resultado de recolhas efectuadas entre 1960 e 1972, esta série de 6 discos EP inclui quatro exemplares transmontanos: uma alvorada (tamboril e fraita), um lhaço da dança dos paulitos, um excerto do romance de segada Ditoso do Lavrador, com vozes masculina e feminina, o romance métrico (A Morte de) D. João, em voz feminina, e uma murinheira em gaita-de-foles sem acompanhamento de percussão.

Cancioneiro Popular Português (breve antologia), de M. Giacometti e F. Lopes Graça, Círculo dos Leitores, Cassete, 60640

Esta cassete acompanha o livro homónimo, com transcrições musicais e poéticas de espécimes de música tradicional recolhidos em todo o país. A província de Trás-os-Montes está representada, na cassete, por um lhaço da dança dos paulitos, Ofícios d'Aprender, o romance de segada Manhaninha de S. João, com voz masculina e feminina, e as danças Redondo e Pingacho (esta última uma canção dançada).

Songs and Dances of Portugal/Cantos e Danças de Portugal, Research by/Recolhas de Michel Giacometti (1929-1990), Portugalsom, CD, 870028/PS, 1991

Os exemplares de música transmontana presentes neste CD vêm todos do concelho de Miranda. “Praticamente limitado a uma só freguesia do concelho”, o Redondo é uma dança com gaita-de-foles acompanhada de bombo, caixa e ferrinhos. Aparecem-nos ainda aqui o lhaço de pauliteiros A Bicha, e as difundidas canções Mira-me Miguel e Maragato.

Anne Caufriez

Portugal, Trás-os-Montes, Chants du blé et cornemuses de berger, Anne Caufriez et Michel Plumley, LP, Ocora 558 547, 1980, reed. 1984, 1986 e CD Ocora C 580035, 1993

Vinte anos depois do primeiro volume da *Antologia da Música Regional Portuguesa*, surge outro disco LP dedicado inteiramente à música transmontana, criteriosamente seleccionada, com excelentes exemplos de romances em pergunta e resposta cantados na segada (O Conde Albano, Gerinaldo, O Lavrador da Arada (Ditoso do Lavrador)) ou a solo, como A Fonte do Salgueirinho ou A Serandilheira. Pelo lado da música instrumental, registam-se alvoradas em gaita-de-foles e flauta, com e sem acompanhamento de percussão e várias danças. Uma recolha tão indispensável, para a região transmontana quanto a *Antologia da Música Regional Portuguesa*.

Romances du Trás-os-Montes – Musiques des Monts, Anne Caufriez, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, CD, CG 0998, Lisbonne – Paris, 1998

Este CD, com recolhas feitas em 1983, acompanha o livro “*Romances du Trás-os-Montes*”, Anne Caufriez, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Paris 1997, com transcrições musicais e poéticas de vários romances transmontanos, por sua vez complemento de “*Le Chant du Pain – Trás-os-Montes*”, Anne Caufriez, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Paris 1997; inclui sete romances retirados de *Portugal, Trás-os-Montes, Chants du blé et cornemuses de berger*. Inclui, também, muitas peças instrumentais de gaita-de-foles (alvoradas, danças, canções dançadas), com e sem acompanhamento de percussão. De realçar os romances O Soldado, A Minha Costureirinha, O Conde Preso, Frei João, Indo-me Eu Por Aí Abaixo, A Morena, entre outros espécimes de não menor interesse.

José Alberto Sardinha

Recolhas Musicais da Tradição Oral Portuguesa – 3. Trás-os-Montes, Alentejo/Algarve, José Alberto Sardinha, Contralto – Música Popular, Lda, LP, 1982

Vários espécimes de interesse aparecem registados neste LP: Moda do Pandeiro (Moimenta da Raia, Vinhais) — interessante

canto de fiagem, tal como Oh! Que Estriga Tenho na Roca; La Vitorina, uma canção de Francisco Domingues, que dobra a melodia cantada na sua guitarra de lata, de cordas duplas; Albaninha, romance de segada, voz masculina e feminina, com resposta na quinta superior; Beijai o Menino (Genísio, Miranda do Douro), “canto natalício entoado na Missa do Galo e também utilizado como canção de trabalho” na mesma época — de ritmo dançante; Carmelita (Constantim, Miranda do Douro) — lhaço de paulitos com flauta pastoril, bombo e caixa.

Portugal, Raízes Musicais, 2, Trás-os-Montes, José Alberto Sardinha, Portugaliae Harmonia Mundi, CD, BMG, 1996, dist. Jornal de Notícias.

Espécimes de várias zonas transmontanas e alto-durienses, por vezes com instrumentação (concertina, bandolim, guitarra) que nos revela, em determinados locais, uma aproximação a estéticas mais recentes, similares à da zona minhota. Existem vários exemplares de interesse, particularmente, no que diz respeito a música de carácter mais arcaico, nas recolhas efectuadas nos concelhos de Miranda e Vinhais.

Outras recolhas

Christmas Songs of Portugal, recorded by Laura Bolton, Folkways Records, LP, FP 845, 1965

Entre músicas de outras províncias, apresenta-se aqui uma versão coral polifónica de “Encontrei a Maria”, um canto de reis de Bragança (São Chegados os Três Reis), recente, com um desenho melódico vulgar. Também de pouco interesse, e igualmente de Bragança, é uma Ave-Maria (A Senhora da Paz); em contrapartida, a “Canção dos Reis” de Duas Igrejas é um interessante canto religioso polifónico.

Musica Tradicional, vol. 6, Terra de Miranda (Portugal), Pablo Madrid Martin, Alberto Jambrina Leal, Jose Manuel Gonzalles Matellan Centro de Estudios de Folklore de Zamora, Saga, LP, SED-5052, 1987
Recolha com bons exemplares de música instrumental (frita e gaita) e de romances, como La Lhoba Parda ou Alta Vai a Lua (por Francisco Domingues). Interessante a canção Chin-glin-din, com uma dolência de embalo.

Musical Traditions of Portugal, Max Peter Baumann, Tiago de Oliveira Pinto, The World's Musical Traditions 9, International Institute for Traditional Music, Folkways, CD, SF 40435, 1994

Nesta selecção regional, as músicas que representam Trás-os-Montes são todas recolhidas no concelho de Miranda; das seis, cinco são instrumentais: dois lhaços da dança dos paulitos e um repasseado da Póvoa, uma ronda e uma jota de Constantim; o belo romance ‘a capella’ Os Soldados Violadores é recolhido em Duas Igrejas.

Mirandun Mirandela..., Chants et musiques du Concelho de Miranda do Douro (Trás-Os-Montes, Portugal), GEMP/La Talvera e Anne Caufriez (2 espécimes), Mémoires Sonores, CD, GEMP 48, 1995
Quarenta e cinco (!) espécimes, entre alvoradas, danças, cantos de trabalho, cantos religiosos, lenga-lengas, cantigas infantis e de embalar... Acompanhado de um livrinho informativo (128 pp.). Belíssima versão de O Conde de Alemanha. Entre outros romances, aparecem D. Fernando, Silvana, D. Inês, La Lhoba Parda, D. Ancra, este último numa variante melódica diferente da habitual. Ineditamente, o gaiteiro Paulino Pereira canta algum reportório de gaita-de-foles. Mais um disco indispensável para o conhecimento da música tradicional mirandesa e transmontana.

Sons da Terra

Modas de Dúes Igrejas – Miranda do Douro, dir. Paulo Meirinhos, Galandum Galandaina – Associação Cultural, Mário Correia, Sons da Terra, Cantos Tradicionais 1, CD, STMC 9802, 1998

Modas corais (fiadouros e serões, coreográficas, pastoris, religiosas).

Clementina Rosa Afonso, Modas, Lhaços e Romances, Freixenosa – Miranda do Douro, Mário Correia, Sons da Terra, Cantos Tradicionais 2, CD, STMC 9803, 1998

Canções a voz solo, com vários romances de interesse.

Cantigas da Segada, Caçarelbos – Vimioso, Maria Falcão, José Garcia e Adélia Garcia, Domingos Raposo/Mário Correia, Sons da Terra, Cantos Tradicionais 3, CD, STMC 9905, 1999

Canções da segada (voz solo e corais). Embora não existam

espécimes responsoriais, Adélia Garcia, uma das cantoras já registada em *Portugal, Trás-os-Montes, Chants du blé et cornemuses de berger*, apresenta belíssimas interpretações de romances como Helena ou O Ditoso do Lavrador.

Cantos de la Nuôssa Tiêrra, Malhadas – Miranda do Douro, Teresa Alves, Albina Oures, Inês Alonso, Constança Igreja, Ilda Pires. Mário Correia, Domingos Raposo, Sons da Terra, Cantos Tradicionais 4, CD, STMC 0010, 2000

Canções (modas, canções religiosas, alguns romances) cantadas em coro.

(An)cantos Mirandeses, Tradições Musicais d'Aldinuôba – Miranda de l Douro, Avelino Torrado (flauta pastoril), Amândio Garcia (caixa), Francisco Cristal (bombo); Ana Maria Fernandes (voz), Domingos Raposo, Sons da Terra, Cantos e Músicas Tradicionais 1, CD, STMC 9906, 1999

Danças e uma alvorada por um trio instrumental; canções em voz solo por uma anciã.

Domingos Esteves Afonso, Paranjolas d'Afonso, Palaçuolo – Miranda de l Douro, Domingos Raposo, Sons da Terra, Cantos e Músicas Tradicionais 3, CD, STMC 0011, 2000

Canções e melodias de harmónica. Apesar do seu gosto por música recente e de outras regiões, como o fado, o vira e o malhão, Domingos Afonso regista alguns espécimes, com interesse, de romances e uma canção de segada de quadras soltas(!).

Al Son de las Arribas, Freixenosa – Miranda do Douro, Angelo Arribas (gaita-de-foles, fraita e tamboril), André Arribas (bombo), Benjamin Monteiro (caixa); Maria da Piedade Nunes, Mário Correia, Sons da Terra, Cantos e Músicas Tradicionais 4, CD, STMC 0016, 2000

Músicos competentes, os Gaiteiros de Freixenosa apresentam vários espécimes interessantes. Angelo Arribas regista, também, três músicas como tamborileiro e Maria da Piedade Nunes quatro canções 'a capella'.

Ezequiel dos Santos, Gaiteiro de Vale Martinho – Mirandela, Mário Correia, Sons da Terra, Gaiteiros Tradicionais 1, CD, STMC 9701, 1997

Gueiteiros de l Praino Mirandês, Rezosa 98, Fuônte Aldé – Miranda de l Douro, Mário Correia, Sons da Terra, Gaiteiros Tradicionais 2, CD, STMC 9904, 1999

Fiêsta de la Gaita de Fuôlhes, Pruôba, Miranda de l Douro, Sons da Terra, Gaiteiros Tradicionais 3, CD, STMC 9908, 1999

José Francisco Rodrigues, Gaiteiro de Serapicos, Vimioso, Sons da Terra, Gaiteiros Tradicionais 4, CD, STMC 9909, 1999

Outras edições

Grupo Folclórico Mirandês de Duas Igrejas (Pauliteiros de Miranda), Alvorada, EP, MEP 60134

Grupo Folclórico Mirandês de Duas Igrejas "Pauliteiros de Miranda", Orfeu, LP, SB 1120, 1976

Grupo Folclórico de Duas Igrejas (Pauliteiros de Miranda), EP, Fonit EPF.5.021

Aqueilha Antiga Alegrie..., Palaçuolo – Miranda do Douro, Associação Cultural de Palaçuolo, CD, 2000

Canções em coro, com melodias recentes. Não sendo esta, propriamente, uma edição Sons da Terra, esta editora é referenciada no interior do livreto.

Índices

por J. F. Meirinhos
(colaboração de G. Poças)

Índice toponímico

Assinalam-se apenas os nomes de povoados e regiões relacionados com as Terras de Miranda.

Indicam-se entre parêntesis curvos () os nomes mirandeses das localidades onde se fala mirandês, seguindo a toponímia da *Convenção ortográfica da língua mirandesa*, Miranda do Douro – Lisboa 2000, p. 60.

Aldeia Nova (Aldinuôba), 201, 208, 214, 219, 221, 226, 266	172, 208, 219, 221
Algosinho, 234	Cicouro (Cicuiro), 160, 166, 168, 169, 175, 176
Algozo, 44, 164, 166, 168, 177, 225, 234, 237	Constantim (Costantin), 15, 64, 148, 156, 158, 173, 175, 177, 201, 204, 206, 207, 208, 209, 217, 219, 221, 231, 264, 265
Aliste y Sayago [Esp.], 60, 233, 237	
Angueira (Angueira), 160, 168, 171, 173, 174, 176, 208	Douro [rio], 47, 52, 77, 179, 188, 225, 226
Atenor (Atanor), 83, 169, 182, 183, 184, 189, 196, 207, 217, 219, 221, 233	Duas Igrejas (Dues Eigreijas), 23, 24, 25, 34, 35, 36, 40, 41, 43, 46, 61, 64, 92, 146, 149, 152, 153, 164, 189, 190, 192, 200, 208, 210, 217, 219, 221, 226, 233, 234, 264, 265, 267
Avelanoso, 168, 169, 173, 174	
Azinhoso, 234	
	Especiosa (Speciosa), 219
Bemposta, 229, 231	
Bragança, 23, 24, 25, 33, 35, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 77, 96, 106, 172, 175, 176, 182, 185, 188, 225, 226, 237, 238, 239, 241, 264	Fariza [Esp.], 201
Bruçó, 231	Fonte de Aldeia (Fuônte Aldé), 15, 219, 267
	Freixiosa (Freixenosa), 102, 201, 202, 217, 219, 265, 266
Caçarelhos (Caçareilhos), 15, 164, 166, 234, 257, 265	Freixo Espada à Cinta, 44, 225, 238
Castanheira, 226	
Castelo Branco [Mogad.], 234	Fresno (Frezno) [rio], 208
Cércio (Cérceno), 34, 35, 171,	

- Genísio (Zenísio), 164, 176, 181, 227, 233, 264
- Grijó de Parada, 143, 147, 150
- Ifanes (Infainç), 164, 165, 175, 200, 205, 217, 219, 221, 233
- Lagoaça, 225, 232
- Malhadas (Malhadas), 48, 157, 158, 165, 168, 170, 171, 173, 177, 181, 204, 211, 212, 214, 219, 221, 226, 234, 266
- Miranda do Douro, 11, 15, 16, 23, 24, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 63, 73, 75, 76, 83, 85, 86, 87, 91, 92, 93, 99, 100, 103, 106, 115, 117, 120, 125, 126, 130, 136, 137, 138, 139, 141, 143, 148, 151, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 178, 179, 180, 181, 184, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 196, 200, 203, 205, 207, 208, 219, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 259, 264, 265, 266, 267. *ver* Planalto Mirandês
- Mirandela, 131, 133, 137, 181, 259, 265, 266
- Mogadouro, 165, 174, 184, 188, 224, 226, 231, 232, 234
- Moreueta. *ver* Santa Maria de Moreueta
- Moveros [Esp.], 201, 209, 229
- Outeiro, 225, 232, 234, 239
- Palaçoulo (Palaçuôlo), 58, 92, 189, 191, 192, 193, 194, 196, 200, 208, 214, 217, 219, 221, 225, 266, 267
- Palancar (Palancar), 203, 219
- Parada, 175, 176
- Paradela (Paradela), 47, 116, 118, 121, 122, 219, 261
- Picote (Picuôte), *capa*, 1, 40, 162, 166, 175, 208, 209, 210, 214, 219, 221, 226, 234
- Planalto Mirandês, 9 [mapa], 46, 47, 48, 101, 179, 180, 182, 184, 185, 188, 232. *ver* Miranda do Douro
- Póvoa (Proba), 151, 153, 154, 156, 157, 158, 160, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 265, 267
- Pererueta [Esp.], 229
- Quinta de Nogueira, 234
- Sabor [rio], 43, 45, 47, 180, 225
- Salamanca [Esp.], 72
- Saldanha, 226, 234
- Santa Maria de Moreueta [Esp.], 43, 45, 48, 49, 50
- São Martinho de Angueira (San Martino), 167, 169, 176, 189, 191, 192, 200, 201, 204, 208, 217, 219, 221, 226
- São Martinho do Peso, 225, 226, 234
- São Pedro da Silva (San Pedro de la Silba), 186, 219
- Sayago y Aliste [Esp.], 226
- Sendim (Sendim), 24, 35, 48, 62, 64, 86, 100, 165, 169, 173, 176, 180, 204, 207, 208, 219, 221, 229, 234
- Serapicos, 267
- Teixeira (Teixeira), 196, 219, 234
- Terras de Miranda, *passim*
- Tó, 231, 234
- Torre Dona Chama, 45
- Trás-os-Montes, 24, 37, 38, 39, 40, 41, 47, 50, 51, 76, 77, 78, 121, 131, 142, 143, 144, 162, 171, 173, 174, 176, 180, 185, 186, 187, 188, 254, 258, 259, 261, 262, 263, 264, 265, 266
- Travanca, 234
- Tua [rio], 52
- Tuela [rio], 45
- Urrós, 165, 214
- Vale de Águia (Bal d'Aila), 208, 219, 221, 226
- Vale de Mira (Bal de Mira), 203, 204, 217
- Vale de Porco, 231
- Vila Chã (Bila Chana de Barceosa), 92, 197, 47, 198, 200, 208, 209, 217, 219, 231
- Vilar Seco (Bilasseco), 160, 172, 173, 177
- Vilarinho dos Galegos, 226
- Vimioso, 11, 15, 16, 30, 50, 164, 165, 166, 168, 169, 171, 173, 174, 177, 188, 224, 232, 234, 265, 267
- Zamora [Esp.], 45, 72, 81, 179, 182, 200, 205, 229, 259, 264

Índice onomástico

Os números a **negrito** indicam um contributo do autor neste mesmo volume.

- Aelho, A., 162, 171, 173, 174, 175, 176
d'Abílio, J., 175
Afonso Henriques, rei, 82, 188, 225, 237
Afonso IX, rei, 208
Afonso, B., **23-30**, 35, 185
Afonso, D.E., 266
Afonso, D.S., 173
Albert, M.L., 110, 125
Aleixo, A., 151, 173
Almaraz de Duero (Esp.), 200
Almeida, C. A. F., 33, 46
Alonso, I., 266
Alvar, M., 58, 59
Álvares, A., 161, 166, 168
Alves, A., 197, 198
Alves, A.B., **85-97**, 96
Alves, F., 205
Alves, F.M. (Abade de Baçal), 30, 32, 33, 39, 43, 45, 46, 47, 51, 187, 204, 226, 233
Alves, T., 266
d'Andrés, R., 75
Araújo, A., 241, 254
Arias, G., 105
Arnheim, R., 254
Arribas, A., 266
Assunto, R., 241, 254
Baptista, S., 48, 232
Bartok, B., 145
Bastos, P., 177
Baumann, M.P., 265
Ben-Amos, D., 87
Benito del Rey, L., 200, 205
Bernardo, A., 190
Bernardo, H.A., 180, 185, **187-221**, 188
Bernardo, J., 160, 171, 173
Bernardo, J.M., 190
Bessa, B., 33, 43
Bialystok, E., 111, 120, 125
Blázquez, J.M., 202
Bologna, C., 88, 96
Bolton, L., 264
Borrego Nieto, J., 60, 75
Bradley, R., 185
Braga, T., 90, 96
Brailoiu, C., 144, 145
Brandão, F.G., 171
Brío, R., 205
Brito, A.M., 14
Bruegel, P., 233
Cabral, V., 238
Calado, J.B.M., 171
Calderón de La Barca, 161, 176
Camarinha, mestre, 45
Camões, L., 92
Canavez, N., 37
Cano González, A.M., 75

Carção, A., 15
 Carneiro, D., 166
 Carvalho, J.B., 176
 Carvalho, J.G.H., 64, 71, 75, 77, 78
 Carvalho, R. de, 177
 Castro, C., 238
 Castro, M.A.O., 100
 Catalán, D., 71
 Catarina, rainha, 237
 Caufriez, A., **141-150**, 258, 260, 263, 265
 Cervantes, M., 161
 Cintra, L.F.L., 75
 Coelho, A., 90, 91, 92, 96
 Colmenero, A.R., 202
 Cordeiro, M.J., 174
 Correia, M., 257, 265, 266
 Cortez, A., 177
 Courtes, J., 96
 Cristal, F., 266
 Cruz, L. S., 75
 Cummins, J., 113, 114, 120, 125
 Cunha, B. A., 50

Dantas, J., 175
 Delgado, A., 175
 Delgado, N., 186
 Dias, B., 161, 167, 169
 Dias, C., 241
 Dias, C.C., 254
 Dias, J., 105
 Diaz e Klingler, 113
 Díaz Viana, L., 96
 Díaz, Rafael M., 125
 Dinis, rei, 227, 237
 Diniz, S., 177

Diogo, M., 14
 Dionísio, S.'A., 241, 253, 254
 Domingões, tiu, 156, 157
 Domingues, F., 261, 264
 Dondis, D.A., 246, 254
 Dournes, J., 91, 96
 Duarte, L.M., 14
 Dundes, A., 87, 93, 94

Eliade, M., 88, 96

Fábregas, R., 185
 Falcão, J.A., 163, 173
 Falcão, M., 257, 265
 Farinha, A.D., 50
 Felgueiras, O., 241, 254
 Fernandes, A.M., 266
 Fernandes, J. F., 57
 Fernandez, G., 234
 Ferreira, A.M., 172
 Ferreira, A.S., 167, 168
 Ferreira, M.B., **55-67**, 75, 105, 125
 Firmino, A., 190, 197
 Fonseca, B.L., 161

Galhano, I., **11-12**
 García Arias, X.L., 19, **69-76**, 75, 83, 105
 Garcia, A., 257, 265, 266
 Garcia, J., 257, 265
 Garrett, A., 89
 Genésio, L., **241-254**
 Gessner, 70
 Giacometti, M., 257, 258, 260, 261, 262
 Gil Vicente, 160, 175

Gombrich, E.H., 254
 Gonçalves, V.
 Gonçalves, V.A, 35, **151-178**, 177
 Gonzalles Matellan, J.M., 264
 Graça, F.L., 258, 260, 261, 262
 Grammont, M., 111
 Grande del Brío, R., 205
 Grande del Brío, R., 200
 Grosjean, F., 110, 125
 Guedes, P.G., **11-12**, **257-267**
 Guerreiro, M.V., 96
 Guimarães, F.V., 161, 164

Hagege, C., 96
 Hamers e Blanc, 109, 111, 112, 113, 114, 115
 Head, B., 14
 Henriques, A.M., 238

Igreja, C., 266

Jacob, J.M.N., **237-240**
 Jambrina Leal, A., 264
 João III, rei, 237
 Jolles, A., 96
 Júnior, J.R.S., 33 43, 41, 45, 209, 211, 213, 226
 Junot, 238
 Junqueiro, G., 27

Kandisky, W., 254
 Katchan, O., 112, 125
 Klinger, C., 125
 Kroll, J., 125

Lambert, W.E., 112, 113, 114
 Le Nôtre, 252
 Lebre, A., 190
 Leitão, J.V., 33, 224
 Leite de Vasconcelos. *ver* Vasconcelos, J.L.
 Lemos, F.S., 180, 188, 214
 Leroi-Gourhan, A., 196
 Lope de Vega, 161, 175
 Lopes, F., 257
 Lopes, J.M.M., 30
 Lopes, M., 175

Madrid Martin, P, 264
 Maia, C.A., 76, 121
 Manuel, rei, 237
 Marcos, D., 181, 188
 Marsílio Ficino, 88
 Martinet, A., 71
 Martins, A., 193
 Martins, C., 58, 76, 105, 106, **109-126**, 111, 115, 116, 123, 125
 Martins, D., 193
 Martins, F.A., 30, 43, 164, 165
 Martins, L., 171
 Martins, M.R., 15
 McLaughlin, B., 109, 125
 Meirinhos, J., 83
 Meirinhos, J.F., **11-12**, **13-19**, 30, **31-52**, 196
 Meirinhos, P., 265
 Mendes, A., 238
 Mendonça, M., 50
 Menéndez Pidal, R., 70, 72, 76, 77, 78, 89, 96
 Monteiro, B., 266

Monteiro, R., 177
 Montenegro, Á, 202
 Morais, A.A., 168
 Morel-Fatio, 70
 Mourinho, A.M., 13, 14, 15, 19,
 23, 24, 25, 27, 29, 30, 31,
 32, 33, 34, 35, 36, 37, 47,
 48, 51, 55, 76, 86, 92, 93,
 96, 101, 106, 107, 153, 159,
 162, 164, 165, 166, 173, 175,
 187, 189, 205, 210, 224, 226,
 232
 Mourinho, A.R., 205, **223-235**
 Munthe, A. W., 76
 Muysken, J. M. e P., 125

 Nabiça, A.J.C., 177
 Nobre, J.A., 15
 Noronha, J.M.S.A., 233
 Nunes, M.P., 266

 Obler, L. K., 110, 125
 Oliveira, M., 164
 Orlando, O., 254
 Oures, A., 266

 Palhau, 206
 Paradis, M., 110, 126
 Pataco, A., 173
 Peal, E., 112
 Pereira, B.E., 38
 Pereira, P., 265
 Pinto, M.G., 14, 15
 Pinto, T.O., 265
 Pires, D.L.C., 174
 Pires, H.A., 168, 177
 Pires, M., 99

Plumley, M., 263
 Preto, A.J., 165, 166, 167, 173
 Preto, C.J., 166, 167, 173, 176
 Preto, M.J., 50

 Ramos Corrada, M., 76
 Ramos, A.D., 160, 168, 176
 Raposo, D.A.G., 12, 63, 76, **99-**
 107, 169, 211, 214, 257, 259,
 265, 266
 Raposo, R.A., 175, 177
 Rato, A., 70
 Reis, F., 224
 Reis, J., 224
 Rey Colaço, A., 177
 Rey, L. B., 205
 Riaño, X. A. G., 76
 Ribeiro, A.A., 175
 Ribeiro, F.A., 168
 Ribeiro, O., 240, 252, 254
 Rio, J. A., 160
 Rodrigues, B., 160, 172, 177
 Rodrigues, C., 66
 Rodrigues, J.F., 267
 Romaine, S., 112, 126

 Saint-Hilaire, R., 89
 Sanches, M.J., 14, **179-186**, 185,
 188, 190, 196
 Sancho I, rei, 208
 Santo Albino, 198, 202, 217
 Santo Aleixo, 168, 169
 Santo Amaro, 173
 Santo António, 41, 151, 158,
 166, 168
 Santa Bárbara, 166
 São Bernardo, 48, 49, 50

São Catarina, 169
 São Jerónimo, 25
 São Tiago, 166
 Santos, E., 266
 Santos, I.F., 89, 96
 Santos, M.J.M., 76
 Santos, P.M., 185
 Santos Júnior. *ver* Júnior, J.R.S.
 Saramago, J., 75
 Sardinha, J.A., 258, 263, 264
 Schiller, F., 254
 Schindler, K., 258
 Sébillot, P., 89
 Silva, R.F.M., 15
 Sócrates, 89
 Sousa, F., 238

 Taborda, V., 241, 254
 Tavares, J.A., 30
 Tavares, J.C., 201
 Terra de Miranda. *ver* Miranda
 do Douro
 Themudo, M.R., 50

Thompson, P., 97
 Torrado, A., 266

 Valentim, A., 33, 41
 Vasconcelos, A.C.S., 161
 Vasconcelos, J.L., 9, 30, 32, 43,
 47, 49, 61, 64, 66, 70, 76,
 78, 90, 91, 97, 100, 102, 103,
 105, 107, 120, 121, 122, 126,
 162, 171, 172, 193, 199, 200
 Vasconcelos, J.P., 165
 Vasconcelos, J.P., 161
 Vega, L., 161
 Veloso, J., **11-12**, **13-19**, **127-**
 140
 Ventura, M. G., 50
 Verdelho, T., 14, 76, 105
 Vigón Artos, S., **77-83**
 Vigón, B., 70
 Vitorino, G., 75
 Vygotsky, L.S., 123, 126

 Zumthor, P., 85, 89, 91